

EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

SINOP: HISTÓRIA, IMAGENS E RELATOS -
Um estudo sobre a sua colonização

2ª Edição



Cuiabá/MT 2006

Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitor
Paulo Speller

Vice-Reitor
Elias Alves de Andrade

Pró-Reitora Administrativa/Planejamento
Adriana Rigon Weska

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Matilde Araki Crudo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação
Marinêz Isaac Marques

Pró-Reitor de Pesquisa
Paulo Teixeira de Sousa Júnior

Pró-Reitora de Vivência Acadêmica e Social
Marilda Esteves Calháo Matsubara

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFMT



Profª Drª Elizabeth Madureira Siqueira (Presidente)

Profª MSc. Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa
Prof. Dr. Aloísio Bianchini
Profª. Drª. Cássia Virgínia Coelho de Souza
Profª Drª Célia Maria Domingues da Rocha
Prof. Dr. Ednaldo Castro e Silva
Acadêmico Edson José Santana
Prof. MSc. Gabriel Francisco de Mattos
Acadêmica Ilza Dias Paião
Prof. MSc. Joaquim Eduardo Moura Nicácio
Profª Drª Jorcelina Elizabeth Fernandes
Profª Drª Leimi Kobayashi

Profª Drª Leny Caselli Anzai
Prof. Dr. Luiz Augusto Passos
Profª Drª Maria Inês Pagliarini Cox
Prof.ª Drª. Mariza Inês da Silva Pinheiro
Técnica MSc. Nleide Souza Dourado
Profª Drª Onélia Carmem Rosseto
Prof. Dr. Paulo Augusto Mário Isac
Profª Drª Sandra Cristina Moura Bonjour
Profª Drª Telma Cenira Couto da Silva
Técnico Terêncio Francisco de Oliveira
Profª Drª Virgínia Meirelles

Cuiabá-MT – 2006

© 2005 Edison Antônio de Souza

Ficha Catalográfica

S729s Souza, Edison Antônio de
Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua
Colonização / Edison Antônio de Souza - Cuiabá:
EdUFMT/FAPEMAT, 2006. p. 220 p.: il. Color. 2ª ed.

ISBN: 85-327-0092-6

Inclui fotografias e anexos

CDU - 94 (817.2)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Sinop (Município) - Mato Grosso - História
2. Sinop (Município) - Mato Grosso - Colonização

Revisão: Sueli Ferraz Afonso

Capa: Mariana Albuquerque Linhares, Marlei Rosa e Jender Gregori



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso

Av. Fernando Corrêa da Costa s/nº

Fone: (65) 3615 8322 / Fax: (65) 3615-8325

Coxipó da Ponte – Cuiabá – MT – 78.060-900

edufmt@cpd.ufmt.br

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso –
FAPEMAT**

Centro Político Administrativo – CPA, Rua 03 s/n, 3º andar, Prédio da
IOMAT - CEP 78050-970 – Cuiabá - MT

Diretoria Técnico-Científica – DTC/FAPEMAT

Tel: 3613 3500 – 3613 3501

e-mail: orlandinasantos@fapemat.mt.gov.br

EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

SINOP: HISTÓRIA, IMAGENS E RELATOS -

Um estudo sobre a sua colonização

2ª Edição



Cuiabá/MT 2006

Dedico este livro ao Felipe e à Valdiva, pelo amor, cumplicidade, apoio, incentivo e amizade. Enfim, pelos momentos felizes e tristes que nos ajudaram a crescer.

A todos aqueles que se dirigiram para Sinop, com seus sonhos, medos, desafios, e que com muito trabalho e dedicação ajudam a construir esta cidade. E a todos aqueles que foram excluídos da história, os cidadãos anônimos que foram calados pelas armadilhas do poder.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, que me proporcionou a oportunidade de qualificação docente, e à CAPES, que me concedeu a Bolsa de Mestrado através do Programa PICD.

À doutora Regina Beatriz Guimarães Neto, pelas excelentes contribuições científicas e orientações transmitidas no transcorrer deste trabalho.

Ao doutor João Carlos Barrozo, pela orientação desta pesquisa, constante incentivo, apoio e amizade.

Agradeço a colaboração prestada pela Prefeitura Municipal de Sinop; Colonizadora Sinop S.A.; Grafpel; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira de Sinop; Mitra Diocesana de Sinop, às pessoas que me concederam entrevistas, bem como aos cidadãos anônimos que prestaram importantes informações sobre a realidade histórica do município de Sinop.

Um sentimento de gratidão registro, *“in memoriam”*, à minha mãe, Eva Lima de Souza, e aos meus avós maternos, Maria Noronha de Lima e Marculino de Lima.

Sobretudo a Deus que, em momentos felizes e cruciais, me iluminou para seguir a caminhada.

LISTA DE ABREVIATURAS

BASA	Banco da Amazônia S.A.
CAN	Correio Aéreo Nacional
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG	Escola Superior de Guerra
I. B. C.	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
PIN	Programa de Integração Nacional
PND - I, II e III	Plano Nacional de Desenvolvimento
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
RADAM	Radar da Amazônia
COMICEL	Cooperativa Agrícola Mista Celeste Ltda.
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE MAPAS

Mapa nº. 1 -	Organização Espacial do Norte Mato-Grossense
Mapa nº. 2 -	Sistema de Cidades Pioneiras do Norte Mato-Grossense
Mapa nº. 3 -	Gleba Celeste (localização aproximada)
Mapa nº. 4 -	Localização da Área em Estudo

LISTA DE QUADROS

Quadro nº. 1 - Programas de Desenvolvimento Regional

TABELAS

Tabela nº. 1 - Municípios criados no Norte de Mato Grosso: 1970-2000

Tabela nº. 2 - Evolução do crescimento populacional no Município de Sinop (1980-2000)

LISTA DE FOTOS

- | | |
|---------|--|
| Foto 1 | Estrada de acesso à Gleba Celeste |
| Foto 2 | Solenidade da fundação de Sinop: 14/9/1974 |
| Foto 3 | BR-163, próximo a Sinop, 1976 |
| Foto 4 | Inauguração da pavimentação asfáltica da BR-163, 1984 |
| Foto 5 | Indústria Madeireira em Sinop, 1994 |
| Foto 6 | Vista aérea da cidade de Sinop, 1974 |
| Foto 7 | Práticas culturais marcantes da sociedade Sinopense |
| Foto 8 | Caminhão de madeira em desfile cívico |
| Foto 9 | Bairro “Habitar Brasil”. Despejo de famílias pela Prefeitura Municipal de Sinop, 1996. |
| Foto 10 | Lixo industrial jogado no perímetro urbano de Sinop |
| Foto 11 | Bairro Jardim Maringá: “Área Nobre” de Sinop, 1999 |
| Foto 12 | Bairro Jardim Maringá: “Área Nobre” de Sinop, 1999 |
| Foto 13 | Bairro Habitar Brasil. Sinop, 1998 |

PREFÁCIO

Conheci o Edison em 1999, pouco antes da seleção para o Mestrado em História da UFMT. Apresentou-me o seu projeto de pesquisa sobre a Colonização de SINOP. Foi selecionado para a primeira turma do Mestrado, e eu me tornei seu orientador. Em março do ano seguinte, fui seu professor de Sociologia Rural. Era uma turma madura, com vivência. Edison, como alguns dos mestrandos, tinha uma trajetória de vida muito semelhante àquela retratada nos textos relativos à ocupação recente da fronteira de Mato Grosso.

Edison é professor da UNEMAT, no câmpus de SINOP. Nascido no oeste de Santa Catarina, Edison é filho de migrantes. Seus pais saíram do Rio Grande do Sul para a então fronteira do oeste de Santa Catarina. Anos depois, quando as terras estavam todas ocupadas e fracas, novamente sua família migrou para a nova fronteira, no norte de Mato Grosso, para SINOP. Edison ficou no Sul, onde estudava no Seminário. Após o curso secundário, estudou Filosofia no Rio Grande do Sul e, concluído o curso, seguiu os pais, vindo para Mato Grosso. Depois de graduar-se, tornou-se professor da UNEMAT.

Seu interesse se voltou para o processo de ocupação do norte de Mato Grosso, que estudou e vivenciou nos últimos anos. Assistiu à derrubada da floresta, viu alguns migrantes enriquecerem, assim como muitos colonos empobrecerem e outros desistirem. Simultaneamente ocorreu o processo de concentração de terras e de capital. Houve grilagem de terras, conflitos. O avanço na fronteira foi acompanhado do

desmatamento, das queimadas e da poluição. Toda esta destruição para produzir riquezas para uns e pobreza para muitos... Governantes e colonizadores justificaram tudo em nome do progresso, que traria a riqueza para todos.

O trabalho do Edison discute o discurso do progresso. O que é o progresso? Progresso para quem? Como explicar tanta produção e riqueza associada à pobreza dos que trabalham, dos que não têm meios de produção e capital.

Edison ouviu colonos, colonizadores, filhos de colonos, migrantes, mães, professoras, donos de serrarias, madeireiros, caminhoneiros e outros que chegaram em Sinop na década de 1970, nos anos setentas. Depois de muita busca, leitura, conversa, de muito escrever, reescrever, de muito sono perdido, saiu a dissertação e, da dissertação, saiu o livro que ora acaba de ser publicado. É este livro, fruto de muito trabalho, que ora apresento aos leitores que queiram conhecer um fragmento da história recente da nova fronteira de Mato Grosso, de SINOP.

Cuiabá, outubro de 2003.

Prof. Dr. João Carlos Barrozo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	
CONSTRUIR O BRASIL É MARCHAR PARA O OESTE.....	27
1.1 - As políticas favoráveis à expansão da fronteira	29
1.2 - A expedição Roncador-Xingu	38
1.3 - A construção de Brasília – 1960	42
1. 4 - PIN: Programa de Integração Nacional.....	43
CAPÍTULO II	
NORTE DE MATO GROSSO: UMA REGIÃO DE FRONTEIRAS	51
2.1 - Fronteira, frentes pioneiras e frentes de expansão	53
2.2 - Das fronteiras do Paraná para as fronteiras de Mato Grosso: migração e colonização.....	59
2.3 - Políticas públicas para a Amazônia legal.....	69
2.4 - Programas e incentivos fiscais	75
2. 5 - Colonização privada no norte de Mato Grosso.....	82
2. 6 - A ocupação de Mato Grosso a partir de 1978	85
CAPÍTULO III	
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO	95
3.1 - Tipos de colonização.....	97
3.2 - A colonização privada em Mato Grosso.....	102
3.3 - Os projetos particulares de colonização.....	109
3.3.1 - O projeto de colonização do Grupo Sinop.....	115
3.3.2.- O projeto da Gleba Celeste.....	124
3.4 - A atividade empresarial da Colonizadora Sinop	131
3.5 - Os colonos: entre a realidade vivida e a utopia projetada	145
3.6 - A rodovia Cuiabá-Santarém: BR-163	153
3.7 - SAQ - Sinop Agroquímica S. A.....	159
3.8 - COMICEL - Cooperativa Mista Celeste.....	165
3.9 - A religiosidade cristã (católica)	167
3.10 - Atividade madeireira de Sinop.....	174

CAPÍTULO IV

SINOP EM TEMPO DE PROGRESSO.....	185
4.1 - A urbanização da fronteira.....	187
4.2 - A face urbana da colonização.....	190
4.3 - Entre a cidade projetada e o espaço vivido.....	198
4.4 - Sinop: espaço e memória.....	203
4.5 - A dimensão urbana da cidade de Sinop.....	215
4.6 - Custo social e ambiental do progresso.....	218
4.7 - Sinop em tempo de progresso.....	225
4.8 - O progresso como signo de desenvolvimento.....	231
4.9 - Saúde e meio ambiente numa cidade de fronteira.....	236
4.10 - As falas e escritos das pessoas revelando a construção do mito do progresso.....	243
4.11 - As contradições do progresso.....	264
4.12 - Mato Grosso do Norte, um novo Estado?.....	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
BIBLIOGRAFIA.....	290
ANEXO.....	309

INTRODUÇÃO

No decorrer do Século XX, as frentes pioneiras têm representado um fenômeno comum no processo de expansão no espaço rural. No Brasil, este fenômeno chamou a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entre os quais Waibel, 1979; Monbeig, 1998; Santos, 1993; Velho, 1979; Foweraker, 1982; Martins, 1975; e outros.

A partir da década de 70, as frentes pioneiras do Brasil se deslocaram do Sul em direção ao Centro-Oeste e Amazônia Mato-Grossense, atraídas pela existência de *terras novas*, estimuladas pela propaganda oficial que incentivava a expansão da fronteira agrícola. Neste estudo, estabeleceremos um diálogo com pesquisadores que trabalharam esta temática, destacando o papel do Estado dentro deste

contexto, através de suas políticas públicas gestadas pelos governos posteriores a 1964. Dentro destas políticas, destaca-se a construção das grandes estradas que objetivavam facilitar a *integração* destas regiões, em processo de ocupação, às demais regiões do território nacional.

Conforme Ianni (1979), devemos entender a colonização da Amazônia como uma contra-reforma agrária, *alternativa* à reforma agrária exigida nas propostas de reformas de base do início da década de 60 no Brasil. O *Estatuto da Terra*, considerado uma legislação agrária *avançada* para o contexto político em que foi engendrado, não foi aplicado. No âmbito da política fundiária nacional, podemos afirmar que nunca houve interesse político para se promover uma reforma agrária com a participação da população, o que era aceito pelo governo da época. Por esta razão, segundo Ianni (1979), o que ocorreu foi uma “contra-reforma agrária” no Brasil.

Os limites deste estudo estão em analisar um processo de colonização historicamente determinado, que teve como agente social uma empresa colonizadora do noroeste do Paraná, e nele buscar entender as formas específicas do avanço do capital numa determinada área de fronteira agrícola, bem como as relações sociais aí produzidas. Neste estudo, faz-se uma reflexão sobre a colonização a partir da década de setenta no contexto da experiência da modernização conservadora e autoritária do Centro-Sul do País e a *abertura* da fronteira agrícola nacional.

Este trabalho tem por objetivo apreender concretamente os mecanismos de sujeição dos agentes sociais que colocam o mito do progresso, da sociedade ordeira e trabalhadora, sob sua dominação, com seus discursos e práticas de controle, projetando, assim, uma sociedade vigiada e disciplinada. Fazer uma reflexão histórica sobre o que se convencionou chamar *Sinop em tempo de progresso*, procurando entender o significado dessa representação social. Discutir sob que condições estes novos lugares, estas cidades, surgiram e se constituíram no processo de formação de uma identidade social, baseada numa relação de poder que se estabelece na sociedade e procura organizar a vida cotidiana das pessoas. Procuramos entender, desta forma, por que as pessoas

acreditaram e acreditam nos mitos que foram e ainda são criados, através das instituições de controle, tais como escola, igreja e meios de comunicação social. O objetivo é buscar entender que sociedade é esta a que pertencemos, suas produções e representações.

Este trabalho centra suas análises sobre a história de Sinop, objetivando a compreensão da construção do mito do progresso como instrumento de conhecimento daquela realidade. Numa concepção interdisciplinar, dialogou-se teórica e metodologicamente com historiadores, sociólogos, geógrafos e antropólogos, fundamentando, desta forma, a nossa reflexão histórica. Com base na investigação histórica dos atores envolvidos, realizamos *um estudo sobre a colonização de Sinop*, analisando o território como instrumento de dominação estratégica de poder e de disciplinarização do espaço.

Ao estudar Sinop, uma cidade de fronteira, partiu-se da hipótese de que a ideologia do progresso é um instrumento de poder para consolidar interesses políticos, econômicos, sociais e estratégicos. Porém, as populações aparecem criando táticas de apropriação do espaço social, recriando novas práticas, com novas formas de produção de suas vidas nestes *novos lugares*, pois, como afirma o Prof. Dr. Luis Sérgio Duarte, *na fronteira, os problemas do humano aparecem no limite*.

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná se expandiu rapidamente, atraindo pessoas de diversas regiões do país, principalmente dos três Estados do Sul, com predominância de paranaenses, que constituem hoje a maioria de sua população. Sinop foi fundada por Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, contando com a presença do Ministro do Interior, do Governador de Mato Grosso, José Fragelli, e dos pioneiros. Repetindo o ritual do processo de ocupação do território brasileiro, a fundação da cidade foi marcada pela celebração da primeira missa.

Sinop se localiza no centro-norte do Estado de Mato Grosso a 500 km de Cuiabá. Sua economia está baseada na atividade madeireira, comércio e prestação de serviços, destacando-se como pólo regional e político-estratégico do *Nortão*. A cidade de Sinop exemplifica um espaço urbano decorrente da expansão da fronteira capitalista do Estado que o

viabilizou enquanto projeto originário de colonização. O processo de colonização de Sinop teve início em 1972, como resultado de um longo projeto, implantado numa área de 645.000 hectares de terras, a Gleba Celeste, que fora inicialmente projetada com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia.

Mas o que é Sinop? Sinop é uma cidade projetada, planejada com os requisitos de um centro urbano de importância regional. Outro aspecto que a distingue é a sua localização numa zona de povoamento recente (décadas de 70 e 80), pioneira à época de sua fundação (1974). A cidade não se desenvolveu a partir de um núcleo de ocupação antigo; não passou por etapas mais ou menos longas de evolução; não guarda, portanto, as tradições de épocas mais remotas.

Sua existência decorreu de um plano de ocupação e exploração da terra desenvolvido pelo colonizador Enio Pipino, que trouxe para Sinop a experiência de colonização em outras cidades do Estado do Paraná (Formosa do Oeste; Iporã; Ubatã; Terra Rica; Jesuítas etc.). Como cidade pioneira, não contava nos primeiros anos com o conforto de um centro mais desenvolvido, havendo sérios problemas relacionados à distância de Cuiabá, péssimas estradas e falta de infra-estrutura. Porém, como cidade planejada, teve a vantagem de contar com técnicas mais avançadas de urbanismo. As etapas de seu desenvolvimento foram *queimadas*, passando da mata virgem para um traçado urbanístico, com ruas e avenidas largas e construções de casas de madeira que, nos últimos anos, vêm dando lugar a uma arquitetura mais moderna. Muitos dos benefícios que as cidades mais antigas demoraram muito tempo para usufruir, sobretudo serviços públicos federais, estaduais e particulares, assim como estradas e comunicações (TV, telefone), em Sinop foram instalados logo no início.

Segundo Guimarães Neto (1986, p. 160),

[...] ao longo das décadas de 70 e 80, marcadas pelo governo autoritário, a colonização particular, através de estratégias de disciplinarização do campo, constituiu-se também em política do Estado para controlar as terras da fronteira agrícola e reproduzir a ordem social dominante. Para que a ocupação das terras pudesse

se manter sob o controle dos setores dominantes e não da maioria daqueles que para lá migravam, foram produzidos mecanismos repressivos e disciplinares tanto no bojo da burocracia do Estado, quanto no seio do empresariado, e também através das repressões inseridas na própria organização social e espacial das cidades.

Nos Estados do Sul do país, desenvolveram-se programas de divulgação, incentivando e mobilizando as pessoas para que viessem para Mato Grosso, projetando o mito da *terra boa que tudo produz*. Só faltava a mão do trabalhador (sulista, paranaense), trazendo toda uma tradição de trabalho no campo.

Desenvolve-se uma ideologia ufanista, o *mito do progresso* é constantemente lembrado em discursos e artigos de jornais e revistas. O que é o Progresso? Neste trabalho, questiona-se o mito do progresso, do trabalho como salvação da pátria. Utilizando as palavras de Michel de Certeau (1994), precisamos *des-construir* estes discursos, estas *artes de fazer*, estas formas de arquitetura social, da *trama da prosperidade*, desmontando a lógica do discurso do progresso. Assim, pode-se dar visibilidade à dimensão do *mito da terra prometida* no imaginário social dos migrantes.

A fronteira agrícola do norte mato-grossense é um espaço em fase de reestruturação e, como tal, geradora de *realidades novas*, suscitando-nos o interesse em analisar as formas pelas quais um grande contingente populacional se desloca de uma região do país para outra, os mecanismos utilizados para que muitos acreditassem neste discurso do progresso, tentando captar o sentido, para eles, da sua procura por uma terra na Amazônia. Conforme Mariano de Oliveira (1983, p. 74), ‘a nova fronteira esponta como esperança viva ao camponês de poder continuar trabalhando e vivendo a terra, isto é, a esperança vem na frente’.

Entre as razões que nos conduziram à escolha do referido tema, inclui-se o intenso dinamismo econômico e demográfico que passa a ocorrer nas cidades do norte mato-grossense, em especial em Sinop. Segundo Arruda (1997, p. 13),

[...] desponta esta cidade no cenário estadual como palco de interesse e ações que afetam a sua configuração espacial. Localizada numa área de expansão da fronteira agrícola da década de 70, Sinop apresenta uma

dinâmica particular no seu processo de expansão urbana, quer pelos investimentos direcionados, pelo planejamento controlado, quer pelo poder econômico e político que passa a exercer sobre as demais cidades do nortão mato-grossense.

Outro motivo que justificou o interesse na realização do referido estudo, fundamenta-se na constatação da importância de estudos sobre a realidade norte mato-grossense, tematizando a origem e a permanência de discursos ufanistas na constituição das cidades novas, emergentes neste espaço, questionando a problemática local, levando-se em consideração a forma como se originaram a partir de um projeto político-estratégico do Governo Federal, procurando compreender o processo e não julgá-lo.

A representação da Amazônia como o novo *eldorado* foi, do ponto de vista político, um poderoso agente catalisador dos interesses dos trabalhadores rurais. O mito passou a ser, nesse sentido, um instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes. Como afirma Tavares dos Santos (1993, p. 14),

[...] o modo pelo qual o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo cria e recria a fronteira, [...] esta é uma realidade simultaneamente geográfica e histórica, passado e presente, envolvendo problemas sociais, demográficos, fundiários, econômicos, políticos e culturais.

A colonização sempre foi uma questão de Estado e, portanto, uma relação de poder.

A colonização, historicamente, foi utilizada no Brasil como estratégia oficial de povoação de novas terras, de responsabilidade oficial ou privada, com a venda ou a doação de terrenos nos Núcleos Coloniais, com a pretensão de povoar de *modo organizado* os *vazios demográficos* existentes. Linhares e da Silva (1999, p. 213) afirmam que num país ‘como o Brasil, onde 3% da população rural detêm 43% das terras agrícolas, enquanto 57% dispõem de apenas 3% das terras, a questão agrária talvez permaneça como absolutamente central, não obstante as novidades do capitalismo globalizado’.

A partir de meados da década de 70, grandes manchas do norte mato-grossense foram ocupadas por migrantes vindos, sobretudo, do Sul-Sudeste. Estas áreas pontilhadas por cidades e vilas provocaram uma reorganização administrativa do Estado de Mato Grosso, com o surgimento de novos municípios. A urbanização, oficialmente estimulada como estratégia de ocupação e controle da fronteira, constitui-se como uma nova dinâmica de ocupação do espaço. Conforme Arruda (1997, p. 25-6),

[...] nesse contexto de construção do espaço, legitimado por um discurso ufanista, esses trabalhadores escolhidos para a construção do 'Brasil Gigante', 'lugar do progresso para todos', assumem papel de soldados a serviço da pátria, onde o fervor patriótico pela terra era marcante, sendo representado pelo trabalho/progresso. [...] esses trabalhadores das áreas de colonização particular retratavam a imagem de verdadeiros guerreiros disciplinados, prontos para ocupar a nova terra. Esse tipo de colonização implantado, considerado como modelo, constitui, na realidade, um controle social sobre homens e sobre espaço.

Segundo Arruda (1997, p. 180),

[...] o espaço não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usado para a construção de núcleos urbanos. Nesse contexto, os espaços são simulados e os territórios apropriados e transformados; viabilizadas pela técnica e poder, as cidades são inventadas, fabricadas e os seus espaços comercializados.

A colonização particular desenvolvida no norte mato-grossense priorizou o estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergência para a vasta região que necessitava cada vez mais, para sua efetiva ocupação, de serviços públicos e privados, como retaguarda para seu desenvolvimento.

Surgiram, assim, planejados e implantados pelas empresas colonizadoras, cidades e povoados que logo se destacaram no mapa político-regional, como o núcleo de Sinop, onde a Colonizadora Sinop S.A. instalou sua sede. Pequenas cidades próximas foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100-150km uma cidade-pólo, destinada a

centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas do seu raio de influência. Foi nesse contexto que se fundou a cidade de Sinop, numa localização estratégica, às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, destinando-se a ser um dos núcleos urbanos mais importantes dentre os demais que faziam parte da Gleba Celeste.

O procedimento teórico-metodológico que orientou a pesquisa historiográfica, partiu de uma perspectiva crítica da realidade social, explicitando a significação social em cada momento de sua *montagem*. Para uma melhor compreensão da realidade social norte mato-grossense, onde as realidades históricas são culturalmente construídas, seguimos a análise realizada por Castro (1994, p. 186), onde se sustenta que a ocupação da fronteira econômica desta região ocorreu da seguinte forma:

[...] retirada e confronto entre índios e posseiros, doenças e descrenças da [na] terra; o ‘amansamento’ da terra e ‘confiança’ [dos que ficaram] de que seria viável investir na região; a época em que o asfaltamento da BR-163 e o investimento das políticas públicas permitiram o florescimento de cidades e o cultivo das terras, a transformação da selva e do cerrado em fazendas, povoados, vilas e cidades modernas.

Os critérios que nortearam o processo deste trabalho, percorreram as seguintes etapas: observação, hipótese, verificação, problemática e interpretação da realidade social, procurando trazer novas questões para se entender a Genealogia da Colonização.

Sob o enfoque contextual, foi analisada a política governamental de ocupação e distribuição de terras na Amazônia e o papel que as *empresas de colonização* desempenharam nesta ocupação, destacando o trabalho da Colonizadora Sinop S.A. enquanto administradora do projeto de colonização da Gleba Celeste, no norte mato-grossense.

Para compreender a forma como ocorreu a produção do discurso do progresso em uma área de fronteira agrícola norte mato-grossense, propomos realizar uma leitura histórica de como se construiu esse discurso. Segundo Arruda (1997, p. 17), nessa discussão, busca-se

[...] analisar a produção da fronteira através de políticas utilizadas para se atingir (sic) visibilidade no contexto nacional. A preparação para a visibilidade desse espaço inclui aparatos institucionais, leis, aberturas de estradas etc., bem como através da dimensão subjetiva que define a maneira de perceber esse espaço pelos novos ocupantes.

Segundo Machado (1990, p. 118-9), a sociedade:

[...] está se reorganizando segundo um processo acelerado de desenvolvimento capitalista, com todas as suas contradições intrínsecas, por exemplo, entre a modernização e a modificação da estrutura de poder social, o tradicional e o novo, o progresso econômico, a destruição do meio ambiente e a justiça social. Desta forma o Estado criou políticas para manipular o espaço através da distribuição controlada das terras. Essa política cria espaços estratégicos no território, objetivando a orientação de fluxos migratórios e a mobilidade espacial e ocupacional da massa dos imigrantes frente à procura por melhores condições de trabalho para suas famílias. Também existe a manipulação perante a política de desenvolvimento urbano que, através de investimentos em infra-estrutura, equipamento funcional-urbano e criação de núcleos planejados, possibilita o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional. Assim, a cidade é ao mesmo tempo local de (re)socialização da população, que para ela se volta em busca da informação, dos meios que assegurem sua vivência/sobrevivência [consumo, educação, saúde, novas oportunidades etc.], e local de manipulação e de socialização.

A pesquisa parte de uma concepção do tempo presente, propiciando uma reflexão essencial sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que têm uma mesma formação ou configuração social. Conforme Rémond (1996, p. 208),

[...] a reintegração do tempo presente (presente, porque essa é a história que vivemos - contemporânea; faz parte de nossas lembranças e de nossa experiência), faz varrer da visão da história os últimos vestígios do Positivismo: o historiador do tempo presente sabe o quanto sua objetividade é frágil, que seu papel não

é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los. Nossa investigação também recorreu à concepção de Roger Chartier (1998, p. 218) que afirma que é necessário que reconheçamos que a história do tempo presente, pela própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer a historicidade fundamental das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício à exigência de conhecimento verdadeiro que o fundamenta.

Para o estudo de Sinop, num quadro de colonização recente, nossas formulações estão enfocando a arquitetura da cidade, sua materialidade e imagens, tentando entender e apreender no tempo presente as devidas modificações do cotidiano: fotos, catálogos, documentos, mapas, imagens da cidade, urbanização, problema do lixo industrial, problemas sociais como saúde pública, paisagem, devastação ambiental, panfletos, festejos e fontes oficiais. Estes constituíram a documentação básica da reconstrução histórica de Sinop, objeto deste estudo.

A metodologia desenvolvida neste trabalho apoiou-se ainda em dados secundários, a partir de trabalhos significativos sobre Sinop e a região. As fontes utilizadas para o presente trabalho foram: livros, revistas, jornais, dissertações, pesquisa documental no acervo da Colonizadora Sinop S.A. e relatórios pertinentes ao tema, Mitra Diocesana, Prefeitura Municipal, pesquisa de campo, dados do IBGE, trabalhos já realizados sobre o tema em discussão, que contribuíram para este estudo.

Em relação ao procedimento metodológico para com o objeto de estudo, o universo geográfico da pesquisa abrange a região norte de Mato Grosso, especialmente a cidade de Sinop. Contudo, como o processo de colonização da Gleba Celeste envolveu outras cidades, optamos por fazer a pesquisa abrangendo a história do município de Sinop.

Apropriando-nos das palavras de Tavares dos Santos (1991, p. 80),

[...] passamos a desejar uma prática científica e política capaz de reconstruir os processos e os detalhes da dominação e da

exploração das classes dominantes. Ao mesmo tempo, precisamos construir uma atitude sociológica capaz de compreender o significado dos sonhos das mulheres e dos homens na produção de uma sociedade na qual a liberdade e os frutos da terra, do trabalho, da cultura e da ciência sejam para todos.

Isto posto, o trabalho que ora se apresenta sob o título *Sinop: História, Imagens e Relatos – Um estudo sobre a sua colonização* está dividido em quatro capítulos:

O primeiro trata das políticas públicas nacionais que, desde o governo de Getúlio Vargas, contribuíram para a ocupação pela sociedade nacional do Oeste brasileiro, como a *Marcha para o Oeste*, vinculada ao resgate do sentido de brasilidade a partir da interiorização do País; a Expedição Roncador-Xingu, a Construção de Brasília e o PIN - Programa de Integração Nacional, que visava criar uma infra-estrutura (estradas, aeroportos, telecomunicações) oferecendo estímulos fiscais, linhas de crédito e subsídios para atrair os empresários para a região. É importante esclarecer que estes *projetos oficialistas* das ditaduras de Vargas e dos Governos militares vinham dispor contra os projetos sociais de índios, seringueiros, posseiros e outros camponeses da região.

No segundo capítulo, discute-se o conceito de fronteira a partir de alguns autores que trabalham esta problemática, o contexto histórico paranaense a partir da década de setenta com a crise do setor primário e o fluxo migratório para Mato Grosso e Rondônia. Neste período, o Governo Federal estabeleceu políticas públicas para a Amazônia Legal, atraindo empresários para *investir* na região, subsidiados pelos incentivos fiscais do Estado.

No terceiro analisa-se o quadro histórico do processo de colonização do norte mato-grossense, enfocando-se a ideologia falaciosa dos espaços vazios, os argumentos oficiais para justificar o maior povoamento e valorização da Amazônia. Enfoca-se também a forma de ocupação da Gleba Celeste pelo Grupo Sinop, a partir da década de setenta do Século XX, no contexto das políticas públicas do Governo Federal que viabilizaram a colonização da Amazônia Mato-Grossense. Analisa-se também o papel da Rodovia Cuiabá-Santarém no contexto de

ocupação do norte mato-grossense, pois a sua implantação contribuiu e estimulou a instalação de grandes empresas agropecuárias e colonizadoras, assim como foi um dos elementos que possibilitaram que, ao longo de seu trajeto, se construíssem inúmeras cidades, nas quais se estabeleceu parte dos migrantes. Nesse período, ocorreu também a destruição de matas e cerrados, a expulsão de populações indígenas que viviam nessa região, como a Tribo Kayabi que habitava a margem direita do Rio Teles Pires, entre o Rio Verde e o Rio do Peixe. Os Kayabi foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu pelos irmãos Villas Bôas. Na concepção de Arruda (1997, p. 22),

[...] o espaço social, anteriormente concebido por comunidades que ali existiam os indígenas e/ou pequenos posseiros], nos limites do espaço-subsistência, estes são desterritorializados e substituídos pelos espaços impostos pela nova ordenação espacial.

No quarto capítulo, discutimos a construção histórica da idéia de modernidade e progresso desenvolvida por vários autores, destacando o significado com que ela impregnou o imaginário coletivo da sociedade mato-grossense. Também enfocamos as falas oficiais de autoridades e demais agentes sociais que utilizam expressões como “tempo é dinheiro, Sinop em tempo de progresso, o trabalho como salvação da pátria”, procurando desmontar a lógica do discurso do progresso, dando visibilidade à dimensão do mito da terra prometida no imaginário social da população sinopense. Como afirma Lylia Galetti

[...] civilização e progresso eram sinônimos de colonização, investimentos de capital, homens de espírito empreendedor e população disciplinada para o trabalho. Essas noções passariam a compor uma percepção moderna do ‘Eldorado’ que se afirmaria cada vez mais na mentalidade de nossos dirigentes (1992, p. 05),.

Para João Carlos Barrozo(1992), desconstruir o discurso do progresso é trabalhar a questão da fronteira. No momento em que o *lugar ideal* não existe, então surge o discurso do progresso para justificar este problema, já que promessas haviam sido feitas para os migrantes em seu local de origem. O “lugar ideal” é uma construção utópica, teórica. Compreender esta problemática é compreender as relações da fronteira.

A dinâmica do processo de expansão capitalista na região norte de Mato Grosso nos revela certas estratégias do capital usadas para se manter e se auto-reproduzir, ocultando as reais condições de vida da maioria da população, como problemas de saúde, educação, meio

ambiente e trabalho, sendo esta realidade camuflada pelo discurso ufanista do “progresso para todos”. À luz das reflexões teóricas de Jacques Le Goff, no IV capítulo deste trabalho, fazemos uma distinção entre crescimento e desenvolvimento, progresso/reação, para que possamos entender a construção da idéia de progresso através dos tempos. A partir destas considerações, procuramos não só desmistificar o discurso do progresso enquanto estratégia de dominação política e controle social, mas também compreender a História de Sinop no contexto da Historiografia Brasileira Contemporânea.

CAPÍTULO I

CONSTRUIR O BRASIL É MARCHAR PARA O OESTE

O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste. Caminhamos para a unidade, marchamos

*para o centro, não pela força de preconceitos
doutrinários, mas pelo fatalismo de nossa definição
racial.*

Getúlio Vargas, apud Alcir Lenharo
(1986)

1.1 As políticas favoráveis à expansão da fronteira

Para entendermos as políticas nacionais favoráveis à expansão da fronteira, é necessário que façamos uma contextualização do processo histórico, destacando a política interiorizadora do Governo Federal, como a *Marcha para o Oeste* (1937), a *Expedição Roncador-Xingu* (1943), a construção de *Brasília* (1960) e o *Programa de Integração Nacional* - PIN (1970). Conforme observa Duarte (200, p. 18), a *Marcha para o Oeste*,

[...] sustentada na teoria da miscigenação, no Estado condutor e no nacionalismo, [...] é a materialização dessas idéias no poder durante a Terceira República. O ex-tenente João Alberto executa a política interiorizadora [...] e o modernista Cassiano Ricardo é o seu principal sistematizador ao compor uma espécie de mito de origem do autoritarismo.

Velho (1919, p. 141) diz que a nossa expansão territorial a partir do Século XIX, com exceção da ocupação do Acre, limitou-se ao próprio território nacional; se não considerarmos a resistência oposta por alguns grupos indígenas, não houve disputas com outras nações.

Apesar disso, a existência de grandes espaços desocupados (praticamente metade do país), supostamente contendo vastos recursos minerais, continuou a ser um elemento importante em uma retórica que veio a ser sintetizada na frase 'Brasil, país do Futuro'.

Essa retórica, que de início parece ter servido como uma espécie de compensação para o atraso de fato, tornou-se mais importante após 1930 e particularmente com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Em 1938 o governo anunciou uma *Marcha para Oeste*¹.

Uma figura intelectual de destaque, Cassiano Ricardo, em sua obra *Marcha para Oeste* (1970), confirma a excelência da fronteira para a produção de mitos e identidade nacional, sendo muito bem-recebida

¹ Nesta obra o autor faz referência aos trabalhos do historiador americano Frederick Jackson Turner que formulou a hipótese da fronteira em 1893, a fim de interpretar a permanência das instituições republicanas e do espírito democrático nos Estados Unidos.

pelo Regime. Nesta obra, Ricardo faz uma discussão sobre a gênese histórica do fenômeno do *bandeirismo*. Segundo ele, o bandeirismo se modificou no Século XIX, perdendo o sentido genérico dos Séculos XVI, XVII e XVIII, com o seu significado político-social irradiado para todo o país pelos paulistas. Para Ricardo, não se trata apenas de bandeira, instrumento específico de uma sociedade e de um sistema de vida, mas de *bandeirismo*.

E como quem pratica ‘atos de bandeirismo’ pode ser chamado bandeirante, a palavra ‘bandeirante’ toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de ‘grande empreendedor’; é o que funda cidades, o que atende à voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra (de um foco de propulsão para outro, o de atração), com qualquer um dos objetivos da bandeira (Ricardo, 1970, p. 563).

Velho afirma que esse livro encantaria qualquer especialista em mitos e justifica assim o autoritarismo estatal: *trata-se de uma espécie de mito de origem do autoritarismo*, pois ideologicamente a Marcha para o Oeste, do Estado Novo, foi significativa, ao estabelecer uma ponte com o movimento bandeirante, através do cultivo do espírito bandeirante, pois agora o território tinha que ser definitivamente ocupado com uma política estatal de ocupação do Oeste (sertão) para além do Estado Novo. Na quarta edição de seu livro, Ricardo acentua o prosseguimento do *espírito bandeirante* através da construção de Brasília, a Rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica (Ricardi, 1970, p. 141-147).

Vargas, em 1940, afirmava que o verdadeiro sentido de brasilidade era o rumo ao Oeste. Defendia que o Brasil, politicamente, era uma unidade nacional, porém não economicamente, e era necessário promover uma arrancada de desenvolvimento sob todos os aspectos e com todos os métodos, fazendo coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. No dizer de Velho (1979), “a política de avanço rumo à fronteira era um meio de preencher espaços vazios entre as ilhas econômicas, que formavam o Brasil. Dessa forma, reforçava o autoritarismo clássico da unidade nacional e da integração”, necessário para a afirmação da “idéia nacional”, característica do sistema republicano.

Filinto Müller, em relatório ao governo Vargas, assim se posiciona em relação aos possíveis conflitos sociais que poderiam ocorrer nas principais cidades brasileiras, e uma *necessidade* de políticas públicas para essa massa de brasileiros.

Depois de esmagado o movimento de 1935, o chefe de polícia Filinto Müller, em seu relatório, explicitamente sugeriu como uma medida importante para evitar outras ameaças do gênero o 'Descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob a assistência e localização do Estado' (Ricardo, 1970, p. 148-149).

Faziam parte da política Varguista *rumo ao Oeste* algumas medidas elementares como pré-requisitos para a ocupação: construção de estradas, saneamento, educação e transportes, que atraíram pessoas de São Paulo, Rio Grande do Sul e de Minas para o sul de Mato Grosso e Goiás juntamente com uma nova migração de massas nordestinas para a Amazônia, com estímulo governamental, resultando em muitas mortes e decepções.

Em Mato Grosso houve várias tentativas para colonizar o Estado, intervenções do Governo Federal como: a criação dos territórios federais de Ponta Porã e Guaporé; o golpe na Companhia Mate Laranjeira, cassando seus contratos de exploração dos ervais no Sul do Estado; a criação da Fundação Brasil Central e a colonização dirigida; a criação e instalação da Colônia Nacional de Dourados; discussão e criação do Parque Nacional do Xingu; a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Bauru-Corumbá) e a *renovação maravilhosa* que sofreu a Capital de Mato Grosso, Cuiabá (Lenharo, 1986, p. 11 et seq.).

A grande contribuição desses programas, conforme concebidos, constituiu-se na montagem de uma infra-estrutura possibilitando a ocupação de grandes espaços do território brasileiro. A atuação dessa política agrícola resultou na transformação da atividade agropecuária em algumas áreas tradicionais do Estado e na incorporação de novas áreas ao processo produtivo (Busatto, 1996, p. 34-37).

A partir da *Revolução de 1930*, com o estabelecimento de uma política de interiorização, objetivando estender a fronteira econômica para as regiões menos desenvolvidas, o Governo Federal procurou incentivar a migração para ocupar os espaços demográficos do Centro-Oeste até a Amazônia. Este contexto da chamada *Marcha para o Oeste*, política esta desenvolvida por Getúlio Vargas, provocou mudanças na

sociedade brasileira devido à modernização do latifúndio e ao desemprego amplo por causa da crise econômica dos anos trinta. Mato Grosso recebeu parte dos excedentes populacionais de outras regiões do país, principalmente gaúchos e nordestinos. O suporte para este projeto nacional se concretiza, de acordo com Piaia(1999, p. 28), com as políticas de colonização em áreas do Centro-Oeste pela criação de Colônias Agrícolas, como foi o caso de Dourados-MS, e também conforme análise de Alcir Lenharo (1986, p. 24-46-47),

[...] no final da década de 30 o Governo de Vargas assumiu o desafio da ‘redenção dos sertões’ e da ‘revalorização da Amazônia’. Este empreendimento foi encarado por Vargas como uma ‘cruzada nova para a qual convocou as energias nacionais’.

A proposta da ‘Marcha para o Oeste’ era de instalar ‘pontos avançados de colonização’ dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os ‘espaços vazios’ do Oeste e da Amazônia, para criar no ‘novo espaço’ a ‘nova ordem social’. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas.

O geógrafo francês Pierre Monbeig, ao estudar as zonas pioneiras de São Paulo, enfatizava que a *Marcha para o Oeste* era essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque tão-somente o impulso foi dado por São Paulo e Santos. Nem sempre foi assim. Sabe-se que foi a cultura do café que desencadeou essa progressão (Monbeig, 1998, p. 23).

Carvalho; Costa; Siqueira dizem que a *Marcha para o Oeste*, empreendida por Vargas, “foi suficiente para estimular migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso. O projeto original visava fixar o trabalhador nacional em solo mato-grossense, através dos assentamentos em pequenas propriedades” (1990, p. 255). No conjunto de medidas para a ocupação do território nacional, Vargas criou as Colônias *Agrícolas Nacionais* que eram *a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo*. Dourados foi uma das Colônias mais importantes, embora só tenha sido implantada depois da queda de Vargas.

Pensadas como ‘Autarquias’, as colônias agrícolas deveriam garantir o autoconsumo, produzir para o mercado nacional e possibilitar a instalação de indústrias de transformação. A colônia seria um núcleo de irradiação, um pólo de desenvolvimento que influiria sobre as áreas vizinhas (Lenharo, 1986, p. 56).

É importante observarmos que esse projeto do Governo Vargas era seletivo, pois optava por um “tipo” de trabalhador - o sulista:

O projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores ‘civilizados’, ou seja, desejosos de progredirem. Para isso deveriam trabalhar de maneira produtiva, ordeira e sem conflitos. Os colonos preferidos foram os migrantes da região sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, européia, e sobretudo porque estes migrantes, além da experiência que possuíam no trato com a terra, traziam, quase sempre, um pecúlio que os auxiliaria na organização inicial do empreendimento (Carvalho; Costa; Siqueira, 1990, p. 255).

Neide Estérci afirma que:

Vargas considerava que o Brasil precisava de imigrantes, mas teria de evitar a concentração deles nos centros industriais, onde poderiam causar perturbações; em 1934, surgiram as regulamentações que dispunham sobre as cotas de imigrantes por nacionalidade.

Em 1938, já com plena ‘liberdade de movimentos’, o governo lançou a Marcha para o Oeste como o ‘verdadeiro sentido da brasilidade...’ Havia passado a época do ‘laissez-faire’ e o governo cuidava de melhorar as técnicas de colonização: órgãos oficiais foram reorganizados e surgiu o Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização (Estérci, 1972, p. 38).

Waibel (1979) analisa e questiona o lema da *Marcha para o Oeste*, criado durante o governo de Vargas. Segundo Waibel, não se justifica economicamente e não trará recompensa estender a colonização cada vez mais para dentro (Oeste) do território nacional, antes que o povoamento do Leste tenha progredido e se desenvolvido socialmente.

Se se empreende o povoamento do oeste remoto sem a garantia de uma colocação lucrativa dos produtos agrícolas, então se reincidirá no velho erro da colonização no Brasil, isto é, de colocar os colonos em plena mata e depois deixá-los entregues ao seu destino. Com isto se cria um novo sertão e uma nova leva de caboclos. Não se pode chamar isto de uma marcha para o oeste (Waibel, 1979, p.309).

Para esse autor, é preciso ampliar a área da fronteira econômica que, aos poucos, irá alcançar a fronteira demográfica e política do Brasil, para que realmente possamos ter conquistado e ocupado o País, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Enquanto ainda houver terras disponíveis no leste, nenhum homem de visão clara tomará parte numa marcha forçada para oeste. Para estas loucuras entusiasmaram-se espontaneamente apenas os aventureiros e especuladores de terras, elementos da população que já existem demais no Brasil e que, para uma colonização em bases sólidas, são indesejáveis. Não é desses elementos que precisa o país, e sim do verdadeiro camponês, segundo o conceito europeu, cuja virtude é estar intimamente ligado ao seu torrão e à sua propriedade, e que se empenha em transformá-la num verdadeiro lar que se conservará através das gerações, passando de pai para filho e deste para os netos (Waibel, 1979, p. 310).

Waibel afirma que o futuro do Brasil não está no Oeste, e sim no Leste. Concorde com Caio Prado Júnior que, em 1943, se manifestou contra a política Varguista da Marcha para o Oeste:

Parece lógico que antes de ir adiante, devassando sertões meio inacessíveis, se deva tratar do que ficou para trás. Há muito que fazer aí. A Marcha para o Oeste, preconizada assim como uma política de estímulo à penetração do interior, é evidentemente reincidir no nosso erro de séculos: a dispersão e instabilidade de povoamento (Waibel, 1979).

Monbeig analisa a forma como se deu essa ocupação do Oeste, principalmente no que se refere ao cuidado com o solo. Segundo o autor, *a Marcha para o Oeste, considerada nas suas relações com os solos, não aparece como*

uma conquista valiosa, mas como uma devastação sem freio (Monbeig, 1998, p. 75).

O engenheiro e geógrafo Américo Barbosa de Oliveira considera *aquele sentido de brasilidade* atribuído à palavra *rumo ao oeste* como uma fórmula mística.

É uma fórmula que satisfaz aos anseios subconscientes de todos os latifundiários e especuladores do país. Os do oeste, contando com a possível valorização de seu patrimônio, os do leste, adquirindo a certeza da manutenção do status quo, isto é, a certeza de poder continuar parasitando tranqüilamente a exploração extensiva do solo, ou locupletando-se com sua valorização, apenas sem explorá-lo (Oliveira, Américo Barbosa apud Waibel, 1979, p. 311).

Segundo Duarte (1999b, p. 1-2), no Brasil, a industrialização voltada para a substituição de importações, ocorrida durante os períodos de retração do mercado internacional (grande depressão, guerras mundiais), continuou crescendo, para atender à demanda interna. Essa demanda crescia, à medida que as populações urbanizadas, recém-incorporadas à economia capitalista, desenvolviam novos padrões de vida. Para satisfazer esta demanda, não atendida pelas importações, era necessária a abertura de novas frentes de produção de alimentos e de matérias-primas, o que provocou também a ampliação do mercado interno. Neste contexto, de um novo padrão de acumulação no país, Mato Grosso foi incorporado ao processo produtivo nacional, fornecendo produtos primários de origem agropecuária para abastecer o mercado das regiões que se industrializavam e absorvendo produtos industrializados e o excedente populacional das regiões mais desenvolvidas.

Esta política desenvolvimentista, iniciada por Vargas, foi ampliada por Juscelino Kubitschek e, a partir de 1964, pelos governos militares, criando as condições de infra-estrutura básica, principalmente de transporte (abertura das Rodovias BR-163 e 364), que possibilitaram a continuidade do processo de ocupação das terras e a expansão da agricultura em Mato Grosso, estreitando as ligações deste Estado com os

demais Estados da Federação. Como consequência desse modelo de desenvolvimento, houve a ampliação de novas áreas, com o aumento populacional (criação de novas cidades) e o crescimento da produção agropecuária e extrativista, provocando também transformações na estrutura fundiária e nas relações de produção, resultando daí diversos conflitos sociais no campo. Monbeig ao assinalar os efeitos históricos da expansão paulista, chama a atenção para a seguinte questão:

Reduzir a Marcha para o Oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a Marcha para o Oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico (Monbeig, 1998, p. 105).

Segundo Alcir Lenharo, quando se fala de colonização na década de quarenta e cinquenta, fala-se da *Marcha para o Oeste*:

[...] apenas para apontar seu caráter retórico e mítico, distante de uma possível factibilidade material. Num texto de resultados parciais pude alinhar, no entanto, o peso relativo das realizações materiais dos programas nascidos dessa proclamação. À medida que a pesquisa evolui, os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas ‘vazias’. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades (Lenharo, 1986, p. 14).

Desta forma podemos concluir que o programa do ‘*Rumo para o Oeste*’ é o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” (Estércki, 1972, p. 40).

O Presidente Juscelino Kubitschek retomou o discurso da Marcha para o Oeste, concretizando-o na construção de Brasília e nas rodovias de *integração nacional*. Após 1964, com os governos autoritários, as

políticas públicas para a Amazônia Brasileira voltam à bandeira da *integração da Amazônia à economia nacional*, do *povoamento dos espaços vazios* e da *segurança nacional*. Os militares adicionaram novas estratégias de ocupação da fronteira à *Marcha*: a) modernização do latifúndio na fronteira para a exportação (retomada da estratégia do crescimento pelas exportações); b) geopolítica na região; c) contra-reforma agrária (Martins, 1975; Janni, 1979). Criaram-se vários órgãos e instituições financeiras, tais como a SUDAM, BASA, POLAMAZÔNIA, POLONOROESTE, PIN, PROBOR, juntamente com uma política de crédito, incentivos fiscais e subsídios que fossem atraentes para os empresários (agropecuáristas e colonizadores).

Assim, podemos concluir que se formulam políticas de controle das terras² desde o Governo Vargas, Juscelino Kubstcheck e Governos Militares, visando à ocupação *racional* da Amazônia e do Centro-Oeste. “As áreas devolutas se converteram em áreas de colonização oficial e privada, dificultando a ocupação pela população pobre, ao mesmo tempo em que criaram facilidades para os empresários capitalistas” (Barrozo, 1992, p. 37)³.

No Norte de Mato Grosso, havia enormes extensões de terras que foram *vendidas* aos empresários que chegavam de outros Estados: áreas devolutas, terras públicas, terras indígenas, de pequenos produtores, seringueiros e posseiros. Segundo Barrozo (1992, p. 146), “o vazio demográfico era terra de trabalho da população nativa. A terra de negócio se sobrepôs à terra de trabalho”. Houve disputas, expropriações e mortes. O espaço agrário mato-grossense foi rapidamente reocupado, provocando um processo de intensificação da concentração fundiária. Essas terras foram pouco ocupadas produtivamente, permanecendo como reserva de valor e de baixa densidade demográfica, além da especulação na forma de pecuária extensiva.

² Começou em 1850, com a Lei de Terras. Em Mato Grosso, a partir de 1892, com a Lei de Terras estadual. Sobre essa problemática, consultar a Tese de Doutorado de Gislaene Moreno: *Os (Des) Caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*.

³ Com este propósito, consultar o trabalho de Regina Beatriz Neto, *A lenda do Ouro verde*, principalmente o Capítulo III, *A colonização como missão*, p. 74-8.

1.2 A expedição Roncador-Xingu

A Expedição Roncador-Xingu foi criada em 1943 pelo Governo Federal e fazia parte da política de ocupação de Getúlio Vargas - a *Marcha para o Oeste* –, tendo como objetivo principal *conhecer e desbravar as áreas que aparecem em branco nos mapas*. Partindo do Rio das Mortes em 12 de junho de 1945, a Expedição, conduzida pelos Irmãos Villas Boas e sob o comando militar do Coronel Vanique Mendes, tinha como objetivo mais remoto atingir o Rio Tapajós. Segundo Alcir Lenharo:

O incentivo para a colonização do norte acabou por vir indiretamente no bojo das medidas implantadas pelo Estado Novo, ainda em 1943. Neste ano foi criada a Fundação Brasil Central, com o objetivo de ‘desbravar e colonizar as áreas do Estado: Araguaia, Xingu’ -, estimulou a colonização do nordeste do Estado e facilitou a penetração de contingentes de migrantes que avançaram em regiões de garimpo. De outro lado, o Estado cedeu à Fundação: total de um milhão e duzentos mil hectares (Lenharo, 1983, p. 14).

A Marcha para o Oeste, nascida em 1943, consolidou a idéia de Brasília em 1959 (Villas Boas; Villas Boas, 1994, p. 24). Em consequência disso, nasceram as rodovias Belém-Brasília e Araguaia-Cuiabá. Deu-se a integração do Vale do Araguaia na economia do Brasil Central, com a implantação de centenas de fazendas e de mais de quarenta vilas e cidades nascidas no rastro da Expedição Roncador-Xingu. Para que se tornasse realidade a interiorização do país, o movimento foi liderado pelo próprio governo, através de sua política de expansão das fronteiras nacionais, tendo como ponto de partida a *Marcha para o Oeste*. O roteiro da Expedição, naquela área do Brasil Central, era exatamente o da Coluna Prestes em 1924, na sua caminhada para o interior. Do Araguaia, a Coluna foi para o Norte; a Expedição, para o Oeste. Em 1943, os quarenta e tantos milhões de brasileiros viviam praticamente na faixa litorânea.

A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central parecia mais distante que a África. A faixa limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra,

com a sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo Governo: O primeiro, a Expedição Roncador-Xingu, com a atribuição específica de entrar em contato com os ‘brancos’ das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central, com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era, assim, a vanguarda do segundo (Villas Boas; Villas Boas, 1994, p. 24).

O trabalho pioneiro da Fundação Brasil Central⁴ e da Expedição Roncador-Xingu contribuiu para o conhecimento e *desenvolvimento* da região por onde passavam. Centenas de quilômetros de estradas nasceram dos piques da Expedição, os quais hoje servem dezenas de vilas e cidades surgidas da iniciativa privada na região da Serra do Roncador, Vale do Araguaia e do Rio São Manoel ou Teles Pires. Foram construídas pontes, implantaram-se fazendas pelo interior. Foram criadas Bases Militares para segurança de vôos em Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacareacanga⁵. Fundou-se o Parque Nacional do Xingu, onde vivem hoje mais de 6 mil índios de 18 nações, falando dez línguas diferentes (Villas Bôas; Villas Boas, 1994, p. 601-2).

Orlando Villas Bôas afirma que a primeira base da Expedição Roncador-Xingu foi assentada na confluência do Araguaia e Garças (Goiás à direita, Mato Grosso à esquerda) que, na época, não passavam de inexpressivos centros de comércio garimpeiro. Mais tarde ganharam nomes definitivos: Aragarças e Barra do Garças. O antropólogo Darcy Ribeiro afirma que Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas, pequenos burgueses paulistas, desenvolveram um trabalho semelhante ao de Rondon, conduzindo e pacificando índios e atraindo-os para a civilização. Difícil situação para estes povos. “Menos má, porém, porque

⁴ A Fundação Brasil Central foi uma entidade oficial antecessora da SUDECO e tinha como atribuição organizar as linhas de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. É importante considerar a ocupação do Vale do São Lourenço com a ação Salesiana, SPI, linhas telegráficas etc.

⁵As linhas aéreas internacionais saíam da faixa litorânea, passariam, em suas rotas, no centro do país e seriam apoiadas nos postos de segurança de vôo instalados e mantidos pela Aeronáutica.

os Villas Bôas souberam defendê-los, garantindo-lhes uma sobrevivência melhor do que a dos outros povos chamados ao nosso convívio”, conclui Darcy Ribeiro. Os irmãos Villas Bôas (membros da Expedição Roncador-Xingu) estabeleceram a sede do Parque Indígena do Xingu - *uma sociedade de nações* (oficialmente criado pelo Governo Jânio Quadros), tendo como objetivo a redenção dos índios e o desenvolvimento do Oeste. Além disso, a Expedição Roncador-Xingu deixou números impressionantes: 1.500 quilômetros de picadas abertas, 1.000 quilômetros de rios percorridos, 43 vilas e cidades nascidas no roteiro da marcha, 19 campos de pouso, tendo quatro se tornado bases militares e ponto de apoio de rotas aéreas, e cerca de 5 mil índios contatados.

Todo o movimento de interiorização desenvolvido pela Fundação Brasil Central era realizado pelo seu órgão de vanguarda, a Expedição Roncador-Xingu, e apoiado pela imprensa. Os principais veículos de comunicação da época eram o *Correio da Manhã* (1946), o primeiro órgão de imprensa a registrar a partida da vanguarda expedicionária Roncador-Xingu que possibilitou aos irmãos Villas Bôas enviarem a primeira mensagem ao Marechal Rondon; Jornal a Gazeta de São Paulo; a *Rede Associada* de Assis Chateaubriand; a Revista o *Cruzeiro*; o jornal *O Estado de São Paulo* e a Revista *Realidade*. Estes foram os principais órgãos de divulgação e apoio da Expedição. É importante registrar que o principal meio de comunicação utilizado pela Expedição era o rádio que, diariamente, enviava mensagens para o *Repórter Esso*. Outra Instituição que prestou apoio à Expedição foi o CAN - Correio Aéreo Nacional (Villas Boas; Villas Boas, 1994, p. 603).

O cotidiano da Expedição era composto por caminhadas, abertura de picadas na rica e densa floresta do Vale do Xingu e Araguaia, observação do ciclo das águas, demarcação dos espaços e contato com os índios. Todos os domingos, a Bandeira Nacional era hasteada pela manhã e arreada pela tarde, como forma de manter presente o sentimento de brasilidade e incentivo à caminhada interiorana.

A Fundação Brasil Central (Barrozo, 1992, p. 144) e a Expedição Roncador-Xingu tiveram 20 anos de trabalhos nos sertões dos Estados de Mato Grosso e Pará. Quando da criação da SUDECO, todo o seu

acervo de fotos e documentos foram perdidos nos porões (1979) dessa nova Instituição, como desculpa de falta de espaço.

Quando foi extinta a Fundação Brasil Central, em seu lugar foi criada a SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Dando continuidade à política de ocupação do cerrado brasileiro, o Governo Federal na década de 70 criou o PRODOESTE, o POLOCENTRO, o POLONOROESTE, mais tarde substituídos pelo PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agroambiental.

1.3 - A construção de Brasília - 1960

Nas décadas de 40 e 50 do Século XX, a principal área de fronteira efetiva no Brasil ligava-se à expansão do café. No Século XIX, foi o Rio de Janeiro (Vale do Paraíba, que também se estende pelo Estado de São Paulo); depois São Paulo, onde também ocorreu a exploração da atividade cafeeira até a década de 50. O Estado do Paraná experimentou um grande crescimento demográfico e econômico a partir da década de 40, principalmente no cultivo do café, exploração madeireira e pequena agricultura. Velho, citando os estudos de Monbeig, afirma que no caso de São Paulo as firmas madeireiras abriram o caminho para o café (Velho, 1979, p. 153). Nos anos cinquenta, as áreas de fronteira do Paraná, Goiás e Maranhão se configuravam como as mais explosivas no meio rural. Neste contexto socioeconômico, discute-se a transferência da Capital federal para Brasília, no Centro-Oeste brasileiro, como um símbolo desse desenvolvimentismo, elemento necessário para a ocupação efetiva do território e o deslocamento populacional da costa. Tal medida se justificava, “pois era vista como uma maneira de trazer gente e progresso para o vasto interior despovoado, de explorar os recursos naturais e como um instrumento de unidade nacional” (Velho, 1979, p. 155).

Foi com o Governo Kubitschek (1956-61) que a construção da nova Capital se efetivou, juntamente com a construção de diversas

estradas ligando a nova Capital às principais cidades do Centro-Sul e à região amazônica, dentre elas a Belém-Brasília com 2.100 quilômetros. Velho diz que esta estrada “criava novas condições para a ocupação da Amazônia, o que combinava com a penetração de grandes firmas pecuaristas no norte de Mato Grosso” (Velho, 1979, p. 157). Já para Duarte>

[...] a construção de Brasília foi um velho sonho e vitória do nacionalismo brasileiro. A construção de Brasília ocorre no momento preciso em que se verifica o despertar da consciência nacional, nessa hora matutina, em que emergindo do sono secular o povo brasileiro se descobre a si mesmo e começa a dar os passos decisivos no caminho da verdadeira emancipação (Corbisier apud Duarte, 2000, p. 21-2).

Um grande esquema propagandístico encarregou-se de forjar a utopia de Brasília, legitimando o modelo de desenvolvimento então estabelecido. [...] No entanto, é importante perceber o quanto a construção da nova capital integrava mitos fundadores [o sonho de São João Bosco ou o quadrilátero Cruas], ideologias nacionalistas [marcantes em toda história republicana brasileira] e intentos de adesão à modernidade (Duarte, 2000, p. 22).

A construção de Brasília provocou uma marcha para o Oeste em busca de emprego e a abertura de estradas, “principalmente as da capital para o Acre e para Belém. Brasília, construída por Juscelino Kubitchek, só se consolidou no governo Médici, mas o fluxo de migrantes para o Oeste não se interrompeu” (Lobo, 1999, p. 707).

1.4 - PIN: Programa de Integração Nacional

A partir da década de sessenta do Século XX, o Governo Federal resolveu desenvolver uma política de incentivo às regiões consideradas distantes e inacessíveis, estimulando a colonização de toda a Amazônia Legal (Müller; Cardoso, 1977, p. 19)⁶, considerada até então espaço de reserva (Becker, 1990, p. 121). Após 1964, Mato Grosso passou por um

⁶Definida pela Lei n. 1.806, de 6/01/1953, a mesma que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA.

significativo processo de transformação a partir da geopolítica militar desenvolvida por Golberi do Couto e Silva que tinha por objetivo ocupar os vazios demográficos existentes na Amazônia Mato-Grossense. Müller & Cardoso sustentam que “o Projeto de Integração Nacional coloriu o Estado em sua dimensão ideológica. A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia” (Müller; Cardoso, 1977, p.10).

O PIN, criado pelo Decreto-Lei nº. 1.106, de junho de 1970, tem como finalidade específica ‘financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional’. A primeira etapa do PIN compreende a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém e o Plano de Irrigação do Nordeste. A colonização e exploração econômica das áreas desapropriadas ao longo destas rodovias serão efetuadas com recursos do PIN (Müller; Cardoso, 1977, p.124).

Os discursos oficiais justificavam a política do governo brasileiro no sentido de expandir a fronteira agrícola nacional, dizendo que:

É no Centro-Oeste que está se processando de forma mais fascinante a interiorização do desenvolvimento brasileiro. Em Mato Grosso assistimos, nos últimos anos, à criação de dezenas de novos municípios e nucleações rurais, onde antes não havia mais que a mata bruta. É neste Estado, sem dúvida, que estamos, hoje, forjando um exemplo de cultura e progresso para o nosso país (Andreazza, 1981, p.7).

No início da década de 70 do Século XX, o Brasil atravessava um péssimo momento político, marcado pelo auge da repressão sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici. Sob a ilusão do *Milagre Brasileiro*, a situação da classe trabalhadora começava a degradar-se com a inflação crescente e a péssima distribuição de renda efetuada no País. O desemprego, sobretudo rural, refletiu no aumento da população marginal nas grandes cidades, elevando a população urbana em níveis jamais conhecidos (Gattaz, 1996, p. 85). O *Milagre Brasileiro* se caracterizou pelo arrocho salarial para os pobres, concentração de renda para os ricos, financiamento e crédito para a classe média.

O Programa de Integração Nacional, sancionado em 1970 pelo Presidente da República, Gen. Emílio G. Médici, entre outros motivos, tinha por objetivo esvaziar as tensões existentes na Região Sudeste, Sul e Nordeste, deslocando grandes contingentes de migrantes. Estes migrantes foram atraídos pela propaganda de terras férteis, de incentivos fiscais e financeiros, justificada pela suposta necessidade de levar “os homens sem-terra para as terras sem homens”. (Médici) O PIN explicitava uma ambiciosa estratégia geo-econômica da Ditadura Militar: aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários existentes no Centro-Sul do país. Para que fosse possível o desenvolvimento desta região, era necessário investir em obras infra-estruturais como a Rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, que teve inaugurada a pavimentação asfáltica até Sinop em dezembro de 1984 pelo Presidente da República, Gen. João Baptista de Oliveira Figueiredo. A partir dessa rodovia, chegaram à região grandes empresários que resolveram aplicar na Amazônia Mato-Grossense *seu capital*. Eles utilizavam incentivos e créditos oficiais com juros baixos – em empreendimentos agrícolas, pecuários, madeireiros e em outros setores da economia.

A rodovia Cuiabá-Santarém, denominada *Rodovia de Integração Nacional*, tinha por objetivo integrar esse vasto espaço territorial às demais regiões e lugares de nosso país. Com a existência dela, estimulou-se o desenvolvimento econômico e possibilitou-se que, ao longo de seu trajeto, se instalassem fazendas, surgissem cidades, que as migrações para este Estado aumentassem, que a produção agrícola e pecuária também aumentasse. A construção da rodovia era a *garantia* para o escoamento da produção. Ocorreu também a destruição de matas e cerrados, a expulsão de populações indígenas que viviam nessa região, como as Tribos Kayabi e Panará, que foram levadas para o Parque Nacional do Xingu pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas. Müller & Cardoso afirmaram que a questão da terra é um tema de extrema importância e que tende a ampliar-se:

Ela é fruto de um processo de povoamento recente numa região de desenvolvimento econômico incipiente, recém-aberta à diversificação de sua linha de produtos, o que traz à tona os interesses econômico-políticos divergentes, cuja resolução passa,

inevitavelmente, numa organização social, como a nossa, pela violência (Müller; Cardoso, 1977, p.75-6).

A maioria dos projetos de colonização particulares estava localizada no Estado de Mato Grosso. Nas décadas de 70 e 80, o Estado concentrou mais de 50 projetos de colonização, cabendo ao Governo Federal o investimento em infra-estrutura e a concessão de incentivos fiscais e financeiros à implantação de projetos agropecuários com subsídios da SUDAM. Neste sentido, “o que é típico na Amazônia - embora não ocorra em toda a área - é a criação de empresas e o estímulo que o Estado dá a elas, pelo incentivo direto e pela regulamentação do processo sócio-econômico” (Müller; Cardoso, 1977, p.9).

Sob o ponto de vista social, o Estado assumiu, pois, uma postura desigual em relação aos investimentos na Amazônia Legal:

[...] autoritarismo para a massa, protecionismo para as empresas, a tal ponto que, na Amazônia, o Estado, que é o pressuposto político da expansão capitalista local, quase só existe como cúpula: a SUDAM, o BASA, o RADAM: (Müller; Cardoso, 1977, p.128)⁷ etc. operam apenas ao nível das empresas: (Müller; Cardoso, 1977, p.9).

Dessa forma, manifesta-se um componente da “expropriação que priva a grande massa do povo da terra e dos meios de vida e instrumentos de trabalho. Daí o caráter comercial e capitalista da colonização”: (Müller; Cardoso, 1977, p.21). Evidentemente, é preciso considerar antes de tudo:

[...] que o ‘modelo original’ do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de

⁷ Projeto Radar da Amazônia – RADAM. Foi criado em 1970 pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e incorporado ao PIN. Tinha por objetivo levantar os elementos básicos necessários a um planejamento racional do aproveitamento integrado dos recursos naturais da região.

uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (Wanderley, 1996, p.16).

A *Marcha para o Oeste* estimulou muitos migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso (Ferreira, 1988, p. 38 e 59). O projeto visava fixar o trabalhador nacional em solo mato-grossense, através de assentamentos em pequenas propriedades. Estes migrantes, no entanto, não desejavam trabalhar como assalariados, mas vinham para Mato Grosso objetivando se tornarem proprietários de terra. É importante destacar que no leste de Mato Grosso, antes da devastação daquela região, ocorreu uma migração e colonização anteriores e durante a urgência da Fundação Brasil Central, como foi o caso de Guiratinga, Itiquira, Tesouro, Poxoréo e Jaciara.

Na década de 40, a política estava voltada à produção de alimentos e à absorção de mão-de-obra. Isto se deu com a criação de colônias agrícolas para atender à pressão da demanda de pequenos e médios agricultores. A colonização de Mato Grosso, nas décadas de 40, 50 e 60 do Século XX, gerou o povoamento do Vale do São Lourenço e uma considerável produção, como foi o caso de Rondonópolis.

Na década de 70, Mato Grosso ganhou um novo impulso condicionado pelas mudanças político-administrativas do país e pelo surgimento de fatores culturais, especialmente os relacionados com a agricultura brasileira. Esses condicionamentos iriam modificar a perspectiva do potencial do Estado no contexto nacional. O esgotamento de terras e a tendência da agricultura no Centro-Sul para a utilização de tecnologias modernas levariam a um deslocamento maior de correntes migratórias para o espaço disponível nas novas áreas do Estado.

Após 1960, devido à internacionalização interna da economia e diante dos problemas sociais do País, o Governo Federal voltou a estimular a colonização, sobretudo na Amazônia e no Centro-Oeste, através do Plano de Integração Nacional. Para que a Amazônia fosse povoada com migrantes, foi necessário despovoá-la primeiro de índios e posseiros, investir fundamentalmente em infra-estrutura (rodovias) e promover a colonização. O PIN foi criado nesta perspectiva. Segundo Messias da Costa, o “principal plano global de desenvolvimento desse período, já na década de 70, é o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, válido para os anos de 1972 a 1974” (Messias da Costa, 1991, p. 63). Os objetivos da política regional ali enumerados têm por base,

[...] fundamentalmente, o PIN, que acentuava a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de Integração Nacional, ou seja, procurar expandir a fronteira econômica do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste.

A estratégia de desenvolvimento regional, baseada na teoria dos pólos de desenvolvimento (Messias da Costa, 1991)⁸ formulada pioneiramente pelo francês F. Perroux, já havia sido aplicada anteriormente em alguns casos regionais e urbanos no país, desde a década de 50. A adoção dessa estratégia implicaria, conforme o Plano, a eleição de regiões-programa e, nelas, os pólos representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar o seu dinamismo à região.

O Estado de Mato Grosso é considerado a região em que ocorreu uma significativa expansão da fronteira agrícola do Brasil, tendo se definido nos últimos anos o processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro.

No âmbito do PIN, foi estabelecida e executada uma série de medidas com reflexos diretos na organização do território mato-grossense. Entre elas, destacam-se a construção das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364), a criação do INCRA – com a finalidade de promover, executar, coordenar e controlar a colonização, e as linhas especiais de crédito para a aquisição de terras concedidas pelo PROTERRA⁹. Neste contexto, ampliou-se a ocupação efetiva do Estado de Mato Grosso, na qual a colonização dirigida representou uma forma complementar de expansão da fronteira, sendo definida e apoiada pelo Estado (Lima, 1995, p. 56).

Essa ocupação em Mato Grosso foi realizada pelo poder público (até 1978), com o interesse de fazer crescer o setor agrícola e atender às

⁸ Para uma maior discussão sobre a teoria dos Pólos de Desenvolvimento, consultar a obra de Manuel Correia de Andrade, *Espaço, polarização e desenvolvimento. Uma introdução à Economia Regional*, p. 57 et seq.

⁹ PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à agroindústria, instituído pelo Decreto-Lei n. 1197 (6/7/71).

pressões demográficas e sociais, trazendo para este Estado migrantes que foram deslocados de suas respectivas áreas agrícolas, fazendo parte de um processo de modernização (conservadora) da agricultura brasileira. A exploração de grandes reservas de terras devolutas (PIAIA, 1999, p. 21)¹⁰ que, até então, eram *intocadas*, agilizou a evolução do seu sistema produtivo, provocando mudanças que afetaram sobremaneira a organização desse Estado (criação do INTERMAT e CODEMAT).

A região de cerrado no norte e médio-norte de Mato Grosso sofreu profundas transformações – históricas, econômicas, ambientais e socioculturais – a partir dos primeiros anos da década de 70 do Século XX, ocasionadas pela implantação de projetos de colonização que atraíram migrantes das áreas minifundiárias e de pressão social do Sul do país e do próprio Estado de Mato Grosso, como ocorre até hoje. Com o desencadeamento do processo de colonização, em curto tempo, este espaço sofreu uma reorganização, passando a ser pontilhado por cidades e vilas, onde se fixaram os migrantes, provocando um novo redimensionamento geográfico e administrativo do Estado de Mato Grosso, com o surgimento de novos municípios¹¹. Os projetos de colonização tiveram papel importante na ocupação e integração de Mato Grosso e estão praticamente concentrados todos nas mãos da iniciativa privada. Assim, a partir da década de 70, a ocupação do território de Mato Grosso se intensificou com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal que atuaram direta ou indiretamente neste Estado. Dentre os programas e projetos, destacaram-se o POLOCENTRO¹², o

¹⁰ As Terras devolutas são terras do Estado. Sob o ponto de vista jurídico, elas são desocupadas. Entretanto, pode ocorrer de estarem ocupadas por posseiros que não têm título de propriedade.

¹¹ Ver tabela dos municípios que surgiram no norte de Mato Grosso: 1970 – 2000, no II capítulo deste trabalho.

¹² POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, instituído em 1975, promoveu no Estado a incorporação de áreas de cerrado ao processo produtivo dentro da concepção de *pólos de desenvolvimento* em áreas selecionadas, abrangendo 3 milhões de há. O principal objetivo do programa era o de iniciar melhor aproveitamento da área do cerrado expandindo a fronteira agrícola.

POLAMAZÔNIA¹³ e os projetos de colonização oficiais e particulares, destinados aos pequenos e médios produtores provindos de várias regiões do país, sobretudo do Sul, como alternativa aos problemas minifundiários e à pressão social verificados naquela região(Busatto, 1996, p.5). Nesse processo, diversas colonizadoras particulares se instalaram em Mato Grosso, beneficiando-se dos programas incentivados pelo Governo Federal, bem como das facilidades de acesso à terra (Busatto, 1996, p.16)¹⁴.

CAPÍTULO II

¹³ POLAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento da Amazônia, criado em 25/9/74 com a finalidade de promover a ocupação e o desenvolvimento integrado em 15 áreas da Amazônia Legal, em função de suas potencialidades agropecuárias e agrominerais. Em Mato Grosso, foram feitos investimentos voltados para a formação de infra-estrutura nas áreas de Aripuanã, Juruena e Xingu-Araguaia. Este programa foi desenvolvido com o objetivo expresso de acelerar o processo de ocupação efetiva da Amazônia.

¹⁴ Para Martin Coy, em *Desenvolvimento regional na periferia amazônica*, p. 185, o POLONOROESTE: “com um volume de cerca de U\$\$ 1.5 bilhão de dólares, o Polonoroeste foi um dos maiores programas de planejamento do último governo militar. O banco Mundial – BIRD participou deste programa com 34% de financiamento”.

NORTE DE MATO GROSSO: UMA REGIÃO DE FRONTEIRAS

A fronteira é o lugar da pretensa epopéia da frente pioneira e dos também chamados 'pioneiros' e 'civilizadores'. É o lugar de busca desenfreada de oportunidades, mas também de genocídio dos povos indígenas, do massacre dos camponeses pobres, da subjugação dos frágeis e desvalidos.

José de Souza Martins

2.1 - Fronteira, frentes pioneiras e frentes de expansão

Ao considerarmos a região norte de Mato Grosso uma região de fronteiras, vamos dialogar com vários autores que discutem a problemática da fronteira e como podemos entendê-la no conjunto das transformações que ocorreram ao longo do tempo. Muitos projetos de colonização foram implantados no norte mato-grossense que, dessa forma, se consolida como fronteira em expansão, com novas empresas, novas técnicas e relações de trabalho. A partir do *golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida* (Martins 1997, p.147). E neste contexto histórico-político, os

[...] ‘novos bandeirantes’ retornam à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades (Arruda, 1997, p.21).

Aubertin faz uma reflexão sobre a existência da fronteira e sua relação com os migrantes,

[...] pois a fronteira não pode existir senão a partir de uma outra fronteira: o lugar de origem dos migrantes, que não se puderam manter em suas terras numa economia em mutação, ou que buscam melhores condições de existência em terras sempre mais afastadas. Uma fronteira dá origem à outra (Aubertin, 1998, p.14).

Motta afirma que o termo fronteira carrega uma gama de significados:

A concepção mais comum é utilizada para definir territorialmente os limites de um Estado. Quando analisamos uma legislação que faça referência direta ou indireta à apropriação territorial, o mencionado termo aparece para definir as terras limites de um país (Motta, 1999, p. 647)¹⁵.

E mais, é possível pensar a fronteira não somente como espaço-limite, ocupação em áreas de ‘ponta’, delimitação territorial de

¹⁵ Ver também Leo Waibel. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, p. 279-311.

uma nação em relação à outra, ou base de um modelo de ocupação territorial visto como exemplo de civilização e civilidade.

[...] Pensar a fronteira significa também discutir a dinâmica que explica a produção/reprodução de fronteiras internas, limites entre ocupações diversas, embates entre histórias de ocupação (Motta, 1999, p. 649).

Sobre o termo fronteira, José de Souza Martins nos revela que ela, de modo algum, reduz-se e se resume à fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, ‘fronteira do humano’ (Martins, 1997, p. 13).

Propomos que se tome o conceito de fronteira a partir das reflexões desenvolvidas por Castro e outros. Conforme estes autores:

A fronteira seria um elemento complexo e dinâmico que alimenta o processo de acumulação e que constrói não só ideologicamente e simbolicamente a possibilidade da reprodução da pequena unidade familiar, como permite novos processos de diferenciação social.

[...] a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Governo Federal se faz presente, direta ou indiretamente, em todos os níveis (Castro et al., 1994, p.47).

Pierre Monbeig, em seu clássico estudo sobre a zona pioneira em São Paulo, refere-se ao movimento de colonos do café na direção da fronteira paulista. Reconhecendo a importância do pequeno agricultor sitiante neste processo de ocupação do oeste do Estado, Monbeig considerou que *a maior parte dos pioneiros trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões* (Monberg apud Wanderley, 1996, p.24).

Nesta perspectiva, Santos considera que a fronteira gera também a exclusão social é “justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização” (Santos,

1993, p. 244). De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia:

Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta 'sede de terra' fez surgir, também, um 'sonho da terra' entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses (Santos, 1993, p.258).

A história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo. Mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção é que pretendemos analisar a gênese histórica dos movimentos sociais do Sul para as *Novas Cidades* da Amazônia Mato-Grossense. A expansão das fronteiras nacionais foi assim desde a época da Colônia até os dias atuais. "Ao longo do tempo, a expansão se deu de formas diferentes e com características próprias, imprimindo no território novas formas de ocupação, de produção, de uso da terra e de apropriação do espaço" (Swain, 1988, p.21)¹⁶.

A *Frente Pioneira* marcou um momento importante na expansão territorial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da Primeira Guerra Mundial, quando os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsionadoras do movimento pioneiro. A idéia de frente pioneira está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção em áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente (Ferreira, 1988, p. 39). José de Souza Martins conceitua Frente Pioneira como sendo um

¹⁶ Neste contexto, cabe ressaltar que a apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração da riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico.

[...] empreendimento capitalista, como forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição de propriedade privada da terra, pelos investimentos em compra, pela renda que a terra possa dar aos seus proprietários, pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas (Martins, 1975, p. 44).

Em relação ao conceito de Zona Pioneira, Martins se apropria das palavras de Leo H. Waibel, quando acentua a “dimensão urbana como constitutiva da paisagem, o mercado como constitutivo da economia, a urbanização do comportamento e a implantação da ‘mentalidade racional’, pressupondo, desse modo, a zona pioneira como aquela em que se realiza um estilo singular de vida” (Martins, 1975).

Por outro lado, como afirma Martins, a centralização das reflexões na ocupação pioneira do terreno,

[...] pioneira no sentido indicado de ‘zona pioneira’ e não no de primeira ocupação e no modelamento da paisagem, não acentua devidamente que, independentemente do espaço geográfico, as relações sociais e singulares que articulam a vida social na zona pioneira não são, por seu turno, ‘pioneiras’.

[...] As relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação. [...] O ‘novo’, que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social (Martins, 1975, p. 44-5).

José de Souza Martins afirma que a frente pioneira *exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica* (Martins, 1975, p. 45). No caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica.

A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constituiu basicamente [sic] porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. [...] A economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades (Martins, 1975).

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. Conforme José de Souza Martins, o que “caracteriza a ‘frente de expansão’ é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”. Pierre Monbeig afirma que as *zonas pioneiras* costumam considerar ilimitadas as possibilidades econômicas e financeiras, por causa da esperança que despertam e as suas vantagens. Nestas frentes pioneiras, a “colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular”. Já a característica da *frente pioneira* é que ela se instala como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, bancárias, comerciais, industriais, que loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. “Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A ‘frente pioneira’ surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta” (Martins, 1975, p.47).

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a apropriação privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade, a terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais (Martins, 1975).

Podemos concluir que entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica brasileira é que estão situados os posseiros. José de Souza Martins concebe essa zona como “frente de expansão”, onde a atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra (Martins, 1975, p. 52). Martins conceitua frente de expansão e frente pioneira da seguinte forma:

[...] frente de expansão expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (Martins, 1975, p. 152)¹⁷.

Segundo a análise de Martins, a figura central para se entender a problemática da fronteira não é o *pioneiro*, mas, sim, a *vítima*. É na categoria e na condição de

vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga (Martins, 1975, p. 12).

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (Martins, 1975, p. 13).

Na fronteira também é construída a figura mítica do pioneiro, o grande herói na conquista das novas terras. Só que agora as qualidades do herói-criador são transferidas para a própria fronteira, “fetichizada”, na expressão de Martins.

¹⁷ A propósito dessa problemática, consultar o texto deste mesmo autor e obra: Frente de expansão e frente pioneira: a diversidade histórica da fronteira, p. 151-203.

O aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, base da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna (Martins, 1997, p.15).

Como afirma José de Souza Martins, *a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. Um lugar da descoberta do outro e do desencontro* (Martins, 1997, p. 150).

2.2 Das fronteiras do Paraná para as fronteiras de Mato

Grosso: migração e colonização

Para Swain, a ocupação do território paranaense no Século XIX deveu-se à exploração da erva-mate que, juntamente com o comércio de tropas, teve fundamental importância nas modificações econômicas e demográficas do Estado. Por mais de um século, o comércio do mate funcionou como um pólo dinâmico da economia paranaense, favorecendo o povoamento, a criação de cidades e de riquezas. *Mas a extração vegetal, por natureza, não permite um mercado integrado e mantém as cidades e vilarejos isolados* (Swain, 1988, p. 22).

Em estudo sobre a cafeicultura paranaense, Nadir Aparecida Cancian afirma que desde o final do Século XIX, as terras no norte do Paraná despertavam o interesse dos produtores de café mineiros e paulistas (Cancian, 1981). Historicamente, a ocupação daquela parte do Paraná se iniciou como resultado da expansão do café, cujo roteiro vinha se traçando desde o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. Segundo ela, essa expansão foi despertada pela aproximação dos trilhos da Sorocabana, beneficiando mais à população paulista circunvizinha do que o restante da população paranaense concentrada na região sul do Estado (Monbeig apud Cancian). Assim surgiram as primeiras cidades

(Tomazina, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina) e outras representativas da penetração naquela região. A partir do Século XX, principalmente depois dos anos vinte:

[...] um novo e amplo movimento de povoamento, vindo do Sul, penetra no território do Paraná: os gaúchos, descendentes de imigrantes europeus, partiram em busca de novas terras, devido ao desmembramento de suas propriedades em heranças sucessivas. Entretanto, estes novos colonos mantêm-se isolados dos centros comerciais do Leste e do litoral, por causa da precariedade dos meios de transporte. Baseavam suas atividades econômicas no trabalho familiar e na pequena e média propriedade (Swain, 1988, p. 23).

Dessa forma, completa-se a ocupação do Norte Velho, e o café despontou como a mais importante atividade econômica. No início da década de 50, uma outra onda de colonos vindos do Rio Grande do Sul penetra na mesma região e forma uma espécie de cadeia de povoamento que irá ao encontro do fluxo vindo do norte. Conforme Swain, neste período,

[...] imensas concessões, gratuitas ou vendidas a preços irrisórios, se estendem de norte a sul do Paraná. As concessões constituem uma prática corrente nesta época, pois o governo tirava uma grande parte de suas receitas dos impostos recebidos sobre as exportações de madeira e mate, realizadas por estas companhias privadas. As doações de terras eram sempre acompanhadas por uma cláusula 'sine qua non', determinando uma atividade colonizadora e de povoamento, paralelo à exploração dos solos e florestas. Foi assim que um quarto do território foi privatizado nos três primeiros decênios do século XX (Swain, 1988, p. 23).

A expansão da produção cafeeira paranaense foi possível, como mostra Cancian, não só devido aos preços favoráveis, mas pela conjugação de vários fatores: política econômica governamental, terras férteis, o não-agravamento pelo regime de quotas, facilidade de aquisição de terras, clima adequado e o escoamento da produção através das ferrovias que chegavam ao Estado, que facilitaram a disponibilidade das terras devolutas para a ocupação permanente. Para ela, o processo de

expansão da cafeicultura paranaense (Cancian, 1981, p. 52) é a continuação da *Marcha para o Oeste* dos paulistas que, sempre à procura de perspectivas de lucros, adentraram o Paraná quando suas terras já estavam se tornando escassas ou supervalorizadas pelo desenvolvimento da agricultura comercial com base na produção de café. Neste contexto, Pierre Monbeig afirma que reduzir a *Marcha para o Oeste* a um fenômeno local, contentar-se em explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria reduzir abusivamente os quadros e não ver mais que os aspectos estreitos, pois está ligada à própria expansão da civilização Ocidental (Monbeig apud Cancian, 1981, p. 14).

A produção de café no Estado do Paraná se expandiu para outras regiões, chegando ao ponto de todo o norte do Paraná estar dominado por verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 60, quando por efeito, de um lado, da queda dos preços do café em face da superprodução e, por outro, da ação governamental com programas de diversificação agropecuária e industrial, foi se acentuando a diversificação da exploração da terra (Monbeig apud Cancian, 1981, p. 54-5).

Cancian afirma ainda que o excesso de café ante a demanda determinou, em 1961, providências do governo brasileiro no sentido de eliminar a produção de excedentes. O governo, com o propósito de erradicar dois bilhões de pés de café antieconômicos, procurou ajustar a produção que era de 36 milhões de sacas, para 24 milhões anuais, sendo 18 milhões para o mercado externo e seis milhões para o mercado interno. Para essa historiadora, tal medida se justificava em face da superprodução e deterioração dos preços, especialmente em virtude da entrada das grandes safras paranaenses no final da década de 50 e início da década de 60 e do aumento da concorrência externa. Mesmo que o I.B.C.¹⁸ comprasse o café e realizasse a estocagem, não era possível manter os preços externos em níveis considerados adequados.

¹⁸ I.B.C. Instituto Brasileiro do Café foi criado em 22 de dezembro de 1952 pela Lei n. 1.779.

A racionalização da agricultura foi a forma de defesa encontrada para o café na conjuntura, isto é, desfazer o resultado dos efeitos que os preços altos da década de 1950 e os incentivos aos novos plantios haviam provocado, oferecendo ao lavrador uma alternativa de diversificação que funcionasse como substituta das rendas geradas pelo café ao nível do produtor, levando o setor a reduzir a oferta na medida desejável pelos responsáveis pela política cafeeira (Cancian, 1981, p. 46-7).

A partir da década de 60, o Estado do Paraná já estava praticamente todo povoado e ampliando seu leque de atividades, concentrando sobretudo seus esforços na expansão da agricultura, transformando suas florestas de pinheiros em lavouras de milho, café e feijão. O Estado passa a ser o celeiro do Brasil. Neste contexto, uma série de transformações começa a ocorrer na área política, econômica e social em termos nacionais, e o Paraná sofreu suas consequências, quando a produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego (Swain apud Pebayle, 1988, p. 32)¹⁹, o uso da mão-de-obra e a distribuição das riquezas serão atingidos e modificados. Swain afirma que, em 1964, os militares tomaram o poder e deram também prioridade à modernização da economia,

[...] particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do 'boom' econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado. Essa política do governo federal favorece o capital em detrimento do trabalho, com repercussões profundas na sociedade brasileira, criando o desemprego agrícola, o êxodo rural, a baixa dos salários urbanos e a concentração das riquezas (Swain, 1988, p. 30).

¹⁹ Durante a implantação dos programas de erradicação do café, mais de 100.000 trabalhadores perderam seus empregos entre 1962 e 1967; onde a cultura do café empregava 30 pessoas, a da soja não necessitava mais do que uma.

Conforme Swain, o que nos interessa aqui é observar os efeitos da política do governo sobre o Estado do Paraná. Com a concorrência de novos produtores e o aumento das colheitas, que são cada vez mais abundantes, deu-se a queda de preços, forçando o Governo a comprar toda a produção de café através do IBC que a exporta em seguida.

Diante de contradição tão onerosa, o governo militar toma a seguinte posição: racionalizar a produção e reduzir as superfícies cultivadas, implantando um programa de erradicação de cafezais. O produtor é pago para eliminar suas plantações de café e substituí-las por outros produtos demandados no mercado internacional e no mercado interno. O Paraná é diretamente afetado por esta política, na medida em que é, na época, o maior produtor de café.

Swain sustenta que a intervenção indireta do Estado na produção do café visou primeiro eliminar os excedentes de produção e adequar a oferta à demanda. Mas, para o Paraná, esta política trouxe sérias consequências, como a redução das culturas alimentares (secundárias, de subsistência - milho, feijão etc. - que serviam para o abastecimento urbano, e o excedente era exportado para outros Estados da federação), pois essas culturas acompanham o café durante toda a sua expansão no território do Paraná (Swain, 1988, p. 31). A erradicação dos cafezais paranaenses, que eram cultivados em grande parte no regime de pequenas propriedades, acelerou portanto o processo de transformações econômicas do setor agrícola,

[...] levando a uma maior mecanização e abrindo espaço para a cultura da soja em substituição ao café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Com relação à utilização ótima dos fatores terra e capital, a soja é um produto ideal, tendo em vista a taxa de rentabilidade que ela garante aos investimentos. Do ponto de vista da mão-de-obra, no entanto, sua expansão é negativa, geradora do desemprego devido à mecanização acelerada, fortemente estimulada pelo governo (Swain, 1988).

Shaefer afirma que, com a rápida expansão agrícola (binômio trigo/soja à frente), as propriedades rurais passaram a se concentrar cada vez mais,

[...] estimulando a produção em larga escala por um número sempre menor de pessoas. As estiagens e geadas de 1975 dizimaram os cafezais, diminuindo as oportunidades de trabalho para 800 mil agricultores sem-terras, que foram aportando às cidades ou procurando o Paraguai e outras regiões, sobretudo o Mato Grosso e Rondônia (Shaefer, 1985, p. 23).

Os problemas sociais (desemprego, êxodo rural - em direção às cidades -, o surgimento de favelas e o empobrecimento das pequenas propriedades) criados por essas políticas governamentais não são objeto de medidas especiais. Pelo contrário, o Governo criou programas de colonização no Centro-Oeste e na Região Amazônica, como forma de aliviar os problemas surgidos no campo. No início da década de 70, percebe-se que os

[...] pequenos pedaços de terra explorados por famílias camponesas sofrem um processo de empobrecimento; à medida que sua população aumenta, a produção destinada ao comércio se reduz. As menores unidades (menos de 20ha) sofrem as conseqüências e serão as responsáveis pela formação dos fluxos migratórios (Shaefer, 1985, p. 33).

Neste contexto, percebemos que os migrantes partiram rumo a uma nova colonização de Rondônia e do Norte de Mato Grosso, fugindo de uma pobreza crescente, como afirma Tânia N. Swain, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito e condições de se manterem no campo. Assim, as migrações continuaram, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, prestes a recebê-los, como proclamavam os planos de colonização. Para o governo, fronteira segura era fronteira colonizada pelos pequenos proprietários.

Mas a colonização precária e desordenada que se praticou no início dos anos 80, principalmente com paranaenses que se deslocavam para Rondônia, não agiu senão reproduzindo as tendências afirmadas no resto do Brasil: o empobrecimento dos pequenos camponeses, uma renovação da dominação dos latifúndios sobre as terras, e uma ajuda sobretudo às culturas de exportação, em detrimento das culturas alimentares. Estes migrantes chegando às ‘novas terras’ irão encontrar uma série de dificuldades como clima extenuante, doenças tropicais e isolamento.” (Shaefer, 1985, p. 35-6).

Os migrantes originários do Paraná que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras, preferiram se dirigir ao Estado de Mato Grosso, onde a Colonização Privada oferecia condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras, como ocorreu na Gleba Celeste (SINOP) e na INDECO (Alta Floresta). Desta forma,

[...] constamos que a ação colonizadora no Brasil deixou de preencher seu papel de ocupação do espaço e de integração do território: a colonização se tornou uma arma política, utilizada a fim de cortar o nó górdio das tensões agrárias surgidas em regiões perfeitamente integradas aos circuitos comerciais. A população, agora ‘excedentária’, devido ao jogo de mudanças da política agrícola, é constantemente empurrada para terras a serem desmatadas, onde se reproduzem as condições desfavoráveis à instalação da propriedade camponesa familiar: justamente esta que, no Paraná, havia tentado frustrar a polarização da estrutura agrária e de seu corolário, violência e dominação (Shaefer, 1985, p. 37).

É neste quadro que vai se instalar a frente de expansão (Martins, 1975, p. 45-7)²⁰, a partir da década de 70, na região norte de Mato

²⁰ Frente de Expansão é o “movimento de estender territorialmente o espaço da produção, ‘movimento pioneiro’ ou ‘pioneirismo’, dada a sua importância na abertura de novos espaços e na formação do território, e ainda pelo fato de envolver contingentes populacionais consideráveis, deslocando as correntes migratórias para a ‘nova fronteira’ que está se abrindo, e recebe então a denominação de ‘frentes’; podemos distinguir duas formas de avanço da ocupação do território: a ‘frente de expansão’ e a ‘frente pioneira’”.

Grosso, onde historicamente a exploração da borracha precedeu essa frente de expansão. Inicialmente, será necessário esclarecer suficientemente o conceito de frente de expansão. Da compreensão precisa e de uma aplicação adequada deste conceito dependem, na nossa opinião, o entendimento da política de povoamento da região norte de Mato Grosso, a chamada Amazônia Mato-Grossense.

Como ‘frente de expansão’ se entenderia o movimento no qual a vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural. Tratar-se-ia de economia de excedentes, na qual os participantes têm como objetivo a produção para subsistência e secundariamente a troca dos produtos. Ela se integra à economia de mercado por dois aspectos: pelos excedentes que produz, e que se realizam como mercadorias na economia de mercado, e pela absorção de excedentes demográficos, que não podem ser contidos na fronteira econômica. Desse modo, a ‘frente de expansão’ faria parte da forma capitalista de produção, contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta de mão-de-obra abundante e barata e na abertura do espaço para uma posterior ocupação pela frente econômica (Swain, 1988, p. 41-2).

A fronteira é um espaço em formação econômica e social, ainda não plenamente estruturado, onde suas práticas ainda estão se constituindo, gerando realidades novas com elevado potencial político. O dado crucial da fronteira é, pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma como se dá a apropriação do seu espaço, das relações sociais e dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. “Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas” (Swain, 1988, p. 66). Em outras palavras:

[...] a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico (Swain, 1988, p. 67).

Léna sustenta que

[...] cada migrante que se dirige para a fronteira, seja qual for sua posição social, alimenta a esperança de dar partida a um processo de acumulação individual, ou de abreviar este processo, assegurando assim sua promoção social e o futuro de seus filhos (Léna, 1988, p. 93).

[...] não se deve esquecer também o que a fronteira representa de sofrimento humano, de esperanças frustradas. As trajetórias sociais não são todas ascendentes, longe disto, mas há sempre novos espaços para sustentar a esperança. Paradoxalmente o fracasso e as estratégias individuais, que visam contorná-lo, contribuem para a expansão da fronteira (Léna, 1988).

Velho, comentando a política de Vargas sobre as funções da fronteira, diz que ela serve para[...] *‘fixar em zonas mais produtivas e menos propícias a flagelos os excedentes de população de certas regiões do País’*(Velho, 1979, p. 148)²¹. Este autor faz uma reflexão histórica (comparativa) em relação aos estudos de Frederick Jackson Turner, teórico e historiador da fronteira norte-americana.

²¹ Cf. Octávio G. Velho. Op. cit., p.14. A expressão *Fronteira em Movimento* (moving frontier) é de uso comum para referir-se ao “processo de ocupação do território dos Estados Unidos. Entre nós existem algumas expressões próximas, embora menos disseminadas, tais como *fronteira interna* e *fronteira econômica* (em oposição à fronteira política). Todavia, em nossa opinião, em termos rigorosos, a aplicação da expressão *fronteira em movimento* a outros casos que não o norte-americano exige uma discussão, o autor utiliza esse conceito para designar o fenômeno geral de que se ocupará na análise do caso brasileiro”.

Na verdade a chamada ‘Tese de Turner’ envolve não só a fronteira per se, mas implica numa ‘tese’ geral sobre a sociedade norte-americana vista a partir da perspectiva da influência da fronteira sobre essa sociedade. [...] ‘A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço do povoamento americano em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano’. E ‘o ponto de vista correto para o estudo da história desta nação não é a costa atlântica, e sim o Grande Oeste’. ‘A fronteira produz o individualismo’ (Velho, 1979, p. 18-9)²².

Esta análise desenvolvida por Velho busca ganhar um conhecimento útil ao estudo do caso de ‘*fronteira brasileira a partir de estudos de outros casos históricos ‘acabados’, especialmente o movimento para o Oeste nos Estados Unidos no século XIX e o movimento russo para a Sibéria no mesmo século e no começo do século XX*’ (Velho, 1979, p. 13). As diferenças entre esses dois desenvolvimentos são em geral reduzidas a uma diferença básica nas formas iniciais de colonização:

[...] o fato de que no Brasil estabeleceu-se uma sociedade baseada na mão-de-obra escrava que produzia para a exportação, ao passo que nos futuros Estados Unidos desenvolveu-se uma sociedade baseada no trabalho livre e na economia familiar.

[...] Trata-se do contraste entre um sistema baseado no trabalho livre e um sistema de repressão da força de trabalho (Velho, 1979, p. 109).

No caso do Brasil, o célebre bandeirante foi o personagem mais vistoso produzido no processo de expansão da fronteira. Monbeig, ao discutir a Psicologia do Bandeirante sob o signo do qual se criou um mito, cuja eficácia é incontestável, afirma que:

²² Sobre o tema da “fronteira americana”, ver Henrique M. Silva: *Fronteira e identidade nacional na historiografia americana*. In: MALEBRA, Jurandir (Org.) *A velha história: teoria, método e historiografia*. Papirus, p. 37-49.

Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante. Diz-se tudo de um homem, quando se diz que ele é um verdadeiro bandeirante. Levemos em conta essa ênfase bem latina e não nos espante essa promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador. No dinamismo do fazendeiro-pioneiro, a massa popular encontra a lembrança da legenda do bandeirismo. [...] Nos heróis de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão da riqueza (Monbeig, 1998, p. 121-2).

Desde a aquisição política do território por Portugal, todo esse movimento de fronteira estabeleceu resultados duvidosos em termos de conquistas efetivas. Segundo Velho, essa ação do bandeirante está em contraste com a visão da fronteira de Turner (um conceito que implica a idéia de vazio demográfico, de espaços vazios e de terras virgens). Concluímos esta análise sobre o mito do bandeirante com as palavras de Pierre Monbeig sobre o que vem a ser pioneiro: *‘Ele é verdadeiramente um pioneiro, um homem que prepara o caminho para o vasto movimento de que ele é parte integrante, ao contrário do caboclo, desbravador que permanece à margem do mundo’* (Monbeig, 1998, p. 254).

2.3 - Políticas públicas para a Amazônia legal

O objetivo desta unidade não é fazer uma investigação da História Econômica do Brasil, mas simplesmente situar a problemática dentro do que ocorreu mais recentemente em termos nacionais com reflexos político-sociais em Mato Grosso, sob o ponto de vista da ocupação fundiária. Como o objeto de estudo desta obra se insere neste contexto mais recente, iremos nos deter um pouco mais neste período - décadas de 70 e 80.

Neste ínterim, procuraremos discutir a evolução da política governamental em relação à Amazônia Legal, no que se refere à sua ocupação e valorização, a qual ampliou as condições para o capital privado atuar naquele espaço brasileiro. O primeiro passo importante para a implantação de uma política de desenvolvimento e integração da

Amazônia ao resto do país, nestes termos, foi dado durante a Constituinte de 1946, quando se estabeleceram regras de execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em 1953, Getúlio Vargas sancionou a Lei nº. 1.806 que definia os objetivos principais desse Plano de Valorização²³. Segundo Müller & Cardoso, para execução desse Plano, foi criada a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, com autonomia administrativa e subordinação direta à Presidência da República, tendo como funções básicas a elaboração quinquenal do Plano que deveria ser apresentado ao Congresso Nacional para aprovação e controle de sua execução. Juntamente com a Superintendência, foi criado o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, encarregado de custear a execução do Plano. Uma das cláusulas do Plano dispunha que “dever-se-ia proceder à seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, onde pudessem estabelecer-se pólos de crescimento cujos efeitos se irradiassem por uma área maior” (Müller; Cardoso, 1977, p. 11-2).

Em 27/10/66, o Governo Federal criou a Lei nº. 5.173 que introduzia modificações no Plano de Desenvolvimento da Amazônia e extinguiu a SPVEA, substituindo-a pela SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia,

[...] tendo como função coordenar a ação federal na Amazônia, sendo a principal encarregada da elaboração e execução do Plano de Valorização, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. (BASA) (Muller; Cardoso, 1977, p. 115)²⁴.

Outro órgão oficial que participou da política federal de expansão da ocupação da Amazônia foi o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O INCRA foi criado (Decreto-Lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970) pela necessidade de simplificação

²³ A propósito desses objetivos do Plano de Valorização da Amazônia, consulte-se o Cap. VI: Os órgãos públicos e as políticas de valorização da Amazônia, da obra de G. Müller & Fernando H. Cardoso. *Amazônia: expansão do capitalismo*, p. 109-10.

²⁴ A respeito das atribuições específicas do INCRA, consultar o art. 10 dessa mesma obra e autores, p. 115-16.

administrativa e por causa de uma reformulação das políticas de colonização no Brasil.

A respeito das políticas públicas do Governo Federal, para ocupação e povoamento de novas regiões do Brasil, Oliveira pondera:

Em 1966 com vistas à concretização da Doutrina do Governo Militar, o povoamento e o controle das fronteiras por ‘sentinelas pacíficos e a disseminação da economia brasileira sobre o território nacional foram os objetivos da política de integração’. Incentivos fiscais, creditícios, implantação de infra-estrutura viária, de comunicações e outros mecanismos são levados a efeito pelo Estado no sentido de promover a segurança necessária a quem pretendesse aí aplicar capitais. A ação do Estado no processo de expansão capitalista em direção à Amazônia denota-se no sentido de garantir a presença da empresa capitalista, isto é, de resguardar os interesses do capital (Oliveira, 1983, p. 67).

Nesse sentido, sob a bandeira “Integrar para não Entregar”, a partir do Governo do presidente Emílio G. Médici, criou-se o PIN que entre outros motivos era destinado a construir as Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (onde se localiza Sinop, objeto deste estudo), juntamente com a

[...] colonização e reforma agrária na faixa de cem quilômetros de cada lado das novas Rodovias. Criou-se o INCRA, tendo como objetivo maior a promoção e execução da reforma agrária e a direção dos destinos da colonização, o desenvolvimento do cooperativismo e formas de associativismo (Oliveira, 1983).

É nesse contexto que, a partir de 1970, a colonização vem tendo maior impulso, pois nela o poder público vislumbrava uma saída para os antagonismos crescentes nas diversas regiões do país, especialmente na Amazônia. Não obstante mascarada pela ideologia da doutrina de INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA, a criação ou manutenção da pequena produção se fazia necessária ao próprio desenvolvimento do capital no campo. Assim sendo, pode-se notar que é significativo o número de colonizadoras que se instalaram na Amazônia, especialmente neste Estado (MT), no período posterior a 1974. Até o ano de 1980, 71,1% das colonizadoras autorizadas a funcionar pelo INCRA, em território nacional, encontravam-se em Mato Grosso (Oliveira, 1983, p. 69).

Neste estudo, procuraremos mostrar a forma de colonização e ocupação econômica do norte mato-grossense a partir dos Governos Militares.

A colonização é o processo de ocupação de uma área, realizado por indivíduos de fora, colonos. [...] colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado.

A colonização privada tem sempre um caráter de lucro, já a oficial atende às necessidades sociais, bastante diversas ao longo do tempo (Castro et al., 1994, p. 47 e 49).

Para a região norte de Mato Grosso, mais especificamente às margens da BR-163, afluiu um grande contingente de migrantes vindos, a partir da década de 70, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais, depois de 1975, sofreram catástrofes ecológicas de enchentes, geadas e secas consecutivas. Esses migrantes que passaram a ocupar esta região, eram, na origem, pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes que “vendiam” suas terras no Sul para se tornarem, em Mato Grosso, dependendo do valor da terra, pequenos ou médios proprietários. Também foi criado pelo Governo Federal o Projeto Radar da Amazônia – RADAM – e o PIN²⁵ com a finalidade específica de *financiar o plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de*

²⁵ O PIN tinha em vista por meio do RADAM executar mapas sobre a topografia de 4 milhões de km² de vegetação e riquezas minerais da região amazônica.

atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional (Castro et al., 1994, p. 124).

Nesse sentido, é importante enfatizar a importância dos Pólos-Programas para a região implementados pelo Estado, durante a vigência do I PND (1972-74) e do II PND (1975-79)²⁶, que objetivou o estímulo à ocupação e exploração nos longínquos municípios da fronteira da Amazônia Mato-Grossense. O II PND pôs de lado os objetivos do PIN que priorizavam o povoamento através de colonização oficial, e fez uma clara opção pelos grandes empreendimentos com capitais privados, nacionais e estrangeiros, estimulados pelos incentivos fiscais do Governo Federal (Vidigal, 1992, p. 72). No governo do Presidente João Baptista Figueiredo, foi aprovado pelo Congresso Nacional, em fins de 1979, o III Plano Nacional de Desenvolvimento que correspondeu ao período de 1980 a 1985.

Este plano não propõe nenhum novo programa de caráter integracionista, prevê, porém, integral apoio aos anteriores, sem entretanto fixar as metas e os recursos alocados.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento manifesta o empenho do governo na gradual ocupação e integração da Amazônia, respeitando suas características e vocações, fazendo-se uma exploração racional dos recursos naturais e mantendo o equilíbrio ecológico e da população autóctone. Quanto à região Centro-Oeste, declara que é prioritário o fortalecimento do Estado de Mato Grosso, pela situação de localização próxima à capital federal, e porque representa potencialidades de ocupação do solo para desenvolvimento agropecuário (Torloni apud Lisboa, 1994, p. 37).

Ao discutir a problemática da colonização, Carvalho, Costa e Siqueira dizem que ela é *‘uma forma de se abrandarem os conflitos sociais’*.

²⁶ Sobre as principais características dos Planos Nacionais: I e II PND, ver o Cap. “A experiência de planejamento econômico no Brasil” de Ana Gláucia Mendes, p. 75-143. In: CINTRA, A. C., & ADDAD P. R. (Orgs.). “Problemas do planejamento urbano e regional no Brasil”. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Ocupar os ‘espaços vazios’ existentes na região Amazônica seria uma boa solução para minimizar os sérios conflitos urbanos e rurais que explodiam em diferentes pontos do território nacional. Como sabemos, os espaços estavam vazios, pois neles nada se produzia, porém eles já possuíam donos. Havia estes proprietários adquirido, através de compra, largas faixas de terra na região amazônica (Carvalho; Costa; Siqueira, 1990, p. 259).

Uma série de projetos agropecuários e de colonização de caráter nacional e regional coordenados pelo Governo Federal foi implantada no Estado de Mato Grosso nas décadas de 70 e 80. Os principais programas desenvolvidos foram:

Quadro 1 - Programas de Desenvolvimento Regional

Ano	Pólo-Programa	Objetivos
1970	PIN - Plano de Integração Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Financiar obras de infra-estrutura: construção de estradas e viabilizar a colonização às suas margens; - Integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.
1971/78	PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o acesso do homem à terra; - Criar condições de emprego da mão-de-obra no campo; - Fomentar as agroindústrias nas regiões de atuação da SUDAM e da SUDENE. - Produção de forrageiras, fibras, criação de animais e produção de alimentos. - Atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do BASA e do Banco do Brasil.
1972/74	PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar a Região Centro-Oeste às demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infra-estrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico. Estava em consonância com o I PND.
1974	POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a ocupação de “espaços vazios” na Amazônia Legal; - Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas na Amazônia Legal, apoio aos colonos, orientando aplicações dos

		investimentos em projetos de infra-estrutura econômica e sociais, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais.
1975	POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.	- Transformar os cerrados em área de expansão de frentes comerciais a partir do Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Sua meta era incorporar 3,7 milhões de hectares ao setor produtivo nas áreas de agricultura, pecuária e florestas. Suas ações preconizavam apoio à infra-estrutura (armazenamento, estradas rurais, eletrificação e assistência técnica etc.)
Até 1987	POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil.	- Promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região, favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

FONTES: Dados condensados a partir de Carvalho, 1997, e Pereira, 1995 (Souza, 1999, p. 41).

- GUARIM NETO, G. *Estudo florístico, faunístico e da relação sociedade-natureza na Amazônia Mato-Grossense*, p. 57-8.

- LISBÔA, M. da G. C. *O Cerrado em Mato Grosso: Uma realidade social*, p. 48.

Em relatório divulgado em 1981 pelo Ministério do Interior, constam os investimentos realizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso:

Além dos projetos executados na área do Estado de Mato Grosso com recursos dos Programas Especiais, a SUDECO, cumprindo a orientação do Ministério do Interior, vem envidando esforços para atender às Prefeituras Municipais do estado, no sentido de carrear recursos para obras de interesse das comunidades municipais. Neste sentido, foram aplicados cerca de Cr\$ 253,4 milhões, no período de 1979/81, destinados a projetos que vão desde melhorias urbanas (abastecimento d'água, saneamento, pavimentação, meio-fio, passeios públicos etc.), estudos e pesquisas, zoneamentos, implantação de cadastros imobiliários, edificações públicas, treinamento de recursos humanos, equipamentos para escolas e unidades sanitárias, até implantação de trechos de rodovias, onde se destacam por exemplo as que ligam as rodovias troncos à jazida de calcário, e às colonizadoras, principalmente Colíder e Sinop (Ministério do Interior, 1981, p. 41).

2.4 Programas e incentivos fiscais

Os incentivos fiscais (Carvalho apud Souza, 1999, p. 29)²⁷ oferecidos para atrair os empresários davam a possibilidade de: 1) descontar do imposto de renda devido até 75% do valor em obrigações do BASA para quem as adquirisse; até 50% do valor do Imposto de Renda devido para investimento em projetos agrícolas, pecuários e industriais na região amazônica.

De acordo com a política econômica proposta, dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis, ficando a parte de infra-estrutura, planejamento e pesquisa com o governo. O Governo Federal construiu, dentro deste plano, grandes obras de infra-estrutura na Amazônia – dentre as obras de maior envergadura estão as rodovias Transamazônica, Cuiabá-PortoVelho, Porto Velho-Manaus; Porto Velho-Rio Branco; Manaus-Boa Vista; Cuiabá-Santarém; e deu início à Perimetral Norte –, embora saibamos que muitas destas obras serviram muito mais para fazer propaganda do governo, especialmente no período governado pelo General Garrastazu Médici (Barrozo, 1992, p. 23). O POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) possuía quatro de seus pólos no norte de Mato Grosso: Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins. O Governo Federal implantou projetos de desenvolvimento para a Amazônia brasileira visando atrair empresas privadas para a região - a chamada “Operação Amazônica”.

²⁷ Incentivos Fiscais são as despesas públicas efetuadas por meio de disposições legais de exceção ao conceito básico da norma tributária, com vistas à realização de objetivos sociais e/ou econômicos que resultam em redução da carga tributária estabelecida. As isenções e reduções fiscais resultam da diferença entre o imposto calculado e o efetivamente pago, bem como da aplicação efetiva do imposto devido em atividades privadas. A redução do imposto fixado em lei pode ser vista tanto como um incentivo a uma dada região ou setor, quanto como um tratamento diferenciado para determinado setor ou região de interesse estratégico para o País. Foi a partir da política dos incentivos fiscais que se transformaram empresários e banqueiros em proprietários rurais, dessa forma unindo interesses dos senhores da terra com a burguesia industrial e financeira.

O governo oferecia a infra-estrutura, estradas, aeroportos, telecomunicações e, principalmente, incentivos fiscais e linhas de créditos especiais. A legislação proporcionava ao investidor a possibilidade de obter o título definitivo em razão de uma benfeitoria na área a qual podia ser um desmatamento para venda de madeira ou roça. O tamanho das áreas era relativamente grande, por exemplo, somente a fazenda Suiá-missu no norte de Mato Grosso chegou a ter 560. 000 hectares (Guarani Neto, 1999, p. 9).

Grandes troncos rodoviários, como os já citados, foram construídos através da execução do PIN que tratava de “conquistar um novo país” dentro do Brasil e tinha a mesma função ideológica que teve a “conquista do Oeste” na década de 30 com Getúlio Vargas. A “Marcha para o Oeste” se fundava, por exemplo, no aldeamento indígena, enquanto os projetos dos Governos Militares proporcionavam maiores condições para o aumento da expropriação indígena.

Para melhor caracterizar o Estado e o problema que se pretende compreender, faremos agora uma breve discussão sobre o contexto geral destas transformações, ocorridas dentro do processo de expansão do capitalismo da Amazônia Mato-Grossense. Conforme Rodrigo A. de Azevedo, o Estado de Mato Grosso passou por profundas transformações no que se refere à utilização do seu espaço nas últimas três décadas. Estas transformações, iniciadas na década de setenta, não se restringiram ao Estado de Mato Grosso, pois atingiram o país todo, surgiram de um conjunto de políticas baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política fundamentada nos princípios da modernização agrícola, que visava à exportação, e da colonização e ocupação do espaço regional. Para este pesquisador, estas medidas foram elaboradas pelos Governos Militares com o objetivo claro de mudar a face do campo brasileiro, saindo da situação em que se encontrava, o arcaísmo, e entrando num processo de modernização, conforme dizia o discurso oficial da época. Historicamente, esse processo começou no Estado de São Paulo, nos anos cinqüentas do Século XX. A partir dos anos sessentas, os militares o ampliaram e aprofundaram, segundo a ótica do crescimento pelas exportações e a geopolítica para a Amazônia. Na década de 70, este processo de transformação foi garantido por um conjunto de políticas públicas do Governo Federal (Becher et al, 1988 d,

p.9)²⁸. E na crise dos anos oitenta passou a ter a conotação de aumentar as exportações para honrar o pagamento da dívida externa²⁹.

Na década de 70, com o estímulo dos incentivos fiscais e de outros favorecimentos do Estado ao capital, as áreas de fronteira agrícola sofreram novo surto de expansão do latifúndio. Isto, evidentemente, representou maior concentração fundiária e mais conflitos pela terra. O crescimento das grandes propriedades se deu mais no Norte e no Centro-Oeste, onde a estrutura fundiária já era concentrada. Especialmente nas áreas de influência da SUDAM, na chamada Amazônia Legal (Duarte, 1999 a, p.609).

Barrozo afirma que:

[...] na década de sessenta os objetivos propostos pelo governo federal para ocupar o 'vazio demográfico' da Amazônia foram retomados. Esta nova 'marcha para o oeste' foi retomada por Juscelino Kubitschek que construiu Brasília e as grandes rodovias inter-regionais. Depois vieram as rodovias da Amazônia, já na década de setenta" (Barrozo, 1992, p.7).

Segundo ele, *[...] nesse período a concessão de incentivos fiscais e crédito barato oferecidos pelo governo federal para a Amazônia exerceram, como o ouro no período colonial, verdadeiro fascínio sobre os empresários capitalistas (Barrozo, 1992).*

No processo de ocupação da Amazônia Mato-Grossense estava em jogo, sob a ótica das Forças Armadas, a realização da soberania nacional. Era preciso povoar a fronteira. O Presidente da República Costa e Silva, discursando em Belém em 1968, afirmava que: *Ocupemos a Amazônia hoje ou a perdemos*. Havia uma “necessidade” da extensão do controle estatal e da integração política. Devemos entender que a ocupação da Amazônia faz parte de uma política nacional iniciada *sob o regime populista de Vargas e sobretudo sob o Regime Militar, o ponto de apoio essencial do nacionalismo brasileiro, [...]) a figura nacional proposta pelo Estado para firmar sua legitimidade é Brasil = Amazônia* (Lévêque, 1984, p. 136). A

²⁸ Para esta autora, a “expansão da fronteira na Amazônia, após o golpe de 1964, se processou num contexto específico em que o Estado mediou interesses de grande empresa, principalmente do capital internacional, e sua concepção de nacionalismo baseada na Doutrina de Segurança Nacional, em que desenvolvimento – e segurança mutuamente se sustentavam”.

²⁹ Sobre esta temática, consultar *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Ariovaldo U. de Oliveira.

SUDAM foi o organismo federal que mais contribuiu com a ocupação e desenvolvimento da Amazônia via grande empresa, concedendo subsídios e crédito farto e barato pelo Governo Federal através desta Superintendência (Barrozo, 1992, p. 22.3)³⁰.

Vários fatores contribuíram para a ocupação da Amazônia pela sociedade nacional. Dentre eles, destacam-se: a pressão sobre o latifúndio no Nordeste, os conflitos no Sul do Brasil e a conseqüente tensão social presente nesses fenômenos.

A partir da década de sessenta o Governo Federal, inspirado na *Doutrina de Segurança Nacional*, formulou a política de ocupação dos *espaços vazios*, preocupado com a *segurança nacional* e com a *integração nacional*. Começou uma nova corrida para a Amazônia. Já em 1974, com a criação do POLAMAZÔNIA,

[...]se manifesta mais claramente a 'aliança entre o Estado e a empresa capitalista'. O INCRA mudou a legislação referente à distribuição de terras, abandonou a colonização a plano secundário, passando a fazer concessões de grandes áreas de terra às grandes empresas agropecuárias, colonizadoras, mineradoras e madeireiras. A colonização oficial não foi abandonada de todo, mas o governo abandonou o discurso da ocupação da Amazônia com pequenos agricultores (Barrozo, 1992, p. 9).

A grande empresa que veio para a Amazônia absorveu todos os recursos dos organismos governamentais e se apropriou em pouco tempo de grande parte das terras, prejudicando os migrantes pobres que chegavam particularmente ao Estado de Mato Grosso. O *vazio demográfico*

³⁰ Este autor afirma que o Governo Vargas propôs interiorização do Brasil, ocupando o Centro-Oeste e a Amazônia. Em 1946 foi criado o P.V.E.A. – Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que depois se transformou em Superintendência (S.P.V.E.A.), com a função de coordenar as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia fez muito pouco em seus dez anos de existência. Sua substituta foi criada em 27/10/1966, pela Lei n. 5.173. A SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia surgiu com atribuições de ‘desenvolver’ a região, com um banco (BASA) oferecendo crédito, uma política de subsídios e incentivos fiscais. A SUDAM abrangia toda a ‘Amazônia Legal’ que, pela Lei n. 5.173, extrapolava a Amazônia geográfica, incluindo em seus limites o Oeste do Maranhão, o Norte de Goiás e o norte de Mato Grosso, acima do paralelo 16. Posteriormente, com a divisão do Estado de Mato (1977/79), o Estado remanescente, Mato Grosso, foi todo incluído na área de jurisdição da SUDAM.

era terra de trabalho ocupada por indígenas, caboclos, pequenos produtores tradicionais, e a terra de negócio se sobrepôs à *terra de trabalho*. Houve disputas, conflitos, enfrentamentos, expropriação e mortes (Barrozo, 1992, p. 10). Para o capitalista, a posse da terra é um investimento produtivo, especulação, reserva de valor ou suporte para obtenção de empréstimos; ativo financeiro. A terra não é necessariamente para produzir, é para especular, ou seja, é *terra de negócio*.

As regiões Centro-Oeste e Norte representavam, na visão dos estrategistas que articularam esta *Marcha para o Oeste*, um espaço ideal para ser ocupado, já que era um vazio em termos demográficos³¹. Além disso, apresentavam a possibilidade de abrigar tanto os pequenos agricultores, expulsos da terra em outras regiões do país, como e principalmente o grande capital que deveria migrar para a região e implantar um setor modernizado, eficiente, produtivo e vinculado ao mercado internacional de grãos e nacional de produtos extrativos e culturas energéticas.

Este processo de reocupação ocasionou profundas transformações na organização do espaço e nas relações socioeconômicas e, também, como não poderia deixar de ser, no meio ambiente. Além de estarem concentrados nas mãos de poucas pessoas, os benefícios proporcionados pelo uso irracional dos recursos naturais ocasionaram perdas irreparáveis destes recursos. Além disso, a violência foi utilizada para assegurar o espaço, o que provocou muitos conflitos em toda a Amazônia³².

Conforme Azevedo, outro traço característico deste processo, existente desde a reocupação regional do Século XVIII, é a apropriação profundamente desigual das riquezas regionais. Esta característica levou

³¹ Evidentemente, “vazio” (sob o ponto de vista demográfico burguês, econômico e jurídico) na visão destes estrategistas, uma vez ser a região imemorialmente ocupada por povos indígenas e já há alguns séculos por outras populações tradicionais. Aqui, cabe introduzir o conceito de reocupação (CASTRO et al., 1994, p. 287), que se justifica pelo fato de que as pessoas que para cá vieram, a partir da década de 70 do Século XX, reocuparam um espaço já secularmente ocupado, gerando importantes conflitos na região.

³² Para aprofundamento nesta problemática, consultar os Relatórios da CPT — Comissão Pastoral da Terra-MT — e a Dissertação de Mestrado do Prof. Dr. João Carlos Barrozo, *Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia Mato-Grossense*. Unicamp, Campinas, 1992.

ao estabelecimento de significativas disparidades intra-regionais, tanto no que diz respeito à distribuição da riqueza, que não trataremos neste trabalho, mas também em relação aos próprios padrões de utilização da terra (Azevedo, 1996, p. 2-3). O entendimento desta etapa passou a ser, portanto, muito importante no desvelamento das desigualdades contidas nas relações socioeconômicas e ambientais estabelecidas no transcorrer do processo de ocupação, principalmente do norte de Mato Grosso³³. Desta forma,

[...] o processo de avanço do capital na Amazônia Legal, a atração dos grandes empresários, através dos incentivos fiscais da SUDAM, e a atração dos pequenos e médios empresários através da colonização só foram possíveis pela atuação do governo militar com sua política de ocupação dos 'espaços vazios' na Amazônia, onde (sic) privilegiou a classe empresarial através das alianças estabelecidas com a mesma (Ribeiro, 1986, p. 114).

Ribeiro afirma

[...] que mesmo com a criação do PIN em 1970, que objetivava efetivar a política de ocupação da Amazônia e a criação do INCRA em 1971, a quem caberia conduzir tal processo, observa-se que a colonização oficial dirigiu-se mais intensamente para as áreas geograficamente mais distantes na Amazônia, como Altamira/PA (Ribeiro, 1986, p.116).

É importante observar que em 1971 o Governo Militar deu ênfase à colonização oficial e ao mesmo tempo abriu espaço para a colonização particular, já prevista no estatuto da terra, ao convidar as empresas particulares para colonizar a Amazônia. Um exemplo dessa política federal foi o projeto de colonização da INDECO criada em 1973, para colonizar Alta Floresta, no extremo norte de Mato Grosso, uma empresa particular convidada pelo POLAMAZÔNIA para conduzir seus negócios naquela região. Segundo Ribeiro, *em 1976 o próprio Governo Federal anunciava que a colonização oficial não dera certo e entregava a tarefa de colonizar às empresas particulares, diminuindo a colonização oficial*

³³ O norte mato-grossense é dividido em oito (8) microrregiões: Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Parecis, Arinos, Alto Teles Pires, Sinop e Paranatinga. Fonte: INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso. Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF. Mapa das Microrregiões - 2000.

(Ribeiro, 1986, p. 117). O Ministro do Planejamento, Reis Veloso, em 1973, antecipava a desativação da colonização oficial:

Até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, e a de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver esta região (Ribeiro, 1986, p. 118).

É importante observarmos que a colonização particular foi dirigida pelo Estado Brasileiro, que criou condições para a sua efetiva penetração e expansão no território mato-grossense, ou seja, em última instância, teve uma participação fundamental do poder público.

2.5 Colonização privada no norte de Mato Grosso

Quem eram os migrantes que vieram para Mato Grosso? Os “pioneiros” vieram em busca de terra. Os colonos buscavam a terra como meio de produção e melhores condições de vida. Os colonizadores como reserva de valor, especulação imobiliária e enriquecimento. Eram originários do Nordeste, do Sudeste e do Sul do Brasil, os quais saíram de suas regiões de origem atrás de uma melhora de vida e incentivados pelos colonizadores, atendendo ao apelo do Governo Federal para “ocupar a Amazônia para não entregar”. É necessário que seja problematizada esta questão: Não entregar para quem? Sob que aspectos? Ocupar para servir a quais interesses?

Para Müller & Cardoso, as experiências de colonização dirigida são antigas no Brasil. Na região amazônica elas datam de muito antes do atual programa de colonização impulsionado pela SUDAM e pelo INCRA. Estes autores sustentam que:

A colonização dirigida aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a ‘pressão’ demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade (Muller; Cardoso, 1977, p. 139-44).

Além dos esforços da colonização dirigida, *a política de valorização e ocupação da Amazônia esteve orientada também no sentido de apoiar a iniciativa privada através dos mecanismos de 'incentivos fiscais'*, descritos em seção anterior. Neste sentido, a filosofia da ação governamental foi expressa pelo Ministro Costa Cavalcanti, em 1968, quando visitava o Projeto Suiá-Missu, no Nordeste de Mato Grosso: *O papel do Governo no desenvolvimento da Amazônia é apoiar a iniciativa privada, auxiliá-la no que for necessário e, não, atrapalhá-la* (Muller; Cardoso, 1977, p. 155). Nesta mesma linha de incentivos, defendia-se a idéia de que a iniciativa privada era essencial para a ocupação da Amazônia, valorizando sobretudo o seu espírito empresarial, privatizando as terras da Amazônia para se criar uma agricultura moderna e extensiva. Com este objetivo, o Governo Federal transplantou para a Amazônia a estrutura agrária do Nordeste, com grande concentração fundiária e má distribuição de renda. Como afirmam Müller & Cardoso, *grandes fazendeiros tradicionais do Sul juntaram seu 'espírito empresarial' aos cofres do Estado*. Não é pertinente para os fins deste trabalho a análise da 'capacidade empresarial' do Sul, *mas convém assinalar que a política de incentivos fiscais significou não apenas o robustecimento da iniciativa privada na Amazônia, mas também atuou como uma medida ativadora da acumulação financeira no sul do país* (Muller; Cardoso, 1977, p. 165-66).

Concomitantemente à política de colonização oficial, o governo concedeu terras para colonização às empresas privadas. As empresas Colonizadoras Privadas (SINOP, INDECO, COTRIGUAÇU) conseguiram grandes áreas devolutas, dividindo-as em milhares de lotes, revendidos depois principalmente para colonos do Sul do Brasil. A INDECO, Colonizadora de Alta Floresta, adquiriu 400 mil hectares no extremo norte de Mato Grosso, onde desenvolveu seu projeto de colonização, a partir de 1973, vendendo lotes de 100 a 300 hectares a preço de mercado (média propriedade), especialmente a colonos paranaenses.

Nesse processo de ocupação da região norte de Mato Grosso, percebe-se uma política de valorização do empreendimento, em um ciclo

rápido³⁴. Exige-se, além das benesses fiscais, a superexploração do trabalho.

[...] Se em vez da racionalidade dos planos e da necessária morosidade de uma ocupação que visa efetivamente à valorização do homem, existir - como é o caso - uma preocupação marcante com o 'fazer depressa' e manter um clima de 'projeto-impacto', por parte do governo, ao que se soma o interesse da acumulação da grande empresa capitalista e concentradora (Muller; Cardoso, 1977, p. 185).

A Colonizadora Sinop ocupou uma área de 645 mil hectares, divididos em lotes de diferentes tamanhos. Foram instalados quatro núcleos urbanos e de apoio dentro da área de colonização: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop, que hoje é sede do município do mesmo nome e a principal cidade do projeto, após se desmembrar de Chapada dos Guimarães em 1979.

As ondas migratórias vindas de regiões tradicionais (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) foram parcialmente responsáveis por este fenômeno, tratando-se assim de uma migração do centro para a periferia (Coy, 1988 a, p. 172).

As empresas de colonização que atuam em Mato Grosso, são empresas que adquiriram experiência em colonização nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. O preço a pagar pela terra seleciona uma categoria de migrantes relativamente abastados. Não se encontram entre seus aderentes migrantes sem experiência (a experiência anterior era a de outras paisagens), como foi o caso dos projetos públicos. Como afirma Alcir Lenharo,

[...] esse colono chega saudável, educado, disciplinado, competitivo, com amor ao trabalho, com a nobre ambição de fortuna e bem-estar e dissemina a obra da colonização. [...] É o 'colono pronto', gerador da riqueza particular (sic!) e as companhias particulares transformadoras das terras devolutas em mercadorias (Lenharo, 1983, p. 7-8).

³⁴ No IV capítulo deste trabalho, explica-se o porquê da pressa em "Fazer o Mato Grosso", idéia construída no imaginário dos colonos e colonizadores que, a partir da década de 70 do Século XX, vieram para este Estado.

Conforme Philippe Léna, a seleção dos colonos é feita no ponto de partida e não no lugar de chegada (como é o caso da colonização pública). Cada área do projeto vai sendo aberta conforme a valorização do solo. Para Léna é importante notar que:

[...] É o Estado (federal ou local) que permite a valorização da terra (e, por conseguinte, assegura os lucros da empresa), através da abertura e manutenção das estradas, da concessão dos títulos definitivos de propriedade, da implantação de agências do Banco do Brasil, do sistema federal de créditos etc... (Léna, 1988^a, p.115).

O Estado mobiliza a capacidade de trabalho, implantando infraestrutura ao construir estradas, valorizando a região e potencializando o trabalho dos colonos, agentes principais no processo de reterritorialização da Amazônia Mato-Grossense.

Os participantes dos projetos privados são mais exigentes do que os dos projetos públicos. Eles pagaram. O projeto Sinop foi um modelo deste tipo. Foi concebido e administrado pelo senhor Enio Pipino, colonizador com larga experiência no ramo imobiliário no Estado do Paraná. A maioria dos colonos que se estabeleceram em Sinop vieram do Paraná, onde eram pequenos proprietários. A sua origem social é, pois, mais homogênea do que nos projetos públicos. Ocorrem, no entanto, diferenças importantes:

Como em todos os projetos privados, encontram-se colonos que esgotaram totalmente seu capital (produto da venda do minifúndio no lugar de origem) na compra da terra e se acham em condições muito semelhantes àquelas dos colonos do INCRA. Estes pequenos colonos em geral não utilizavam máquinas, cultivavam o café e as culturas alimentares de base. No projeto Sinop, eles logo descobriram que as terras eram de má qualidade, e que o café suporta mal a estação seca; enfraquecido, o café é atacado pelos parasitas. Além disso, o IBC não atua na região. [...] Mas os migrantes não param em Sinop, eles continuam em direção ao norte (Colider, Terra Nova... Guarantã...) (Léna, 1988^a, p. 116).

A continuação da migração rumo às *novas cidades* ainda mais recentes, como Novo Progresso/Pará, tem demonstrado que Mato Grosso não foi o ponto final deste processo.

2.6 A ocupação de Mato Grosso a partir de 1978

A política de colonização do Governo do Estado, a partir de 1978, foi aplicada através da Codemat, que projetou e implantou inúmeras colônias em terras públicas. Da mesma forma, revestiu-se de grande valor a iniciativa privada que trouxe para Mato Grosso a ação de empresas de colonização, das quais nasceram e floresceram inúmeros núcleos, hoje centros econômicos e populacionais, muitos dos quais já constituindo unidades emancipadas deste Estado, mesmo sem ter condições para isso. Em 1978 após a divisão (Silva, J., 1996, p. 1990)³⁵. O Estado tinha 38 municípios, passando para 55 em 1980 e 58 em 1982.

A partir do fim da década de 70 e princípio dos anos oitentas, iniciou-se a fase desenvolvimentista jamais vista em Mato Grosso, com o processo de colonização, povoamento e ocupação econômica do Estado: a ampliação e a melhoria da malha rodoviária pelo Governo Federal, a expansão das telecomunicações, a abertura de novas fronteiras agrícolas (no aproveitamento de cerrados e florestas ainda virgens) em imensas glebas de colonização estatal e particular, ensejando a fundação de inúmeros núcleos urbanos pioneiros e, em especial, a ocorrência de um intenso fluxo migratório, principalmente originário dos Estados do Sul do País. Esses fatores todos ajudaram a proporcionar e consolidar o desenvolvimento do Estado.

³⁵ Para este autor, o que motivou a divisão territorial de Mato Grosso, segundo a visão oficial, foi a necessidade de ocupação dos vazios demográficos da Amazônia Legal. Como forma de financiar o desenvolvimento de Mato Grosso, pós-divisão, o Governo Federal determinou que a área chamada Amazônia Legal se estenderia do paralelo 16 até o 17, para que o Estado remanescente – Mt, passasse a integrá-la, alterando-se o Art. 2. da Lei n. 5173, de 27 de outubro de 1966, o que permitiria a aplicação, em todo o Estado de Mato Grosso, dos incentivos fiscais do FINAM. Fundo de Incentivos Fiscais da Amazônia, gerido pela SUDAM, em estreita articulação com a SUDECO. Assim, possibilitaria as atividades agropecuárias, florestais e minerais, concorrendo para que se criasse ‘infra-estrutura física que permitiria acelerar o processo de ocupação e desenvolvimento dessas importantes áreas do território nacional.

Papéis preponderantes tiveram o INCRA e as colonizadoras particulares (Becker, 1988, p.70)³⁶, nesse processo de abertura de novas frentes pioneiras e na fundação de novos povoados, hoje todos eles sedes de municípios e comarcas (Malhado, 1988, p. 20). Nos últimos 20 anos, tem se verificado a criação de novos municípios, passando o Estado a contar em 1986 com 84 municípios, em 1989 com 95 municípios, em 1991 com 117, em 1994 com 126 e em 2001 com 142 municípios criados e 139 instalados (Intermat, 2000). A criação de novos municípios não significa, necessariamente, sinônimo de progresso e desenvolvimento. O que se percebe é um conjunto de interesses políticos acerca dessas novas emancipações político-administrativas. A região norte de Mato Grosso até o início da década de 70 era pouco povoada, contando apenas com alguns seringueiros, coletores, índios e caboclos. Com o avanço da ocupação capitalista através das políticas públicas e incentivos fiscais, a região passou a ser explorada economicamente. A partir de então, vários outros povoados surgiram e se corporizaram, tornando-se unidades político-administrativas emancipadas, na região que inicialmente pertencia aos municípios de Porto dos Gaúchos, Chapada dos Guimarães, Aripuanã, Diamantino e Barra do Garças.

José Vicente Tavares dos Santos, ao analisar a *mensagem ideológica da colonização* na região norte de Mato Grosso, afirma que *os pioneiros ocupariam a fronteira despovoada do país: poderiam encontrar, nessas novas terras, a abundância, porque lá haveria progresso, modernidade e evolução, seria a terra prometida* (Santos, 1993, p. 85).

Contrariando o projeto camponês de reforma agrária (espontânea), o Governo optou pela *contra-reforma agrária*. A este respeito, assim se manifestou Octavio Ianni:

A colonização dirigida na Amazônia pode expressar um aspecto fundamental da política que favorece a monopolização das terras - devolutas, tribais e ocupadas - pelos

³⁶ Esta autora afirma que os 'colonizadores privados (latifúndio-empresa), o capital comercial-especulativo, a quem o Estado delegou a iniciativa do povoamento em vastos territórios, assemelham-se a verdadeiros barões feudais ou chefes de mini-Estados, fiéis, contudo, ao Governador Federal.

grandes negociantes, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, nacionais e estrangeiros. A colonização como Contra-Reforma Agrária aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar a 'fronteira amazônica', para favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região. Nesse sentido, a análise da política de colonização é também um modo de conhecer alguns aspectos importantes da fisionomia e dos movimentos da ditadura implantada no Brasil em 1964 (Janni, 1979, p. 17).

Para executar este projeto, de acordo com Barrozo, o governo se aliou à empresa privada, controlando e direcionando os fluxos migratórios, assim como o acesso à terra. Privatizou grandes áreas da Amazônia, transferindo aos empresários parte da colonização. Segundo Janni,

para se contrapor à mudança estrutural, o governo e empresários optaram pela 'modernização conservadora'. O governo esvaziou as áreas de tensão social, transferindo as populações envolvidas em conflitos nas áreas antigas para os novos projetos da Amazônia (Janni apud Barrozo, 1992, p.41).

Neste contexto, a colonização que possibilitou o acesso à terra pela compra, foi compatível com a sobrevivência das grandes empresas e realizou a política de valorização e ocupação da Amazônia. A política de colonização da Amazônia e de ocupação dos “espaços vazios” da região foi executada pelo Governo Federal e governos estaduais, utilizando-se de meios para atrair empresários e pequenos agricultores com ou sem terra.

Acreditamos ter, assim, analisado os principais fatores que possibilitaram a ocupação da Amazônia Mato-Grossense, especialmente a partir da década de 70. É importante acrescentar que, além desses fatores acima citados, no plano macro dos governos militares, tiveram destaque: a estratégia de crescimento pelas exportações, da ampliação do mercado interno e das exportações para o serviço da dívida externa. Para ser mais preciso, 1972, ano em que, efetivamente, se iniciou o processo de ocupação liderado pelas colonizadoras particulares, regidas pela “Política de Valorização da Amazônia”.

Tabela 1 - Municípios criados no norte de Mato Grosso:
1970-2000

Municípios	Data
Sinop	17/12/1979
Alta Floresta	18/12/1979
Colíder	18/12/1979
Juara	23/9/1981
Juína	9/5/1982
Marcelândia	13/5/1986
Terra Nova do Norte	13/5/1986
Nova Canaã do Norte	13/5/1986
Peixoto de Azevedo	13/5/1986
Sorriso	13/5/1986
Vera	13/5/1986
Paranaíta	13/5/1986
Itaúba	13/5/1986
Guarantã do Norte	13/5/1986
Novo Horizonte do Norte	13/5/1986
Tapurah	4/7/1988
Matupá	4/7/1988
Lucas do Rio Verde	4/7/1988
Cláudia	4/7/1988
Castanheira	4/7/1988
Nova Mutum	4/7/1988
Apiacás	4/7/1988
Nova Guarita	19/12/1991
Santa Carmem	19/12/1991
Cotriguaçu	20/12/1991
Nova Bandeirantes	20/12/1991
Nova Monte Verde	20/12/1991
Tabaporã	20/12/1991

Carlinda	19/12/1994
Feliz Natal	17/11/1995
Nova Ubiratã	19/12/1995
Novo Mundo	17/11/1995
União do Sul	10/12/1995
Nova Santa Helena	28/01/1999
Colniza	26/11/1999
Rondolândia	28/01/1999
Santa Rita do Trivelato	28/12/1999
Itanhangá	29/3/2000
Boa Esperança do Norte	2000
Ipiranga do Norte	2000

FONTES: - Guerreiro, Gonçalves. *Mato Grosso, Meu Estado*. 1998.

- Malhado, Wilton. *GEOMAT* - UFMT: 1998.

- TRE/MT e AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios.

- INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso - Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF. Mapa Político-Administrativo e Rodoviário, 2000.

- Miranda, L.; Amorim, L. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Entrelinhas, 2000.

O processo de ocupação foi iniciado no norte de Mato Grosso, timidamente, por volta das décadas de 50 e 60 em alguns municípios através da frente de expansão que se estendeu lentamente, com a presença de seringueiros e posseiros. Já a partir da década de setenta, outros municípios irão surgir, através da frente pioneira, como foi o caso de Sinop, fundado em 1974. Este tipo de povoamento é diferente daquele ocorrido em outras regiões do Estado, como a Baixada Cuiabana, Vale do São Lourenço, Vale do Garças, região do Alto Paraguai e Araguaia, estendendo-se de maneira que algumas cidades foram sendo criadas em pontos estratégicos visando ao controle e à dominação do espaço. O transporte foi um dos principais problemas enfrentados nesse processo de ocupação e colonização, devido às distâncias entre Cuiabá e as demais cidades recém-criadas. Para quebrar esse “isolamento”, os Governos Estadual e Federal criam condições, com a abertura da BR-163, incentivos fiscais etc. e, juntamente com as Companhias Privadas, favoreceram a instalação de migrantes no espaço norte mato-grossense.

A fronteira aberta no norte de Mato Grosso fora colonizada por empresas particulares que exigiram uma certa disponibilidade de capital para a compra de terra. Para o migrante sem recursos restava a alternativa das cidades de Rondônia ou dos projetos públicos implantados pelo Governo Federal. Em Mato Grosso, os projetos implantados pelo INCRA foram Lucas do Rio Verde e Terra Nova do Norte. Ligado ao processo de colonização do espaço rural, observamos, no decorrer das décadas de 70 e 80, o surgimento de uma série de “cidades novas”, principalmente ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, no norte de Mato Grosso.

O surgimento destas cidades corresponde a uma profunda mudança do cenário regional, tanto em relação à cidade de Cuiabá que, antes de 1970, era a primeira referência em termos de urbanização em direção à região norte do Estado, quanto às transformações na paisagem do cerrado e da Amazônia Mato-Grossense. O nascimento de cidades como Sinop e Alta Floresta, hoje entre as cidades pioneiras mais dinâmicas, é um dado revelador deste processo. Outras cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Guarantã do Norte, na divisa com o Estado do Pará, estão contribuindo para a *consolidação da fronteira*, num processo acelerado de urbanização.

No sistema urbano, podemos constatar uma nítida hierarquia entre as cidades pioneiras. Depois da Capital (Cuiabá), Sinop desempenha um papel polarizador³⁷ e se tornou também ponto convergente de várias cidades desta microrregião, devido à sua localização e importância geoeconômica e social da região. Sua estrutura produtiva é muito disputada com Alta Floresta que, com a crise da atividade garimpeira (início da década de 90), perdeu espaço político e econômico regional (queda da estrutura produtiva), além de se encontrar fora do eixo da BR-163, o que dificulta a instalação de algumas empresas em seu parque industrial. Entretanto, é exclusivamente em função do setor primário que estas cidades pioneiras se desenvolvem – extrativismo vegetal, mineral, agrícola e pecuária. Dentro deste contexto, podemos destacar em Sinop o maior parque madeireiro do Estado, com madeireiras de todos os

³⁷ Note-se que uma localização geográfica privilegiada em si mesmo é algo instável e mutável.

tamanhos, que figuram entre as mais importantes atividades industriais pioneiras da cidade³⁸. Além do setor primário, Sinop diversifica sua economia com base no comércio e serviços, destacando-se a educação de nível superior³⁹. Sinop tem recebido nos últimos anos um grande afluxo de pessoas, sobretudo profissionais com nível superior, o que vem caracterizando a cidade não mais como um local transitório, mas permanente para uma grande parte desta população.

A partir da década de 90, percebe-se uma transitoriedade e uma mobilidade nessa nova fronteira, devido às mudanças ocorridas no âmbito da política econômica nacional, além de uma séria crise, principalmente naquelas cidades que tinham como base de sua economia a atividade garimpeira. Acentuou-se um esvaziamento de algumas e o aumento da população de outras, como Sinop, Sorriso e Cuiabá que, respectivamente, receberam a maior parte dessa *migração de retorno* (ou refluxo) do extremo norte de Mato Grosso. Acumulou-se nessas cidades um contingente de população de baixo nível econômico e cultural que passou a ocupar a periferia urbana, sem ter para si o mínimo de planejamento e infra-estrutura social, acentuando-se dessa maneira o desemprego, prostituição e violência. Daniel Hessel Teich, em seu artigo “De Maloca à Cidade Fantasma”, analisa a situação socioeconômica da cidade de Peixoto de Azevedo, no extremo norte de Mato Grosso:

A aldeia dos Krenakarore desapareceu com a abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém. Em seu lugar surgiu a cidade de Peixoto de Azevedo, um acampamento de garimpeiros de arruamento desorganizado e barracos de madeira. Duas décadas depois, o ouro acabou e a cidade definhou até ser abandonada pela maioria de seus habitantes. Cumpriu-se ali o círculo perverso da colonização desordenada no fim do mundo. A ocupação do extremo norte de Mato Grosso deixou uma herança de prostituição, violência, miséria e o mais alto índice de incidência de malária do Brasil. Dos velhos garimpos, entupidos de aventureiros vindos de todos os cantos do país, restaram apenas as imensas

³⁸ Os empresários deste setor dominam a política e a economia de muitos municípios do norte de Mato Grosso.

³⁹ Sinop conta hoje com cinco “campi” universitários: UFMT, UNEMAT, UNIC, FASIP, UNICEN e FACENOP.

crateras escavadas em meio à mata e um rio poluído de mercúrio(Teich, 200, p.75)⁴⁰.

Estas são algumas das incongruências de base das frentes pioneiras, seja ela *fronteira camponesa* ou *fronteira capitalista*. Segundo Martin Coy, *tais contradições se exprimem pelos conceitos opostos de valorização, transformação e destruição em níveis tanto socioeconômicos como ecológicos* (Coy, 1988^a, p. 191).

No norte do Estado de Mato Grosso, concentravam-se grande parte das terras devolutas e a maioria das populações indígenas. Com o processo migratório acentuado a partir dos anos setenta, tanto por pequenos produtores como por grandes empresários atraídos pelos incentivos da SUDAM, todos passaram a disputar as mesmas áreas. Havia ocupantes na terra, apesar da baixa densidade demográfica do norte mato-grossense. Antes disso, dentre as causas originais do processo migratório em direção à Amazônia Mato-Grossense, destacamos a erradicação do café no Paraná, São Paulo e Espírito Santo, a partir dos anos sessentas, a substituição da lavoura pela pecuária e a ocorrência da fragmentação do minifúndio que não permitia mais a reprodução das unidades produtivas dos pequenos produtores, quando se davam as heranças e casamentos. *Do Nordeste, os pequenos produtores vieram acossados pela seca, expropriados pelo latifúndio, pela monocultura da cana, do cacau, e pelo avanço da pastagem no agreste.* (Barrozo, 1992, p. 49). Enfim, os migrantes ocuparam áreas devolutas, terras desocupadas, com ou sem dono, lotes dos projetos de colonização, privada e oficial.

⁴⁰ Sobre a problemática dos índios Krenakarore, consultar a obra *Paraná – a volta dos índios gigantes*. Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto; ensaio fotográfico e relato. Pedro Martinelli. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

[illegible]

96

CAPÍTULO III

PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE DE MATO GROSSO

*Malditas sejam/ todas as cercas/ Malditas todas as/
propriedades privadas/ que nos privam/ de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,/ compostas habilmente por umas
poucas mãos/ para amparar cercas e bois/ e tornar escrava a terra.
/ E escravos os humanos!
/ Outra é a terra nossa, homens, todos! / A humana Terra livre,
irmãos.
Mas para viver, / eu já quero ter / a parte que me cabe/ no
latifúndio seu: / que a terra não é sua, / seu doutor ninguém! / A
terra é de todos / porque é de Deus! / ...Mas para viver, / terra eu
quero ter. / Com Incra ou sem Incra, / com lei ou sem lei.*

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo-Prelado de São Félix do
Araguaia - Mato Grosso

3.1 - Tipos de colonização

Em nosso país temos três formas de acesso à terra:

3.1.1 - Espontânea: é uma espécie de reforma agrária de fato feita pelos próprios camponeses, agricultores ou posseiros em épocas de migrações mais ou menos intensas, “sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos. A partir de 1971 o Governo Federal passou a criar obstáculos e a controlar os fluxos naturais de agricultores, sobretudo em direção à Amazônia Legal”, pois julgava ele que esse modelo de colonização iria ocupar e/ou invadir territórios virgens e inexplorados, sendo um obstáculo ao *progresso* e à ocupação *racional* e dirigida da terra. A colonização espontânea, ou reforma agrária de fato, como afirma Ianni, foi substituída pela colonização dirigida que entrou em contradição com os interesses da grande empresa privada que se apropriou das terras através de grilagem ou com o apoio do poder público (Ianni, 1979, p. 52).

3.1.2 Dirigida ou Oficial: a cargo do INCRA (Ianni, 1979, p. 49)⁴¹ que teve seu apogeu de 1970-73. Para Ianni, “durante os anos de 1970-73, o governo ditatorial pôs em prática uma política de colonização oficial em diversas áreas da Amazônia, com ênfase maior nessa modalidade de colonização” (Ianni, 1979, p. 57). Reforça ele que:

A principal área de colonização foi a transamazônica, locais situados entre o Estreito, Marabá e Altamira; em Rondônia e também no Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás e outros Estados, onde expressavam aspectos importantes da política estatal de colonização da Amazônia. Mostram como o poder estatal procurou bloquear, orientar, integrar, disciplinar ou subordinar a reforma agrária espontânea à colonização dirigida (Ianni, 1979, p. 57)⁴².

⁴¹ No dia 9/7/1970 pelo Decreto-Lei n. 1.110 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária e ainda o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural.

⁴² Para uma maior reflexão sobre os objetivos, os meios da Colonização Oficial e alguns dados sobre os empreendimentos realizados nesse período, consultar essa mesma obra e autor, p. 57-64.

De acordo com Ianni, a política de colonização dirigida pelo poder público (desde 1970) destinou-se a pôr em prática os fins e os meios de uma contra-reforma agrária.

Diante da reforma agrária de fato, que se vinha realizando pela migração, pela colonização espontânea, o Estado foi levado a adotar diretrizes e medidas destinadas a disciplinar, controlar, bloquear ou suprimir o processo de reforma agrária que estava ocorrendo mesmo antes de 1964, e que ganhou maior força e extensão nos anos seguintes (Ianni, 1979, p. 64).

Ainda podemos afirmar que, apesar da política oficial de colonização dirigida, que é sempre seletiva, a espontânea nunca deixou de ocorrer. “A partir de 1974 a política de colonização oficial passou para segundo plano, tomando a colonização particular o seu lugar e recebendo os incentivos e facilidades antes concedidos à colonização oficial ou dirigida” (Shalfer, 1985, p. 49). Percebe-se uma contradição na política agrária desenvolvida pelo Governo Federal, pois na Lei era prioridade a reforma agrária, mas na prática ocorreu colonização dirigida (contra-reforma agrária) centralizadora e seletiva.

3.1.3 Colonização Particular: foi definida como a “nova maneira de promover o aproveitamento econômico da terra com base na empresa privada de colonização e incentivada pelo Governo a partir de 1974” (Shalfer, 1986, p.50). Esta modalidade de colonização se tornou *viável* com a criação do PROTERRA, que oferecia créditos para financiamentos e compra de terras na Amazônia Legal. Até 1970, 75%

da área da Amazônia eram constituídos de terras devolutas e indígenas. Em relação às formas de colonização e de acesso à terra, Ianni chama atenção para a seguinte questão:

A rigor, a colonização oficial não se desenvolveu de modo exclusivo, nem mesmo nos anos 1970-73, quando ela teve maior ênfase. Ao lado dessa modalidade de colonização, desenvolveu-se também a colonização particular, cujos fins e meios foram definidos com bastante clareza no Estatuto da Terra, de 1964, e pelo Decreto nº. 59.428, de 1966. Inclusive a colonização espontânea teve ampla continuidade antes, durante e depois da época em que o governo conferiu certa ênfase à colonização oficial (Ianni, 1979, p. 62)⁴³.

Assim, a política de colonização oficial e a particular, fundamenta-das em lei e postas em prática nesses anos, tiveram a conotação de uma contra-reforma agrária, pois as burguesias de base rural, que apoiaram o Golpe de Estado de 1964, para evitar a reforma agrária, continuaram a pressionar o governo no sentido de desenvolver uma contra-reforma. Ianni afirma que em diversas regiões do país “a questão da reforma agrária se colocava como necessária, devido às características da estrutura fundiária e das relações capitalistas de produção em cada caso” (Ianni, 1979, p. 44). Segundo o mesmo autor:

⁴³ Para um maior entendimento sobre a política de colonização oficial e particular desenvolvida pelos governos brasileiros dos anos 1964-78, consultar este mesmo autor e obra, p. 41-44.

Mas o que prevaleceu foi o interesse econômico e político da grande empresa, do capital monopolista, que passou a estender-se por essa região, com ampla proteção econômica e política do Estado. Assim se definiram as condições de uma política governamental de colonização oficial e particular que se concretizou como uma contra-reforma agrária (Ianni, 1979,).

Pierre Monbeig foi talvez o primeiro cientista social a estudar a colonização privada como empreendimento tipicamente capitalista em seu livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Para Monbeig, “o avanço para uma região pioneira como a de São Paulo, a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular” (Monbeig, 1988, p. 143).

No Brasil, a conquista de novos espaços é um fenômeno antigo e que prossegue até os dias de hoje. Esses avanços sobre os “vazios demográficos” produziram o mito da fronteira. Neste contexto, os movimentos migratórios variam no tempo, e a colonização apresenta uma certa diversidade nos processos: espontânea, pública/privada, pequenas e grandes propriedades, pois a acumulação capitalista, ou a reprodução do capital no Brasil, também se realiza devido às desigualdades regionais que acabam forçando o deslocamento de milhares de pessoas para outras regiões do país. De acordo com Clairay

Primeiramente, isso implica na criação de pequenos núcleos de povoamentos que são as premissas dos futuros centros urbanos. A partir deles, cria-se (sic) novos municípios no coração de zonas desocupadas e doravante exploradas para fins agrícolas ou para extrativistas” (Clairay, 199, p.83)⁴⁴.

Na Amazônia Legal (Silva, 1994, p. 43)⁴⁴ e, mais particularmente, em Mato Grosso (a começar por Rondonópolis, Jaciara, Pedra Preta), a colonização particular teve destaque a partir da década de setenta, subsidiada pelos recursos públicos federais. Esse tipo de colonização foi decisivo para a ocupação e povoamento do norte mato-grossense. Neste processo, destacam-se os empresários, fazendeiros e principalmente as colonizado-ras privadas que tinham o objetivo de fazer especulação com a terra nesta região. Promover e estimular a iniciativa privada a “ocupar as terras da Amazônia” significava

[...] mais que uma estratégia de crescimento econômico sob a égide do grande capital. Tratava-se, principalmente, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico. Assim, a colonização não deveria ser somente privada, mas fundamentalmente controlada e disciplinada (Guimarães Neto, 1986, p. 79).

A colonização Pública “faz-se por atuação direta do órgão estatal específico, o INCRA, podendo fazer convênios com os Estados, com órgãos de valorização regional ou sociedades de economia mista” (Guimarães Neto, 1986).

⁴⁴ “A Amazônia Legal tem uma superfície total de 5.035.372 km², que corresponde a nove (9) Estados da Federação: Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins”.

A colonização particular se realiza por intermédio de pessoa física ou jurídica, incluindo-se cooperativas de colonização, registradas como empresas de colonização no INCRA e que apresentem projetos para tanto. (...) A colonização pressupõe a criação de uma infra-estrutura agrária, da qual o “Núcleo de Colonização” é a unidade fundamental para o estabelecimento de agricultura, caracterizada por um conjunto de lotes rurais e urbanos, integrados por uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários (Decreto nº. 59. 428, de 27/9/66. art. 8º.) (Clairay, 1999, p.13)⁴⁵.

Refletindo sobre o papel de Mato Grosso e do INCRA em relação à questão fundiária, Aubertin afirma que “a atuação de empresas privadas de colonização no Estado é anterior à política de integração da Amazônia, iniciada pelo governo brasileiro no começo dos anos 70” (Aubertin; Bertoni; Oliveira, 1984, p. 14). Como exemplos deste tipo de colonização, podemos citar a Gleba Rio Ferro⁴⁶ (1953) e Porto dos Gaúchos (1956), criadas pela iniciativa privada: paulista e gaúcha.

A ocupação da fronteira ao Norte de Mato Grosso intensificou-se na década de 1970. Até 1960, a população da região norte de Mato Grosso era de 62.478 habitantes e estava distribuída em cinco grandes municípios: Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Diamantino e Aripuanã. Estes eram municípios extensos que abrangiam uma vastidão de terras, matas e cerrado, estendendo-se até a fronteira com o Amazonas e o Pará. A economia na área dessa fronteira restringia-se à coleta do látex na mata e à mineração do ouro e diamante em Barra do Garças e Aripuanã (Piaia, 1999, p. 33).

No processo migratório na fronteira agrícola do norte de Mato Grosso, cabe esclarecer que o programa de colonização particular dividia-se em:

⁴⁵ A respeito do acesso à propriedade rural, consulte o Estatuto da Terá, Art. 1. ao 17.

⁴⁶ Esta Gleba foi “concedida” por Getúlio Vargas à família Matsubara, num total de 200 mil hectares. Ver Alcir Lenharo, artigo da Revista Nacional da ANPUH, *A terra para quem nela não trabalha*, p. 35-40.

Colonização Empresarial, destinada à implementação de projetos agropecuários, agro-industriais, e colonização de povoamento, vinculada à política fundiária e aos interesses da política econômica, francamente favoráveis ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas nas áreas de fronteira (Morena, 1998 b. p. 14).

3.2 - A colonização privada em Mato Grosso

Historicamente houve várias formas de apropriação da terra em Mato Grosso, processo pelo qual terras devolutas/públicas passaram para o domínio privado. Moreno (1996, p. 40)⁴⁷ afirma que desde 1892 os governos estaduais vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território a capitalistas, grupos econômicos e a proprietários individuais.

⁴⁷ A “alienação de terras públicas, por venda direta ao particular, através de ato licitatório, vem sendo realizada pelo Estado desde 1892, dentro dos princípios estabelecidos pela primeira Lei de Terras do País - a Lei nº. 601/1850, que extinguiu o princípio da posse e instituiu o da compra, como forma de acesso à terra. A venda de terras públicas do Estado de Mato Grosso atualmente não tem sido diferente do que foi no passado. Sempre foram alienadas de forma indiscriminada, visando mais arrecadar fundos para os cofres do Estado e atender a interesses particulares ou de uma fração de classe, do que aplicar a lei: o próprio Código de Terras/MT, com base no Estatuto da Terra (1964), obriga a elaboração prévia de projetos e planos para a alienação das terras públicas, objetivando o desenvolvimento econômico e social do Estado e assegurando a função social da terra”.

Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras no Estado. O envolvimento de funcionários em atos de corrupção e a participação de dirigentes em grandes transações de terra, trazendo benefícios pessoais ou políticos, marcaram a trajetória dos órgãos de terra no Estado em mãos dos mesmos atores por anos a fio e permitiram a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o da burguesia rural e empresarial. Esta articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos, permitiu a transformação de terras devolutas em propriedades privadas, fortalecendo, de um lado, a estrutura fundiária existente e, de outro, criando as condições necessárias para a territorialização do capital no Estado (Moreno, 1996, p. 310).

A partir da década de quarenta, o Estado de Mato Grosso iniciou a venda de grandes áreas de terras devolutas. Em 1946, foi criado o DTC - Departamento de Terras e Colonização,

[...] lucrativo órgão público do Estado. Deixou de funcionar em 1966, retornando em 1976, como INTERMAT- Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso, conforme Decreto-Lei nº. 775, de 23/11/1976. A CODEMAT, hoje extinta, também se envolveu com o comércio de terras mato-grossenses (Piaia, 1999, p. 30).

Porém, coube ao INTERMAT a controladoria da terra em Mato Grosso daí por diante.

Em 1950, o DTC vendeu cerca de 1866ha no norte do Mato Grosso, quantidade que aumentou para 694.561ha em 1955, em terras situadas entre o Rio Araguaia e Barra do Garças, entre os Rios Xingu e Teles Pires e no setor noroeste de Cuiabá; e em 1960, 1.918.334ha, no norte do Estado. Destas terras, muitas foram revendidas, em grandes glebas, aos comerciantes fundiários para projetos particulares de colonização.

Assim, quando em 1971 o Decreto-Lei n°. 1. 164, de 1°. de abril, declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas na faixa de 100km de largura de cada lado do eixo das rodovias da Amazônia Legal, entre elas a BR-163, encontra poucas terras nestas condições. A grande maioria já possuía proprietários, muitos deles de segunda revenda, e ao INCRA coube apenas aprovar os projetos particulares de colonização, de acordo com a legislação vigente (Moreno, 1998b, p. 12).

É importante lembrar que a Constituição de 1891 passou para o domínio dos Estados as terras devolutas sob sua jurisdição, reservando-se a sua posse nos territórios.

[...] a Lei de Terras de 1850 decreta o fim dos posseiros. As Sesmarias tinham acabado no Brasil em 1822. De 1822 a 1850, a forma de acesso à terra estava em aberto. Estava se discutindo a Lei Agrária e a posse era aceita. A lei de 1850 é categórica: terra, só através de compra, de aquisição. Mesmo sendo terras públicas. Com isso, impede o acesso dessas populações à terra (Wagner, 1995, p. 90).

No Estado de Mato Grosso, a política fundiária foi executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT (Moreno, 1998b, p. 41)⁴⁸, órgãos responsáveis pelo ordenamento das terras públicas, no Estado. No processo de privatização das terras públicas, o principal instrumento (no entendimento oficial) de reforma agrária foi “a regularização fundiária que, seguindo fundamentos do Estatuto da Terra, foi utilizada em períodos recentes da história da terra no país (décadas de 70/80) como o principal instrumento de reforma agrária” (Moreno, 1998b, p. 8-9)⁴⁹.

⁴⁸ Segundo a autora, “em 1978, primeiro ano de funcionamento do INTERMAT e último ano do Governo Garcia Neto, foram arrecadados 248.239 ha. de terras devolutas, que foram destinadas à implantação da 1ª. fase do projeto de colonização Juína, único projeto do Estado a lograr êxito, após a década de 70, implantado pela CODEMAT”.

⁴⁹ A autora afirma que regularização fundiária é o “processo pelo qual se procura arrecadar, legitimar ou adjudicar terras públicas que estejam ocupadas por boa fé ou de forma irregular por

Alguns autores, como Ianni, Martins e Tavares, entendem que a reforma agrária é um processo que implica mexer na estrutura agrária das áreas de tensão e conflitos. A colonização é a distribuição de terras públicas (devolutas) que, no Brasil, foi uma opção política para esvaziar o movimento pela reforma agrária, evitando assim redistribuir as terras já ocupadas em certas regiões do país.

A colonização surgiu como uma opção por parte do Governo Federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. O mais importante a ser ressaltado é que essa política, que começou como uma alternativa à reforma agrária, modificou todas as outras alternativas antes existentes (Castro et al., 1994, p. 17).

Refletindo sobre os interesses do Governo Brasileiro em relação à ocupação da Amazônia, Ramio afirma que:

A partir de 1973 e 74 o governo passou a incentivar a ocupação da Amazônia através de grandes propriedades; para tanto criou incentivos que, em sua maioria, foram desviados e aplicados em outras regiões do país. Se a falta de planejamento por parte do governo criou vários aspectos negativos, quem sofreu e está sofrendo com isso são as famílias que para cá vieram e o meio ambiente. O governo conseguiu transferir problemas sociais do Nordeste e do Sul para a nossa região e ocupá-la desordenadamente e defendê-la sob o pretexto de possíveis inimigos reais ou imaginários e integrá-la ao resto do país. Com esses programas, Mato Grosso é o Estado que serviu de portão de entrada para a Amazônia, e a partir dessa política de governo o Estado de Mato Grosso, como os demais, iniciava efetivamente sua ocupação, embora desordenada (Ramio, p. 299-305).

Ianni diz que nesse “

terceiros, tendo como instrumentos legais de execução a “discriminação de terras devolutas” e a “arrecadação sumária””.

[...] contexto de ocupação e reocupação da Amazônia, no qual repetem-se e multiplicam-se as pendências e os conflitos de terras, por sob (sic) o desenvolvimento da “fronteira”, da “frente de expansão” ou “frente pioneira”, o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural (Ianni, 1979, p. 24).

Vidigal chama a atenção para uma questão importante no sentido de entendermos a ocupação capitalista na fronteira norte mato-grossense, a partir da década de 70.

Não se tratava mais de criar uma “frente de expansão”, com os posseiros que abriam os caminhos, derrubando as matas e expulsando os índios, economizando, assim, grande parte do capital que deveria ser empregado pelo capitalista para tal tarefa, quando ali se instalasse como “frente pioneira”, já com relações de produção especificamente capitalistas. [...] a estratégia dos Governos Militares, ao beneficiar os projetos de colonização privados, criava diretamente “frentes pioneiras” que tanto impossibilitavam o estabelecimento de posseiros (que não pagavam a renda capitalista da terra), como também canalizavam um excedente populacional camponês do sul do país, ainda não de todo empobrecido (Vidigal, 1992, p. 53)⁵⁰.

Aubertin, estudando o processo de colonização do Centro-Oeste, afirma que:

⁵⁰ A legislação brasileira que fundamentava a colonização, estava baseada no Estatuto da Terra de 1964 e no Decreto-Lei nº. 1.100 que criou o INCRA em 13 de julho de 1970.

[...] os projetos de colonização obedecem às normas fixadas pelo poder público, conforme exposto em extensa legislação. Devemos mencionar que, de acordo com o desenvolvimento do projeto político de vários governos que se sucederam após 64. [...] a ênfase se desloca da reforma agrária em áreas consideradas de tensão social para a colonização em áreas despovoadas, como forma de integrá-las à economia do país. Igualmente de projetos que previam, inicialmente, dar acesso à terra a populações que dela careciam, as políticas governamentais se deslocaram para privilegiar os projetos particulares de colonização, nos quais necessariamente se envolveriam populações com poder aquisitivo suficiente para adquiri-las em regime de mercado. E isto transparece na legislação (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, P. 8).

Para implementar tais medidas, era preciso antes de tudo uma definição política e um fortalecimento do INCRA através de seu principal instrumento jurídico que rege a colonização no Brasil, fundamentando-se na Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra que legisla sobre a reforma agrária e a colonização. Para o Presidente da República Castelo Branco, os motivos que o levaram a criar o Estatuto da Terra referem-se a dois problemas básicos: um, na área política e social, e outro, na área econômica (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 8)⁵¹. O Estatuto não seria apenas um projeto de reforma agrária, mas visaria também à “modernização da política agrícola do país”, tendo, por isso, objetivo mais amplo e ambicioso: o desenvolvimento rural brasileiro. O Estatuto da Terra,

⁵¹ “Na área política e social, a “necessidade de dar à terra uma nova regulamentação modificando-se a estrutura agrária do país, é de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam. A ela se soma, entretanto, no sentido de acentuar-lhes a urgência, a exasperação das tensões sociais criadas quer pelo inadequado atendimento das exigências normais no meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer para fins políticos subalternos, que o Governo anterior propagou pelas áreas rurais do país, contribuindo para desorganizar o sistema de produção agrícola existente, sem o substituir por outro mais adequado”. Na área econômica, “o incremento da demanda de alimento em face do crescimento da população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concentração urbana obrigou em toda a parte as modificações das estruturas agrárias”.”

[...] Além da execução da reforma agrária, tem por objetivo promover o desenvolvimento rural, através de medidas de política agrícola, regulando e disciplinando as relações jurídicas, sociais e econômicas concernentes à propriedade rural, seu domínio e seu uso. Busca dar organicidade a todo sistema rural do país, valorizando o trabalho e favorecendo ao trabalhador o acesso à propriedade rural, seu domínio e seu uso (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 11).

Como se percebe, a ênfase na Lei era para a reforma agrária (Art. 1º. do Estatuto da Terra), definida como o “conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984). A colonização foi definida pelo Estatuto da Terra como “toda atividade oficial ou particular que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, sua divisão em propriedade familiar, ou através de cooperativa” (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 11).

O modelo de reforma agrária adotado no Brasil pós-64 refletiu a intenção dos governos anteriores a esta data. De acordo com Ianni,

[...] os compromissos de João Goulart com o trabalhismo em particular e o populismo em geral foram o pretexto para que as forças econômicas e político-burguesas, predominantes, nacionais e estrangeiras, passassem a organizar o golpe de Estado que se realizou em 1964 (Ianni, 1979, p. 38).

Ou seja, o Estatuto da Terra teve a finalidade primordial de apaziguar os latifúndios e empresários rurais que foram a base econômica e política importante para o golpe de 1964, organizado e consolidado com base na doutrina de segurança e desenvolvimento nacional.

Força, poder e prestígio. Em nome deste tripé, os fazendeiros são ainda hoje os principais adversários de uma política de reformulação da estrutura fundiária brasileira e redesenham a ocupação territorial segundo os seus interesses (Motta, 1999, p. 65).

As razões para se colonizar a Amazônia eram sempre justificadas pelos governos ditatoriais como sendo de segurança interna.

O PIN, de 1970, reservou para a colonização e reforma agrária dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias, sem falar em segurança interna ou nacional. Mas era evidente a preocupação em garantir alguma terra para os nordestinos e outros trabalhadores rurais desempregados ou subempregados. O Decreto-Lei nº. 1.164, de 01/04/71, é explícito: declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal (Ianni, 1979, p. 40).

Neste mesmo Decreto, o Governo arrolou quinze estradas ou trechos de estradas construídas, ou que seriam construídas, que passariam a seguir essa determinação governamental, dentre elas a Rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163.

A criação do INCRA acelerou a colonização das terras públicas, principalmente nos Estados onde eram abundantes, como na Região Amazônica.

O INCRA/MT promoveu também a distribuição de terras através dos programas fundiários de Colonização, oficial e particular, incentivados pela União, como estratégias de ocupação da Amazônia e sua incorporação à economia nacional (Moreno, 1998b, p.14).

Em Mato Grosso, a partir da década de setenta do Século XX, as terras que, teoricamente, estariam sob a jurisdição do órgão colonizador já haviam sido vendidas, como mencionamos acima, e, muitas vezes, para vários donos. A ocupação, porém, era mais jurídica do que real, ou seja, havia uma apropriação cartorial sem uma efetiva ocupação, principalmente das áreas mais afastadas. As matas, geralmente, não estavam derrubadas, e as terras permaneciam inexploradas, havendo no lugar apenas índios e posseiros (Moreno, 1998b, p. 18-9). Portanto, o trabalho do INCRA, em Mato Grosso, foi muito mais de regularizar os títulos de posse, deixando à iniciativa particular os projetos de colonização e limitando-se a aprová-los.

As terras da Gleba Celeste foram compradas pela Sinop Terras S.A. em 1971, ano em que o INCRA aprovou o projeto. As terras foram compradas de terceiros, pois o governo do Estado já as havia “vendido”, e a atuação do órgão oficial de colonização foi, por isso, muito restrita(Moreno, 1998b, p. 19).

A partir da década de setenta,

[...]formaram-se grandes latifúndios já com vistas à colonização privada, que venderia lotes a pequenos agricultores em dificuldades no sul do país. Dessa forma, de uma só vez, foi possível para as empresas colonizadoras transformar a renda capitalizada em capital (Vidigal, 1992, p. 45).

Os governos militares priorizaram a colonização privada no sentido de mostrá-la como a verdadeira reforma agrária pacífica e democrática (Vidigal, 1992, p. 15). Esta idéia foi repassada pela classe dirigente a toda a sociedade sinopense, onde afirma que para existir progresso é preciso que haja um povo ordeiro e trabalhador.

3.3 Os projetos particulares de colonização

Souza Martins explicou que os militares só desistiram da reforma agrária e passaram a preferir a colonização na década de setenta do Século XX. Mesmo assim, o POLONOROESTE contemplou principalmente os pequenos produtores rurais deste Estado.

Incentivados pelos “programas especiais” do Governo Federal, nas décadas de 70 e 80 foram registradas 33 empresas privadas (INCRA/MT) que implantaram no Estado 88 projetos de Colonização. Moreno afirma que:

A presença maciça desses projetos no Estado é explicada em parte pela sua transformação em área de fronteira agrícola e sua incorporação ao processo produtivo nacional, em virtude da redefinição da divisão social do trabalho, dentro da política de desenvolvimento traçada para o País pelos governos militares (Moreno, 1998b, p.26).

Precisamos entender também que a origem desse processo está ligada à estrutura fundiária do país, “altamente concentrada, age no

sentido da expropriação, barrando o acesso a milhares de trabalhadores rurais que buscam nas terras longínquas a possibilidade de se reproduzirem como trabalhadores livres” (Moreno, 1998b). Nesse sentido o Estado, “[...] para evitar reformas estruturais no campo, cria condições de acesso à terra aos trabalhadores expropriados de outras regiões de concentração fundiária exacerbada, através da colonização, seja oficial ou particular” (Moreno, 1998b).

A este respeito, Ferreira afirma que

[...] o governo militar do pós-64 ensaiou aplicar determinadas medidas legais com o intuito de amenizar os ânimos de determinados segmentos da sociedade, naturalmente os mais oprimidos, pois estava mais preocupado com as conseqüências que poderiam advir de um povo insatisfeito, do que com as reais privações da população (Ferreira, 1996, p. 330).

Tais dispositivos, a exemplo do Estatuto da Terra que preconizava a reforma agrária, não passaram de letra morta, esvaziados pelos governantes que confundiram o povo com a parafernália de leis, decretos e resoluções contra as resoluções deste mesmo povo. Estas leis negaram as propostas de cunho social mais amplo, caracterizando, deste modo, o compromisso dos governantes com a burguesia, o que, em última instância, manifesta a sujeição da ordem política ao poder econômico (Ferreira, 1996).

Em Mato Grosso, a territorialização dos projetos particulares obedeceu à lógica da especulação fundiária. Moreno afirma que,

[...] pela abundância de terras devolutas existentes no norte do Estado nas décadas de 70 e 80 e, sobretudo, pelas facilidades de aquisição dessas terras, oferecidas a baixos preços pelos governos estadual e federal, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um grande negócio rentável” (Moreno, 1988b, p.26).

A autora afirma ainda que

[...] muitas terras foram adquiridas de “terceiros”, com vícios na titulação de domínio, caracterizando atos de grilagem legalizada. Além disso, grande parte dos projetos foram implantados em áreas indígenas com pleno conhecimento dos órgãos oficiais e nem assim deixaram de ser aprovados (Moreno, 1998b).

Neste processo de colonização e controle do território pela iniciativa privada, o acesso à terra pelos colonos ou trabalhadores do campo em geral criou no meio da selva verdadeiras cidades, como parte integrante da expansão capitalista na Amazônia Meridional (Ferreira, 1996, p. 330)⁵². Foram criados no Estado de Mato Grosso, nas décadas de 70 e 80,

[...] 61 novos municípios, todos emancipados, sendo quase a metade resultante da colonização privada. Isto significa que até o início de 1970 o Estado contava apenas com 34 municípios. Terminou a década de 80 com 95 e, em 1997, com um total de 126 (Moreno, 1998b, p.27).

A partir de 2001, Mato Grosso contará com 139 municípios. Cabe considerar, segundo Moreno, que no contexto dos movimentos sociais e da luta pela terra em diferentes regiões do país, a colonização surgiu como alternativa de uma “reforma agrária” viável aos interesses do Estado Brasileiro e passível de ser aceita pela classe ou fração dessa classe no poder. Segundo a pesquisadora, a

[...] legalização da burla no processo de acesso à terra em Mato Grosso, além de outros mecanismos como o tráfico de influências e a permanência dos mesmos políticos no poder por anos a fio, facilitaram sobremaneira a manipulação do processo de apropriação privada da terra (Moreno, 1998b).

Moreno observa que:

⁵² Para este autor, a “atitude paternalista do Estado para com os latifundiários, fazendeiros e empresários, enquanto intenta implantar e implementar o capitalismo na agricultura, estimula a especulação da terra. De fator de produção, a terra vai sendo transformada em mero produto para o mercado, principalmente nas regiões de novas fronteiras. Esta metamorfose tem sido uma das principais razões do esvaziamento humano e produtivo do campo e, conseqüentemente, da inchação das cidades - processo que se evidencia através da migração generalizada e caótica que desestabiliza parcela significativa da força de trabalho economicamente ativa no país”.

[...] a consequência mais grave desse processo, que foi também ostensivamente amparado pela política de ocupação dos “espaços vazios” dos governos federais pós-64, foi a monopolização da terra, pela titulação de grandes áreas contíguas, dando continuidade à formação de latifúndios, tão característicos da estrutura agrária e agrícola de Mato Grosso (Moreno, 1998b, p. 43).

Covezzi & Preti afirmam que a “adoção do modelo político de modernização da agricultura pelo governo militar provocou um fluxo migratório intenso de produtores rurais do sul em direção ao norte do Mato Grosso e Rondônia” (Covezzi; Preti, 200, p.90)⁵³. Algumas cidades que surgiram no eixo rodoviário da BR-163 como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop tiveram um grande desenvolvimento urbano e demográfico, recebendo parte desse fluxo migratório que se dirigia para o norte mato-grossense.

Diariamente, dezenas ou centenas de colonos, pequenos e médios, estão chegando com suas famílias para se fixarem no norte do Mato Grosso. Advogados, engenheiros, economistas, trabalhadores braçais, funcionários aposentados, com o mesmo objetivo: derrubar selvas ou cerrados para criar gado ou plantar café, arroz, cacau, soja, guaraná, milho e mandioca. E estão plantando cidades também. Alta Floresta, Sinop, Colíder, Paranaíta, que deverão ser dentro de 15 anos as cidades mais importantes do norte de Mato Grosso.

[...] a vida é bem dura para o colono recém-chegado. Tudo está por fazer e a jornada de trabalho - no machado, na foice, na enxada, vai da madrugada até além do pôr-do-sol (Ribeiro, 1979, p.18)⁵³.

⁵³ COVEZZI, M.; PRETI, O. *Diagnóstico educacional da Bacia do Alto Rio Paraguai*, p. 90.

⁵³ Além desses desafios acima elencados, tinha ainda o “problema de mosquitos, calor, a mata impenetrável. As famílias se assustavam ao chegar. Algumas mulheres choram e reclamam do desconforto, da solidão no meio da selva. Mas os colonos sentem que estão se transformando em pequenos e médios fazendeiros. Confiam na terra; acreditam que o café e o cacau os farão independentes - ou até mesmo ricos, dentro de 5 ou 6 anos. Sabem que o futuro está ali, naquela selva bruta, inóspita. Além disso, não há passado para voltar: as terras de onde vieram já foram vendidas”. (Continuação da mesma matéria do jornal acima citado)

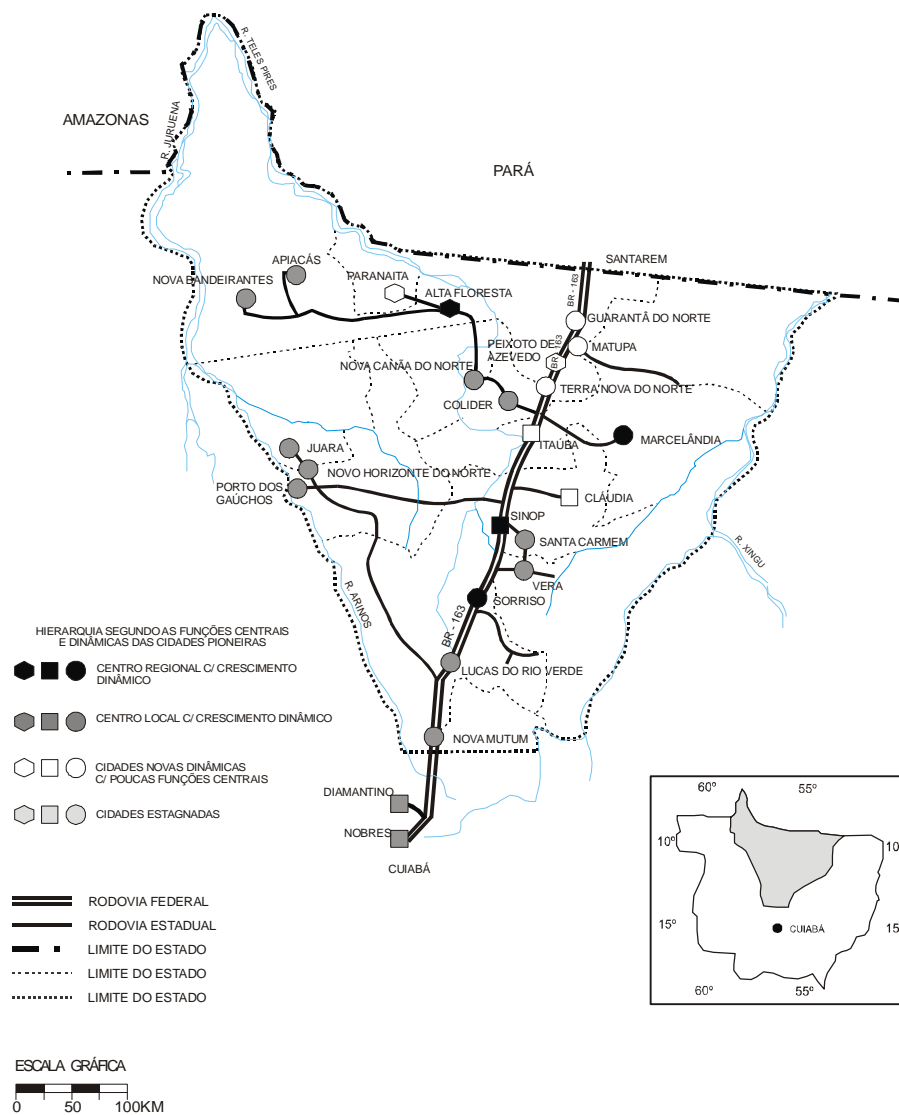
É importante destacar que a colonização oficial foi pouco representativa em Mato Grosso, porém a presença de órgãos públicos como a SUDECO foi decisiva para a implantação e desenvolvimento dos projetos de colonização de natureza particular.

[...] isto porque, para consolidar o processo, foi necessário toda uma infra-estrutura de apoio sem a qual não seria possível a ocupação.

[...] a SUDECO implantou na área desde uma estrutura rodoviária capaz de garantir tanto o acesso de migrantes quanto o escoamento das safras agrícolas, até redes elétricas nos núcleos urbanos e obras de infra-estrutura social, como saneamento básico, hospitais, escolas, etc. (Ministério do interior, 1981, p.51-2).⁵⁴

⁵⁴ Ministério do Interior. *A Sudeco em Mato Grosso*, p. 51-2.

MAPA 2
SISTEMA DE CIDADES PIONEIRAS NO NORTE MATO-GROSSENSE



Fonte: ARRUDA, Zuleika Alves, 1997.

3.3.1 O projeto de colonização do Grupo Sinop

O Estatuto da Terra criado em 1964 estabeleceu que a colonização era definida como toda atividade oficial e particular destinada a promover o aproveitamento da terra, e pelo Decreto nº. 59.428, de 1966, teve seus fins e meios definidos (Janni, 1979, p62).

[...] é dever do Estado estimular, por meio da assistência técnica e creditícia, as iniciativas particulares de colonização. Desde o princípio, a colonização particular foi definida como uma modalidade de promover o aproveitamento econômico da terra com base na empresa particular (Janni, 1979, p.85).

Após algumas tentativas de reforma agrária na região amazônica, principalmente no eixo da Rodovia Transamazônica (Janni, 1979, p.88)⁵⁵, a colonização particular se sobrepôs à oficial, passando a constituir-se em programa governamental para a realização da pretendida reforma agrária. Segundo Ferreira, “esta medida não negou apenas o assentamento do homem carente no campo, mas selou o compromisso do Estado com uma nova geração de empresários” (Ferreira, 1996, p. 330). De acordo com o mesmo autor,

⁵⁵ Para “sepultar” a colonização oficial desenvolvida pelo Incra, o então Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, em 1973, “organizou uma viagem de empresários sulistas ao Mato Grosso, para despertar sentimentos pioneiros e vender a idéia embrionária do que viria a ser o POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia”. Este programa compreendeu uma “área de nove milhões de hectares, localizados na faixa de fronteira e nos grandes eixos viários. Foram 15 pólos estabelecidos em 1974: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó”. P. 89.

A colonização particular voltou-se, exclusivamente, para o trabalhador que havia realizado algum nível de acumulação, encarregando-se de removê-los de áreas cobiçadas pelo capital e transferi-los para as regiões de fronteiras que deveriam ser formadas. Com esta medida, os empresários asseguravam novos espaços para o capital nas regiões novas. De fato, entregues como foram aos agentes capitalistas, os colonos asseguraram novas formas de acumulação ao capital, através de sutis mecanismos de subjunção ao capital comercial, financeiro e industrial (Ferreira, 1996).

A expansão de empresas capitalistas na Amazônia (latifundiários, fazendeiros e empresários), a partir de 1974, foi fomentada por órgãos federais responsáveis pela política agrária brasileira como SUDAM, BASA, FUNAI, INCRA e outros. Estes órgãos atuaram no sentido de propiciar as condições de expansão do capital na região. O INCRA, “aprovando” os projetos fundiários, a FUNAI, deslocando grupos indígenas de uma área para outra⁵⁶. A ocupação econômica dessa região, para integrar-se à economia nacional, viabilizou-se através do apoio institucional e financeiro da SUDAM, BASA e do Banco do Brasil, apoiando com incentivos fiscais e creditícios canalizados para os programas governamentais como o POLAMAZÔNIA (Ianni, 1979, p.17). Neste sentido, o Estado cria uma política, estabelece metas e meios para a iniciativa privada viabilizar seus projetos, como ressalta Ianni:

É esse o contexto em que se insere a política de colonização dirigida. Como parte menor, muito secundária, da política agrária do poder estatal, a colonização dirigida aparece muito mais claramente como uma técnica de contra-reforma agrária (Ianni, 1979, p.119).

Em 1970, o Grupo Sinop, motivado pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal aos empresários que pretendessem ocupar áreas localizadas na Amazônia Legal, adquiriu uma grande extensão de terras na pré-amazônia mato-grossense, no município de

⁵⁶ Como ocorreu com os índios Kaiaby que ocupavam a margem direita do Rio Teles Pires e foram levados pelos Irmãos Villas Bôas, em 1967, para o Parque Nacional do Xingu.

Chapada dos Guimarães (à época maior município em extensão do Estado) e, em 1972, deu início à colonização do “Núcleo Colonial Celeste”, primeiro Distrito de Chapada dos Guimarães. Este núcleo, mais tarde denominado “Gleba Celeste”, através de novas aquisições chegou a 645.000 hectares (Rosa, 1999, p. 16).

A Gleba foi loteada em parcelas de diversos tamanhos e vendidas no sul do país a colonos que sofriam com a crise do café ou a expropriação de suas terras.

No mesmo ano de 1972, era criada a primeira localidade da área: Vera, que serviu de apoio para a implantação de Sinop, em outro ponto da Gleba, às margens da BR-163. O trajeto desta rodovia havia sido projetado para passar em Vera e, com a alteração deste, Sinop passou a ser o “pólo” de desenvolvimento do projeto (Rosa, 1999^a).

O que precisamos refletir é sobre os interesses que motivaram o Grupo Sinop em colonizar a região, especialmente a Gleba Celeste, pois em todas as cidades da Gleba foi montada uma estrutura econômica de apoio, viabilizando, dessa forma, a sua colonização por migrantes sulistas. Quem realmente seriam os maiores beneficiados nesse processo de ocupação da nova fronteira agrícola?



Foto 1 - Estrada de acesso à Gleba Celeste.
Fonte: Revista Sinop, dez.1994, p. 16.

Ferreira, ao fazer uma análise do processo de ocupação do Estado de Mato Grosso, afirma que

[...] alguns projetos privados de colonização são hoje importantes pólos de desenvolvimento do Estado, como Alta Floresta, Sinop, São José do Rio Claro e outros. Muitos desses projetos foram realizados em terras indígenas, cujos grupos foram deslocados para outras terras, as chamadas reservas indígenas (Ferreira, 198, p.13-4).

Fazendo parte do processo de colonização particular do norte mato-grossense, em 1974 foi fundada, dentro da Gleba Celeste, o núcleo de Sinop já instalado e com o traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) definido às margens da rodovia. Por sua posição estratégica às margens da BR-163, Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos da Colonizadora, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e os serviços e, por suas funções, a comandar a forma de ocupação

dentro da área. Os outros centros - Vera, Carmem e Cláudia -, este último criado em 1978 com a expansão do projeto, constituem centros menores. Com pequeno comércio, serrarias e serviços de saúde, educação e apoio técnico aos colonos, eles correspondem às vilas ou, em analogia com o esquema do urbanismo rural, às agrópoles (Miranda, 1990, p. 50.4).



Foto 2 - Solenidade da fundação de Sinop: 14/9/1974.
Fonte: Revista Sinop, dez.1994, p. 26.

Foi ainda em 1972, após a abertura da área, que chegaram as primeiras famílias: Família Olímpio João Pissinatti Guerra; Família Lindolfo Trieweller; Família Braz Claro dos Anjos; Família José Montanher; Família Mauri Weirich, Família Osvaldo de Paula; Família Dirceu de Cézar; Família Sebastião Salles Mendes; Família Aleixo Schenatto; Família Osmar Jordan; Família Antonio Brioski; Família José Pareja; Família Olivio Oelke; Família Valentim Vendressi; Família Arlindo Zuanazzi; Família Plínio Callegaro; Família José Maurício Macedo; Família José Molon; Família Armando Dias e outras.

Num artigo publicado em 1986 por um jornal de Sinop intitulado “Pioneiros, a memória viva da cidade”, algumas pessoas relatam a sua experiência de aventura na floresta.

Para o Sr. Lindolfo Triewailer, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa, para conquistar o Brasil. “Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue na gente”, afirma ele. Osvaldo de Paula, estava em Sinop há 13 anos, veio para a região fugindo da especulação imobiliária na Região Sul. Além de ser um apaixonado pela terra, as condições eram propícias: “com a venda de quatro alqueires no Paraná, a gente conseguia adquirir 50 em Mato Grosso. E como o homem quer sempre crescer e o local apresentava inúmeras oportunidades, não pensei duas vezes: fiz minhas malas e aqui estou”. Já o Sr. Olímpio Pissinatti Guerra afirma que quando chegou a Sinop “só havia um posto no meio da mata. Era um barracãozinho que servia de alojamento para as caravanas que iam chegando - uma média de duas por semana. Mas apesar de todas as dificuldades, cada família que chegava, era motivo de festas (Vidigal, 1992, p. 168).

As chácaras, previstas para formarem o cinturão verde, tinham uma dimensão em torno de 10 hectares e se encontravam alocadas em torno dos núcleos coloniais. Na prática, seus proprietários desenvolveram nelas também culturas permanentes. O projeto era basicamente de pequenas propriedades tendo em média 60 hectares, e, embora não houvesse impedimento para a compra de mais de um lote,

essa situação se manteve. As pequenas propriedades corresponderam a 30% da colonização.

Miranda afirma que, na estrutura fundiária, a destinação de chácaras e lotes rurais era dada pelo tamanho e distanciamento entre os núcleos coloniais. Segundo esta pesquisadora:

A ocupação do espaço colonizado efetivou-se com a população procedente do sul do país, principalmente do Paraná, Estado de origem e de atuação marcante do grupo colonizador. Muitos dos colonos que migraram, embora radicados no Paraná, eram, originalmente, de outras partes do país, pequenos proprietários, parceiros e meeiros que vinham em busca de mais terras ou terra própria para trabalhar. Os primeiros que chegaram puderam comprar terra para iniciar suas atividades, mas não permaneceram em sua totalidade. Cerca de 50% passaram adiante suas terras, indo ou para outros lugares, como Rondônia, ou para os núcleos urbanos, mudando de atividade (Miranda, 1990, p.5).

Antes de discutirmos o papel dos colonos pioneiros que ocuparam as terras onde hoje se encontra o município de Sinop, é importante conceituar a categoria colonos e pioneiros. Segundo Zart, entende-se por colonos “os agricultores que migram para “regiões de fronteira” com os objetivos de conquistar um pedaço de terra e se reproduzir enquanto categoria social” (Zart, 1998, p.11).

Martins, ao trabalhar seu texto sobre as “implicações do conceito de zona pioneira”, apropria-se do pensamento de Leo H. Waibel para conceituar pioneiro.

[...] o conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de “frontiersman”, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual!

[...] Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. [...] Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população (Waibel, 1955, apud Martins, 1975, p. 43)⁵⁶.

Várias foram as dificuldades encontradas pelos migrantes (Waibel, 1979, p.280-1)⁵⁷ em processo de re-territorialização, como aclimação – mata, solos fracos, que exigiam técnicas de correção não praticadas anteriormente – aliada ao insucesso da cultura cafeeira, tradição de

⁵⁶ Souza Martins aperfeiçoou este conceito em “Expropriação e Violência” e em “A Chegada do Estranho”. Para este autor, a frente pioneira é expropriatória.

⁵⁷ Para este autor, a expressão “PIONEIRO” é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e com isso promove o deslocamento da *frontier* sertão a dentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou sentido diferente. Na Europa a palavra *frontier* significa o limite político que separa países vizinhos. Nos Estados Unidos, entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de “zona pioneira”. É importante observarmos que na fronteira agrícola a terra é central, mas não exclusiva.

Cf. IANNI, op. cit., p. 58. Um Decreto de 1966 “que regulamenta os artigos do Estatuto da Terra relativos à Colonização, refere-se também à Colonização com fins de Povoamento e Segurança Nacional, que terá caráter PIONEIRO”. Para este autor, “a idéia de PIONEIRO é um pouco a idéia que alimentam os grileiros, latifundiários, empresários, gerentes, técnicos, funcionários governamentais e, às vezes, o próprio trabalhador rural -, pensam que estão criando uma nova sociedade, que os iguala e harmoniza, cria-se o espírito do “pioneirismo”, tudo parecia começar de novo”. (p. 15) Na fronteira, os migrantes não estão criando uma nova sociedade. Estão reproduzindo de forma ampliada e renovada e ainda, a serviço de terceiros, estão consolidando seus interesses.

pequeno produtor migrante, à escassez de recursos de muitos dos colonos que haviam aplicado todo seu capital na compra de terras, sem deixar reservas nem dispor de financiamento, que determinarão a desistência por parte dos colonos. Mesmo os que vieram em substituição,

[...] face às dificuldades inerentes da agricultura, que atingiu principalmente o pequeno produtor, passaram pelo problema, e muitos deles acabaram sendo descapitalizados e excluídos do processo produtivo. Dessa forma foram sendo introduzidas outras relações sociais de produção, tais como o arrecadamento, que, mantendo o trabalho familiar, impediu que muitos colonos, transferidos para outras atividades, perdessem a propriedade da terra ao mesmo tempo que possibilitou àqueles que conseguiram montar uma estrutura de produção pudessem utilizar sua capacidade operacional sem imobilizar o capital (Ianni, 1979, p.52).

No sentido de garantir sua permanência como produtor, muitos colonos ou seus familiares exerceram paralelamente outras atividades complementares, no comércio, na indústria ou mesmo como funcionários públicos. No tocante à produção agrícola, desde o início do projeto, foi dado destaque especial à cultura do café, devido ao seu valor comercial e também como forma de atrair os colonos, dada sua tradição cafeeira (Ianni, 1979, p.53). Porém, essa atividade não teve muito êxito, devido à tecnologia e produção num ambiente ecológico pouco conhecido. O objetivo inicial dos colonizadores era:

Implantar vasta plantação de café, principal produto de exportação no Estado do Paraná na época. No entanto, o método utilizado pelos agricultores foi o mesmo usado em seu Estado de origem, foi um erro, pois as terras e o clima desta parte da Amazônia Legal em muito diferem das terras do norte paranaense. Muitos prejuízos ficaram registrados na história cafeeira de Sinop. A cultura da mandioca foi bastante incentivada pela usina de álcool da Sinop Agroquímica S/A. No entanto, Sinop ficou conhecida nacionalmente pelo excessivo número de empresas madeireiras beneficiando madeiras (Costa e Silva, 1994, p. 229-30).

Oliveira afirma que a Colonizadora contava, além dos serviços de venda de terras, com uma

[...] agro-indústria e uma Cooperativa de produtores que se articulavam no sentido de dirigir a produção e a circulação dos produtos -, assim, num primeiro instante, percebi que existia um vínculo de articulação entre a produção camponesa e a empresa de colonização, que já não era apenas uma vendedora de terras (Oliveira, 1983, p. 5-6).

Acrescenta ainda que:

[...] a empresa se encarregava de orientar a produção agrícola através de técnicos, seus contratados diretos, ou da cooperativa, ou ainda, de outras instituições, tais como EMATER. Sua presença se efetiva no sentido de orientar, não só quanto ao tipo de produto, bem como quanto à produtividade. Além disso, é sua função orientar e promover a venda de insumos, sugerir técnicas de produção e comercializar, via cooperativa, os frutos do trabalho camponês (Oliveira, 1993).

3.3.2 O projeto da Gleba Celeste

A Gleba Celeste ocupava terras situadas entre os Meridianos 55°. e 56°. de longitude oeste, sendo cortada ao norte pelo paralelo 12°. de latitude sul, limitada ao sul pela rodovia MT-225. Localiza-se à margem direita do Rio Teles Pires - formador do Rio Tapajós (Bacia Amazônica) e à esquerda do Rio Tartaruga - pertencente à Bacia do Rio Xingu. (Ver planta da Gleba Celeste em anexos)

Denominada oficialmente Gleba Celeste, a área de colonização aí instalada se constituiu de quatro núcleos coloniais: Cidade de Vera (instalada em 27 de julho de 1972); cidade de Sinop (em 14 de setembro de 1974); cidade de Santa Carmem (em 15 de setembro de 1974) e cidade de Cláudia (em 1978).

Atendendo à legislação em vigor, o parcelamento global desdobrou-se em áreas rurais e urbanas. O primeiro núcleo criado foi Vera. Entretanto, o núcleo de Sinop apresentava a vantagem de localizar-se precisamente às margens da BR-163. Foi, por isso, dinamizado e, posteriormente, tornou-se a sede do município, em 1979 (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p.23).

Oliveira estudou a “Pequena Produção em Mato Grosso”, tendo como objeto de pesquisa o projeto colonizador de Sinop, “Portal da Amazônia”, como era qualificado pelos seus autores. Segundo Oliveira, a Gleba Celeste se divide em unidades territoriais denominadas “partes”. Ao todo eram 6 partes (Oliveira, 1983, p.24)⁵⁸. A primeira e a segunda partes foram postas à venda em 1972 e somente em 1979 é que se iniciaram as vendas das duas últimas partes. O total de terras do projeto de colonização atingiu o montante de 600.000 hectares, divididos em lotes rurais, cujas dimensões variam entre 12 e 100 hectares, ocorrendo inclusive propriedades maiores.

A Colonizadora quando vendia suas terras aos colonos, em princípio ela estaria transferindo a estes o direito de apropriar-se da renda da terra. Mas ocorre que como a terra nem sempre é comprada à vista, e o comprador geralmente, para fazê-lo, depende de empréstimos, o que implica manter a terra em consignação até que a última parcela seja paga. Estando a terra paga, transforma-se num proprietário juridicamente garantido com escritura lavrada e registrada em Cartório. Mas para desmatar, construir e efetuar suas culturas, também dependerá de financiamentos que o levam a hipotecar sua propriedade junto aos organismos financeiros (Oliveira, 1983, p.77).

⁵⁸ [...] “as áreas rurais desenvolvem-se ao redor das cidades, que lhes servem de apoio comunitário. Dividiam-se, inicialmente, em seis (6) partes, implantadas sucessivamente, às quais acrescentaram-se novas glebas, adquiridas, igualmente, de terceiros. São elas: 1ª. parte: Glebas Marta e Rosa, próximas à cidade de Vera, num total de 67.000ha; 2ª. parte: Glebas Kátia, Patrícia e Angélica, próximas à cidade de Santa Carmem, num total de 71.000ha; 3ª. parte: Gleba Sinop, próxima à cidade de Sinop, num total de 71.000ha; 4ª. parte: Glebas Nilza, Mônica e Lídia, num total de 197.000ha; 5ª. parte: Gleba Cláudia, próxima à cidade do mesmo nome, num total de 113.000ha; 6ª. parte: Gleba Grande Alvorada, num total de 29.000ha”.

Neste contexto jurídico-financeiro, o pequeno produtor trabalha subordinado à terra, e o seu trabalho, ao capital financeiro e empresarial,

[...] os quais de posse da propriedade real da terra sob a forma de hipoteca vai arrecadar para si além dos juros, correções relativas aos empréstimos, à renda da terra, fazendo com que o produtor seja um mero trabalhador do capital. A Colonizadora, como empresa representante do capital no campo, vai acumular as funções de vendedora de terras, a de intermediária entre o banco e o produtor ou ainda vai criar mecanismos em que ela poderá atuar, controlando e dirigindo a produção, a circulação dos frutos do trabalho camponês (Oliveira, 1983).

Vidigal, ao discutir a relação entre “terra de negócio” e “terra de trabalho”, observa que ela é terra de negócio para o colonizador que a vendeu para o colono, com o intuito de lucro direto ou indireto. Ela é terra de trabalho para o agricultor que a comprou e tem a sua propriedade privada legalizada, mas que nela não explora trabalho alheio, produz amparado no trabalho familiar. Em Sinop, como em outros projetos de colonização privados, tivemos a combinação de terra de negócio com terra de trabalho (Vidigal, 1992, p.46).

[...] a terra passa a uma categoria híbrida de “terra de negócio/trabalho” quando o agricultor bem sucedido compra as terras dos vizinhos falidos, aumentando de tal forma a área de sua propriedade que apenas sua família não pode mais “tocá-la” (sic).

[...] assim, enquanto uns se tornam pequenos capitalistas (sic), outros, expropriados da terra e de seus instrumentos de trabalho, se proletarizam. Aqueles que querem continuar camponeses, migram novamente, sempre em busca da Terra Prometida (Vidigal, 1992, p.46).

O Grupo Sinop presidido por Enio Pipino, segundo Aubertin, possuía experiência de colonização em áreas novas.

Nas décadas de 50 e 60 atuou no setor imobiliário no Norte e Noroeste do Paraná e esteve presente também na fundação ou desenvolvimento de cidades nestas regiões paranaenses, tais como Formosa do Oeste, Terra Rica, Iporã, Iverá, entre outras (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p.26).

Na década de 70, quando foi lançado o PIN (Plano de Integração Nacional), durante o Governo Médici, Pipino engajou-se na “Conquista da Amazônia”, procurando repetir, no norte de Mato Grosso, o mesmo esquema de colonização para pequenos proprietários, de alardeado sucesso na frente pioneira daquele Estado sulino (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p.26-7).

Dentro do programa governamental de políticas públicas para ocupação e valorização da Amazônia, que visava promover o acesso à terra por pequenos proprietários através de empresas particulares de colonização, insere-se o projeto da Gleba Celeste, cujo idealizador foi considerado pelas autoridades como personagem de notória competência neste ramo de negócios.

Os usuários das novas áreas seriam, preferencialmente, os mesmos da região Norte e Noroeste do Paraná: os pequenos produtores diretos, proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários que, devido ao processo de minifundização e mudança no uso da terra, viram-se obrigados a migrar ((Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984).

Para o empresário colonizador, enquanto proprietário de terras, colonizar é rentável. Após dividi-la, a partir de um projeto de ocupação e urbanização, com implantação de infra-estrutura, a Colonizadora passa a vendê-la, cobrindo assim os gastos com a compra e com os melhoramentos realizados, dando-lhe uma “boa” margem de lucros. A Empresa vende as áreas de terras em etapas, isto é, após vender a primeira remessa de lotes, fica com o restante da área aguardando valorização para vendê-la mais tarde a preços mais elevados.

Sinop desempenha o papel de centro de comando de toda a Gleba e é passagem obrigatória de quem vem de Cuiabá e vai para as cidades do extremo norte de Mato Grosso, como Guarantã do Norte, Alta Floresta, ou até mesmo o Sul do Pará. Encontram-se em Sinop serviços básicos como bancos, órgãos públicos e particulares (funções político-administrativas) e uma grande concentração de madeiras que contribuíram diretamente para seu desenvolvimento enquanto cidade pólo da região norte de Mato Grosso.

O planejamento da estrutura urbana da Gleba Celeste fundamentou-se no “Plano de Urbanismo Rural” projetado pelo INCRA e transformado em documento governamental em 1973, formado por Agrovila, Agrópolis (Santa Carmem, Cláudia e Vera) e Rurópolis (Sinop).

Obviamente não se pode aceitar essa hierarquia na sua forma pura, isto é, como quer o documento de 1973. Pois dada a força do presidente da empresa junto aos grupos econômicos e especialmente políticos, uma série de serviços que extrapolam o atendimento específico e necessário aos moradores da gleba, foram implantados. Assim o núcleo de Sinop em dez anos ganhou “status” de cidade em plena selva, contando com telefones DDD e DDI, Rádio FM, instalação de agências bancárias, que atendem fundamentalmente aos interesses do grande capital aí representado pela agroindústria, pelas agropecuárias e grandes fazendas do município (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p.32).

É importante observar que esse modelo de urbanismo rural, além de suas características técnicas, urbanísticas, organizatórias e funcionais, teve uma evidente conotação de controle social. No documento do INCRA, Rurópolis (Sinop), um pequeno pólo de desenvolvimento, é um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas,

[...] possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência. Completa a integração dos seguintes binômios: rural-urbano, agroindústria, produção-comércio, dando apoio necessário ao desenvolvimento sócio-econômico da região (Incra, 1973, apud Ianni, 1979, p.6)⁵⁹.

Segundo análises de Arruda,

⁵⁹ Para uma maior discussão sobre Agrovila, Agrópolis e Rurópolis, ver esta mesma página e autor.

[...] para que um projeto de colonização pudesse ser implantado, deveria ser submetido à apreciação e aprovação do INCRA, onde seria analisado jurídica, técnica e economicamente. Os principais critérios básicos para a aprovação de determinado projeto de colonização particular junto ao INCRA seriam: a empresa colonizadora deveria ser registrada no INCRA; possuir título de domínio da área a ser colonizada; apresentar plano de viabilidade econômica do projeto de colonização e, por fim, atender às normas exigidas pelo órgão fiscalizador – INCRA (Arruda, 1997, p. 35).

A colonizadora se responsabilizaria pela implantação da infraestrutura básica (demarcação do perímetro da área a ser colonizada, parcelas individuais, construção de estradas); infraestrutura social (construção de escolas, postos de saúde, construção do perímetro urbano); assistência técnica e creditícia. Caso a colonizadora não implantasse o mínimo de infraestrutura básica exigida pelo INCRA, poderia ter seu registro cassado (Arruda, 1997).

Desta forma, a ocupação de grande parte do espaço norte mato-grossense pelas colonizadoras particulares teve apoio do Estado para efetuar as devidas atividades de assentamento e regularização fundiária, implantando uma infraestrutura necessária em seus núcleos de colonização, com funções urbanas essenciais à viabilização da ocupação, produção e controle social. Portanto,

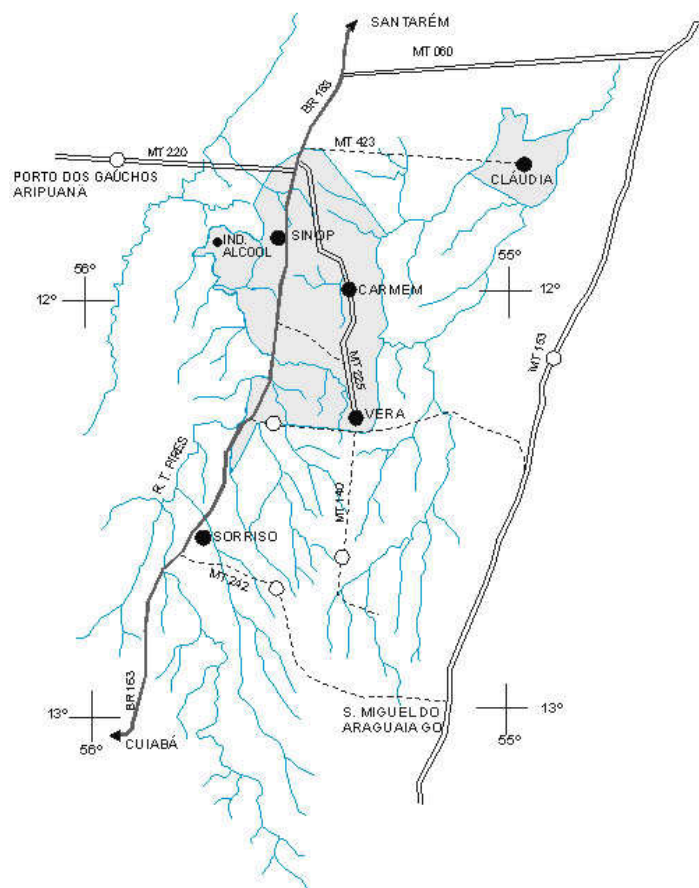
Ocupar as terras “vazias” da Amazônia constituía muito mais que uma estratégia de crescimento econômico. Tratava-se, principalmente, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico.

Os empresários do Centro-Sul e o capital estrangeiro foram efetivamente os escolhidos pelo regime militar para reencarnar o espírito bandeirante, conhecedor e explorador dos sertões, a fim de levar adiante o projeto de colonização privada, ressuscitando dessa forma o projeto que tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, como pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso para a região (Arruda, 1997, p.36).

A frente de expansão que a partir da década de setenta começou a se instalar no norte de Mato Grosso foi

[...] quase exclusivamente povoada via projetos de colonização particular. Esses projetos carreavam migrantes das regiões onde atuavam as colonizadoras e cooperativas de colonização, o que fez com que formassem, no espaço que constituía, grupos sociais que guardavam grandes semelhanças culturais com aqueles dos quais se originaram (Arruda, 1997).

MAPA 3
GLEBA CELESTE
(LOCALIZAÇÃO APROXIMADA)



LEGENDA	
	RODOVIA FEDERAL
	RODOVIA ESTADUAL
	RODOVIA IMPLANTADA
	RODOVIA ESTADUAL TRANSITÓRIA
	ESTRADA DA GLEBA
	NÚCLEOS COLONIAIS
	USINAS DE ALCÓOL
	HIDROGRAFIA
	GLEBA CELESTE

FONTE: MAPA RDP - MT/1979, DERMAT.
ESCALA 1:1000000

Fonte: ARRUDA, Zuleika Alves. 1997.

3.4 - A atividade empresarial da Colonizadora Sinop

Segundo Aubertin, Betoni e Oliveira, as atividades da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP:

[...] tiveram início em 1972, por intermédio da empresa subsidiária Colonizadora Sinop S.A. que implantou o projeto de colonização da Gleba Celeste, a princípio com 480.000 hectares”. O ponto mais importante a realçar é que trata-se de um empreendimento comercial capitalista, organizado por um grupo que explora a terra como mercadoria e trata da vinda dos colonos como uma transação de mercado. Os diversos produtos agrícolas ou as indústrias a serem implantadas são encarregados como viabilizadores do empreendimento comercial (Aubertin; Bertoni; Oliveira, 1984, p. 22).

A Colonizadora SINOP S.A., em Mato Grosso, conta com escritórios em: Cuiabá (escrituração), Sinop, Vera, Santa Carmem, Cláudia, responsáveis pela venda de lotes urbanos, com o objetivo de ocupar, povoar e desenvolver a área.

O ano de 1972 marcou o início das atividades de colonização da Gleba Celeste, com a venda de lotes aos colonos que ali se estabeleciam. O traçado do projeto e o formato dos lotes, rurais e urbanos, são retilíneos, de modo a ocupar da melhor maneira possível o espaço. Os lotes eram vendidos à vista ou a prazo. Neste caso, o lote era financiado pelo Banco do Brasil, a quem o colono pagava através de prestações, cujo prazo podia variar de seis meses a dois anos.

A propaganda efetuada pela empresa colonizadora, tanto no nível nacional quanto local e junto às populações envolvidas, era “num tom grandioso e entusiasmado, característico das zonas pioneiras do café” (Monbeig, 1998). Pela esperança que desperta, uma zona pioneira é sempre considerada como portadora de possibilidades ilimitadas. A esse discurso, foi acrescentada a questão da soberania do país⁶⁰ e a necessidade de integração dos “espaços vazios” à economia nacional (Aubertin; Bertoni; Oliveira, 1984, p. 27).

Nesse sentido, o projeto de expansão da fronteira agrícola nacional se liga mais à resolução de problemas políticos e econômicos internos do país do que à demanda externa por um produto agrícola como, no caso, o café, veiculado pelo discurso expansionista.

A venda de terras da Gleba Celeste se deu através de difusão e propaganda efetuadas pela Empresa no Sul e Sudeste do País, especialmente no Norte e Noroeste do Paraná, região de origem da Colonizadora. [...] As pessoas compraram terras em Sinop com o objetivo precípua de melhorarem as condições de vida sua e da sua família; o fizeram sob os efeitos das propagandas realizadas pela Empresa através dos meios de comunicação e de seus corretores, que buscavam enfatizar a qualidade das terras, o potencial e variedade das madeiras nobres existentes na área, as condições climáticas, boas aguadas, enfim, área propícia ao desenvolvimento da cultura do café, da pimenta e de cereais. [...] Existiam filmes e fotos, que punham em evidência a beleza dos cafezais produzindo a exuberância da selva como expressão de solos bons - onde o efeito propagandístico também era feito por amigos e parentes (Oliveira, 1983, p. 83).

É importante salientar que a propaganda das empresas (SINOP e INDECO) não apresentava os aspectos negativos no norte de Mato Grosso. Assim,

⁶⁰ *Integrar para não entregar* passou a ser um dos temas que incentivaram a migração interna de paulistas, mineiros, paranaenses, gaúchos e outros brasileiros que se deslocaram para a região amazônica e em especial para o Estado de Mato Grosso. A este respeito, consultar o livro *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Papirus, São Paulo, 1988.

[...] o clima é bom, mas não se explica ou mostra que chove durante meio ano e que durante a outra metade do ano a seca toma conta da região e que, em consequência das fortes chuvas, a única via de acesso à região, a BR-163, se torna intransitável; que, durante a época da seca, as plantações sofrem, inclusive o café e os pastos para os animais; que as doenças não são as mesmas encontradas no Sul, sobretudo a malária; que a lavoura branca em geral não produz o equivalente à do Sul, exceção feita ao arroz, mandioca e alguns tipos de frutas (Shaefer, 1985, p. 108).

As empresas colonizadoras que atuavam no norte de Mato Grosso e tinham a sede no Sul do país, possuíam uma extensa rede de agentes encarregados de convencerem os agricultores a migrarem para suas glebas.

[...] usam, para tanto, escritórios espalhados pelo interior do Paraná, patrocínio de programas de música sertaneja nas rádios do interior do Estado, apresentação de filmes ou slides feitos no Mato Grosso (ou no Paraná?), mostrando um verdadeiro paraíso à espera dos que se decidirem pela migração. A propaganda é tão intensa que muitos colonos não resistem e arriscam seu futuro numa migração cheia de incertezas e riscos. Há inclusive aquelas famílias que não teriam motivos especiais de migrarem, por terem terras no sul e que decidem comprar mais terras boas na nova fronteira e são estas as que mais se arrependem posteriormente no Mato Grosso por terem trocado o certo pelo incerto, o garantido pelo arriscado (Shaefer, 1985, p. 120).

De origem paranaense (Maringá), o Grupo Sinop se constituía em um grupo econômico presidido pelo empresário Enio Pipino, seu maior acionista. O Grupo era composto por seis (6) empresas associadas, a saber: Colonizadora Sinop S.A.;

Sinop Terras S.A.; Sinop Agro-Química S.A.; Imobiliária e Construtora Maringá S.A.; Agropastoril Celeste Ltda. e Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais Ltda. (formada por associação de capitais do grupo Sinop e da Becker alemã), que se associou ao Grupo Sinop com participação acionária da ordem de 40% do capital para prestar serviços de consultoria técnica na construção da usina de álcool anidro, proveniente da mandioca (Shaefer, 1985, p. 85).

Estas empresas se encarregavam dos vários aspectos ligados à Gleba Celeste, como compra e venda de terras, propaganda, instalação dos lavradores, agroindústria, cooperativa e projetos correlatos, como criação de gado.

Com referência à venda de terras para colonização, a empresa vem atuando desde 1938 em vendas de terras para colonização no Noroeste do Paraná, por força do Decreto nº. 3.079 de 15/9/1938, onde abriu e colonizou várias cidades. “Foi nessa época que Pierre Monbeig situou (sic) a identificação da terra como mercadoria, guardada como reserva de valor, loteada e vendida” (Vidigal, 1992, p. 80).

Vidigal afirma que as terras da Gleba Celeste foram divididas em lotes de diferentes tamanhos, correspondentes A chácaras, sítios e fazendas:

As chácaras e os lotes representam unidades territoriais maiores, divididos em setores administrativos, cada qual com um centro de convergência ou comunidade, que tem uma função social bem-definida, com sua capela, escola, barracão de festas, armazém e um campo de futebol. Estas comunidades estão distantes 6km umas das outras. Tanto os lotes rurais como as chácaras são servidos por uma estrada na frente e, nos fundos, por um curso d’água, nos moldes das áreas de colonização do Sul do país (Vidigal, 1992, P. 83).

Entrevistando pessoas que moraram nestas comunidades rurais, elas afirmaram que a escola era o local por onde todas as famílias recebiam avisos, correspondências, recados para reuniões, através das crianças que a freqüentavam. Com a crise econômico-social que atingiu os colonos, muitas comunidades foram “fechadas”, como é o caso de duas comunidades que se localizavam na Quarta Parte. As causas da “extinção” dessas comunidades serão analisadas ainda neste capítulo.

Visando à organização e controle da ocupação na Gleba Celeste, o Grupo Sinop atuava conjuntamente com outras instituições, tais como: COMICEL, EMATER, CIBRAZEM, INCRA, Banco do Brasil e, em alguns aspectos, com a participação da Prefeitura Municipal e Instituições Religiosas.

A partir de 1970, o referido grupo passa a integrar-se diretamente aos programas da política oficial de “valorização e integração da Amazônia”. Assim, volta-se para Mato Grosso com propostas de colonização. Já em 1972, pelo Decreto nº. 18 é autorizada pelo INCRA a funcionar. Inicia a venda de terras no Norte do Estado, situado na chamada pré-amazônia mato-grossense, zona de mata propriamente dita, cortada pela BR-163, a 500km ao norte de Cuiabá/MT (Vidigal, 1992, p. 86).

O Grupo Sinop nesse período tinha a seguinte filosofia de trabalho: “A necessidade de responder ao desejo dos brasileiros de possuir sua terra, auxiliados por estrutura de serviços colonizatórios” (Shaefer, 1985, p. 61). A colonizadora Sinop S.A. garante ter levado em conta a vocação agrícola dos colonos a partir de seus pontos de origem na preparação do projeto.

[...] as primeiras picadas foram abertas em 1972 na esteira da abertura da BR-163; a sede de Sinop e as três subsedes foram construídas com infra-estrutura básica, lotes urbanos circundando o perímetro urbano, pequenas chácaras de 5 alqueires, com a função de atender a um tipo de produção chamada cinturão verde (Shaefer, 1985, p. 61).

Em 3 de julho de 1980, o Presidente da República João Figueiredo visitou Sinop e Alta Floresta, acompanhado de vários ministros, deputados e do governador de Mato Grosso, Sr. Frederico Campos, quando pronunciou o seguinte discurso ao público sinopense que prestigiava a sua visita:

Eu devo dizer de minha parte, como responsável maior, que, apesar das dificuldades por que passa o nosso país, decorrentes do petróleo importado, devo dizer aos senhores que vou pensar e repensar para dar a esta área aquilo que julgo de sua maior necessidade, para que eu tenha aquela satisfação dentro de 15 anos se estiver vivo (Shaefer, 1985, p. 66-7⁶¹).

Sob o aspecto psicológico, a visita presidencial foi muito importante para a empresa colonizadora que necessitava de um aval governamental para reafirmar seu propósito no sentido de confirmar e assegurar seu projeto de colonização. Isto pode ficar claro no discurso entusiástico do Sr. Enio Pipino, presidente do Grupo Sinop:

⁶¹ Discurso pronunciado pelo Presidente João Figueiredo por ocasião da visita a Sinop, dia 3/7/80 (gravado pelo autor acima citado).

Com tecnologia é que adubamos o desejo brasileiro de construir para as nossas necessidades carburantes. Estamos agora com V. Exa. nas margens desta rodovia que começa a ser o maior corredor de produção do interior brasileiro. Somos a itinerância dos gaúchos, os sonhos simples das mães catarinenses nestas terras recém-desbravadas; somos a pertinácia paranaense em agricultar a crença de novos horizontes econômicos; somos a audácia realizadora dos paulistas, somos mineiros, Sr. Presidente, na humildade do cabo da enxada; somos nordestinos extasiados com as grandes águas; somos gente do norte confraternizando com a bravura dos capixabas; somos brasileiros de tantas latitudes humanas, que comungam a fé silenciosa de uma verde amarela presença brasileira nestas imensidões. Somos, enfim, caminho social de fluxos migratórios fertilizando estas fronteiras de trabalho, plantando as esperanças do Brasil (Shaefer, 1985, p. 67)⁶².

Enio Pipino foi considerado por muitos como o “Semeador de Cidades”, “Bandeirante do Século XX”, devido ao seu trabalho desenvolvido no ramo de colonização e ocupação de novas áreas na região amazônica. O paternalismo também esteve presente na figura do empresário colonizador, com sua “bondade” em relação aos incentivos oferecidos aos que chegavam a Sinop, como doação de terrenos para que num período determinado fosse construída uma casa para moradia ou comércio. Esta prática se fundamentava no objetivo do Estatuto da Terra de *“proporcionar, aos pequenos agricultores, a oportunidade de possuir terra”*. Guimarães Neto, ao discutir o significado político da colonização que se efetivou na Amazônia Mato-Grossense, representado principalmente pela INDECO e pela SINOP, destaca a forma como foi construído o mito do “Herói Colonizador,” do “Plantador de cidades” e da “colonização como missão”. Segundo Arruda,

⁶² Do discurso pronunciado por Enio Pipino, Diretor Presidente do Grupo Sinop S.A., por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo a Sinop, dia 3/7/80. (do mesmo autor)

[...] as atribuições de nomes femininos às unidades da Gleba Celeste (estradas, comunidades, cidades...), justifica-se que pelo fato de o colonizador considerar-se um homem “de estrada” e um “admirador do sexo feminino”, resolve através do processo de territorialização deixar registrados nas unidades territoriais os topônimos femininos (Arruda, 1997, p. 74).

O elogio ao “espírito bandeirante” exalta a imagem que ora corre na silhueta do forte desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas, para a dignificante estampa de “brasileiro nato” que, conquistando territórios - a marcha para o oeste -, deu ao Brasil sua maior riqueza, ou seja, o alargamento das suas fronteiras. A estratégia da colonização particular, a partir da década de setenta [...], era de fato a de privilegiar a centralização do poder executivo, instauradora de uma ordem social que excluía o povo da participação pelas vias institucionais.

Necessitava-se, nesse momento, de homens fortes que “acolhessem os fracos e oprimidos”, desde que não saíssem do próprio povo e que não representassem alguma liderança política emergente de uma experiência de luta pelos direitos dos trabalhadores. O “empresário do Sul”, o “bandeirante moderno”, que se interessava pelas riquezas da Amazônia, revelava-se o “comandante ideal” de uma política que apontava do alto a estratégia mais eficaz para “preencher os espaços vazios (Guimarães Neto, 1986, p. 75-6).

Neste caso, o herói deve corresponder às necessidades e aspirações coletivas no meio em que age, como afirma Schmidt, “*modelando comportamentos coletivos*”. Perante esta discussão que possibilitaria a formação da memória local, torna-se imperativo relacionar tais idéias com a obra de Alcir Lenharo, “Sacralização da Política”. Nela são analisados mecanismos atribuídos à construção da figura de Getúlio Vargas e ao regime do Estado Novo: “Idéia de liderança”, “trabalho e progresso”, em que a comunidade, numa atuação conjunta, “conseguirá marchar junto e alcançar seus objetivos”, principalmente através do “trabalho e disciplina” (Schmidt, 1999, p. 57). Observa-se, então, a mobilização da população em torno de uma figura que vai prevalecer na

memória das pessoas após a sua morte, como um mártir, devido a seus “gloriosos feitos à sociedade”.

Estes aspectos estão bastante evidentes na publicação, em 1979, de um material informativo do Grupo Sinop intitulado *Um Passo de Conquista na Amazônia*. Lê-se aí:

[...] a conquista da Amazônia pelos brasileiros, sobre ser imperativo da Nação, responde a um processo de soberania, além de constituir desafio a que devemos responder, visando à sua integração à realidade social e econômica do Brasil, dentro do respeito às condições naturais do meio ambiente (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 28).

A este respeito, para falar da Gleba Celeste e de Sinop, o “Comendador Enio Pipino”, como era chamado, assim se pronunciava:

A Gleba Celeste era um mundo verde, dormindo, na solidão da Amazônia. Transformamos o seu rosto, abrindo clareiras e picadas na mata virgem. E nasceram os primeiros povoados, esperançosas cidades de hoje, crianças ainda, mas correndo, céleres, para o progresso.

E lavradores enfeitaram de roças novas as terras. E templos de fé passaram a glorificar a Deus. E o comércio se tornou forte e a indústria já anuncia rolos de fumaça nas chaminés e gritos de sirenes acordando a distância.

E neste novo mundo, esperançoso e feliz, crianças aprendem as suas primeiras letras e os jovens conquistam bancos colegiais. Como é bom alargar fronteiras de nossa Pátria! Como é dadivoso o ideal que se enfeita de realizações!

Agora, a Gleba Celeste acena para o Brasil como novo mundo de riquezas e civilização - prêmio maior ao nosso ideal de plantar cidades, vendo a terra abrir-se em floradas e anunciar milagres da colheita (O senador de cidades, 1996, p. 23).

Nessa fala do colonizador Enio Pipino podemos observar um verdadeiro “hino ao progresso industrial e social” enquanto discurso inaugural do seu projeto de colonização que ficará presente no imaginário social da população sinopense, criando mitos e esperanças do

novo eldorado que se abre “para todos”, na nova fronteira agrícola da Amazônia Mato-Grossense. Maria Inês M. Castro, ao estudar o ideário progressista que marcou fortemente o projeto político dos republicanos, discute o conceito de mundo selvagem, aquele que não é dominado pelos homens e civilização, enquanto conquista da natureza.

O denominador comum entre viajantes e políticos locais era dado pela maneira de se pensar a existência de terras “desocupadas” e inexploradas, identificando-as com a barbárie e a selvageria. Contrapunham a civilização à natureza, esta última encarada como o “mundo selvagem” e definida pela ausência e pela inércia. A uma terra não cultivada corresponderiam homens incultos, cuja vida pautava-se pela indolência. Era justamente a capacidade de transformar o domínio natural que conferia aos homens atributos superiores e resgatava-os da barbárie. A apropriação das áreas “improdutivas e vazias” representava sua incorporação à esfera produtiva, incrementando a riqueza (Castro, 1993, p. 105-6).

Shaefer questiona as práticas sociais das empresas privadas de colonização, como a SINOP e a INDECO:

[...] Ninguém coloniza o norte do Mato Grosso por um sentido de filantropia ou até mesmo no sentido de querer contribuir para minorar o problema fundiário do País. Assentam-se colonos porque isto é um bom negócio que rende dinheiro às firmas que se dedicam ao ramo [...], pois estas são verdadeiras empresas capitalistas e como tais agem (Shaefer, 1985, p. 54-5).

Para a empresa colonizadora, as possibilidades de vendas eram grandiosas e ilimitadas, no momento em que se acelera o processo de ocupação da Gleba, com estimativas de “ótimas” colheitas pelos agricultores. Em Sinop, a capacidade de trabalho do agricultor sulista era enfatizada tanto pelos empresários quanto pelos órgãos governamentais. Afirmavam que o lavrador da região Sul não se deixava abater pelas condições difíceis do meio físico, com esforço incessante para produzir. Desde o Governo Vargas, através do discurso oficial, dava-se preferência aos agricultores do Sul, descendentes de imigrantes, que seriam mais aptos para a agricultura, na “Cruzada Rumo ao Oeste”, como afirma Alcir Lenharo (Lenharo, 1986, p. 19-53).

O Estatuto da Terra, reforçado pelo PIN, deveria atender aos assim chamados “excedentes populacionais” sem terra das áreas agrícolas onde se manifestavam visíveis tensões sociais. Entretanto, a opção dada aos comerciantes de terra para realizar os projetos de colonização implicava que os novos usuários fossem capazes de adquirir seus lotes em regime de mercado. Dessa maneira, os migrantes muito pobres foram aliçados dos projetos particulares e privilegiados os sulistas, considerados como de maiores recursos (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 29).

Neste sentido, a “fronteira de recursos é apresentada aos colonos como possibilidade de realização do seu trabalho, que seria amplamente recompensado com colheitas abundantes em terras férteis e propriedades maiores” (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1984)⁶³. Uma lei federal (IBDF) determina que 50% das terras em floresta de propriedade rural permaneçam como reservas, evitando dessa forma a destruição total do meio ambiente. Essa lei não era bem-vista pelos migrantes que ensejavam a prática muito comum de vender aos novos que chegavam a parte que deveria permanecer intocada.

A compra da propriedade rural pelos migrantes paranaenses poderia ser efetuada diretamente na imobiliária em Maringá (Sinop Terras S.A.) ou de terceiros.

Esta era efetuada à vista ou a prazo, pagando 50% de entrada, 25% no primeiro ano e 25% no segundo, com 60% de acréscimo no preço total. Ao adquirir sua terra, o colono passava a ser titular de uma cota da Cooperativa Mista Celeste Ltda., com o pagamento extra de 1% da aquisição efetuada (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1984).

⁶³ Cf. as autoras: “[...] uma das preocupações do pequeno colono era como se manter até que as supersafras prometidas se tornem realidade”. No plano de aquisição de terras, o norte de Mato Grosso lhe será propício, “pois a diferença de preço entre o alqueire de terra no Estado de origem (PR, RS e SC), mais cara que na frente pioneira, lhe permitirá autofinanciar-se nos primeiros anos, pois o financiamento governamental é difícil e nem sempre atende aos interesses do agricultor. Em maio de 1984, o preço do alqueire no norte do Paraná custava Cr\$ 8.000,00. Em Sinop, o alqueire beneficiado, ou seja, limpo de mata, era vendido por Cr\$500,00 e o bruto variava de Cr\$80.000 a Cr\$150.000 (sic), dependendo da localização, ou seja, próximo dos eixos de comunicação”. Podemos observar que, nesse caso, a vantagem seria ainda maior, pois além do preço mais baixo, a madeira poderia ser vendida às serrarias, com ganhos adicionais.

Dentro do esquema de comercialização da Gleba Celeste, os colonos trabalham, principalmente, com capital próprio, visto que não há, para eles, financiamento para compra de terras e poucos créditos para a produção. Ocorre então, com frequência, que o colono vende parte de sua terra para fazer frente às despesas com o cultivo em outras áreas da propriedade. Os compradores podem ser recém-vindos ou donos das fazendas vizinhas (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1984).

Juntamente com o avanço da fronteira agrícola, a abertura da Amazônia e dos Cerrados que a contornam, modificou a paisagem do Brasil e particularmente do Norte de Mato Grosso, onde:

A colonização de Sinop, lastreada também pela experiência adquirida na colonização de glebas no noroeste e norte do Paraná e pelo planejamento da ocupação dos 465 mil hectares da Gleba Celeste, à qual não faltou o apoio do Governo Federal, foi desde o primeiro momento (1971) tido como um completo e abrangente processo de colonização, entre dezenas de outros, levados à prática na pré-Amazônia (Souza, 1999, p. 45).

Podemos perceber, neste contexto, que não havia financiamento para o migrante por parte dos órgãos oficiais que fomentavam a colonização da Amazônia Mato-Grossense. “O financiamento à produção só é possível após dois anos de instalação do colono, com o título definitivo de propriedade, preferencialmente para os produtos de exportação ou matéria prima industrial, como a mandioca” (Souza, 1999). Por outro lado, Aubertin, Bertone e Oliveira afirmam que, para o Grupo Sinop,

[...] os “custos amazônicos” são amplamente financiados pela SUDAM, Banco do Brasil e Pró-Terra.

[...] os financiamentos governamentais ao Grupo Sinop abrangeram todas as etapas do projeto de colonização, desde a implantação até a venda das terras.

[...] os estímulos fiscais da SUDAM seriam da ordem de 75% sobre o capital próprio aplicado, ou seja, de cada Cr\$100 investidos, Cr\$70 foram subsidiados, pois a Gleba Celeste encontrava-se na zona de prioridade A, a mais alta (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1984^a, p. 31).

Segundo Aubertin, Bertone e Oliveira, a política de financiamento desenvolvida pelo Banco do Brasil, no sentido de “contribuir” para a viabilização do projeto de colonização da Gleba Celeste, assim se definia:

[...] o Banco do Brasil financia a colonização: faz o empréstimo à empresa para a venda de terra aos colonos e estes amortizam as prestações da colonizadora no banco, por intermédio da Cooperativa. Neste sentido, o lucro da empresa poderia vir do contínuo rolamento da dívida junto às entidades financeiras, da obtenção de novos empréstimos e da aplicação do capital no mercado financeiro (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1988^a, p. 31-2).

Com relação às lavouras – lotes com uma média de 100 hectares –, a metade da área deveria permanecer com a cobertura vegetal, seguindo as normas do IBDF. Esta legislação

“deveria favorecer a pequena produção moderna, isto é, uma produção para o consumo próprio, mas também uma produção de lavouras permanentes de exportação, fixando o pequeno produtor à sua terra”. Assim, desde o início da Gleba Celeste, foram desenvolvidas lavouras de café e de pimenta-do-reino como lavouras permanentes, arroz e mandioca como lavouras temporárias. A mandioca deveria ter uma produção intensiva, para abastecer a usina de mandioca que iniciou sua atividade em 1982, além de servir para o autoconsumo (Aubertin; Berrtone; Oliveira, 1988a, p. 35).

Antes da usina de álcool entrar em funcionamento, o censo do IBGE registrava somente 14ha de mandioca. Já em 1983, encontravam-se 500 produtores em uma superfície de 4.300ha. O maior produtor e também comprador de mandioca era o departamento agrícola da usina, que se encontrava à época com várias dificuldades, como mecanização, frete etc. O atraso no programa de funcionamento da usina, o preço

pouco compensador que era pago pela mandioca e a falta de mercado motivaram a desconfiança dos pequenos produtores (Souza, 1999, p. 37).

Desde o início da colonização, a produção de pimenta-do-reino em Sinop foi incentivada. Em 1980, produzia-se em torno de 64 toneladas, mas, por falta de incentivos à sua produção e comercialização, esta cultura foi abandonada, e outras atividades comerciais e indústrias passaram a dar sustentação à economia do município, como a mandioca e a madeira. Mas a grande pergunta que se faz é: Por que Sinop deu certo? Como contribuição a esta reflexão, citamos um estudo realizado por Zuleika A. Arruda a respeito desta problemática.

Desde o início do processo de construção territorial da gleba, a ocupação era viabilizada, a partir do poder central, que oferecia as condições de infra-estrutura econômica necessárias para tornar a terra uma mercadoria e concretizar a sua efetiva ocupação.

Entre as medidas que viabilizaram o referido projeto de colonização, encontram-se a abertura e o asfaltamento da BR-163, Cuiabá-Santarém, o Programa do Ministério da Agricultura do “calcário” para corrigir o problema de acidez do solo, a implantação em Sinop da COBAL - Companhia Brasileira de Alimentação, do Ministério da Agricultura; agências bancárias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, a integração aos Meios de Comunicação com a instalação da agência de correios e telégrafos, a emissora de rádio FM da Radiobrás e a emissora de televisão, também da Radiobrás. E, no ano de 1994, com o intuito de resolver o déficit energético, ocorre a integração à rede nacional de energia: o linhão (linha de transmissão Nobres-Sinop-1994) (Arruda, 1997, p. 73).

Percebe-se que vários fatores contribuíram para o desenvolvimento de Sinop, desde a presença do dinheiro público investido em obras de infra-estrutura social e econômica até a própria “contribuição” dos primeiros colonos que vieram para Sinop atrás de seus sonhos e projetos de vida. Somando a esses fatores, houve uma grande divulgação da empresa colonizadora atraindo capital particular através de empreendedores que passaram a investir em Mato Grosso. Além da

retaguarda estatal, é o trabalho e a geração de valor que serão os maiores responsáveis pelo sucesso de Sinop.

Propaganda da Gleba Celeste entregue aos moradores de Sinop no dia da fundação da cidade: 14/9/1974.
Fonte: Colonizadora Sinop S.A.



3.5 Os colonos: entre a realidade vivida e a utopia projetada

Oliveira, em seu trabalho sobre o papel do “pequeno produtor” no processo de colonização em Sinop, discute os aspectos da produção, circulação de sua produção e as relações que estão em jogo entre colonos, o Grupo Sinop, a Cooperativa Mista Celeste e o Estado, mediado pelo Banco do Brasil. Segundo o autor, o pequeno produtor (frente pioneira) se configurava como pequeno proprietário privado das terras que ocupa e trabalha.

Trata-se de um proprietário distinto de um proprietário capitalista, posto que a propriedade para ele não é condição e não tem por finalidade promover a exploração da força de trabalho de outrem, mas sim, de poder, através dela, viabilizar a reprodução da sua condição social de existência e de sua família. [...] diante da impossibilidade de reproduzir-se como pequeno produtor nas áreas e regiões de procedência, veio para a nova fronteira na esperança de aí recriar-se como tal, isto é, ter a certeza de que seus descendentes possam vir a ser no futuro pequenos produtores proprietários. Porém, a sua reprodução enquanto camponês se conflita com a produção capitalista que só o mantém e permite sua recriação de forma subordinada (Oliveira, 1983, p. 126).

Neste estudo, Mariano percebe a forma sutil como foi construída a exploração dos colonos pelo capital, que se inicia com a venda do lote, pois, no momento em que esses possuíam suas escrituras definitivas (proprietários legítimos), utilizavam-se de financiamentos (via cooperativa) para derrubada, edificações e construções.

Ao chegar ao agente financeiro, seja diretamente, seja através dos repasses de financiamentos pela COMICEL, sua escritura fica hipotecada como garantia pelo empréstimo realizado. [...] Assim procedendo, o pequeno produtor está cedendo aos órgãos financeiros o direito de apropriar-se da renda que deveria ser sua. Equivale afirmar que o proprietário real passa a ser o agente financiador que transforma o produtor num proprietário formal da terra (Oliveira, 1983, p. 128).

Desta forma, o colono inicia sua produção endividando-se, e os lucros de seu trabalho acabam sendo entregues a tais agentes, ou seja, os lucros da terra acabam indo para a indústria, para o Estado e para os donos do capital financeiro. Isto fará com que muitos migrantes “quebrem”, indo para frente, Colíder ou para Rondônia, onde o Governo Federal desenvolvia um projeto público de colonização. Mariano conclui afirmando que o

[...] camponês é um trabalhador do capital, portanto se mantém como força de trabalho para o mesmo. O colono só consegue se reproduzir atrelado às leis da reprodução capitalista, perdendo totalmente sua autonomia no momento em que passa a produzir para o mercado. Resta na dor gravada, nos cabelos brancos, a incerteza do agora, a saudade dos bons tempos e a esperança que vem na frente (Oliveira, 1983, p. 130).

No Brasil, há quase 100 anos, está ocorrendo a abertura de novas fronteiras agrícolas, porém isso não significa reforma agrária. Para Wanderley, a migração possui duas faces:

[...] a esperança e o fracasso. A existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses (Wanderley, 1996, p. 24).

No Sul, os descendentes de italianos e alemães, de 3^a. ou 4^a. geração, nunca deixaram de ser migrantes dentro do Brasil, pois das colônias velhas do Rio Grande do Sul, ainda no século passado, passaram a ocupar o oeste e norte do Estado, atravessando em seguida o Rio Uruguai e ocupando o oeste de Santa Catarina. De Santa Catarina e também diretamente do Rio Grande do Sul, foram ocupando há três décadas o sudoeste e sul do Paraná. Agora estão migrando para o Paraguai, Mato Grosso e Rondônia, guardando em grande parte sua cultura, costumes, língua e religião (Shaefer, 1985, p. 176).

Santos afirma que:

[...] num processo de colonização supõe-se um desejo e uma esperança. O desejo é socialmente produzido e a esperança é posta à prova dia a dia”. A colonização, quer de responsabilidade pública ou privada, provoca sempre um deslocamento das populações rurais e, além disso, para uma região diferente daquela em que os camponeses e trabalhadores rurais moravam habitualmente. Temos que enumerar, minuciosamente, diversos pontos de origem e de chegada para apreender a lógica subjacente a essa permanente transferência (Santos, 1993, p. 200).

A partir da década de 70, os migrantes tinham que optar: ou seguiam para as cidades ou se moviam adiante para as novas fronteiras agrícolas, como o norte mato-grossense. Neste contexto socioeconômico, a “colonização passa a ser uma oportunidade real de ascensão social e de melhoria das condições de vida para muitos” (Kitamura, 1994, p. 42)⁶⁴.

Ao se deslocar para a Amazônia, o colono não só ampliou a dimensão geográfica que tinha sobre o seu país – “atravessando” cidades e limites estaduais - como ainda teve que enfrentar, direta ou indiretamente, o aparato jurídico-burocrático do Estado para tornar legal a sua ocupação no lote adquirido (Guimarães Neto, 1986, p. 41).

⁶⁴ Alguns colonos lutaram pela reforma agrária no Sul do país, outros foram induzidos e seduzidos a não lutar. Mas outra parte dos trabalhadores rurais no Sul do país passaram a lutar pela terra, originando o MST.

Para Guimarães Neto, o que tornou a

[...] situação tão catastrófica para o produtor rural, sem meios para capitalizar sua propriedade, foi o fato de que o processo político brasileiro evoluiu no sentido de afastar do pleno exercício os projetos de reformas sociais que pudessem alterar de alguma forma um quadro de alta concentração econômica da iniciativa privada (Guimarães Neto, 1986, p. 25).

No âmbito das estratégias de dominação política, o governo militar utilizou mecanismos para desbaratar as representatividades políticas, tanto urbanas quanto rurais. Neste sentido, a população rural empobrecida ficou à mercê de um regime político autoritário que legislou por decretos-leis e impôs um controle social no meio rural, não só no âmbito da repressão aberta, mas ainda com uma política sindical assistencialista, cooperativista. Com isto ficaram obstruídos os canais políticos de participação dos trabalhadores, em suas reivindicações, e os seus direitos não foram atendidos e nem mesmo questionados pelos dirigentes políticos do país (Guimarães Neto, 1986).

A maioria dos primeiros moradores urbanos de Sinop (1974-80) era originária do Paraná ou teve ali sua última residência, visto que a colonização se destinava a eles, e a empresa colonizadora Sinop exerceu, durante longos anos, suas atividades naquele Estado. Conforme Arruda,

essa corrente migratória fugia da pobreza crescente, da falta de créditos e terras, da impossibilidade de concorrer com os grandes produtores face à modernização intensa da agricultura que passa a ocorrer no Centro-Sul do País, marcando um novo processo de re-territorialização em Sinop (Arruda, 1977, p. 67).

A maioria dos lotes rurais de Sinop foi comprada no escritório da empresa em Maringá. Também vieram para Sinop migrantes dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como nordestinos da segunda migração interestadual. Essas pessoas passaram por vários deslocamentos no espaço sulino e no Sudeste do país, sendo

freqüentes as mudanças de uma cidade para outra (Arruda, 1977, p. 87).⁶⁵.

Das populações que vieram para Sinop na década de 70, 17,7% procuraram encontrar aquilo que chamou um pesquisador a vontade de ter “melhores condições de vida para si e para sua família”. Outros atenderam ao chamado de parentes e amigos que já residiam no local - eram 10%. Portanto, 27,7% daqueles que responderam à pesquisa, até o final da década de 70, buscavam uma melhor vida, ao menos como expectativa. Além desses, outros 13% acreditaram na propaganda da colonizadora que insistia em “poder colonizar a Amazônia”, atendendo ao chamado do governo. Eram, portanto, quase 40% dos pesquisados que deixaram o Sul na esteira do progresso, na busca de um mundo melhor (Oliveira, 1983, apud Marta, 1999a).

O meio de transporte mais usado pelos migrantes para trazerem suas mudanças era o caminhão. A partir de 1976, a empresa de transportes coletivos “Expresso Maringá” passa a fazer a linha Cascavel - Sinop. Para viajar, muitas famílias passaram a utilizar-se do ônibus.

[...] as famílias que viajavam de ônibus normalmente são pobres, carregando em algumas malas todos os seus pertences, tendo vendido o que não pôde ser carregado no bagageiro do ônibus. Há os que trazem até 20 malas. A viagem de ônibus barateia enormemente a mudança. Alguns viajam de condução própria, mandando a mudança de caminhão (Shaefer, 1985, p. 177).

No início da ocupação de Sinop, a comunicação era um grande desafio, devido às distâncias e às péssimas condições das estradas, principalmente no período das chuvas. Quando chegavam a Sinop,

⁶⁵ É importante observar que das cidades paulistas com tradição em plantar café (Andradina e Pereira Barreto), segundo o autor, “as migrações seguiam em direção ao norte do Paraná, onde a Empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, de capitais ingleses (e posteriormente chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), e outras empresas lotearam mais de 500.000 alqueires para pequenos lavradores, envolvendo-se, ainda, na construção de cidades. Os sítios localizavam-se próximos às grandes fazendas cafeeiras. Deve-se ressaltar que o norte do Paraná não foi todo colonizado por pequenos proprietários. Nas regiões de Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama e Campo Mourão, das quais migraram grande número de migrantes para Sinop, as propriedades rurais com menos de 10ha detinham apenas 9,60% da área, enquanto 0,28% das propriedades com mais de 1.000ha detinham 19,03% da área”.

muitos colonos que vieram para o norte de Mato Grosso, já tinham o costume de ver televisão no Sul antes da migração,

[...] passando a sentir enorme falta deste meio de comunicação no meio do sertão. Na cidade de Sinop, por ocasião da visita do Presidente Figueiredo, em junho de 1980, cerca de 400 mulheres da cidade o cercaram no aeroporto, antes da saída, levando-lhe um pedido muito sério: a liberação de uma verba urgente visando à interligação do Sistema de Comunicações do Mato Grosso com o satélite, para que o norte do Estado pudesse ter a imagem da televisão já em 1981. Em julho de 1981 estava sendo instalada a televisão em Sinop e Alta Floresta, estando já em testes definitivos (Shaefer, 1985, p. 200) (Shaefer, 1985, p. 1999a) (1984, p. 1999b).

Depoimentos de algumas famílias que chegaram no início da colonização de Sinop, falam do clima de cordialidade e receptividade que existia nos primeiros anos da construção da cidade. As pessoas se reuniam nas ruas, entre vizinhos, para conversar, negociar, ouvir rádio e traçar planos, num mundo a ser conquistado e domado. Porém, com a instalação do primeiro canal de televisão, despertou-lhes a curiosidade pela informação e a necessidade de divulgar esse lugar que aqui estava surgindo. Todos esperavam que o “mundo civilizado” entrasse logo nestas regiões recém-colonizadas.

O desafio de adaptação ao novo ambiente norte mato-grossense era grande: longa viagem até a nova fronteira, a ocupação da área comprada da firma colonizadora, as primeiras derrubadas, as primeiras decepções, as dívidas contraídas no processo de produção agrícola, saudades dos parentes, calor, falta de conforto, provocando grandes

conflitos e dúvidas em relação ao novo lugar escolhido para viver. Porém, o intenso trabalho foi uma forma encontrada pelos colonos para esquecerem o Sul. A Igreja ajudava a criar raízes e, amparados na fé, procuravam vencer suas dificuldades.

Para Vidigal, “Sinop não foi só um projeto de colonização; foi também campo de experiência de outros projetos agrícolas desenvolvimentistas”¹ Vidigal, 1992, p.

(Vidigal, 1992, p. 21). O ideal que motivou os pequenos agricultores a deixarem o Sul do país rumo ao norte de Mato Grosso, era a possibilidade de aumentar sua propriedade, pois:

[...] saem de uma pequena propriedade familiar, que dificilmente ultrapassa os 50 hectares, tornando-se proprietários médios, com acesso a áreas até superiores a 500 hectares, passando a contratar terceiros para o trabalho nestas propriedades. São estes agricultores que muitas vezes, numa atitude de pseudonovos ricos, passam a explorar empregados, volantes, da mesma forma como eles próprios eram explorados no passado nas suas pequenas propriedades (Vidigal, 1992, p. 21).

Em 1980, o Presidente da República João B. Figueiredo visitou Sinop. “Para os colonos foi dia especial, a presença do Governo era um testemunho da importância da sua cidade e, principalmente, de uma consideração especial a esses brasileiros pioneiros, bandeirantes da “nova

Amazônia” (Guimarães Neto, 1986, p. 43). E nessa visão mística, o Presidente prenunciava os bons tempos, como ainda trazia a confirmação de que Sinop tinha sido uma escolha acertada. Não restavam mais dúvidas de que o progresso havia chegado.

Nessa representação patriótica, e por que não dizer religiosa do “mundo novo”, trabalho e progresso surgiam com a aura da salvação. Mais uma vez o Deus do trabalho, em toda a sua onipotência, ensinaria, nessa busca, os homens a respeitarem a propriedade, a ordem e a disciplina indispensáveis à construção do amanhã. Todo “bom colono” haveria de ser um “bom cidadão” (Guimarães Neto, 1986).

Já afirmamos que o processo de colonização em Sinop foi seletivo. Logo, precisamos analisar por que algumas pessoas ficaram e outras seguiram em frente? Quem ficou seriam os mais fortes? Seriam os mais estruturados economicamente? Os que hoje possuem mais terras, foi por que compraram grandes áreas ou grilaram, adquiriram dos demais que quebraram e tiveram que se desfazer de suas propriedades para pagarem suas dívidas? Certamente não é o caso de muitos colonos, posseiros, empregados de madeireiras, olarias, peões de derrubadas e demais trabalhadores “braçais”. É importante enfatizar que ninguém migra em direção a um ambiente novo, estranho e de futuro incerto pelo puro prazer de migrar ou de conhecer outros lugares, mas sim por necessidade.

Os colonos, desiludidos com a lavoura inviável, já não se sentiam propensos a plantar, muitos deles desistiram, deixaram seus sonhos agrícolas para trás e buscaram outras alternativas, vendendo sua força de trabalho no setor madeireiro de Sinop e da região.

[...] muitos fracassaram perdendo tudo; outros, assustados com as dificuldades, abandonaram o projeto, retornando a seus locais de origem. Os que vieram e voltaram, bem como aqueles que perderam tudo o que tinham, venderam suas terras e os minifúndios não se formaram, transformaram-se, posteriormente, por remembramento, em grandes propriedades (Vidigal, 1992, p. 100).

Mas quem comprou essas terras dos colonos falidos? Relatos de pessoas que venderam suas terras nesse período, afirmam que foram “compradas” por pessoas ligadas ao setor madeireiro que, posteriormente, passaram a extrair a sua madeira e hoje utilizam-nas para a agricultura e pecuária.

Em relação à violência contra os colonos em Sinop nos primeiros anos de sua colonização, esta foi praticada mais pelas próprias “autoridades”, ou então ocorriam nos matos, sem que “ninguém” ficasse sabendo, eram “contados à boca pequena” (Shaefer, 1985, p. 146).

[...] por Sinop já passaram alguns delegados de polícia tristemente célebres. Entre eles merecem citação José Cesar Conte, que assassinou um homem logo nos primeiros dias após sua posse como delegado, além de ter comandado a tristemente famosa expedição contra os indefesos garimpeiros de Paranaíta em setembro de 1979. Cesar Conte foi exonerado a tempo por exigência do próprio povo de Sinop; outra delegada famosa que passou por Sinop foi a Senhora Maria Glória Polk, que implantou o terror na região de Sinop, torturando indefesos colonos, tendo sido também exonerada a pedido da sociedade sinopense (Shaefer, 1985, p. 118).

Outro “famoso” delegado de polícia que passou por Sinop, foi o Sr. Samuel, popular “Samuca”, que também não deixou muita saudade entre os moradores locais.

O grande fluxo migratório para Sinop começou a declinar a partir de 1985/6. Froehlich afirma que, devido à carência de infra-estrutura básica, à falta de comercialização dos produtos, pois o que compravam era caríssimo e o que vendiam não alcançava preço satisfatório, o grande movimento de pessoas para Sinop começou a breçar.

Isso tudo, aliado à falta de escolas e de atendimento à saúde e às estradas de chão batido - quase intransitáveis em tempo de chuva -, tornou-se grande impedimento para o progresso.

Muitos abandonaram a terra e foram para o garimpo. Pior ainda, muitos investiram a própria terra no garimpo e perderam tudo. A população foi diminuindo: alguns voltaram para seus estados de origem, outros foram engrossar os contingentes de pobres das cidades (Fröhlich, 1999, p. 57-8).

Vidigal, ao analisar o projeto de colonização da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, afirma que “aqueles que sobreviveram se encontram hoje em boa situação, foram os mais capitalizados e capacitados desde o início, em condições de se integrarem às relações de produção capitalistas aí implantadas” (Vidigal, 1992, p. 112). As contradições dos projetos de colonização estão no fato de não cumprirem com os objetivos prometidos para os migrantes, pois, apesar de propiciarem o acesso à terra (através da compra), não conseguiram que a grande maioria dos produtores conservasse a sua propriedade, resultando em um movimento de reconcentração da propriedade (Kitamura, 1994, p. 42). Para concluirmos esta análise, queremos lembrar o pensamento de Guimarães Neto que afirma que os “colonos quando venderam o pouco que

tinham, ou simplesmente largaram para trás coisas que possuíam, lá deixaram partes de si mesmos. As poucas que vinham consigo eram como lembranças soltas, ou talvez, trapos de lembranças!” (Guimarães Neto, 1986, p. 64).

3.6 - A rodovia Cuiabá-Santarém: BR-163

A abertura da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, contribuiu decisivamente para o aumento da ocupação da região abrangida pelo seu traçado. Com uma extensão de quase 800km em território mato-grossense e 1777 até Santarém, todas as matas ao longo dessa rodovia já foram derrubadas. Ao longo do seu traçado, centenas de fazendas foram abertas. Projetos de colonização, agropecuárias, vilas, cidades e municípios foram surgindo, principalmente a partir de 1974. A construção e posterior pavimentação da BR-163 criaram condições objetivas para a ocupação da Amazônia Mato-Grossense, porém provocaram sérios problemas: impactos ambientais, através de seu desmatamento, e problemas sociais como a transferência dos índios Kayabi e Paraná para o Parque Nacional do Xingu.

A política de ocupação da Amazônia, desenvolvida pelo Governo Federal pós-64, também priorizou a abertura de estradas para reorientar a migração de mão-de-obra em direção à nova fronteira agrícola. Em 1970, o Governo Federal criava o PIN,

[...] através do qual várias decisões importantes passaram a ser tomadas: a construção de rodovias como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém, sendo reservada uma faixa de 10 quilômetros às margens destas rodovias e de outras menores a serem construídas (Ianni, 1979, p. 49).

Foi no âmbito dessa política que se estabeleceram os projetos relativos à construção de rodovias como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras. Ao mesmo tempo, definiu-se o programa de colonização da Transamazônica. Com frequência, os documentos governamentais se referem às relações entre as áreas de “tensões sociais” e as conveniências da colonização de áreas pioneiras, de fronteira ou de “terras virgens” (Ianni, 1979, p. 59).

No Estado de Mato Grosso, o comando das obras de abertura da BR-163 coube ao ex-Comandante do 9º. BEC, Cel. José Meireles, que nos relata a sua participação no projeto: “Nós tivemos o privilégio de conviver junto aos pioneiros nos primórdios da ocupação, nas três dimensões do processo: implantação da rede viária de infra-estrutura, colonização e atividades empresárias” (Relatório, 1998, p. 5)⁶⁶. A Bacia do Rio Teles Pires ou São Manuel é cortada pela Rodovia BR-163. Nesta área, localiza-se a maior parte dos projetos particulares de colonização, como o desenvolvido pelo Grupo Sinop, na Gleba Celeste.

Foto 3 - BR-163, próximo a Sinop, 1976.
Fonte: Acervo da Colonizadora Sinop S.A.

⁶⁶ Ver a obra “Panará: a volta dos índios gigantes”, de Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto, com ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. Esta obra retrata o processo de abertura da BR-163, a transferência dos índios Kreenakore e sua volta, em 1997, para uma reserva no sul do Pará.



Cabe observar, neste ponto, que a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém se constituem em pré-requisito fundamental para a ocupação da Amazônia Legal brasileira, onde o Governo Federal elegeu alguns trechos de atendimento prioritário dentro do programa de colonização,

[...] trechos esses que se constituem em verdadeiros eixos de desenvolvimento potencial. Servindo para assegurar, a curto e médio prazos, a ocupação da terra de forma organizada, sempre que possível aproveitando os excedentes populacionais do Nordeste (Ianni, 1979, p. 61).

Ianni afirma que desde 1970 o Governo Federal vem intensificando a construção de rodovias na Amazônia. De acordo com Ianni:

Por razões de “segurança interna”, “defesa nacional” ou “segurança e desenvolvimento”, justificou-se o início da construção de rodovias de grandes proporções. Mas essas rodovias não podem ser tomadas sempre como “precursoras” da chegada de posseiros, grileiros, latifundiários, empresários, agentes do poder público, igrejas e seitas etc. [...] a rodovia caminha de par em par, depressa ou devagar, com a ocupação da área. Outras vezes, a ocupação precede a rodovia (Ianni, 1979)⁶⁷.

Vidigal, ao discutir os projetos de infra-estrutura que estiveram no campo ideológico da “Integração Nacional” e que foram privilegiados pelo Governo Militar, observa que:

[...] tanto a Rodovia Cuiabá-Santarém como a Transamazônica foram construídas para dar suporte ao PIN - Projeto de Integração Nacional, beneficiando diretamente a colonização privada no Mato Grosso, na área da Amazônia Legal. Essa região recebeu também os benefícios financeiros dos incentivos fiscais (Vidigal, 1992, p. 14).

Para os Governos Militares, tornava-se necessária a ocupação e exploração do imenso território amazônico e, para integrá-lo, era necessário interligá-lo ao Sul-Sudeste. A construção e a pavimentação da Rodovia Cuiabá-Santarém criaram condições para que os migrantes vindos do Paraná e Sudeste do país em busca de melhores condições de vida para as suas famílias, chegassem ao norte de Mato Grosso. Outro fator que contribuiu para a construção dessa estrada

⁶⁷ Papel da BR-163: orientação do fluxo migratório, veiculação do excedente de produção, importação de bens, comunicação, elevação da renda da terra nas áreas tradicionais.

foi a reorganização do DNER, tendo por objetivo “formar uma rede unificada de estradas na qual seriam levados em conta os interesses civis e militares visando à integração nacional”, apoiado pelos Batalhões de Engenharia do Exército que receberam novas funções e tiveram papel decisivo na construção de rodovias na Amazônia (Shaefer, 1985, p. 55).

O município de Sinop, objeto deste estudo, localiza-se às margens dessa rodovia que, de uma forma geral, impulsionou a ocupação do norte de Mato Grosso. A BR-163 foi aberta pelo 9º. BEC – Batalhão de Engenharia e Construção, transferido de Carazinho-RS, que, em 1971,

[...] tendo em vista a necessidade de o Governo Federal executar o Plano de Integração Nacional, o Terceiro Batalhão Rodoviário foi transformado em 9º. BEC com o fim de participar da construção da rodovia Cuiabá-Santarém. Em 1976, após cinco anos de trabalho, estava concluída a missão e em 20 de outubro de 1976 foi inaugurada com 1777 km de extensão, dos quais 1114 km a cargo do 9º. BEC, e o restante a cargo do 8º. BEC, sediado em Santarém (Shaefer, 1985, p. 56)⁶⁸.

Na abertura da BR-163, em 1971, alguns políticos queriam que ela fosse denominada “Rodovia dos Migrantes”, outros “Euclides da Cunha”. Porém, para o Programa de Integração Nacional, ela foi denominada

⁶⁸ Id., p. 56. As principais Rodovias “construídas” na Amazônia, além da Cuiabá-Santarém, foram: Transamazônica, com 2.300km de extensão; Perimetral-Norte, com 2450km, Manaus-Venezuela com 800km e Cuiabá-Porto Velho.

Rodovia Cuiabá-Santarém, ou BR-163. Seu ponto inicial é a cidade de São Miguel do Oeste-SC, e o ponto final a cidade de Santarém-PA. Coube ao 9º. BEC a construção do trecho entre Jangada-MT e a divisa com o Pará, onde se encontraram com o 8º. BEC que, partindo de Santarém, chegou à divisa com Mato Grosso.

Na década de setenta, principalmente no ano de 1979, devido à sua má conservação, esta rodovia ficou “intransitável” na temporada das chuvas. A estrada se tornou um penoso e precário caminho em direção a Cuiabá, gerando muitos prejuízos à economia da região norte do Estado, incluindo Sinop, e ameaçando inclusive os projetos e investimentos financiados pelo BASA e Banco do Brasil. Neste período, a população ficava ilhada. Era um quadro desolador, “carros passando por desvios, pontes levadas pelas chuvas, deixando as cidades da região sem alimentos e combustíveis, produtos que então passavam a depender da boa vontade dos aviões Búfalos da FAB a preços inacessíveis à economia popular” (Shaefer, 1985, p. 57).

A conclusão da pavimentação asfáltica da BR-163, em 1984, até Sinop possibilitou efetivamente a ocupação de novas áreas do cerrado e da Amazônia Mato-Grossense, com progresso – não para todos –, juntamente com outras consequências advindas de uma ocupação muito rápida e predatória, como a devastação de matas e cerrados (que já foram quase todos cerrados), para a expansão da agricultura e da pecuária extensiva no Estado de Mato Grosso.

Foto 4 - Inauguração da pavimentação asfáltica da BR-163, 1984.

Fonte: Revista Sinop, dez. 1994, p. 39.



No processo de abertura da Cuiabá-Santarém vieram colonizadores, aventureiros, grileiros de terras públicas e também a Igreja Católica, cuja Diocese ficava em Diamantino, fazendo-se presente na ocupação dessas “novas áreas”, como nos relata o primeiro Bispo a atuar na Gleba Celeste:

Fui eu que rezei a primeira missa na BR-163, em plena selva amazônica. Costumo rezar a Santa Missa uma vez por mês para os trabalhadores do 9º. BEC - Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Diz-se que o número de trabalhadores chegava a 9 mil, divididos em seis ou sete setores. Acompanhei a abertura da estrada até a Serra do Cachimbo, e aí avisei ao comandante: Aqui é o limite da minha jurisdição, a divisa do Mato Grosso com o Pará; daqui para a frente, vocês terão que solicitar um padre em Santarém (Fröhlich, 1999, p. 48-9).

3.7 SAQ - Sinop Agroquímica S.A.

Um dos objetivos da colonização de Sinop era a implantação da cultura do café que, em meados da década de setenta, havia sofrido grandes perdas no norte do Paraná, devido às geadas e aos preços no mercado internacional. Contudo, logo procurou se diversificar a produção agrícola, para minimizar os problemas de abastecimento da cidade, oriundos, principalmente, da distância dos grandes centros e da precariedade da BR-163, ainda não pavimentada naquela época. Com o correr do tempo, enquanto alguns eram bem-sucedidos, outros se davam mal com esse tipo de cultura. Surgiram, então, outras opções, como a da mandioca, incentivada pela usina de álcool da Sinop Agroquímica S.A., logo depois destinada ao aproveitamento como matéria-prima para a fabricação de álcool. A usina de álcool de Sinop recebeu uma vultosa concessão do Governo Federal, através da SUDAM, para a sua implantação. Porém, desde 1994, encontra-se fechada. Isto vem provar a hipótese de que não são apenas as ajudas e as vantagens fiscais que garantem o êxito de uma indústria. Muitos projetos mal-estudados e mal-administrados provocaram enormes rombos aos cofres públicos federais e estaduais.

A usina de álcool representou uma das formas pelas quais se processou a acumulação na fronteira. Para tornar mais rentável seu empreendimento,

[...] o grupo econômico, que era presidido por Enio Pipino, diversificou sua atuação, através de outras empresas, entre elas a SAQ (Sinop Agroquímica S.A.), indústria destinada à produção de álcool anidro feito da mandioca. Com o objetivo de viabilizar o investimento de capital, ao mesmo tempo garantindo a permanência do colono na área e promovendo a industrialização dos produtos agrícolas, para o atendimento não só do mercado local, mas de outras partes do país, foi construída a usina de álcool que, iniciada em 1975, entrou em funcionamento em 1981 (Fröhlich, 1999, P. 53).

Diz-se que Enio Pipino sempre quis “ajudar” o pequeno produtor, o colono, em suas atividades agrícolas como café e mandioca. Ligava-se à

preocupação de favorecer a lavoura do pequeno produtor a idéia de construir uma usina de produção de álcool a partir da mandioca, visando à absorção de uma possível produção excedente. Vários argumentos favoráveis à instalação da usina foram construídos pelas partes interessadas na sua instalação e opção pela mandioca e não pela cana-de-açúcar, como: mão-de-obra, período de colheita e rendimento maior de álcool por tonelada. Segundo Aubertin, estes argumentos eram inconsistentes, pois o rendimento por hectare é muito maior para a cana (100 ton.) de que para a mandioca (40 ton.), com experiências na Bahia e em Minas Gerais que não obtiveram bons resultados. Enio Pipino procurava incentivar os produtores rurais a ampliar a área de cultivo da mandioca, como podemos perceber em uma carta pessoal que enviou aos colonos:

Ilmo. Sr. Fulano de Tal.

Sinop - MT.

Cidade Sinop em outubro de 1981

Prezado companheiro.

Gostaríamos de voltar à presença do companheiro para pedir-lhe a colaboração, assim como de quantos proprietários agrícolas que estão fixados no município.

A usina está pronta, virtualmente.

Precisamos expandir mais a cultura da mandioca. Contamos com sua colaboração. Estamos lutando junto ao Banco do Brasil S.A., em Brasília, para que não venha faltar financiamento.

Se tivermos grande volume de mandioca, a produção será toda ela aproveitada pela destilaria. Com isso, engrandecendo a nossa comunidade e dando maior segurança para o desenvolvimento da economia da região.

Esperamos que fale com os outros companheiros e façamos um grande esforço para aumentar o plantio da mandioca, que tanta importância representa para todos nós.

Juntamos um exemplar do sinopeano que veicula oportuna reportagem sobre o assunto e para o qual solicitamos sua atenção.

Com a esperança de contar com seu apoio, enviamos cordial abraço.

a. Enio Pipino (Oliveira, 1983, p. 96).

Oliveira afirma que se tratava de uma carta impressa assim como a assinatura, destacada em cor azul, junto com o “Sinopeano” nº. 26 (jornal oficial da Colonizadora), com o Hino de Sinop e propaganda sobre a mandioca (*Oliveira, 1983*). Este fato demonstra a preocupação por parte da empresa colonizadora no sentido de dar continuidade ao processo de ocupação da cidade, ou seja, a venda de terras.

Entre os argumentos de Enio Pipino, destacava-se a finalidade social do projeto da Sinop Agroquímica, afirmando que a mandioca, cultura de pequena propriedade, assentaria o camponês, ao invés de expulsá-lo do campo. Esta matéria-prima farta e de fácil cultivo teria mercado garantido, viabilizando a sua industrialização através da usina (Vidigal, 1992, p. 99). Este incentivo para que os agricultores produzissem mandioca era necessário para que o projeto de colonização não fracassasse, pois ainda tinha muita terra para vender.

É importante destacar o papel da usina e da COMICEL na determinação das relações econômico-sociais entre a empresa e os colonos, relações estas de fundamental importância para se compreender a produção e distribuição dos frutos do trabalho num projeto de colonização particular.

A opção do Grupo Sinop pela implantação da indústria de álcool de mandioca se deu devido ao fato

[...]de “ser o produto pouco exigente em termos de solo e clima, o que, de certa forma, encobre as preocupações do grupo em ver o empreendimento da colonização fracassar, pois como já se viu os colonos são unânimes em dizer que os solos são de baixa qualidade, que necessitam de corretivos e que entraram em uma cilada comprando terras por efeito de propaganda através de fotos e filmes, sendo a realidade outra (Vidigal, 1992, p. 115).

Já o Grupo Sinop apresentava outras razões para justificar a sua opção em construir a usina de álcool. Diziam eles que a mandioca é uma planta de ciclo curto, colheita em 12 meses e em qualquer mês do ano e não precisa ser cultivada em grandes áreas como a

cana-de-açúcar, gerando empregos e mantendo os pequenos produtores tanto no cultivo como na industrialização pela usina (Vidigal, 1992, p. 139). Do ponto de vista do Grupo,

[...] a implantação da usina encontra-se extremamente vinculada à única questão que estava em ebulição naquele momento conjuntural, qual seja, a questão da substituição de fontes de energia, tendo em vista a crise do petróleo. A política interna do Grupo Sinop era promover a industrialização dos produtos agrícolas para atender não apenas o mercado local, como também os mercados mais distantes (Vidigal, 1992)⁶⁹.

Em entrevista publicada no Jornal “O Sinopeano”, o colonizador Enio Pipino deixa clara a sua posição ante o projeto de construção da Sinop Agroquímica:

[...] é uma resposta do espírito de iniciativa de nossa gente no sentido de que o país possa continuar na sua luta para superar nossas carências de energia carburante. E, para efetivação desse empreendimento, precisamos agradecer aos Ministros da Indústria e Comércio, Presidente do Banco do Brasil e Superintendente da SUDAM (Vidigal, 1992, p. 119).

Vidigal discorda dessa justificativa, pois, para ela, os reais motivos que levaram à construção da Sinop Agroquímica estão relacionados ao comércio de terras.

O fracasso do café e das “lavouras brancas” levou os coordenadores do projeto a solicitar do governo os recursos necessários para a construção de uma usina de álcool de mandioca, vendendo-se o restante da terra a pequenos proprietários que plantariam mandioca (Vidigal, 1992, p. 49).

No âmbito da crise internacional do petróleo da década de 70, a capacidade de produção da usina foi fixada em 150.000 litros/dia,

⁶⁹ Para esclarecer melhor a relação colono-Banco do Brasil, o sistema de plantio da mandioca, capacidade de produção prevista da usina, assistência técnica da EMPAER, consultar o trabalho de João Mariano de Oliveira - *A esperança vem na frente. Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop*, p. 120-3. Mariano esclarece, ainda, que o “Grupo Sinop não fez experiências com as espécies de café, produto que serviu de mola-mestra para estimular a vinda de migrantes sulistas”.

durante 320 dias ao ano. Com a criação do Programa Nacional do Alcool - Pró-Alcool em 1975, não houve problema de financiamento, e o projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Alcool, em maio de 1976. Aubertin, Bertone e Oliveira afirmam que 99,5% dos equipamentos utilizados na instalação da usina foram fabricados no Brasil, e a escolha da Companhia Becker evitava o pagamento de “Royalties”. Outro fator que contribuiu para a instalação da usina foi a sua construção às margens da BR-163, onde criaria uma economia do frete em torno de 30% de sua produção e comercialização regional e nacional (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 54-5). Em relação ao financiamento para viabilizar a instalação da usina, Aubertin diz que foi fácil encontrar financiamento inicial, porém a demora da SUDAM em mandar sua quota de participação no projeto, a demora na escolha dos equipamentos, problemas de abastecimento e o atraso do funcionamento da usina levaram o Grupo Sinop a solicitar novos recursos junto ao Banco do Brasil. Estes destinaram-se a pagar os fundos da SUDAM, os juros do Pró-Alcool e dos empréstimos ligados ao atraso da SUDAM e às perdas de produção (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 54-5)⁷⁰.

O valor do projeto, quando foi aprovado pelo Conselho Nacional do Alcool, no dia 10 de maio de 1976, era de 503 milhões de cruzeiros. Com a inflação, a reatualização das participações, diferente segundo cada caso, os problemas encontrados (sic) mudou a composição do financiamento do investimento inicial. Pode-se colocar que o custo do investimento foi 48 milhões de dólares (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1984, p. 54-5).

A usina foi construída pela empresa alemã Becker, cuja filial pertencia ao Grupo Sinop, e a tecnologia esteve a cargo da empresa

⁷⁰ Segundo Aubertin, os “incentivos fiscais” da SUDAM “são uma forma de participação de graça que não levam, necessariamente, ao reembolso nem ao pagamento de juros. O Banco do Brasil emprestou recursos através do Proálcool com prazos de 12 anos, no início com juros de 15% e, só depois, com juros de 5% mais 70% de crescimento da ORTN. Posteriormente emprestou recursos fora do Proálcool em condições menos favoráveis. O Grupo Sinop participou com recursos próprios vindos do lucro da colonização e com as terras nas quais ficam a usina e os campos de mandioca”. Com o não-pagamento da dívida junto ao Banco do Brasil, este hipotecou a usina, e nos últimos anos o Grupo Sinop tenta renegociar essa dívida e torná-la viável. (p. 57)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A., de São Paulo. Em 1982, a usina funcionou experimentalmente e, em 1983, produziu 4,9 milhões de litros de álcool⁷¹.

Com relação à paralisação do projeto, alguns problemas podem ser citados: falta de previsão do cronograma de realização, das necessidades de capital de giro e do desenvolvimento da parte agrícola, dificuldades para se obter o financiamento da SUDAM e a demora no prazo decorrido para a intervenção das autoridades públicas. Para os agricultores, “o fracasso da usina de álcool de mandioca (SAQ) deixou os colonos remanescentes em grandes dificuldades, além de evidenciar a nova reconcentração da terra que se realizou no local, através da “compra de titularidade” (Vidigal, 1992, p. 49).

3.8 COMICEL: Cooperativa Mista Celeste

Oliveira afirma que a COMICEL, no momento de implantação da Gleba Celeste, já se fazia presente como uma preocupação do Grupo Sinop, e três meses após a implantação do primeiro núcleo colonial (julho de 1972) o INCRA já autorizava o funcionamento da COMICEL através do documento nº. 95/72 de 27 de setembro, cujo espírito e propósito já se encontravam definidos no Estatuto da Terra criado pela Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 e regulamentados por lei e decretos posteriores (Oliveira, 1983, p. 100)⁷². No momento em que os colonos comprassem terras na Gleba Celeste, tornavam-se cooperados, “contrariando o que estabelece o Decreto-Lei nº. 59, isto é, que afirma que a adesão do cooperado é voluntária, a COMICEL, sendo uma cooperativa montada ao inverso, faz com que a filiação seja compulsória, embora não esteja expresso” (Oliveira, 1983, p. 104). Todos os compradores de terra da Gleba eram obrigados ao pagamento de uma

⁷¹ Para maiores esclarecimentos sobre a estrutura do investimento da Sinop Agroquímica, custos da destilaria (projeto), consumo anual, apoio técnico da EMATER, quantidade de terras e produção anual; mecanização, ciclos, abastecimento, fornecimento de energia elétrica para a cidade de Sinop, problemas de frete, participação dos pequenos agricultores de Sinop e de Colíder, consultar AUBERTIN, C.; BERTONE, L.; OLIVEIRA, M. P. Op. cit., p. 54-66.

⁷² Nesta mesma página e seguintes, o autor define os objetivos básicos e a reformulação estatutária da Cooperativa Mista Celeste.

taxa de 1% do valor pago pelo lote ou chácara que se destinara a formar, ficando com suas cotas-partes junto ao capital social da cooperativa. Um funcionário da colonizadora Sinop concedeu uma entrevista ao pesquisador João Mariano de Oliveira, em dezembro de 1981, onde confirma tal afirmação:

A Colonizadora implantou infra-estrutura pra poder vender terras. Como é floresta amazônica e ela é impossível, e como ninguém entende nada de Amazônia até hoje [...] a empresa trouxe agrônomos, técnicos agrícolas para orientar o lavrador, especialmente os do Paraná acostumados na cultura do café [...] a Colonizadora não ia arcar com isso. Então, criou-se um sistema de cooperativa e todo cidadão que comprou um lote agrícola no início, diga-se de passagem, foi mais ou menos obrigado, sabe? Todo cidadão que comprou terras na Gleba Celeste, junto com as terras tinha que ficar cooperado [...] pagar o título (1% do valor do lote) em função da cooperativa. Através desse sistema, o cidadão passou a ter assistência dos técnicos da cooperativa (Oliveira, 1983).

Oliveira afirma ainda que, enquanto intermediária na questão do financiamento, a

Cooperativa cobra do colono 2% do valor total do financiamento sob a seguinte justificativa: 1% corresponde às despesas com a elaboração do projeto agrícola e o outro 1% destina-se a custear deslocamento de técnicos agrícolas e/ou agrônomos e veterinários para o atendimento às propriedades rurais. É importante ressaltar que no ato da liberação de repasse de financiamento, o colono se obriga a responder pela dívida que contrai e, ao mesmo tempo, assume o compromisso (moral) de entregar à cooperativa toda sua produção (Oliveira, 1983).

Oliveira afirma também que a cooperativa não dispunha de armazéns suficientes para estocagem, utilizando-se dos armazéns da CIBRAZEM, “cobrando do colono sob a forma de desconto no pagamento da produção entregue a ela o aluguel pelo espaço e pelo tempo da produção armazenada. Cobrava também a sacaria utilizada, que lhe é fornecida pela CIBRAZEM” (Oliveira, 1983, p. 110). A

cooperativa mantinha um armazém na cidade de Vera, nos demais núcleos urbanos eles pertenciam à CIBRAZEM.

Nesta relação entre cooperativa, colonos e demais agentes da colonização, percebeu-se que ela atuava articulada com o Grupo Sinop, EMATER, Banco do Brasil, que era o mediador entre o Estado e a empresa, sendo o pequeno produtor explorado por este sistema implantado no projeto. Através desses mecanismos, constatou-se que a colonização, nos moldes em que se realizou, é uma forma de ocorrência da reprodução capitalista (*Oliveira, 1983, p. 99-118*). É importante esclarecer que não é objetivo deste trabalho se aprofundar nesta problemática; porém, fica o convite para que futuras investigações sejam feitas a esse respeito, pois muitas dúvidas existem sobre o fechamento da COMICEL e da forma como isso ocorreu. No entanto, as pesquisas devem continuar, e futuramente espera-se que seja desvendada a “caixa preta” da Cooperativa Mista Celeste, no período de seu funcionamento que, como pode ser observado, foi montada conforme os interesses do Grupo Sinop ao qual se encontrava atrelada.

3.9 A religiosidade cristã (católica)

Pretende-se discutir neste item o papel social da Igreja num projeto de colonização recente. A Igreja procurou contribuir com os colonos, tentando uma progressiva integração e adaptação ao novo ambiente, de forma menos traumática e mais racional. Os migrantes que estavam chegando recentemente a esse novo espaço, precisavam de acolhida, de alguém que lhes desse apoio social, psicológico, espiritual e que não fosse da empresa colonizadora. Historicamente, a Igreja teve um papel fundamental no processo de implantação da expansão colonizadora.

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a igreja esteve presente na vida dos colonos, preparando-os para se adaptarem e fixarem na terra. O vínculo entre igreja e colonizadores foi fundamental no processo de implantação do processo (sic) colonizador. Desconsiderando os conhecimentos dos povos indígenas, a educação formal e informal que se estabeleceu na colônia, teve como objetivo a formação de uma nova identidade tanto para os colonos, quanto para os índios que aqui residiam. Assim, a igreja atuou efetivamente num processo formativo que se estendeu pelos quinhentos anos de colonização. Essa estratégia educacional continua presente nos dias atuais quando observamos os processos de colonização da Amazônia, onde a presença da igreja exerce um papel fundamental no intuito de formar colonos (Rosa, 2000, p. 39).

O projeto de colonização de Sinop é um dos exemplos de como a Igreja continua presente nas relações entre o Estado, colonizadores e colonos. Dessa forma, a igreja atua no sentido de acolher e demonstrar que esta área era a única chance de um futuro promissor. A possibilidade de praticar a religião na Gleba Celeste foi viabilizada pelo colonizador. A partir da abertura de um loteamento de terras, Enio Pipino destinava uma área para a construção da escola e da igreja. Neste contexto, a igreja e a escola se tornavam um ambiente de encontro dos colonos para rezar, aprender, ensinar, celebrar a vida e a morte, as vitórias e as derrotas de um povo que sonhava e lutava por uma terra prometida (Rosa, 2000).

A preocupação com o assunto se manifestava logo na chegada dos migrantes. Assim afirma D. Henrique S. J. Froehlich, Bispo Emérito de Sinop:

Em 1973 consegui o primeiro sacerdote, Pe. Antônio Heidler, criando a primeira paróquia na mata amazônica. [...] à medida que íamos abrindo novas paróquias, conseguíamos também novos sacerdotes e irmãs. Como a Companhia de Jesus não tinha condições de ceder a quantidade de padres de que precisava, tive que recorrer a outras congregações religiosas. O primeiro (padre) de outra congregação a chegar foi exatamente ele: Pe. Geraldo da Silva, Sacramentino de Nossa Senhora, um grande batalhador (Fröhlich, 1999, p. 50).

Católicos praticantes, os primeiros moradores contribuíam para a construção das primeiras capelas e assim viabilizar a vinda de um padre para rezar a missa. Afinal, expulsos pelo governo da região onde viviam, perseguidos pelo capital que os explorava e que os obrigava a migrar, era na religião que iriam encontrar parcela de conforto para as suas angústias e dúvidas no novo espaço.

Muitas dificuldades foram encontradas pelos colonos no início da ocupação da Gleba Celeste sob o ponto de vista da prática religiosa, pois ainda não existiam capelas e igrejas. Com o tempo, foi sendo construído em cada núcleo um local para a oração que, na falta da capela, poderia ser uma sala de aula ou alguma casa de família. Para Shaefer,

[...] a migração é certamente um teste para o espírito religioso de um povo ou pessoa. No Paraná havia certamente possibilidades de participação de quantos e quem quisesse, mesmo que tal participação se restringisse apenas à assistência ocasional de uma missa. No Mato Grosso muitas famílias ainda não tinham encontrado uma capela ou visto um padre. No entanto, a tendência vai no sentido de uma frequência maior em regiões ainda carentes de todo o conforto (Shaefer, 1985, p. 202).

Os padres e o bispo eram as pessoas mais conhecidas nessa região de colonização recente, pois visitavam constantemente todas as comunidades, e o povo depositava confiança em seus ensinamentos, pedindo-lhes conselhos sobre negócios de terra, preços, culturas, futuro do lugar etc., bem como para resolver problemas, batizados e casamentos. A “ausência dos meios de comunicação social, diversões, esportes, faz com que a religião volte assim a ocupar o espaço às vezes perdido no Sul” (Shaefer, 1985, p. 205).. As igrejas, nas missas aos domingos, costumavam ficar lotadas, com boa participação da população nas diversas atividades religiosas. Shaefer afirma que no início da década de 80 existiam, aproximadamente, 55 comunidades espalhadas pelo interior da colonização de Sinop, reunindo-se aos domingos para celebrarem o culto, seja por leigos seja então com a presença do padre (Shaefer, 1985, p. 206).

Toda a região que compreende Sinop, Colíder e Alta Floresta, pertencia à Diocese de Diamantino/MT (Igreja-irmã da Diocese de Santa Cruz do Sul/RS), tendo à sua frente o Bispo Dom Henrique S. J. Fröhlich, tido como moderado pelos bispos brasileiros, que tomou posse no dia 18 de março de 1972.

É preciso reconhecer as enormes dificuldades existentes para uma efetiva assistência religiosa em uma Diocese cujas extensões de ponta a ponta chegam a mais de 500km, com ausência de toda infra-estrutura em termos rodoviários, onde se torna muito difícil o atendimento religioso durante a temporada das chuvas, sendo que a falta de padres sempre foi um problema na Diocese (Shaefer, 1985, p. 202).⁷³.

O Pe. Geraldo da Silva, mineiro, Sacramentino, era um incansável batalhador nas novas frentes de colonização, desde a cidade de Vera até Alta Floresta e Paranaíta, construiu escolas em Colíder, realizava casamentos e batizados nestas cidades em construção.

[...] iniciando seu trabalho em Sinop, Pe. Geraldo foi o desbravador e organizador das paróquias de Colíder, Nova Canaã do Norte, Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta, e deu início às de Apicás e Nova Bandeirantes. Hoje já idoso voltou à sua província em Minas Gerais (Froehlich, 1999, p. 50).

Já a Diocese do Sagrado Coração de Jesus de Sinop foi desmembrada de Diamantino em 6 de fevereiro de 1982, através da bula papal Quo Aptius, com uma superfície de 235.041km².

Foi construído em Sinop pelos Padres Camilianos um seminário, onde algumas dezenas de seminaristas, a maioria da própria região, (Sinop, Colíder e Alta Floresta) estavam em formação. Esse seminário mais tarde foi desativado para fins de formação religiosa, passando a ser ocupado por outras atividades sociais como a extensão da Universidade

⁷³ Id. *ibid.* Para este autor, “os Padres Jesuítas que atuam (sic) na região de Sinop e Vera: Pe. João Salarini, Vigário em Sinop, homem muito dinâmico como construtor e preparador de infra-estrutura e muito ligado à firma Sinop S.A., da qual recebe carro, gasolina e outros favores. Ainda em Sinop trabalha o Pe. Ludovico Kolberg e em Vera trabalha o Pe. Antônio Heidler, além dos Padres Camilianos que trabalham no Seminário de Sinop”.

Federal de Mato Grosso e o primeiro colégio católico de Sinop, pertencente às Damas da Instrução Cristã, Colégio Regina Pacis.

Também atuavam em Sinop algumas Irmãs Religiosas, com trabalho nas escolas locais, na catequese das crianças e pastoral da juventude. As primeiras Irmãs que entraram na Diocese de Sinop foram as Missionárias do Santo Nome de Maria, que dirigiram a primeira escola em Sinop (Irmã Edite) e Vera. Foram muitos os desafios dos colonos na nova fronteira agrícola: adaptação a um novo ambiente, domar um mundo misterioso e bravio, desconhecido,

[...] onde ele estava praticamente abandonado à sua sorte, longe de familiares ou parentes, sem comunicação com o mundo exterior e desenraizado. Ele precisa criar novas raízes num mundo novo. A sua religiosidade provavelmente se centralizará em aspectos psicológicos, de adaptação ao meio ambiente novo. Pelo menos provisoriamente a religiosidade dos colonos pode tornar-se um tanto imediatista, tendência que não deve ser generalizada, sabendo-se que existem muitas outras motivações na prática religiosa das pessoas (Shaefer, 1985, p.211).

Os colonos vindos do Sul, com uma formação religiosa boa ou pelo menos razoável e participação bastante ativa na comunidade, dão muita importância às festas religiosas. Normalmente, as festas das Igrejas de Sinop têm obtido grande êxito, “demonstrando o interesse do povo em participar de tais acontecimentos e uma necessidade psicológica de reencontro, de festejar com amigos e comunidades a (o) padroeira (o) da Paróquia ou de alguma comunidade (Shaefer, 1985)”. O dinheiro arrecadado nestas festas é aplicado na construção de igrejas, salões comunitários, paróquias e casas paroquiais. Em relação ao enraizamento e integração dos colonos, a Igreja tem uma função decisiva a exercer,

[...] simplesmente respeitando os costumes do povo e favorecendo aspectos típicos de costumes tradicionais que ajudam a manter laços de amizade entre famílias, vizinhos e comunidades. As festas de Igreja, de padroeiros, representam momentos de grande importância para a vida do povo interiorano, constituindo-se em fatores por vezes decisivos na integração das pessoas no novo ambiente. As festas são os poucos momentos em que o povo tem possibilidade de se expandir mais livremente, de conversar, de fazer trocas, negócios, de relembrar o Sul, de encontrar conhecidos (Shaefer, 1985, p.235).

A escola e a Igreja eram as primeiras construções feitas com finalidades comunitárias entre os colonos. Isso lembra o espírito cristão que animava e acompanhava os migrantes por onde passavam.

A comunidade é, no aspecto religioso e social, um fator básico de união, de criação de novas raízes, onde as famílias passam a se conhecer, a colaborar em objetivos comuns, a rezar e a louvar a Deus em comum, a enfrentar comunitariamente inúmeros problemas em todos os setores da vida do povo (Shaefer, 1985 p.247).

No auxílio para a construção de escolas, igrejas, campos de esportes e doação de terrenos para tais fins, as empresas eram bastante generosas:

[...] às vezes tal ajuda se dá de maneira por demais assistencialista, mantendo facilmente as comunidades submissas aos caprichos das firmas, sobretudo quando estas necessitavam de apoio do povo. Escolas e igrejas construídas com a ajuda das firmas, naturalmente, obrigam, pelo menos indiretamente, os padres e professores a se manterem ao lado dos interesses das firmas ou então neutros, nunca críticos (Shaefer, 1985, p.124-5).

O Bispo Emérito de Sinop, Dom Henrique S. J. Fröhlich, falando das doações para a Igreja que o colonizador Enio Pipino e sua esposa Nilza fizeram, assim se pronuncia:

[...] O Sr. Enio e a sua esposa D. Nilza – já falecidos – nunca negaram qualquer terreno para as Paróquias, para as capelas, para a Cúria Diocesana (uma quadra inteira) e para outras obras sociais. Além disso, deram uma chácara para a construção do centro pastoral e mais duas chácaras à Diocese de Sinop, como brinde (Froehlich, 1999, p48).⁷⁴.

Fazendo uma análise de sua presença na Gleba Celeste, no início da colonização pelo Grupo Sinop, o Bispo Dom Henrique afirma que:

[...] em Sinop era tudo novo. Aqui chegamos praticamente de mãos abanando, mas com muita boa vontade. Comecei modestamente, residindo por cerca de três anos num quarto da Paróquia Santo Antônio de Sinop. As paróquias todas também começaram modestamente, com as próprias igrejas sendo feitas de madeira. Tinham que ser aumentadas posteriormente, duas, três vezes, até a construção da matriz definitiva (Froehlich, 1999, p.55)⁷⁵.

Nesse contexto socioistórico mato-grossense, é necessário refletirmos sobre a função social da Igreja Católica, numa frente de expansão. Para Shaefer,

[...] seria a de fazer o povo crer em soluções humanas baseadas na união de todos em torno de objetivos comuns e de um mundo mais humano, o que dificilmente acontecerá quando toda a ênfase da pastoral é dada às classes mais abastadas e com outras expectativas no que toca ao aspecto religioso (Shaefer, 1985, p.230).

Assim, pergunta-se se a religião não servia como calmante para aquelas famílias que acreditaram na construção de uma vida melhor na fronteira norte mato-grossense, que acreditaram que o progresso era para todos, alimentando um imaginário social contraditório diante das dificuldades enfrentadas no novo “eldorado”? Shaefer, que estudou a

⁷⁴ Um dos seus trabalhos na Diocese de Diamantino como Missionário (1956) era atender às tribos indígenas - Nhambiquara e Kaiaby, no norte do Estado de Mato Grosso, bem como os seringueiros e seringalistas desta região.

⁷⁵ Para trabalhar na Diocese de Sinop, juntamente com o Bispo Dom Henrique, foi nomeado em 9/02/1994 o Bispo Dom Gentil Delazari, enviado pela Igreja Irmã de Santa Cruz do Sul-RS.

problemática da religiosidade na região norte de Mato Grosso, afirma que as empresas colonizadoras (SINOP, COLÍDER e INDECO)

[...] não têm maior interesse em estimular um verdadeiro espírito comunitário entre os migrantes; estimulam, sim, o uso descontrolado de insumos e técnicas ditas modernas, algo que sempre torna a curto prazo as grandes lavouras mais viáveis, pois as pequenas não comportam colheitadeiras, tratores e outros insumos modernos (Shaefer, 1985, p.235).

Nesse sentido, o pequeno agricultor em vez de se associar, prefere vender sua propriedade e ir adiante, alimentado sempre por um espírito individualista, próprio da política federal. Dessa forma, pergunta-se: o que a COMICEL - Cooperativa Mista Celeste fazia por essa gente? Ou a sua presença entre eles era apenas uma farsa para servir aos interesses do capital? “As firmas tentam cooptar líderes rurais de alguma influência, fazendo o mesmo com padres e outros agentes que atuam no meio do povo, e não raro com sucesso, vinculando-os a interesses que não são dos migrantes” (Shaefer, 1985).

Para os que resistem e ficam, aos poucos vai ocorrendo um ajustamento, as adversidades são superadas com coragem, e a família começa a criar novas raízes. Neste contexto, a religião tem uma função muito importante de integração e de auxílio no enraizamento das famílias.

Em todos os lugares existem pequenos salões, igrejinhas construídas pelo próprio povo, onde os recém-chegados são acolhidos, onde amigos são reencontrados, onde papos descontraídos são importantes e servem para desabafar mágoas e contar vantagens. As palavras de conforto do Padre são vitais, junto com a oração e as festas das comunidades que vão surgindo. O padre é normalmente a pessoa em quem o povo mais confia nestas regiões. A religião tem assim uma função muito importante de integração para as famílias. Deus passa a ocupar um lugar todo especial quando não se pode recorrer muito aos homens devido às distâncias, adversidades em geral. As festas religiosas ocupam um lugar muito importante na vida das famílias que moram espalhadas nas matas. Não existe lazer e ele deve ser recriado. As festas são ocasiões propícias para reencontros, conversas, matar saudades, onde o povo vive momentos de alegria, ri, bebe, se diverte etc (Shaefer, 1985, p.60).

3.10 Atividade madeireira de Sinop

Historicamente a atividade madeireira remonta à Antigüidade, senão antes, como fonte de trabalho e produção humana, sendo de vital importância para o desenvolvimento das civilizações. Souza afirma que o uso da madeira foi a base para a edificação de sociedades antigas, e demonstrou, também, sua estratégia nos deslocamentos da estrutura de poder político que conduzem à formação de capital (Souza, 1999, p. 160).

Com relação à indústria madeireira na década de 70, Ferrari sustenta que, no Estado de Mato Grosso, o setor madeireiro assumiu certa expressão devido ao direcionamento do fluxo migratório nesta década, experimentado pelo norte do Estado, onde as áreas de Sinop, Vera e Itaúba passam a descentralizar o beneficiamento que ocorria próximo a Cuiabá, como também reproduziu, no norte mato-grossense, a devastação predatória havida na região meridional de Mato Grosso do Sul, com o conseqüente processo de derrubada das florestas nativas e implantação de serrarias de pequeno porte (Ferrari, 1988, p.180). Neste contexto:

O setor industrial madeireiro sinopense, que se responsabiliza pelo aproveitamento da matéria-prima extraída da floresta, tem demonstrado que a ocupação do norte mato-grossense criou condições, não somente para produção de cereais, como também para a exploração e industrialização da madeira, que nos últimos anos - a partir de 1983 - vem se tornando o produto de principal comercialização (Souza, 1999, p.38).

Sendo assim, muitas madeireiras se implantaram na região norte mato-grossense, “atendendo” ao ideário militar de colonização e ocupação ao longo das rodovias federais recém-implantadas, onde incentivavam a “ocupação” da terra e a exploração da madeira disponíveis naquelas áreas. Conforme observa Souza:

Tais etapas efetivadas em Mato Grosso não são suficientes para, especificamente quanto ao setor madeireiro, creditar-lhe venturas e organização industrial, mesmo porque a produtividade do trabalho e a ineficiência do capital investido não conseguem operar em um limite necessário, em termos de produção e consumo. Esses problemas muitas vezes não são entendidos devido às formas de acompanhamento e custos desenvolvidos em estruturas onde o planejamento não tem recebido a atenção necessária. Por outro lado, a desorganização do processo produtivo, aliada às condições ambientais inadequadas não conseguem priorizar questões energéticas como possíveis de um equacionamento ou mesmo capacidade de aumento de renda da região (Souza, 1999, p.38-9).

Cota afirma que “falta uma compreensão da importância econômica desse setor. Falta sensibilidade e vontade política de estabelecer políticas industriais, científica e tecnológica para o setor. Certamente, não se pode culpar apenas os madeireiros por essa falha”⁷⁶. Para Amin, esta problemática decorre da forma como os projetos foram implementados, pois:

⁷⁶ SOUZA, E. L. P. de, apud COTA (1997:162). *A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso - uma análise da estrutura de mercado*, p. 39.

As indústrias extrativistas, emergentes dos grandes projetos, não incorporaram à sua estratégia de controle de mercados um importante componente do sucesso de qualquer empreendimento econômico: agregar valor. Uma das formas mais simples de dinamizar uma economia regional é pela implementação de políticas dirigidas à geração de mais empregos através da agregação de valor na cadeia produtiva (SOUZA apud AMIM, 1997).

Todo o processo de ocupação do espaço agrário norte mato-grossense manifestou-se a partir de um conjunto de atividades como extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária, numa área de fronteira ocupada por migrantes. Com certeza, dentre os grandes desafios sociais, a questão ambiental ocupa lugar de destaque e necessita de certas prioridades: políticas-ambientais; crescimento e desenvolvimento do meio ambiente; sobrevivência das gerações futuras; economia da sobrevivência; comércio internacional e meio ambiente. O Estado de Mato Grosso não é um simples satélite do Brasil, ele está inserido no contexto da política nacional, com seus avanços e bloqueios. A base econômica e política de Mato Grosso é uma base extrativa, agrícola-latifundiária. Os representantes políticos do Estado não têm peso político suficiente para garantir o desenvolvimento autônomo da região. O jogo das alianças políticas e seus próprios interesses, muitas vezes, não lhes permitem lutar contra as políticas nacionais que penalizam a economia regional (Aubertin; Bertone; Oliveira, 1988^a, p.229).

Neste contexto socioeconômico, é importante refletirmos sobre os rumos deste setor em termos regionais e nacionais, pois vivemos uma fase de suma importância para os destinos do Brasil, como nação e como país, uma encruzilhada. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil precisa priorizar e desenvolver o seu povo, para chegarmos a ser uma Nação. Que rumo seguir? Tomar? Crescer, prosperar, desenvolver-se com equilíbrio, com um desenvolvimento sustentável, levando-se em conta as características socioeconômico-culturais de nossa gente. Na Lei ou na marra, com as regras do pós-capitalismo vegetariano, com uma política vampiresca, com desequilíbrio humano e ambiental? Os “garimpeiros da floresta” avançam sobre outras regiões da Amazônia,

como “Novo Progresso” no sul do Pará, onde instalam suas indústrias, exploram a madeira e exportam para o Centro-Sul do país e para o exterior, numa atividade que segundo dados do IBAMA e das ONGs chega a 90% de ilegalidade.

No campo científico, existem críticas específicas por parte de alguns estudiosos aos “agentes da floresta”, sobre os efeitos de suas práticas no processo de sustentabilidade e desenvolvimento.

O desmatamento está aumentando na região Amazônica, como resultado da soma das diversas forças ligadas ao desenvolvimento agrícola nesta e em outras regiões do Brasil. A maior parte da área desmatada é utilizada de maneira não sustentável, tal como pastagens. Esforços para conter o desmatamento e redirecionar o desenvolvimento para usos sustentáveis da terra somente serão eficazes se os processos subjacentes que estão empurrando a derrubada da floresta são enfrentados (Fearnside, 1992, p. 219.20).

A expansão do setor madeireiro provoca impacto ambiental à medida que avança para outras regiões sem um planejamento auto-sustentável.

A exploração madeireira também catalisa a ocupação desordenada e contribui indiretamente para o desmatamento regional. Atualmente são os madeireiros que, em muitas regiões, abrem e mantêm estradas de acesso às florestas. O estabelecimento destas estradas geralmente conduz à colonização por agricultores e fazendeiros, fatos que têm ocorrido nas regiões sul e oeste do Pará e norte de Mato Grosso (Veríssimo [et al], apud Arima [et al], apud Souza, 199, p4).

Em relação aos impactos e perspectivas da expansão madeireira na Amazônia, pesquisadores do IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, afirmam que:

À primeira vista, a paisagem enfumaçada das cidades madeireiras da Amazônia dificilmente transmite a visão de um futuro promissor para a região. O acúmulo desordenado de pedaços de madeira e as montanhas de pó de serragem em combustão ao ar livre falam por si só de uma atividade econômica que subvaloriza a própria fonte de riqueza - as florestas tropicais da Amazônia Oriental. Como se o desperdício que tanto chama a atenção nas serrarias não bastasse, os danos diretos causados na floresta por uma exploração não planejada não deixam dúvidas sobre a natureza predatória do empreendimento (Barros: Veríssimo, 1996, apresentação).

Devido ao uso indiscriminado e predatório das florestas em outras regiões do país, como o Sudeste e o Sul, que ocasionou um esgotamento progressivo das reservas naturais florestais, houve um avanço em direção à última região de fronteira florestal nativa, a Floresta Amazônica, onde se desenvolveram políticas públicas de valorização econômica desta região a partir da década de 70, nos grandes projetos nacionais, como o I e II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento e o PIN - Plano de Integração Nacional, com seus desdobramentos internos e externos, pois o processo de expansão acelerada do setor madeireiro na região norte de Mato Grosso é resultante dessas políticas governamentais que, de certa forma, se deslancharam mais efetivamente nesse período. Como afirma Luiz Renato: “A Amazônia tornava-se um grande pasto. O preço da madeira dispara no mercado externo. A marcha para o desenvolvimento se dava num País de bocas amordaçadas [...]” (Pinto, 1998, p.5).

Souza afirma que a opção pelos incentivos fiscais foi a política adotada, mas, nesse sentido, alguns estudiosos dessa problemática convergem suas críticas ao ineficiente desempenho destes incentivos na Amazônia, no que se refere à gestão e aplicação dos recursos disponibilizados pelo poder público (Pinto, 1998, p.5).

Foto 5 - Indústria Madeireira em Sinop, 1994.



Fonte: Arquivo pessoal

A madeira constitui uma das principais atividades econômicas em muitos municípios do norte mato-grossense, respondendo por grande parte da arrecadação de ICMS e com significativo reflexo na geração de emprego. A disputa em torno da questão ecológica passará a ser democrática com regras leais e legais para o bem de todos, para um progresso sem destruição, para um desenvolvimento com equilíbrio.

Sinop é uma cidade que tem como base econômica a extração e a industrialização da madeira, sendo um dos mais importantes pólos industriais madeireiros do Estado. As madeireiras apresentam elevado índice de acidentes de trabalho, proporcionado pela falta de iniciativas de prevenção de acidentes. Nos últimos anos, este índice tem diminuído devido à fiscalização e cobranças por parte de órgãos públicos e também da lenta conscientização da classe empresarial com relação à saúde física de seus funcionários. Constata-se uma grande rotatividade da mão-de-obra no setor madeireiro sinopense, “pois a oferta de treinamento, tanto por parte da própria empresa como instituições ligadas a este objetivo,

termina por afetar a permanência, ou não, dos trabalhadores na firma (Souza, 1999, p. 65).

Em 1975, segundo a Colonizadora, Sinop recebeu o maior número de migrantes. E, se o objetivo da Colonizadora era vender terras para os agricultores da região Sul, muitos dos migrantes que para lá se dirigiram nesse ano, já vieram com a intenção de abrir madeiras. Elas proliferaram com a derrubada inicial da mata para a construção de casas, cuja matéria-prima, a madeira, era aproveitada na própria Gleba. Foi a partir daí que começaram a implantar as primeiras serrarias, cujos pioneiros nesse setor foram o Sr. Lindolfo Trieweiller e, posteriormente, Osmar Jordan. Este já trabalhava no setor madeireiro em Apucarana-PR e via, em Sinop, uma área promissora para tal investimento: “[...] aqui por ser um lugar novo e a matéria-prima farta, tinha mais oportunidade que lá no Sul [...]” Logo depois, outras serrarias de pequeno, médio e grande portes foram instaladas em ritmo acelerado, com incentivos da SUDAM, principalmente, às margens da BR-163 no trecho compreendido entre o rio Preto e Agroquímica Industrial (Arruda, 1997, p. 72).

Por volta de 1998, as reservas florestais do município já apresentavam sinais de esgotamento. O uso de uma tecnologia obsoleta faz com que se retardem os ganhos de produtividade e ampliem-se os resíduos, acelerando o consumo de matéria prima natural, levando o pequeno madeireiro e o “pica-pauseiro”, sempre prontos a seguir adiante, em busca de novas áreas que possam ser exploradas, sem a necessidade de grandes investimentos de que não dispunham para poder dar continuidade a essa atividade, já que a prática de reflorestamento e manejo sustentado (planejado) é ainda incipiente. Souza chama atenção para a problemática das Guias Florestais utilizadas pelos madeireiros em suas transações comerciais e afirma que é necessário que tenhamos senso crítico adequado, em face das exigências econômicas e ecológicas atuais:

[...] o esquentamento de guias florestais, em verdade, é nada mais nada menos, ou perigosamente isto: a legalização da ilegalidade e clandestinidade da madeira ocorre, quando as empresas estabelecidas esquentam a carga fria com suas Guias Florestais. Porém, é a partir dessa “extração destruidora” que a fronteira se amplia, logo, a indústria madeireira se mantém (entretanto, até quando?). Por outro lado, tais comportamentos caracterizam a necessidade de uma organização e interação entre aqueles agentes quando do processo extrativo, com uma nova visão racional, ou seja, econômica, ambiental e social (Souza, 1999, p. 71).

A indústria madeireira em Sinop se firmou como a principal atividade econômica do município, desde a década de 80. Mas grande parte das serrarias não teve recursos para se capitalizar e reinvestir em reflorestamento. Neste contexto, muitas “quebraram” ou seguiram a “frente pioneira” rumo ao sul do Pará. Sem uma política de reflorestamento, a exploração da madeira é uma atividade predatória no sentido de que ela não dá lugar a uma reconstituição do estoque de matérias-primas. Por outro lado, os madeireiros pagam o plantio ao IBAMA que, por sua vez, nunca plantou um pé de árvore na região. Algumas empresas de Sinop possuem seu próprio reflorestamento e algumas reservas de mata para futuras explorações. O rápido desenvolvimento de Sinop, que veio a ser a 3ª. cidade industrial de Mato Grosso com suas 400 serrarias, não deve provocar grandes ilusões, pois a madeira dos desmatamentos vai desaparecendo, e o alto custo dos transportes (até 200km) obriga as médias e pequenas empresas a fecharem suas portas. Como consequência dessa instabilidade, surgem desempregos, crise econômica e violência urbana nas cidades onde a economia está baseada na atividade madeireira.

O modo de ocupação do espaço sinopense desenvolvido pela iniciativa privada provocou a grande exploração dos recursos naturais que antes eram abundantes (madeira). Este modelo econômico permanece dominante na região. Mudar a forma de exploração dos recursos naturais, colocar em questão a base econômica e social para assegurar o desenvolvimento local e regional, bem como a relação com o

meio ambiente, exige uma mudança total das mentalidades, para que se viabilize um desenvolvimento auto-sustentável. Sendo assim,

[...] o setor madeireiro encontra-se hoje com grandes deficiências para permanecer dentro dos padrões mundiais de exigência, por não respeitar o meio ambiente, por estar trabalhando com tecnologia obsoleta e por faltar a visão de Gestão Administrativa dos empresários, pelo fato dos mesmos não possuírem um planejamento estratégico, terem somente um planejamento a curto prazo, não observando as macropolíticas e macrotendências desta nova era, não dando ênfase ao fator básico que é o conhecimento (Picoli; Santos, 1998, p. 5).

O setor madeireiro em Sinop absorveu (e absorve) pessoas pobres, sem emprego e sem qualificação, que por muito tempo se deslocaram para esta região em busca de melhores condições de vida para sua família, aumentando significativamente a população das vilas operárias do setor industrial de Sinop.

Tolera-se por enquanto, com a conivência de órgãos oficiais, esta atividade econômica praticada de forma predatória, pois a mesma serve de acolchoado para absorver os excluídos do capital, evitando-se assim que os mesmos possam colocar a nu o processo de exclusão social além de evitar atitudes que coloquem em xeque a tranquilidade de quem tem dinheiro (Picoli; Santos, 1998, p. 15).

Os desafios para o setor madeireiro são grandes diante das exigências crescentes do mercado consumidor (qualidade do produto, preços competitivos e prudência ecológica). Enfrentar a concorrência de firmas comerciais e industriais do Centro-Sul – neste sentido, a tendência do setor madeireiro sinopense é a oligopolização da atividade.

A tendência à concentração e à conseqüente diversificação vem sendo consideravelmente intensificada, devido à propagação da concorrência potencial internacional, e isto tem levado aquelas grandes empresas a efetuarem investimentos em modernização e ampliação de suas atividades, principalmente através dos investimentos em economias de escala e escopo, diante das limitações e necessidades do processo de produção atual, além das novas exigências do mercado em transformação, o que certamente provocará uma alteração em toda a estrutura da indústria do setor madeireiro em Sinop (Picoli; Santos, 1998, p.84).

A realidade econômica regional se expressa no potencial madeireiro, através do extrativismo,

[...] recurso este que já é conhecidamente escasso na atualidade, uma vez que a intensidade de uso fez com que gradativamente ocorresse a sua drástica redução em áreas naturais, induzindo ao cultivo de outras espécies, cujas respostas pudessem ser obtidas em um tempo mais curto. Além disso, induziu, ainda, a região (e seus habitantes) a procurar outras formas de uso do solo, estando hoje intensificando-se a cultura de produtos agrícolas como algodão, milho, etc (Guarim Neto, 1999, p. 2).

Para a atividade madeireira, não se requerem apenas políticas creditícias ao setor, mas também uma política de pesquisa científica e tecnológica, pois nas atuais condições de comércio, tanto interno como externo, não importa o tamanho da firma, e sim sua competência tecnológica e administrativa (Guarim, 1999, p. 78). É necessário materializar políticas econômico-públicas que estimulem a dupla função do setor madeireiro, preocupando-se e conscientizando-se, ou seja, sendo um agente de conservação da biodiversidade regional e fomentador de riquezas a partir de um desenvolvimento auto-sustentável, buscando caminhos que fortaleçam o seu conhecimento (enquanto sociedade moderna) técnico-científico-cultural, a fim de alcançar uma melhor eficiência na exploração racional no uso dos recursos naturais e na capacitação de seus trabalhadores.

CAPÍTULO IV

SINOP EM TEMPO DE PROGRESSO

Ao longo do desenvolvimento das sociedades humanas, especialmente no mundo ocidental, a idéia de progresso serviu para legitimar diferentes processos econômicos e sociais em curso e para

sensibilizar diferentes grupos sociais em apoio a projetos políticos, econômicos e culturais, implementados sob a magia do progresso.

Lydia Guedes Galetti

4.1 A urbanização da fronteira

A expansão da fronteira em termos autoritários e oligárquicos não se reduz a um fenômeno agrícola. É necessário uma base logística para dar sustentação ao projeto de rápida ocupação e à expansão das várias atividades. O núcleo urbano é condição chave da ordenação do espaço territorial e social. Vários autores, entre eles Machado e Becker, têm mostrado que ‘a expansão da fronteira na Amazônia está se dando num contexto urbano. As cidades incham como alternativa de sobrevivência ao fluxo migratório, com um crescimento urbano generalizado’ (Kitamura, 1994, p. 112).

Neste contexto, é importante refletirmos sobre os reais objetivos da urbanização na fronteira norte mato-grossense. Para que fins estava sendo implantada? A que estratégias estava servindo, considerada pelos Governos Militares como meio para fomentar o desenvolvimento econômico-regional?

[...] Ao invés do método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas, baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração, propôs-se, ao contrário, urbanizar primeiro a região para que uma vez as pessoas lá instaladas, realizassem elas mesmas as prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos.

Esta estratégia se expressou no “urbanismo rural” do INCRA - política seletiva de pólos de crescimento como o POLAMAZÔNIA (1970-74), quando se destinaram 42% dos recursos para a infra-estrutura econômica na Amazônia. Neste sentido, os núcleos urbanos têm papel fundamental na incorporação da fronteira ao espaço global. Com relação aos núcleos urbanos, Becker assim os define:

[...] São o locus da ação político-ideológica do Estado, sede do aparelho de Estado local, da Igreja e grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local, bem como da ‘preparação’ da população para o seu papel na sociedade, através da veiculação de valores dominantes e de sua adequação ocupacional. Neles se efetua a (re) socialização dos migrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induz a desejar e a consumir bens, serviços e informações de todos os tipos; neles se transformam os indivíduos em cidadãos do Estado, obtendo-se o consentimento ativo dos governandos, e assim possibilitando a criação da ‘teia’ da hegemonia (Becker, 1998, p. 75).

Após 1970, a Amazônia Mato-Grossense foi modificada por atividades agrícolas e uma forte urbanização. Passos, ao analisar a urbanização regional como um dos aspectos da ocupação do território mato-grossense, afirma que

[...] as mudanças regionais e a acelerada urbanização estão relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da amazônia matogrossense, ao espaço e à economia brasileira. A partir de diferentes momentos históricos e de diferentes motivos surgem as cidades matogrossenses. [...] Ao longo das décadas de 60, 70 e 80, o processo de colonização e a infra-estrutura implantada para viabilizá-lo (construção de rodovias, incentivos fiscais, créditos subsidiados etc.) incrementam a urbanização de forma acelerada, ou seja, comprimida no tempo e dilatada no espaço. Nos projetos de colonização privada, pilotados, regra geral, pelos 'sulistas', a agricultura mecanizada (soja) pouco exigente de mão-de-obra possibilitou a seleção do migrante, isto é, quem podia morar na cidade 'murada' e elitizada. A cidade é, geralmente, gerada pela sociedade de colonização. Os colonos, em sua grande maioria, não vivem sobre suas terras. O mercado de trabalho rural é a cidade. A estrutura interna das cidades pioneiras é fortemente influenciada por uma fragmentação social, econômica e espacial (Dos Passos, 2000, p. 31-2)⁷⁷.

Na década de 70, acentuou-se e tornou-se forte, na Amazônia Meridional (norte de Mato Grosso), a colonização através da iniciativa privada (a colonização privada se dirige a uma camada de migrantes um pouco mais favorecidos, uma vez que é necessário pagar a terra), na órbita da Rodovia Cuiabá-Santarém⁷⁸, um processo de urbanização da nova fronteira agrícola: o crescimento das "Cidades das Companhias", como a SINOP e a INDECO, empresas capitalizadas e exercendo um certo controle e organização implantados em grandes projetos de colonização⁷⁹ e exploração mineral, baseados num sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados em torno de um pólo, a *Rurópolis*. Shaefer afirma que muitos colonos atraídos do Sul pela propaganda das Colonizadoras caíram nas armadilhas preparadas para eles, acreditando na lisura de procedimento destas empresas (Shaefer, 1985, p. 24).

[...] por que as empresas que 'colonizaram' o Paraná estão agora 'colonizando' o Mato Grosso, vendendo novas terras a estes mesmos colonos? Tem-se a impressão de que se trata de um mecanismo no qual os colonos só entram na fase inicial do processo, quando há necessidade de mão-de-obra abundante, sendo mais tarde dispensados e substituídos pelas máquinas. Em São Paulo e no Paraná o processo foi esse. Seria diferente no Mato Grosso? Se os incentivos e facilidades concedidos a estas empresas fossem dados aos agricultores, estes certamente produziriam a custo bem mais baixo (Shaefer, 1985, p. 28).

No norte mato-grossense ocorreu uma mudança da paisagem natural (cerrados e matas) pela agricultura mecanizada, provocando um desmatamento nesses dois biomas, ameaçando o desaparecimento desses ecossistemas em escala local e regional. Esta mudança se deve ao modelo de colonização dessas novas áreas, onde as terras ocupadas, em sua grande maioria, estavam acima de 100 hectares: 'reproduzindo, assim, na fronteira o padrão de concentração característico da estrutura agrária tradicional do restante do país' (Vidigal, 1992, p. 31). Neste

⁷⁷ É importante levar em consideração que tal movimento ocorreu quase que exclusivamente no Norte de Mato Grosso, e que outras regiões deste Estado apresentaram dinâmicas distintas, embora fossem de alguma maneira relacionadas a esse processo geral.

⁷⁸ Para a autora, "a abertura das estradas: Belém-Brasília; Cuiabá-Porto Velho; Cuiabá-Santarém etc., vai reorientar o espaço amazônico para o centro econômico do país (Sudeste e Sul), possibilitando que as dinâmicas vindas destas regiões penetrem os novos espaços abertos (exploração mineral, pecuária, especulação fundiária, colonização agrícola - controlada ou espontânea etc...). Às suas margens, novas cidades irão nascer, bem como tirar da letargia as já tradicionais".

⁷⁹ Becker afirma, ainda, que "os projetos de colonização representam, de maneira geral (isto é, não somente no Brasil mas no mundo inteiro), a realização, pelos poderes públicos ou sociedades privadas, de uma construção utópica com todas suas características (obsessão pela ordem, pela organização, pelo geométrico), que acaba em última análise na elaboração de uma estrutura vazia de sentido, na qual foram negligenciados os mecanismos reguladores, que poderiam eventualmente possibilitar a correção das tendências evolutivas decorrentes das dinâmicas sociais reais. Assim, todos os projetos de colonização conhecidos derivam ou se ajustam a estas dinâmicas, num tempo variável, mas em geral curto".

contexto, Passos afirma que ‘as mudanças regionais e a acelerada urbanização estão relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da Amazônia Mato-Grossense ao espaço e à economia brasileira’ (Dos Pássaros, 2000, p. 97), a partir de diferentes momentos históricos.

A colonização agrícola e a urbanização realizada pelos órgãos públicos e privados a partir da década de setenta alteraram a paisagem natural da Amazônia Mato-Grossense, através de um modelo de colonização que implantou atividades agrícolas e extrativistas.

Atualmente o cultivo de soja e de milho da zona rural convive com grande número de serrarias nos arredores das pequenas cidades. A maior parte da população concentra-se na zona urbana, e as cidades apresentam uma organização que reflete a influência das migrações (Martelli, 1998, p. 40).

Esta realidade faz parte do processo de ocupação da terra no norte de Mato Grosso, onde há trinta anos a vegetação do cerrado e da floresta vem sendo derrubada para exploração madeireira ou para criação de gado e produção de soja, milho e algodão.

4.2 A face urbana da colonização

É de fundamental importância observarmos a evolução das cidades não só do ponto de vista das políticas urbanas, mas como estas políticas são inventadas. As cidades são resultados das expressões humanas. Essas criam artifícios para projetarem seus interesses e constituírem identidades. Le Goff afirma que

[...] a sociedade burguesa é, ela também, vivamente desigual: os grandes contra os pequenos, os ricos contra os pobres, mas o modelo teórico burguês inicial é aquele dos homens iguais no direito. As cidades são, portanto, uma revolução, porque, como já se disse, sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do real (Le Goff, 1998, p. 91).

Para Michel de Certeau: ‘assim funciona a cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade’ (Certeau, 1994, p. 74). Certeau continua:

[...] sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. “A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional, impossíveis de gerir” (Certeau, 1994, p. 182).

Para Rolnik, a origem dessa arquitetura é sem dúvida a experiência acumulada pela engenharia militar na construção de fortalezas, muralhas e quartéis. Mas a imagem de um poder urbano que tudo vê, já aparece no desenho da “Jerusalém Celeste,” utopia religiosa medieval que representa uma cidade iluminada sob um poder clarividente.

No projeto das instituições de confinamento, o mesmo princípio se materializa na construção de uma torre central de onde se pode controlar simultaneamente todos os elementos (celas e quartos), enfileirados radicalmente a seu redor. É a idéia presente do Panoptikon, modelo de espaço institucional proposto por Jeremy Bentham no final do século XVIII, aplicável a hospitais, prisões, escolas etc (Rolnik, 1998, p. 66).

Como afirma Rolnik, “a cidade é centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos” (Rolnik, 1998, p. 8-9). Existe também a idéia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores no planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadramento e domínio de seus espaços. Neste contexto, é fundamental refletirmos sobre a natureza política das novas cidades que surgiram, principalmente a partir da década de setenta no Centro-Oeste brasileiro e, particularmente, em Mato Grosso, de uma forma “planejada e controlada” pelo Estado e pelas Colonizadoras como forma de ocupar os espaços amazônicos.

Problematizar os deslocamentos: as cidades (a construção desses espaços culturais e suas representações) surgem como forma de absorção destes migrantes, com a sua devida organização social. Neste sentido, o discurso do progresso é inevitável, impulsionando a ocupação de novas cidades. Conclui-se que é de fundamental importância a pesquisa para desvendar estes novos espaços.

A estrutura urbana da Gleba Celeste guarda, nitidamente, certas proporções no plano de “urbanismo rural” projetado pelo INCRA e transformado em documento governamental em 1973.

Sob o ponto de vista físico-urbanístico e do contingente demográfico, alguns desses núcleos cresceram aceleradamente, como é o caso de Sinop. Em uma década, de simples acampamento rústico aberto na mata, transformou-se em cidade, praticamente, de porte médio na hierarquia da rede urbana estadual.

Em pouco tempo, essas cidades pioneiras passam a cumprir um papel importante na organização espacial da frente pioneira por suas funções centrais e por se localizarem as poucas infra-estruturas básicas, bem como também por receberem toda ordem de estímulos para se transformarem em centros de desenvolvimento econômico e social (Arruda, 1997, p. 79).

O discurso do colonizador se estruturou e se implantou como sendo o “Moderno Bandeirante” do Século XX, neste espaço “onde o tempo é dinheiro”, pois tinha-se pressa de ficar rico e de se alcançar a independência econômica, conservando a sagrada união: família, lazer, escola e trabalho. Desta forma, implanta-se a idéia de produção da riqueza, no cotidiano, na esperança e no futuro, pois os homens teriam a obrigação de trabalhar sem cessar, viver para as suas famílias e permanecer unidos pela fé. Como sustenta Oliveira, “a nova fronteira desponta como esperança viva ao camponês de poder continuar trabalhando e vivendo a terra, isto é, a esperança vem na frente” (Oliveira, 1983, p. 74).

O local escolhido para a implantação de Sinop é completamente sem acidentes, o que facilitou um plano urbano em tabuleiro de xadrez, favorável, por sua simplicidade, a uma delimitação econômica dos lotes comercializáveis. Assim:

[...] o espaço de fronteira, altera-se com a chegada de novas formas espaciais, com a penetração de empresas que carregam em sua bagagem o compromisso de atender a cronogramas, cujo tempo e valores são medidos por padrões de mercado mundial. E os “novos bandeirantes” retornam à cena da cartografia política para “fincar” definitivamente as “esporas” no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus “ocupantes” e forjam identidades, impondo um controle político que se realiza, no espaço, através de dispositivos de vigilância e de controle policial administrativo e repressivo enquanto estratégias de poder (Arruda, 1997, p. 21P).

Como afirma Ana Fani Alessandri Carlos,

[...] ocorre que agora não se vendem mais tijolos ou habitação, mas cidades. O espaço entra na troca, torna-se renda capitalizada devido à apropriação monopolística; áreas antes desocupadas entram na comercialização, são objetos de especulação imobiliária (Carlos, 1996, p. 106).

A fronteira assume novo significado. Não se resume mais a “Franjas pioneiras”, “frente pioneira”, em terras livres do espaço físico, tampouco é puramente periferia. Ela adquire uma dimensão simbólica de âmbito nacional, incorporando a utopia pioneira e manipulando o espaço. O Estado se apropria e difunde pela mídia o termo fronteira para designar a expansão da sociedade rumo à integração nacional. Através de um discurso homogeneizador, o Estado catalisa e reorienta as expectativas e as tensões sociais, desviando-as para “espaços vazios” do interior. E atribui à fronteira a imagem de um espaço capaz de oferecer à sociedade novas oportunidades, isto é, a mobilidade vertical impossível de ser alcançada nas áreas já consolidadas.

A eficácia desse discurso imagético sobre a fronteira é importante na construção do espaço imaginário norte mato-grossense, possuindo o papel impulsionador de deslocamento coletivo de migrantes. Por outro lado, atua também junto à própria população da região, fazendo com que ela aceite e justifique as transformações drásticas e dolorosas (como as queimadas e o desmatamento intensivo e depredador) daquele que é seu espaço, provocadas pelas políticas de ocupação e colonização de áreas ditas como fronteira: tudo em nome do progresso (Arruda, 1997, p. 23).

Mas existem as resistências do homem ordinário em suas artes de fazer, suas táticas, como afirma Michel de Certeau. Aqui está presente a idéia de que se produz um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e desconhecimento das práticas, escapando às totalizações do olhar. Existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície. Aquele que sobe até lá no alto, foge à massa que carrega e tritura em si mesmo toda a identidade de autores ou de espectadores. Continua Certeau: “Lá embaixo vivem os praticantes ordinários da cidade onde as redes de fragmentos de trajetórias individuais vão criando os traços, os usos e os sentidos do espaço da cidade” (Certeau, 1994, p. 172-3). Guimarães Neto afirma que, ao longo das décadas de 70 e 80, marcadas pelo governo autoritário, a colonização particular,

[...] através de estratégias de disciplinarização do campo, constituiu-se também em política de Estado para controlar as terras da fronteira agrícola e reproduzir a ordem social dominante. Para que a ocupação das terras se mantivesse sobre o controle dos setores dominantes e não da maioria daqueles que para lá migravam, foram produzidos mecanismos repressivos e disciplinares tanto no bojo da burocracia do Estado, quanto no seio do empresariado (principalmente usando aparato policial), e também através das repressões inseridas na própria organização social e espacial das cidades (Guimarães Neto, 1986, p. 160).

Conforme Guimarães Neto,

[...] os indivíduos da fronteira são submetidos a dispositivos disciplinares que têm o poder de recolocar normas sociais, práticas de correção, um controle extensivo e intensivo sobre suas vidas. As cidades, a partir dessa inferência, funcionam como centros geradores dessas políticas, através da escola, da igreja, dos espaços comuns de recreação, da prática econômica, de um cotidiano marcado pela experiência do trabalho, das prisões e, fundamentalmente, difundem as várias mensagens do governo, do patrão, da igreja e do colonizador (Guimarães Neto, 1986, p. 161).

Por outro lado, a construção da imagem da fronteira como lugar de dificuldades, de solidão, de lutas entre o homem e a natureza, entre o selvagem e o civilizado, vão fazer surgir os “heróis da fronteira”, enaltecendo os desbravadores, os pioneiros, os colonizadores, que mais tarde enfeitarão a galeria de figuras ilustres da classe dominante - e, por outro lado, “valorizar os homens humildes” que para lá se dirigem, constituindo o arquétipo popular daquele que é capaz de vencer por esforço próprio (Arruda, 1997, p. 27).

Nesse contexto de construção do espaço, legitimado por um discurso ufanista, esses trabalhadores escolhidos para a construção de um “Brasil Gigante”, “lugar do progresso para todos”, assumem papel de soldados a serviço da pátria, onde o fervor patriótico pela terra era marcante, sendo representado pelo trabalho e progresso.

France Luz afirma que a abordagem de um fenômeno urbano requer que se busquem as origens do processo de urbanização do país. No caso do Brasil, isso significa o estudo de sua evolução desde a época colonial, ou seja, do próprio processo de colonização. Para a autora, ao se pesquisar um fenômeno urbano, deve-se levar em consideração as especificidades que apresenta. De início, já nos deparamos com a distinção entre as cidades “espontâneas e as planejadas ou artificiais”. Em ambos os casos, porém, a sua existência se deve a um ato da vontade humana. No Brasil, as cidades, em sua maioria, formaram-se e se desenvolveram, ao longo do tempo, fruto da ação humana, e muitas guardam ainda características coloniais. Com a expansão do povoamento, o processo de urbanização se interiorizou. A partir da última década do século passado, surgiram núcleos urbanos planejados, uns pelos poderes públicos, como Belo Horizonte, Teresina e a própria Capital federal, Brasília, e outros por empresas colonizadoras particulares. Entre estes últimos, destacam-se algumas das principais cidades do norte paranaense, como Maringá, Cianorte e Umuarama (Luz, 1997, p. 7). Segundo Peraro, “os núcleos básicos de colonização foram estabelecidos progressivamente na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Foram planejados para se transformarem em metrópoles, distanciadas uma da outra em cerca de cem quilômetros” (Peraro, 1978, p. 45).

Quando se trata, como no caso de Sinop, de um núcleo urbano típico das zonas pioneiras, onde a preocupação social é maior com os bens materiais, encontra-se uma certa dificuldade para viabilizar a preservação da tradição oral e mesmo documental. A história do município é apropriada de uma forma político-eleitoral, tornando-se parte dos discursos ufanistas por parte da classe dirigente local e desta forma justificando certos “projetos sociais”.

A cidade de Sinop, em seu traçado urbano, segue o modelo de Maringá/PR, fato que é realçado pelo modelo de casas que os migrantes construíram em Mato Grosso. Isto está explícito no termo “colonizar áreas despovoadas”, no sentido de integrá-las à civilização. Segundo Guimarães Neto, para a Colonizadora,

[...] essas novas cidades que surgiram de sua obra colonizadora, possuem a “cor do progresso” das cidades paranaenses, também fruto de sua colonização. Instalar aceleradamente uma cidade moderna em plena mata amazônica, com pistas para jatos, hotéis, bancos, empresas que controlam o comércio da região etc., não correspondia apenas a um investimento econômico, mas pretendia-se construir um domínio político na região (Guimarães Neto, 1986, p. 164).

O projeto é setorizado em, basicamente, três tipos de uso, com áreas destinadas ao comércio, às indústrias e às residências, e as indústrias madeireiras possuem casas para os operários junto aos seus empreendimentos (as vilas operárias). Arruda conclui que

[...] a visibilidade que se alcança, coloca em cena um projeto de colonização, quer seja através do projeto de cultura do café, do projeto da agroquímica (cultivo da mandioca), posteriormente, por meio do extrativismo da madeira (onde Sinop passa a constituir sinônimo de madeira). Atualmente, com a exaustão da madeira, o discurso é substituído pelo de uma “cidade moderna e progressista” na luta pela materialização do poder local como consolidação de um discurso regionalista, a “capital do nortão”, a “metrópole do nortão”, o modelo de colonização (Arruda, 1997, p. 82).

As cidades de fronteira têm a preocupação de trazer para si mesmo suas representações. A natureza política dessas novas cidades é a da Ditadura Militar, e isso vai definir sua estrutura social. Segundo Weber e Habermas, “nenhuma estrutura é neutra”, logo, essas cidades vão nascer para serem controladas. As disciplinas constituidoras das imagens formarão a imagem do nortão, e uma nova arquitetura passa a substituir a da colonização, formando uma memória heróica, pois não querem mais saber de “histórias tristes” do início da colonização.

A lembrança dos “tempos difíceis” começa a se perder no fundo da memória, o suporte material das lembranças não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações, substituiu a paisagem que ali haviam encontrado. A “nova terra” não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor do progresso.

O crescimento da cidade leva ao “desaparecimento” da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do progresso (Guimarães Neto, 1986, p. 71-2).

Essas imagens e discursos podem ser verificados pelas inúmeras mensagens elaboradas pela Colonizadora Sinop S.A. e pelo Poder Público Municipal, como por exemplo: “Sinop, Cidade Futuro”; “Sinop: a Capital do Nortão”; “Sinop, a marca do trabalho”. “Aqui, o Brasil não pára” e “Sinop, a caminho do terceiro milênio”.

4.3 Entre a cidade projetada e o espaço vivido

A produção do espaço urbano das cidades brasileiras transformou-se num negócio lucrativo para os detentores do capital que continuam lucrando gananciosamente com a construção e crescimento das nossas cidades, pois as imobiliárias, incorporadoras, construtoras e proprietários de terras estão participantes do poder e detêm parcialmente o controle da produção do espaço urbano, até mesmo das áreas de conforto e lazer que são vendidas às pessoas de melhor poder aquisitivo, enquanto as desprovidas de renda média ou elevada são obrigadas a enfrentar a urbanização precária e desigual.

E neste contexto incluem-se muitas cidades do Estado de Mato Grosso que, a partir da década de 70, vêm tendo um crescimento urbano significativo, sendo que as transformações

passaram a ocorrer em todo o território mato-grossense, como também no surgimento de novas cidades como aquelas existentes desde o início da ocupação efetiva do Estado.

Neste conjunto, Sinop passou a ocupar lugar de destaque, pois, a partir dos últimos anos, a cidade vem passando por um processo de supervalorização do seu espaço urbano. Sinop se transformou no principal pólo de desenvolvimento da região norte de Mato Grosso. Sinop vive hoje uma ampla inovação em seu padrão de construção tanto residencial quanto comercial e, em seu espaço urbano, já começam a aparecer os primeiros edifícios construídos para os “novos ricos” da cidade. As casas de madeira do início da colonização estão sendo substituídas por casas de alvenaria mais modernas.

É importante ressaltar que este processo também vem ajudar a aumentar o valor do solo urbano como mercadoria que pode gerar lucro, tanto por força do processo de urbanização da cidade como pelo processo das construções. Essa transformação que a cidade vem sofrendo em seu espaço urbano, demonstra o papel que a construção civil e a especulação urbana desempenham em Sinop, com relação ao número de construções que possui a cidade.

Em decorrência dos programas que viabilizaram as políticas de colonização em Mato Grosso, a partir da década de setenta, a região norte do Estado recebeu grandes incentivos fiscais e creditícios para instalação de projetos de colonização particular. A análise destes projetos, sob o enfoque de sua face urbana, permite-nos observar que os centros urbanos eram, inicialmente, propriedade das empresas colonizadoras.

A elas cabia criar, implantar, organizar e valorizar o espaço urbano. Isto se deu em decorrência da necessidade das empresas de colonização possuírem um local para o exercício de suas funções políticas, administrativas, econômicas e sociais. As funções político-administrativas criaram o mercado de trabalho nos novos espaços sociais “urbanos” de Mato Grosso. Esses espaços logo se tornaram pólo de atração demográfica, implicando o aparecimento das mais diferentes categorias de atores sociais, representativas das classes e frações de classes da sociedade nacional (Borges, 1995, p. 89).

Borges afirma, ainda, que os primeiros atores a se estabelecerem nos novos espaços urbanos tiveram também função dominante. Eram dirigentes e funcionários da empresa colonizadora, da Cooperativa, do Banco do Brasil, da EMATER, comerciantes e profissionais liberais bem-sucedidos como médicos e advogados.

Dentre os profissionais liberais, destacam-se médicos e farmacêuticos pelo rápido prestígio social que adquiriam em função da precariedade dos serviços públicos, saúde precária da população e do alto preço cobrado pelo oferecimento dos seus serviços. Mas a rapidez de seu prestígio era decorrente das péssimas condições de saúde da população (Borges, 1995, p. 89-90).

No caso de Sinop, essas categorias de atores sociais irão formar uma das camadas sociais que dominam, política e economicamente, a sociedade local. Essa sociedade está em processo de formação de suas diferentes classes nos espaços sociais urbanos e estruturando-se culturalmente. Observa-se também, nessa sociedade, o aparecimento de uma classe social mais baixa. Trata-se de colonos, ligados e controlados pela Colonizadora Sinop e pela Cooperativa Mista Celeste, funcionários das madeireiras, mas também de outras pessoas atuantes em outras atividades da sociedade local, como na limpeza urbana e serviços domésticos. Estas diferenças socioeconômico-culturais se expressam na formação do sítio urbano e na constituição de seus bairros. Após quase três décadas de sua fundação, a oferta de mercado de trabalho é divulgada pelo poder público municipal, o que atrai migrantes de diversas partes do país. Vêm em busca

de melhores condições de vida, ou investem seu capital em outras áreas como agroindústria e setor de serviços.

O sonho dos migrantes que vieram para Sinop era a possibilidade de elevar-se socialmente. A seleção destes, feita pela empresa colonizadora nos locais de origem, e as aquisições das terras foram medidas tomadas para frear a migração espontânea e as “invasões”. Dessa forma, atraíram para Sinop os pequenos proprietários, desejosos de, aqui chegando, prosperarem e permanecerem. A cidade se desenvolveu de acordo com essas expectativas, e muitos colonos que fracassaram em seus empreendimentos agrícolas, preferiram migrar para frente, Colíder ou para Rondônia, a tornarem-se trabalhadores agrícolas.

A maioria dos moradores urbanos de Sinop é originária do Paraná, ou teve ali sua última residência, como seria de esperar, visto que a colonização se destinava a eles e que a Colonizadora e Imobiliária Sinop S.A. exerceu, durante longos anos, suas atividades naquele Estado.

Sempre houve uma preocupação por parte do poder público municipal e da Colonizadora Sinop S.A. em transmitir aos futuros habitantes dessa cidade uma imagem de cidade “próspera” e “progressista”. A prosperidade, nos primeiros anos de ocupação de Sinop, não se ligava a residências de alvenaria, pois nas áreas de migração, norte e noroeste do Paraná, principalmente, as casas de madeira eram comuns, mesmo nas classes sociais mais elevadas. Em Sinop, as primeiras construções foram de madeira. Grande parte dessas residências seguiu o modelo de casa exigido pela colonizadora.

MAPA 4
Localização da área em estudo



Fonte: Mato Grosso: Atlas Geográfico. 2000, p. 26.

4.4 Sinop: espaço e memória

A colonização do norte mato-grossense, a partir da década de setenta, foi impulsionada pela política governamental de ocupação da Amazônia, o que, segundo Guimarães Neto, “caracterizou a política dessa rede urbana (espaços sociais, em sua grande maioria, profundamente conservadores e autoritários” (Guimarães Neto, 2000b, p. 86). Formou-se um movimento migratório constituído por uma população rural em busca de terra no Estado, expulsa do Sul do país e conduzida pelos colonizadores modernos. Como afirma Guimarães Neto, aqueles que se autodenominam como sendo os “únicos capazes de continuar a história de desenvolvimento. Assim, milhares de migrantes partiram em busca da terra prometida” (Guimarães Neto, 1999-2000a, p. 6).

Arruda afirma que:

[...] os indivíduos que se dirigiram em direção à Amazônia Legal, a partir da década de 70, levaram projetos e desejos de uma vida com fartura em terras desconhecidas e supostamente cheias de riquezas. Um lugar do “café sem geadas” onde existiria muita terra para seus filhos juntos (sic) (Arruda, 1997, p. 88).

Chegando a esses novos espaços (Arruda, 1997, p. 89)⁸⁰, esses migrantes passaram a construir novas relações que vão dar novos sentidos e significados às suas vidas. Assim surge a cidade em plena selva da Amazônia Mato-Grossense:

A história oficial de Sinop começou em 1970, quando a Colonizadora Sinop S.A. iniciou, por via aérea, o reconhecimento do local para implantação da Gleba Celeste. Segundo a Colonizadora, a área para implantação do projeto de colonização, adquirida inicialmente, correspondia a 199.064,89ha, correspondendo a 214 lotes por compra do Sr. Martin Jorge Phillip, cujo ponto de referência para delimitação foram os marcos dos rios Teles Pires, Caiabi e Tartaruga. Após o sobrevôo sobre a região, foi identificada mais ou menos a área adquirida (Arruda, 1997, p. 89).

Após o reconhecimento aéreo, uma equipe de 400 homens liderada pelo Sr. Ulrich Grabert, membro da direção da empresa, começou os trabalhos de demarcação da área, com tratores e máquinas enviados do Paraná, para a construção de balsas e pontes. E após 40 dias do início dos trabalhos, instala-se o primeiro núcleo colonial na Gleba Celeste: a cidade de Vera. Nesta época estava ocorrendo a abertura da BR-163, na região de Lucas do Rio Verde; porém, com o deslocamento do eixo desta Rodovia, não passando mais pelo “núcleo de Vera e sim, por outra parte da gleba, e a Colonizadora, necessitando de um núcleo colonial, estrategicamente localizado às margens da rodovia, implantou o núcleo colonial de Sinop” (Arruda, 1997, p. 90). No ano de 1972, iniciou-se a “abertura da cidade de Sinop na altura do km 500, no sentido Cuiabá-Santarém”. As primeiras casas foram construídas provisoriamente de lona e, mais tarde, de madeira. Foram iniciados também os serviços de desmatamento e terraplanagem, com abertura das primeiras ruas, avenidas e estradas vicinais. A partir de então um ritmo frenético tomou conta da cidade, com centenas de árvores sendo derrubadas em nome do “progresso”, produzindo uma diferenciação: “de um lado a natureza selvagem e de outro, um mundo pequeno feito pelo homem” (Arruda, 1997, p. 92). O Sr. Samuel Swambach, um dos pioneiros a chegar em Sinop nesse período, relata-nos a sua experiência:

⁸⁰ “A idéia de espaço é concebido não só na abordagem estrita de sua funcionalidade produtiva, mas também no ilimitado potencial de suas significações sociais. Como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais”.

A gente chegou aqui praticamente dentro do mato, só havia uma clareira aberta, praticamente dentro do mato mesmo. E, no começo era assim: depois de vagarzinho ia vindo outras famílias e umas vindo e outras indo embora que não se acostumava com o clima ou se assustaram com a mata. E no começo foi difícil por esta razão, né? Muitas vezes vinha uma mudança e no mesmo caminhão voltava outra. Mas a gente “guentou” firme aqui, sempre com a esperança e vendo que a cidade iria muito crescer (Arruda, 1997, p. 94).

Arruda afirma que “os pioneiros, que participaram da construção da nova cidade emergente, vieram com suas famílias, ergueram suas casas e foram criando suas experiências comuns, laços de solidariedade e de conhecimento” (Arruda, 1997, p. 95). Da prancheta para a realidade, Sinop nasceu planejada, com modelo e direcionamento de seu traçado urbano: largas avenidas e ruas que partem da BR-163, rodovia principal que corta a entrada da cidade e estende-se em direção a oeste do sítio urbano, “produzindo uma percepção de infinitude e imensidão da terra” (Guimarães Neto, 2000b, p. 188). Conforme Guimarães Neto,

[...] uma imagem de cidade que procura romper com os elos de uma memória anterior, representativa de outras experiências, entendendo-se que as estruturas do mundo social não são objetivas em si mesmas, mas produzidas em práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas), que os grupos dominantes, historicamente, impõem ou tentam impor como estratégia de domínio (num campo de concorrências e de competições) (Guimarães Neto, 2000b, p. 188).

Foto 6 - Vista aérea da cidade de Sinop: 1974.



Fonte: Colonizadora Sinop S.A.

No processo de colonização, a companhia exerceu uma influência que não pode ser caracterizada como simplesmente econômica. A colonizadora Sinop colaborou na construção de todo um espaço social e na vida cotidiana dos migrantes, através da ocupação planejada e controlada do espaço geográfico, da construção de um discurso que exalta o trabalho e o desenvolvimento econômico, a ordem e a família. Podemos perceber nisso tudo a emergência de uma idéia de trabalho na região, através de expressões como “Sinop em tempo de

progresso”, “Sinop, a cidade que comanda o progresso da região”, “cidade de um povo ordeiro e trabalhador”, “Sinop: a marca do trabalho” e “Sinop, cidade futuro”. E neste sentido:

Nos registros históricos oferecidos pela Colonizadora, o que prevalece é o relato do progresso e a história daqueles pioneiros que conseguiram acumular capitais, ou seja, os bem-sucedidos. Identificar aqueles que fracassaram em seus sonhos e não conseguiram a projeção social dentro da sociedade que se constituía, não é fácil dentro desse contexto histórico preestabelecido. A história da cidade deveria ser uma história de progresso e conquistas, não existindo espaço para os derrotados. E, mais uma vez, esses cidadãos são excluídos da cidade; da sua história (Arruda, 1997, p. 96).

Desta forma, a construção da memória coletiva da cidade foi posta em jogo pela empresa colonizada como a única detentora do conhecimento histórico da cidade, como demonstra Le Goff, ao afirmar que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O esquecimento e os “silêncios” da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff apud Arruda, 1997, p. 97).

Mas a história da cidade não é construída só por aqueles que conseguiram ascensão social e econômica, mas pelos demais que vieram com o mesmo sonho de possuir um lugar para morar e foram silenciados e excluídos da história oficial, como relatou um morador anônimo, citado no estudo de Zuleika A. Arruda:

[...] viemos em busca de um sonho, mas se a gente aqui falasse que isso aqui não era bom ou fosse contrário a algumas determinações da Colonizadora, ou que fomos enganados, era perigo. [...] Nem que a gente tava vendo o prejuízo, na frente dos outros tinha que dizer que estava bem (Arruda, 1997, p. 96).

A partir da diversidade cultural dessa cidade de fronteira, a aquisição de novos hábitos foram incorporados ao processo de construção sociocultural, fato que proporciona uma característica peculiar da realidade existente e vivida pelos habitantes nos seus espaços sociais e culturais, ou seja, a forma pela qual a população age e vive a sua cotidianidade. Esta é realçada pelo estilo da construção de suas casas, tradições, costumes, hábitos alimentares e de lazer (festas religiosas, práticas culturais etc.) que os migrantes trouxeram com eles, e ainda as próprias particularidades de uma cidade de fronteira. José de Souza Martins afirma ser a “fronteira essencialmente o lugar da alteridade [...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (Martins apud Casagrande, 2000, p. 36). Neste sentido, devemos ressaltar também que:

No processo de construção espacial das cidades novas, como é o caso de Sinop, as memórias são trazidas de fora, vêm de experiências vividas em outra parte, sobretudo da moradia anterior, e são incorporadas na nova paisagem que passa a ser construída no novo lugar. A vivência e a afetividade levam à construção de um espaço com características similares com o de origem. Portanto, a memória passa a ser uma recriação, uma bricolagem dos lugares de onde vieram, através das práticas espaciais refletidas no espaço (Arruda, 1997, p. 97).

No início da ocupação de Sinop, a avenida central da cidade servia como local de moradia e concentração comercial, em instalações provisórias, a partir da Avenida dos Mognos e suas paralelas. Iniciou-se, dessa forma, o processo de urbanização de Sinop, com o surgimento dos primeiros estabelecimentos comerciais como farmácia, armazém, hotel, oficina mecânica, loja de confecções, serviços públicos, escolas, igrejas, hospital e outros, tendo a

participação direta da Colonizadora Sinop, principal agente de produção e controle do espaço social.

Em função das necessidades que se ampliavam, as lojas de varejo e outros equipamentos comerciais passam a multiplicar-se na Av. principal - dos Mognos -, direcionando a ocupação do solo. Esta veio a constituir-se na artéria principal de concentração de um comércio diversificado e moderno nos dias atuais (Arruda, 1997, p. 101).

Até 1976, Sinop era considerada um povoado no “Nortão” de Mato Grosso e pouco conhecida pelo seu potencial, principalmente o madeireiro que a tornou conhecida nacionalmente, e como maior pólo industrial do setor no Estado. Somente a partir de 1979, quando ocorreu o desmembramento político-administrativo de Chapada dos Guimarães, é que Sinop passou a emergir no cenário mato-grossense, incluindo-se no rol dos povoados pioneiros, que passam a alterar a configuração espacial da área.

Em estudo realizado sobre Sinop, Arruda afirma que a partir da década de 80 a cidade começa a crescer, transformar-se, despertar desejos, atrações e intenções:

Atrair pessoas aspirando trabalho, provocando inovações. Abandona o velho gerador elétrico pela inserção da rede elétrica da Cemat. Abandona o velho alto falante “a voz do progresso” - tão marcante no cotidiano das pessoas, que divulgava as notícias locais e extralocais, realizava anúncios, emitindo mensagens (mesmo as mais corriqueiras) e animando a cidade ao som das músicas -, para a instalação da primeira rádio: a FM Nacional (hoje Rede Meridional de Rádio e Difusão Ltda.) (Arruda, 1997, p. 111).

A partir de 1984-5, o processo de expansão urbana prosseguiu e irradiou-se a partir da Avenida Júlio Campos (antiga Avenida dos Mognos) em direção à periferia. Novos bairros são incorporados, ruas e avenidas são abertas, auferindo à especulação imobiliária grandes lucros através da comercialização elevada dos lotes urbanos. No período de 1988-90, ocorreu um grande aumento da população urbana e um declínio da população rural, devido às transformações que passou a sofrer esse meio,

[...] quer seja pela aglutinação das propriedades, quer pela falta de crédito enfrentado pelo pequeno produtor e, principalmente, pelo desmembramento territorial que passa a ocorrer com a emancipação dos municípios de Vera, Santa Carmem e, posteriormente, de Cláudia (Arruda, 1997, p. 117).

Outras transformações passam a ocorrer também nesse período, como a introdução da pecuária, modificando assim a estrutura fundiária inicial, através da presença de grandes propriedades que se formaram através da aquisição das terras dos pequenos produtores que migraram para outras áreas de colonização novas, ou foram para as cidades que passaram a oferecer melhores perspectivas econômicas (Arruda, 1997, p. 118). Assim:

O intenso êxodo rural que passa a ocorrer a partir de 1990, faz com que a cidade passe por inúmeras transformações, tanto no aspecto populacional, como econômico e espacial. Os terrenos começaram a receber construções, prédios antigos de madeiras são demolidos, cedendo lugar às construções modernas. Essas mudanças podem ser registradas através do número de alvarás que passam a ser emitidos pelo poder público (Arruda, 1997).

Conforme observa Arruda, o período de 1989-92 foi considerado como marco impulsionador para o desenvolvimento de Sinop, na gestão do Sr. Adenir Alves Barbosa.

É o período no qual grandes transformações espaciais tornam-se perceptíveis no cenário urbano. A cidade transforma-se num canteiro de obras, os investimentos começam a chegar e o município passa a viver ritmos de produção e reprodução espacial até então não experimentadas.

É nesse período que se evidencia com maior destaque a coerência de uma cidade planejada com seus destinos “previstos” e a forma de gerir e controlar seus espaços. A interferência da gestão administrativa enquanto forma de controle e fiscalização, como componente do “modelo” de cidade pretendido, “desejado”, assume conteúdo de gestão empresarial (Arruda, 1997).

A partir dessas intervenções urbanísticas, muitas transformações irão acontecer do centro para a periferia da cidade, alterando o padrão de construção inicial pelos padrões mais modernos. Uma nova arquitetura passou a substituir a “arquitetura da colonização”, onde as edificações mais antigas, de madeira - que eram “sugeridas” pela Colonizadora Sinop, são substituídas pelas de alvenaria, como diz Guimarães Neto, “incluindo outras fachadas - exposição das diferenças”:

Há menos de vinte anos, os núcleos de colonização apareciam como clareiras recortadas na floresta, mas, agora, as ruas empoeiradas começam a dar passagem para o asfalto (mesmo com toda a poeira circundante), além dos pequenos edifícios que teimam em marcar a paisagem (pouco antes, dos rios e das florestas). Multiplicidade de imagens: projeção de referências num campo visual portador de signos (Guimarães Neto, 2000b, p. 188).

Torna-se visível em Sinop a desigualdade entre os preços dos terrenos do centro da cidade – bem mais altos – e os da periferia. A estratégia de venda dos lotes determina a ocupação do espaço. Primeiro o núcleo central e daí para os demais bairros como Jardim Imperial, Jacarandás etc. Com a oferta reprimida, provoca-se uma alta nos preços dos lotes, favorecendo os “negócios” imobiliários. Arruda afirma que:

A Av. Júlio Campos, território de ninguém e de todo o mundo, durante o dia, com seu ritmo frenético de pedestres que circulam e à noite com seu ritmo lento de pessoas que procuram as direções de territórios de encontro. É ela mesma que passa a constituir, no final de semana, e em horário específico, o território das “tribos urbanas” de jovens da classe média, que a tornaram o seu espaço de encontro e a vitrine de suas ostentações. A rua se transforma num palco onde se desenvolvem os dramas e as representações da sociedade. Aí acontece, desde a agitação de todos os dias, até as celebrações especiais: as festas, a celebração de aniversário da cidade, os comícios, o carnaval (Arruda, 1997, p. 157).

Conforme estudos realizados por Zart, os bairros de Sinop se caracterizam pela pluralidade cultural e a desigualdade socioeconômica, sendo que a ocupação do espaço urbano se caracteriza pela exclusão social. O ambiente familiar é influenciado pelas condições de trabalho, subemprego e desemprego. Segundo Zart,

[...] o estilo de vida dos habitantes de Sinop é diversificado conforme os aspectos socioeconômicos e culturais. Com relação à permanência na escola, a frequência das crianças é motivada pelas precárias condições de vida, com grande carência na saúde pública de Sinop em relação ao saneamento básico e um crescimento demográfico com alto índice migratório (Zart, 2000, p. 2-3).

Com isso, a cidade é tomada de ruas cascalhadas, com uma sucessão de bairros periféricos, desprovidos de infra-estrutura e equipamentos urbanos, onde, em habitações precárias, vivem de forma marginalizada os novos cidadãos.

Estes, embora fazendo parte da “população urbana”, na verdade não participam daquilo que a cidade traz de lúdico, de conforto, passando a se constituir somente em força de trabalho necessária à acumulação capitalista que se realiza, sobretudo, nos espaços urbanos (Barbosa, 1988, p. 15).

O discurso do progresso em Sinop é muito presente. E essa euforia é confirmada pelas realidades visíveis da urbanização planejada e controlada, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de migrantes de outras partes do país que chegavam (e chegam) ao município, reconfigurando o padrão demográfico e cultural da cidade, onde populações pobres escapam aos seus planos intrincados, ocupando áreas reservadas para a especulação imobiliária futura, captando recursos clandestinamente para poderem sobreviver (lixão), aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando o uso dos espaços, segundo as suas necessidades específicas. O bairro Jardim Boa Esperança (fusão de outros três bairros) é um verdadeiro “peixotinho”, formado por pessoas que fugiram da crise do ouro no extremo norte de Mato Grosso e vieram em busca de melhores condições de vida para as suas famílias.

Embora sendo uma cidade de porte médio, o ritmo de vida, as relações que passam a se constituir em Sinop, possuem características similares às grandes cidades, onde o anonimato, o individualismo são predominantes, tornando visível, no seu espaço, a autêntica cidade do capitalismo, com todos os seus mecanismos e defeitos. A aparência da cidade e o modo como seus espaços se organizam, como pondera Hardvey, “formam uma base territorial a partir da qual é fundamental para pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas espaciais” (Barbosa, 1988, p. 159).

Conforme observa Guimarães Neto em seu texto “Cidades de Fronteira”, ao analisar as contradições sociais na direção em que aponta Michel de Certeau: “A linguagem do poder se “urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panótico”. Para ela, a utopia da cidade planejada acaba por mitificar os discursos, privilegiando o progresso, zona de aplicação de tecnologias científicas e políticas. “Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional - impossíveis de gerir” (Certeau apud Guimarães Neto, 200b, p. 8). Em 1992, Sinop já apresentava o seu espaço urbano basicamente consolidado, e é a partir desse período que a cidade passa a ter um impulso considerável na economia regional, pois,

[...] transformando-se num pólo econômico regional na prestação de serviços, passando a comandar o processo de produção espacial do norte mato-grossense, através da função cumulativa das funções, associada ao extrativismo vegetal (madeira), passa a dominar e a comandar a economia local, principalmente devido à concretização da pavimentação asfáltica da BR-163, Cuiabá-Santarém (Arruda, 1997, p. 126).

Em relação ao plano urbanístico de Sinop, Arruda afirma que ele:

[...] segue os parâmetros preconizados pelo urbanismo racionalista modernista. Tal modelo se fundamenta na adoção dos princípios da Carta de Atenas (1933) que apregoa a especialização dos bairros, condenando o traçado da cidade antiga. A forma urbana é preconizada inteiramente dissociada de sua função social complexa, sendo limitada às suas funções utilitárias pré-determinadas pelos fundamentos modernistas: habitar, trabalhar, recrear e circular. O tecido urbano se torna progressivamente homogêneo, onde a racionalidade purista, através dos planos, produz normas destinadas a não serem cumpridas, criando assim um abismo entre a cidade real e a cidade legal (Arruda, 1997, p. 133).

O projeto urbanístico, concebido para a cidade, segue os parâmetros similares ao desenho urbano da cidade de Maringá (local de origem da empresa colonizadora), refletindo em Sinop os vínculos afetivos e as experiências anteriores do empreendimento colonizador no processo de expansão urbana do Paraná (Arruda, 1997, p. 134).

A forma urbanística com que as “cidades modernistas” foram projetadas, com largas avenidas, abrindo alas para o “fluxo do progresso,” para a velocidade, deixa a cidade respirar os ares dos novos tempos.

A cidade deve funcionar com a lógica da máquina: eficiência, racionalidade, precisão, sincronismo. Essa idéia também aparece nas orientações da “Carta de Atenas”, que apresenta a cidade dividida em quatro funções básicas: trabalhar, recrear, habitar e circular (Gonçalves Jr. Et al., 1991, p. 39-40).

Porém, essas cidades escondem contradições, exclusão de populações pobres, do acesso à terra e às riquezas, desde o início de sua colonização até os dias atuais.

Configura-se aí uma realidade social complexa, apreendida em movimentos simultâneos e diferenciados de ocupação (mobilidades contestadoras), na qual se destaca a existência de homens e mulheres destituídos de qualquer meio de subsistência - das áreas agropastoris, dos setores madeireiros, dos garimpos -, sem moradia ou em habitação muito precária, apresentando graves problemas de saúde. Entre estes, podem-se citar: a malária, a verminose, a intoxicação - por vários tipos de drogas, pó e fumaça, decorrentes da queima de serragens e de restos de madeiras - e, ainda, as diversas mutilações sofridas no complexo madeireiro e minerador; sem falar de um número enorme de pessoas em condições subumanas de trabalho, ou em regimes de escravidão não formal (Guimarães Neto, 1999-2000b, p. 182-3).

A cidade de Sinop, em razão de seu acelerado crescimento urbano nos últimos oito anos (apresenta agora a indústria madeireira como a principal atividade econômica do município), vem se deparando com o aparecimento de novos bairros, muitos deles provenientes de projetos imobiliários sem uma infra-estrutura adequada, como a falta de saneamento básico e um planejamento eficaz para esse tipo de ação, provocando sérios problemas para a população que aí vive. São problemas de saúde, transporte, água tratada, recolhimento de lixo, iluminação e segurança. Isto nos conduz a uma séria reflexão acerca da degradação ambiental e ao empobrecimento desses bairros populares periféricos.

Por ser uma “capital regional”, há uma grande convergência das pessoas de outros municípios vizinhos que se utilizam de seus serviços. Devido à sua localização regional e à propaganda desenvolvimentista, muitas pessoas de baixa renda vieram para Sinop, instalando-se nos novos bairros sem as mínimas condições de infra-estrutura, emprego e renda, principalmente nos anos noventas do Século XX, pois:

Com a queda do preço do ouro, a partir de 1991, alguns municípios que nasceram do ouro ainda resistem, mas são verdadeiras cidades fantasmas, onde as pessoas recebem para continuar morando. As populações foram para cidades maiores em busca de emprego. Sinop tem bairros retendo a evasão garimpeira de Peixoto de Azevedo, Paranaíta e Apiacás (Marta, 1999b, p. 131).

No processo de construção de Sinop, a sua posição geográfica não foi levada em conta. No momento de instalação do parque industrial madeireiro, não se observou que a direção dos ventos, no período de seca (maio-setembro), acarreta uma intensa poluição do ar pela fumaça eliminada dessas indústrias, provocando sérios problemas de saúde, que não são bem tratados, “uma vez que Sinop não dispõe de hospital público que atenda às necessidades da maioria da população, ou seja, a de baixo poder aquisitivo, que fica relegada à sorte e aos interesses políticos” (Arruda, 1997, p. 142).

Neste contexto, percebe-se que Sinop, atualmente, em função do papel que desempenha no contexto econômico-regional, consolidou-se como prestadora de bens e serviços, bem como cidade universitária. O setor industrial e agrícola está em amplo crescimento, com instalação de diversas indústrias que irão agregar valor aos produtos regionais. Percebe-se também em Sinop um declínio do setor madeireiro, com o fechamento de indústrias ou transferências para outras áreas da Amazônia Mato-Grossense. Fruto do desmatamento desmesurado em nome do progresso está ocorrendo o desaparecimento de espécies raras, levando essas empresas a se deslocarem para áreas próximas à oferta de matéria prima, como o sul do Pará ou o Vale do Xingu, município de Feliz Natal.

Apropriamo-nos das palavras de Guimarães Neto, em seu texto *Artes da Memória, Fontes Orais e Relato Histórico*, onde afirma que: “Recontar as histórias é também a possibilidade de entrar na dimensão da invenção da experiência humana” (Guimarães Neto, 1999-2000^a, p. 14). Mas a fronteira é um lugar de conflito por definição, como afirma José de Souza Martins,

não se poderia, portanto, reduzir este universo a uma perspectiva que seria a das companhias imobiliárias. Cabe investigar outras possíveis concepções e as lutas que se deram para legitimar os novos usos da natureza e do espaço, as cidades recém-surgidas (Martins apud Arruda, 2000, p. 121).

4.5 A dimensão urbana da cidade de Sinop

As funções urbanas se referem às atividades que são tipicamente realizadas na cidade: o comércio, os serviços bancários, educacionais etc. No entanto, não se trata aqui de apreciar todas as atividades urbanas, mas sim apenas aquelas que contribuem para a existência parcial da cidade, ou seja, aquelas através das quais se dão as relações com outras cidades e com as zonas rurais. As funções centrais são típicas funções urbanas (Corrêa, 1990, p. 91).

O processo de ocupação do município de Sinop teve início com a implantação da estrutura física do projeto, visando à comercialização dos primeiros lotes. A cidade de Sinop se organizou territorialmente, a partir de uma divisão em setores compostos de chácaras, lotes rurais e um centro urbano com funções político-administrativas e de prestação de serviços, às margens da BR-163. Por ser implantada numa posição estratégica, Sinop adquiriu “primazia” entre os núcleos da Gleba Celeste, (Vera, Santa Carmem e Cláudia), passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e de serviços, acelerando dessa forma o seu processo de ocupação territorial do município.

O primeiro traçado urbano, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 057, de 27 de setembro de 1979, estabelecia um perímetro urbano de 31,93 km², sendo ampliado posteriormente para 82,59km², conforme Lei nº. 323/94 de 3/8/94 (Relatório, ago. 1999, p. 19)⁸¹. No plano inicial,

⁸¹ Na perspectiva de organizar e controlar o uso e a ocupação do solo nas áreas urbanas, orientar sua expansão e prevenir impactos ambientais, o município de Sinop conta com os seguintes instrumentos:

foram loteadas as chácaras com uma dimensão em torno de 10 hectares, as quais tinham a função de constituir um cinturão verde. A cidade de Sinop sofreu profundas transformações socioeconômicas e um acelerado processo de urbanização nas últimas duas décadas, conforme tabela 2.

Sinop possui ruas e avenidas planejadas, como uma forma de controlar a circulação das pessoas pelo espaço urbano e o acesso mais fácil para as forças de segurança, se alguma área apresentar risco para a “ordem pública”, controlando o espaço urbano e a movimentação das camadas populares neste mesmo espaço. Observemos abaixo o crescimento urbano e o decréscimo da população rural do município de Sinop/MT.

Tabela nº. 2 Evolução do crescimento populacional no Município de Sinop (1980-2000)

ANO	População Urbana	Porcentagem (em relação ao total)	População Rural	Porcentagem (em relação ao total)	População Total
1980	7.865	53,20%	6.919	46,80%	14.784
1982	10.190	43,07%	13.466	56,93%	23.656
1983	11.113	43,08%	14.685	56,92%	25.798
1984	13.265	43,96%	16.908	56,04%	30.173
1990	27.635	68,27%	12.841	31,73%	40.476
1991	32.022	88,94%	3.983	11,06%	36.005
1996	46.489	85,60%	7.817	14,40%	54.306
2000	67.645	90,50%	7.096	9,50%	74.741

FONTES: Sinopse do Censo Demográfico IBGE/1996. (Adap. ARRUDA, Z. A. 1997:116).
- Censo Demográfico - IBGE/2000.

Em relação às classificações funcionais das cidades, em 1921, o Geógrafo M. Aurousseau propõe uma classificação de cidades em oito tipos, de acordo com a função dominante: cidades de administração, defesa, cultura, produção, coleta, transferência, distribuição e recreação. Em 1943, Chauncy Harris, ao estudar as cidades norte-americanas, classifica-as de acordo com a atividade de maior importância. Nove tipos de centros foram identificados: cidades industriais, de comércio varejista, de comércio atacadista, de transportes, mineração, educação, lazer, cidades diversificadas e com outras funções (Corrêa, 1990, p. 10-1)⁸².

Nos primeiros anos de ocupação da cidade de Sinop, principalmente no período das chuvas (outubro a maio), o acúmulo de água nas ruas era grande, dificultando a movimentação de pessoas e veículos. Com o processo de urbanização crescente, essa realidade foi se transformando, e as águas da chuva foram canalizadas, provocando a partir da década de 90 uma “ilha de calor” na área central da cidade, conforme demonstram os estudos de Rosa:

- Lei nº. 018/83 de 14/8/1983 de zoneamento;
- Lei nº. 375/95 de 17/10/1995 do parcelamento de solo;
- Lei nº. 022/83 de 22/11/1983 - código de obras, que fixa normas gerais que regulamentam as edificações do município;
- Lei N. 323/94 de 3/8/1994 que delimita o perímetro urbano da cidade.

⁸² Ver também Paul Singer.

A transformação do espaço natural de forma abrupta repercute em desequilíbrios ambientais na área atingida e circunvizinhança. A implantação de uma cidade modifica significativamente a paisagem local com o processo de urbanização e substituição da vegetação natural. A construção de casas, impermeabilização do solo, através do asfaltamento das ruas e avenidas, aumento do fluxo de pessoas e automóveis, fatores urbanísticos característicos, contribuem para alterar o comportamento das variáveis climatológicas a nível local que repercute a nível regional (Maitelli et al apud Rosa, 1999^a, p. 8)⁸³.

Mas essa transformação nem sempre é sinônimo de benefícios aos seus habitantes de uma forma geral. A cidade é a expressão social do espaço trabalhado, produzido, transformado, complexo em sua organização social.

4.6 Custo social e ambiental do progresso

A biodiversidade da Amazônia é um cheque visado emitido pelo banco da natureza em nome do Brasil. Para saque no século 21.

Amory Lovins

O conteúdo deste tópico irá contextualizar a historicidade conceitual de progresso para introduzir a discussão deste termo em Sinop, contextualizando-o ao longo do tempo. Faremos uma reflexão histórica da idéia de progresso a partir de alguns teóricos que estudaram esta temática e, posteriormente, faremos uma breve descrição da participação de Mato Grosso, para que possamos entender o caso de Sinop.

O exercício da cidadania tem-se constituído num dos direitos mais arduamente conquistados pelo homem no transcorrer da história da humanidade. Vemos hoje que muitas nações ainda não conseguiram de direito e de fato essa conquista efetiva. Muitas vitórias caracterizaram cada século de nossa história, como passos importantes em busca do desenvolvimento dos povos. Revelam-se aqui, segundo Le Goff, Sevcenko, Hobsbawm e outros, algumas etapas essenciais do nascimento da idéia de progresso, do Século XVI ao XX. Até o “final do século XVI a idéia de progresso - que é um conceito eminentemente ocidental, não se manifestou (Lê Goff, 1996, p. 234)⁸⁴, mas a partir do Século XVIII, ampliou-se e assumiu perspectiva histórico-social com o Iluminismo. Os filósofos europeus, em especial os franceses, proclamaram sua fé na perfectibilidade do gênero humano e de suas instituições, que passariam a basear-se no império da razão. E esse “progresso” estava calcado na apreensão do conhecimento possibilitado pela ciência e pela técnica. Essa concepção foi desenvolvida por Condorcet na obra “Esboço de um Panorama Histórico dos Progressos do Espírito Humano” (1794).

A idéia sobreviveu, sob novos aspectos, no pensamento econômico, histórico e sociológico do Século XIX, desta vez tomando como referencial as estruturas geradas pela Revolução Industrial. No Positivismo de Comte, o progresso resultaria de um processo

⁸³ Para este autor, o fenômeno da “ilha de calor”, onde geralmente áreas centrais (densamente edificadas) têm temperaturas mais elevadas em relação à periferia, é o mais representativo das variações térmicas e tem recebido recentemente atenção pelos pesquisadores em cidades de área tropical. Trata-se, provavelmente, de uma das conseqüências climáticas locais mais representativas do desenvolvimento urbano. A “ilha de calor” é o resultado da modificação dos parâmetros da superfície e da atmosfera pela urbanização que, por sua vez, conduz a alterações no balanço de radiação (p. 10).

⁸⁴ Para este autor, “a idéia explícita de progresso desenvolve-se entre o nascimento da imprensa no século XV e a Revolução Francesa. Esta aparece como o triunfo político e ideológico da idéia de progresso e marca uma data capital na história desta noção...” “A teoria do progresso foi recebida como um dogma, na época em que a burguesia era a classe dominante; devemos, portanto, olhá-la como sendo uma doutrina da burguesia” (p. 244, 253 e 265).

contínuo de mudanças, em que não devem ocorrer rupturas nem conflitos. Seria uma mudança social orientada, planejada e obtida por meio da educação generalizada. Na tradição marxista, o progresso corresponde ao grau de domínio do homem sobre a natureza, o que é determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, cujas transformações constantes determinam por sua vez a sucessão dos modos de produção. Nesse sentido, o modo de produção capitalista representou um progresso considerável em relação ao modo de produção feudal, pois revolucionou as forças produtivas, ampliou a divisão social do trabalho, a produtividade, esfacelou os particularismos feudais e libertou o servo da gleba.

Mas, para Marx, o progresso humano mais amplo, harmonioso e solidário identifica-se com o fim do Capitalismo e o advento da sociedade sem classes. A idéia de progresso assume, portanto, aspectos e posições contraditórias, e os modos e proposições que lhe dizem respeito, colocam-se no campo do embate ideológico. Mais ainda, diversos cientistas sociais se insurgem contra a própria noção de progresso, considerada etnocentrista e preconceituosa. Entre estes está o antropólogo Claude Lévi-Strauss “que sustenta a tese de que todas as sociedades são potencialmente iguais, negando-se a se estabelecerem comparações valorativas entre uma tribo e uma sociedade industrializada” (Sandroni, 1994, p. 288).

Jacques Le Goff problematiza a idéia de progresso, ao perguntar quais os critérios e valores em que deve assentar esta idéia? É aqui que intervém a distinção entre progresso científico e técnico e progresso moral.

Se o primeiro foi, desde a Antigüidade, semipercebido, o segundo foi negado quase sistematicamente até o século XVIII. Em seguida, espalhou-se a idéia - não necessariamente nos meios “materialistas” - de que o progresso tecnológico arrastava consigo o progresso político senão o moral, enquanto que os outros meios, e sobretudo desde há uns cinquenta anos, se impunha a idéia de que não só o progresso moral não tinha seguido o progresso técnico, mas que tinha também efeitos deletérios sobre a moralidade individual e coletiva (Le Goff, 1996, p. 234-5).

Na Antigüidade Clássica, os

[...] gregos não possuíam palavra para progresso, e o termo latino *progressus* tinha um sentido mais material (avançar) que normativo. Para a grande maioria dos pensadores e dos chefes políticos, o essencial era não mudar. A mudança significava corrupção e desordem (Lê Goff, 1996, p. 235).

Le Goff procura ainda definir progresso como sendo “um longo e doloroso desenvolvimento [...]” (Lê Goff, 1996, p. 260) Uma das fontes que alimentam a idéia de progresso para a historiografia foi escrita a partir do Século XIX. Portanto, é necessário historicizar e problematizar o uso dessa teoria.

A segunda metade do século XIX e o início do século XX foram marcados pela crença no progresso e na ciência, mobilizando as nações ocidentais a se adaptarem aos novos instrumentos e processos produtivos. Os países fizeram inventários das suas potencialidades e realizações, e as histórias sobre vários aspectos da vida social, escritas nesse período, anunciavam o trilhar da civilização para o progresso (Kuhlmamn Jr., 1998, p. 27).

Sevcenko afirma que estas mudanças irão atingir todos os níveis da experiência social, desde os fins do Século XIX até meados do Século XX, com um novo dinamismo no contexto da economia internacional, e irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais, até as noções de tempo e espaço das pessoas,

[...] seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos.

De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado (Sevcenko, 1998, p. 7-8).

O historiador inglês Eric Hobsbawm descreveu assim a origem desse processo:

A economia capitalista, como não poderia deixar de ser, tornou-se global. Ela consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo. Sobretudo essa economia não reconhecia fronteiras, funcionando melhor onde nada interferia na livre movimentação dos fatores de produção. O capitalismo era assim não só internacional na sua prática, mas internacionalista na sua teoria (Hobsbawm *apud* Sevcenko, 1998, p. 8).

Castro registra uma importante característica deste período chamado século de “ação e de conquistas”:

[...] o impulso para a frente, o desejo de com “ações e conquistas” que resultariam em uma transformação substancial no modo de vida das pessoas, em seus relacionamentos sociais e com a natureza e na própria concepção do mundo em que se vivia.

Ir com o século, avançar continuamente, agir e conquistar, há quase uma unanimidade entre os estudiosos do século XIX: essas são as marcas distintivas da época, seus traços mais importantes. E como pano de fundo, a ideologia do progresso, entendido como avanço e aperfeiçoamento, tanto material quanto intelectual (Castro, 1993, p. 2).

A crença difusa no progresso esteve presente em grande parte da opinião pública em quase todo mundo. “O conceito de progresso era tão inspirador que parecia justificar as enormes e dolorosas distorções engendradas por ele mesmo, ou melhor, por aquilo que se qualificava de progresso” (Polanyi *apud* Castro, 1993, p.3). Na opinião de Hobsbawm, quase todo o século foi dominado pelo drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito mas, acima de tudo, inevitável (Hobsbawm *apud* Sevcenko, 1998).

Associada à técnica e às máquinas, essa visão de progresso tomou tal magnitude, que foi capaz de minimizar, ou mesmo anular, nas consciências de muitos contemporâneos, a dura realidade que quase sempre se contrapunha a ela. A idéia de um progresso inevitável, força motora da própria história, foi gradativamente introjetada em parcelas significativas da população, apesar do ônus que sua materialização impunha a essas mesmas parcelas (Castro, 1993, p. 3).

O trabalho de Maria I. Malta Castro nos permite pensar como o ideário progressista procura justificar as profundas mudanças que ocorreram durante o Século XIX.

A força da doutrina do progresso, identificada à própria história e personificada na burguesia, serviu para justificar e tornar aceitáveis as profundas mudanças que ocorreram ao longo do século XIX, afastando as resistências e a elas contrapondo um futuro de prosperidade e de avanço contínuo. O desejo de pautar a história pela conquista de um progresso ininterrupto vinculava-se a uma confiança ilimitada na ciência e na técnica, encaradas como instrumentos para prosseguir neste rumo (Bresciani apud Castro, 1993, p. 15).

Uma das características principais conferidas ao progresso “a partir da segunda metade do século XIX era a de transformar o meio e de alterar as formas de relacionamento dos homens entre si e com o mundo natural” (Castro, 1993, p.3). Já no Século XX a idéia de civilização passa a relacionar-se com progresso, naquilo que Le Goff define como “ídolo do século”,

[...] a idéia que impera e regula a idéia de civilização ocidental; lembra que a expressão “civilização e progresso” se tornou um lugar-comum e que se encontram a todo o momento os pares “liberdade e progresso”, “democracia e progresso”. [...] É, antes de mais nada, “uma teoria que engloba uma síntese do passado e uma profecia do futuro” (Lê Goff, 1996, p. 264).

No Brasil a problemática do progresso foi estudada e discutida por vários autores, como o sociólogo Gilberto Freyre, que introduziu uma nova metodologia de análise social em seu trabalho.

A história da vida sexual, familiar e afetiva, e o envolvimento em relação às manifestações políticas, intelectuais e artísticas na época da transição do Império para a República, foram objeto de estudo deste autor que, na década de 1950, escreveu o ensaio “Ordem e Progresso”, a partir de quase 300 autobiografias escritas em resposta ao questionário enviado pelo autor (Kuhlmamn Jr., 1998, p. 29)⁸⁵.

Ao estudarmos Mato Grosso no contexto da formação histórica brasileira, iremos apenas levantar algumas questões relevantes para contextualizar o amigo leitor ao principal tema desse estudo que é a questão do progresso numa cidade de fronteira – Sinop. Dentre os principais fatores da incorporação desse espaço ao processo de colonização, podemos destacar: o papel de Mato Grosso no contexto da Integração Nacional e o processo migratório na fronteira agrícola de Mato Grosso. Segundo Piaia,

[...] o espaço geográfico brasileiro (e nele o mato-grossense) sofreu profundas transformações a partir do Golpe Militar de 64 e a instalação da Ditadura. Intensificou-se o projeto de integração nacional através da incorporação de novas áreas (pouco povoadas) ao processo de desenvolvimento econômico nacional (Piaia, 1999, p. 33).

A ocupação da fronteira ao Norte de Mato Grosso intensificou-se nos anos setenta do Século XX:

Mato Grosso transforma-se na grande fronteira que recebe excludentes populacionais expulsos pela economia rural de outros Estados, aliviando, assim, possíveis tensões sociais nas áreas de origem. Esses agricultores povoam a fronteira, instalando-se como posseiros ou pequenos proprietários. Serão mais tarde os agentes sociais nos conflitos de terras deste Estado (Piaia, 1999, p. 34).

Para viabilizar o acesso à fronteira norte mato-grossense, o Governo Federal construiu as chamadas rodovias de integração nacional, como a “Transamazônica e a Cuiabá-Santarém,

⁸⁵ Também discutiram a idéia de Progresso no Brasil: Cristovam Buarque, Marcelo de Paiva Abreu, dentre outros.

porém, devem ser compreendidas em sentido mais amplo. E essa compreensão, necessariamente, deve contemplar motivos ideológicos, políticos e militares, associados à segurança e desenvolvimento nacional” (Pereira, 1995, p. 112).

Mediante este contexto, importa destacar aqui o significado político-social da construção do discurso do progresso numa cidade de fronteira, tema que iremos tratar no próximo item.

4.7 Sinop em tempo de progresso

É a experiência do progresso que leva a acreditar nele, a sua estagnação é em geral seguida de uma crise de tal idéia. Acontecerá portanto que a aceleração do progresso material fará nascer, pelo contrário, um medo do progresso. Será esse fenômeno que caracterizará o século XX.

Jacques Le Goff

Para este trabalho é crucial problematizar a forma pela qual o discurso do colonizador classista participa da construção do mito do progresso; do mesmo modo, levantar, através da análise, as “estratégias” e as “táticas”, como afirma Michel de Certeau, da população perante as novas situações, gerando expectativas, participando e reapropriando-se desse *discurso*. Será relevante nesse tópico discutir se houve ou não progresso, para quem e em qual medida; como provocou exclusão; as tendências e as possibilidades. João Mariano de Oliveira afirma que:

A partir da década de 70 a colonização vem tendo um grande impulso, pois nela o poder público vislumbrava uma saída para os antagonismos crescentes nas diversas regiões do país, especialmente, na Amazônia. Não obstante mascarada pela ideologia da doutrina de integração, desenvolvimento e segurança nacional. Com o surgimento de novas cidades e municípios, a expansão e a organização foram fundamentais à conformação de um novo espaço social, em que os investimentos capitalistas e o poder político tiveram aí um locus privilegiado (Oliveira, 1983, p. 141).

É importante analisarmos como e em que condições se dá este desenrolar; como estes projetos de colonização saídos do Governo Federal, através das empresas colonizadoras, desenvolveram-se num processo de formação de novas cidades. Em que tipo de situação política estas áreas de colonização se inseriam e foram criadas e com que intenções? De que maneira e por que razões as pessoas se ligaram entre si, formando um conjunto de grupos dinâmicos, específicos, ocupando espaços, sob controle dos “novos bandeirantes” (tidos como os colonizadores), que “venderam” sonhos, projetaram cidades, selecionaram seus ocupantes e forjaram identidades? Produzindo no universo imaginário a *representação da terra fantástica*. É este o caso que mais de perto interessa a este trabalho, enfocando também as políticas públicas que valorizaram e valorizam a doutrina dos grupos de poder e dirigentes do período tratado (após 1972), enfatizando a euforia nacional pela Amazônia, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e ambientais e, conseqüentemente, a ocupação da região norte mato-grossense.

Mediante este contexto, importa destacar aqui o significado político da expansão das empresas de colonização nesse setor. A eficácia desse discurso imagético sobre a fronteira é importante na construção do espaço imaginário norte mato-grossense, funcionando como impulsão-dor do deslocamento coletivo de migrantes. Por outro lado, atua também junto à própria população da região, fazendo com que ela aceite e justifique as transformações drásticas e dolorosas (como o desmatamento intensivo e depredador) do seu espaço, provocadas pelas políticas de ocupação e colonização de áreas ditas de fronteira: em nome do “progresso” (ARRUDA, 1997, p. 23). Tudo isso nos convida a refletir: o que vem a ser isto? Como e de onde surgiram? De que forma estas cidades em Mato Grosso surgiram? Quem

construiu este discurso de progresso? Como as pessoas pensam e o transpõem? O essencial está em compreender a articulação dos regimes das práticas e dos discursos que produzem o que é lícito designar como “Sinop em Tempo de Progresso” - objeto desta análise.

Conforme Guimarães Neto, devemos procurar entender esta concepção moderna de progresso, pois ela é também visual e auditiva. A classe política se orgulha em realizar obras, exibi-las em grandes eventos para inaugurá-las, algo grandioso (asfalto, construções, aquisição de veículos etc.), isto é o progresso. Para quem? Para os patrões ou para os trabalhadores? Todas as realizações materiais se justificam pelo rápido crescimento da população das cidades, isto é, um acelerado movimento de ocupação em direção a este progresso técnico-material que até hoje é muito divulgado, como por exemplo: “Sinop em tempo de progresso”, “o progresso continua” e “Sinop: cidade futuro”. Porém o progresso nem sempre é para todos.

Temos observado que nos últimos anos vários bairros surgiram em Sinop, formando verdadeiros cinturões de pobreza, desemprego, prostituição e invasões. Muitas dessas pessoas vieram da região de garimpo e, devido à crise dessa atividade, buscam melhores condições de vida para suas famílias. Desta forma, a cidade é vista como um núcleo moderno, símbolo de modernidade - como afirma Jacques Le Goff, pois simboliza o progresso, e podemos identificá-lo. Aparece como local de desenvolvimento contínuo, pretendendo ocultar as diferenças sociais, mas que, devido à ausência de uma política de preservação ambiental, tem proporcionado uma verdadeira devastação com queimadas, exploração não racional de recursos florestais e o assoreamento de vários córregos e reservas pelo lixo industrial e urbano jogado em suas margens. Só que as “propagandas” nos passam a imagem de um modelo bem-sucedido de colonização particular, de desenvolvimento e de progresso social. Portanto, como historiadores, precisamos nos perguntar: como estas novas cidades nasceram e se consolidaram? Como foram produzidas? Sob que condições? Qual é a história que se escreve delas hoje?

Segundo Guimarães Neto, o fator determinante que assegurou e assegura o controle político e econômico, não foi simplesmente a colonização agrícola a partir de pequenas propriedades, que não foram priorizadas e acabaram fracassando. Portanto, a colonização não veio para ser a propulsora de desenvolvimento agrícola, ela foi um instrumento utilizado para atrair pólos agroquímicos/urbanos, ligados a certos suportes. O setor madeireiro em Sinop, que deu sustentação para o crescimento da cidade, caracterizou-se, podemos dizer, como um projeto político do regime militar brasileiro, tido como modernizador. Nesse quadro autoritário, predominou uma política que se impõe pelo controle e vigilância social, o Estado aparece “irradiando” segurança ao se colocar como o grande administrador da economia doméstica, aquele que tem o monopólio dos instrumentos racionais capazes de acelerar o bem-estar social e fomentar o progresso. E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia, que não deveria ser somente *privada*, mas fundamentalmente *controlada e disciplinada*.

Estes espaços foram controlados pelo Governo Federal, com uma política dirigida para projetar um espaço de controle. Para lembrar aqui Michel Foucault, uma sociedade de poder não se domina de forma repressiva, não se domina dizendo não, mas dizendo sim; inventando-se as instituições de controle (escolas, igrejas etc.). Os “tempos modernos” trazem novas formas de disciplinar e organizar os homens em face da engrenagem de produção de riqueza e poder. Porém, as pessoas criaram outras formas, existem as antidisciplinas. Como afirma Michel de Certeau, é preciso *des-construir* estas formas de controle, romper com estas práticas culturais. O importante é traçarmos um

quadro sobre o tipo de situação política em que estas áreas de colonização se inseriram e foram criadas e com que intenções. Observamos a praça, porque ela serve como controle social em nossa sociedade moderna, pois foi criada para tal. Estas formas foram internalizadas, houve uma distribuição dos espaços; por exemplo, por que as ruas e avenidas de Sinop foram traçadas desta forma? A noção burguesa de progresso é aquela que valoriza as “grandes realizações” como a produção, empregos, salários e lucros, investimentos, administração eficiente e “séria”, povo ordeiro, pacífico e trabalhador, mesmo que para alcançar tais objetivos sejam necessárias práticas ilícitas e antiéticas.

O governo tem a sua política voltada para a criação de novas cidades, pólos urbanos, onde existem instituições que controlam a vida das pessoas. Segundo Oliveira,

As cidades são pontos de organização política importantíssimos nas regiões de “fronteira agrícola”, pois passam a ser o lugar onde se exerce, por excelência, a obediência civil dirigida a dois propósitos: como poder econômico, na organização do mercado em bases capitalistas – e como poder político, que se exerce na organização e no estabelecimento da ordem pública (Oliveira, J. M. 1983, p. 160).

Há uma grande teia social que precisa ser analisada. Isto faz parte da própria estrutura política brasileira, e a história de Sinop é a história do Brasil, nesse sentido, que sempre passou pelos movimentos migratórios, chamados “frentes agrícolas pioneiras”, “os bandeirantes do Século XX”. Por isso é importante que se compreenda a história econômica e social do país, pois o Programa de Integração Nacional fez parte de um grande projeto político nacional. Neste contexto, o objetivo da classe dirigente (Estado e Colonizadora) era criar novos *pólos políticos*, estratégia oligárquica, para ter mais votos nestas cidades e, assim, continuar sua hegemonia.

Estas cidades do “Nortão” são extremamente conservadoras, politicamente mantêm suas práticas *clássicas* de eleição, com verdadeiros “currais eleitorais” atrelados ao setor madeireiro e agrícola, que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual. Existe um controle social, político, de certos setores privilegiados, mantendo, desta forma, o domínio e a “vantagem” em seus respectivos redutos eleitorais. É importante observarmos os aparatos políticos locais. Como eles funcionam? Quem são os políticos que direcionam nossas políticas regionais para que possamos exercer nossa cidadania? E quem tem acesso às leis? Por que a tendência conservadora?

Portanto, é importante discutirmos o gerenciamento sobre a produção/construção mítica da propriedade; por que ela ainda existe? A sociedade sinopense é extremamente conservadora, produz um discurso vencedor, ufanista, construindo o mito do progresso, da verdade inquestionável, dogma social, principalmente transmitido para a classe trabalhadora que é a grande maioria da população. O que interessa é quem inventou este modelo de verdade e com que propósito? Certas “verdades” foram produzidas, foram construídas e se tornaram historicamente uma prática cultural.

Como afirma Michael de Certeau, precisamos ter um olhar crítico sobre nosso cotidiano, refazer nossas concepções. O que são práticas? Não podemos refletir de forma isolada, é necessário termos uma visão de conjunto da sociedade em que vivemos, sobre o que é poder, sobre os discursos. Estas práticas sociais precisam ser analisadas num contexto maior, por isso tanto na família, igreja, economia, escolas, existe uma forma de buscar o controle cultural de todas as formas. Convém observar também que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformulador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 1998, p.17).

A cidade de Sinop desempenha um papel estratégico no contexto do “norte matogrossense”, pois é tida como pólo regional desta microrregião, tanto econômica, política, social, como culturalmente. Mas qual é nossa realidade? Como ela é escrita, produzida e veiculada pelos meios de comunicação social? A partir de que pressupostos? É preciso desmistificar este discurso positivista de que a região norte era um “espaço vazio”, pois aqui, como se sabe, viviam índios, seringueiros e posseiros. Os colonizadores afirmavam que era necessário limpar o espaço para que houvesse de imediato um enorme progresso (havia pressa). Assim cria-se o mito da terra prometida, do futuro para todos, da prosperidade, sonhando com grandes realizações, oportunidades de desenvolvimento para suas famílias, crescer e ganhar dinheiro. É importante entender o significado dessa história.

Com o processo de urbanização, a classe socialmente favorecida procura impor suas práticas e seus valores à sociedade. Criou-se um modelo de “cidade limpa”, urbanizada, hábitos pessoais educados, civilizados, à luz dos critérios da sociedade burguesa. Arruda afirma que ao longo do desenvolvimento das sociedades humanas, especialmente do mundo ocidental, a idéia de progresso serviu para justificar e legitimar diferentes processos econômicos e sociais em curso (Arruda, 1997, p. 160).

Progresso, em que pese os desastres históricos que ocorreram em seu nome, ainda é um termo carregado de apelo emocional, pelas esperanças que mobiliza e por aquilo que pode fazer pela melhoria das condições da vida humana.⁸⁶ Conforme a autora, a própria cidade é a memória coletiva dos povos, e como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o “locus”, e os cidadãos tornam-se, pois, a imagem predominante, arquitetura, a paisagem; e, como os fatos, crescem juntos nas cidades (Galetti, In: Boletim ADUFMAT, p. 8).

Bem assim, também, para sensibilizar diferentes grupos sociais em apoio a projetos políticos, econômicos e culturais, implementados sob a magia do progresso.

4.8 - O progresso como signo de desenvolvimento

José Manuel de C. Marta, em seu artigo “Fumaça e Progresso, um Drama de Treva e Luz”, faz uma análise sobre as representações sociais em uma cidade de fronteira de ocupação recente na Amazônia, onde pretende-se compreender o processo histórico de sua formação, onde desenvolveu-se uma percepção do imaginário e do real⁸⁷. A pesquisa de campo deste autor foi realizada num dos bairros de maior concentração de serrarias e madeireiras de Sinop, o Bairro São Cristóvão. Neste bairro, os desafios para seus moradores vão desde os riscos de acidentes automobilísticos até os problemas de saúde das crianças que são “tratadas” pelos seus pais nas noites mal-iluminadas das “colônias de operários” construídas pelos donos das indústrias. Assim,

⁸⁶ GALETTI, L. da S. G. *A falácia do 'Progresso para todos'*. In: Boletim ADUFMAT, p. 8.

⁸⁷ MARTA, J. M. de C. *Fumaça e progresso, um drama de treva e luz*. In: Revista de Estudos Sociais. p. 74-5.

Os trabalhadores, pais dessas crianças, gastam com serviços médicos meio salário de um mês de trabalho para minorar aquela aflição, passando pelo trabalho de lavar roupa aos domingos quando os resíduos não se ocupam com as roupas do varal; vêem a impossibilidade de andar da criança que queimou as duas pernas, ou as constantes ameaças de retirar investimentos, reduzir os impostos, não oferecer empregos (Marta, 1999b, p. 75).

As indústrias madeireiras de Sinop despejam diariamente fuligem, partículas sólidas e gases os mais diversos sobre a população, sem muita distinção de classe social, presente em toda a cidade. A ocupação da terra, as queimadas (de que se alimentam os símbolos do progresso), fumaça e poeira são faces de um processo de ocupação da Gleba Celeste que teve inicialmente como principal atividade econômica a agricultura. *“Depois o desalento, o abandono da terra e a migração [...] amansada a terra bravia, só ficou o pó da estrada misturado à fumaça das queimadas [...] a esperança tinha vindo e ido na frente [...]”* (Oliveira, 1983, apud Marta, 1999a, p. 77).

A cidade ficou plantada ao longo da BR-163, [...] um núcleo urbano com um aspecto nebuloso, mas novo e progressista, como pode ser uma cidade da Amazônia - nova e progressista. A névoa fumarenta não esconde, apenas atenua, a imagem das casas construídas na planície onde se traçariam e construiriam avenidas largas, a exemplo da colonização inglesa no Norte do Paraná, de onde veio o próprio nome da cidade - Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná: SINOP - além da maioria dos moradores. Esconde muito mais do que as representações sociais teimam em transparecer (Marta, 1999a, p. 77).

É importante observarmos o movimento na BR-163, a Rodovia Cuiabá-Santarém, e o que ela representa para a população sinopense, principalmente a sua classe dirigente.

A rodovia - direção e sentido do progresso sinopeano - com suas ruelas de toras desarrumadas para serem engolidas pelas máquinas das serrarias e indústrias madeireiras. Esta estrada, agora de rodagem, marco e símbolo do progresso na região amazônica, não está só (Marta, 1999a, p. 77).

A burguesia, classe hegemônica e dirigente desse aparato totêmico, tem no lucro a sua satisfação e prazer mais objetivo e imediato, mas tem a obrigação, a função, o dever mesmo de reproduzir esse lucro para que continue existindo como classe hegemônica e dominante. A lógica reprodutivista do capital e do lucro acumulado, em regiões como essa, cujo progresso técnico vai cada vez mais se expandindo e se consolidando, dentro dos marcos do capitalismo industrial, legítima, em última análise, suas representações, aquilo que poderia ser chamado como demonstração de força. Essa forma se apresenta na busca da apropriação de poder cultural, político, mas fundamentalmente econômico (Marta, 1999a, p. 77).

As consequências sociais desse tipo de atuação se refletem nos atores que participam, naquilo que Marta chama de funções menores na escala de poder, dentro e fora do processo produtivo, [...] ou que sucumbiram ao novo processo, [...] muitas vezes pessoas em busca de prestígio e status, vindas de outras regiões, onde lá os deixaram (Marta, 1999a, p. 77).

Na verdade, essa parte da população se torna passiva e cativa das consequências que melindram sua saúde, a educação, o modo de trabalhar e produzir. Obrigam-se a reproduzir valores da nova classe, exigindo, conseqüentemente, novos tótemes, viabilizando as religiões construídas, com todos os seus mistérios (Marta, 1999a, p. 77).

Como estratégia de controle social, criam-se mitos, discursos, verdades sobre o novo “Eldorado”, pois o progresso deveria ocupar, vertebrar, rasgar de estradas aquela área da

Amazônia Mato-Grossense, pois afinal o progresso estaria passando pelo “portal sul da Amazônia”,

[...] e os empregos estariam nascendo nas serrarias que se instalavam e que compravam as toras extraídas por aquela gente que tinha vindo em busca de uma vida melhor. A maior reivindicação naquele momento era o asfaltamento da rodovia, que pode trazer o óleo diesel, necessário à produção de energia. Mas, enquanto isso, as serrarias eram produtoras de madeira serrada para a construção civil e fabricação de móveis e, mais que isso, eram produtoras de um subproduto residual que aumentava os custos e nenhuma receita - a serragem (Marta, 1999^a, p. 79).

Os desafios para as pessoas que viviam em Sinop nesse período eram grandes, pois olhavam para a grandiosidade da mata e imaginavam a riqueza que ela poderia proporcionar, mas faltavam para elas condições de manejá-la, provocando crises e frustrações.

A cidade, como alternativa, apesar do seu espaço grandioso, tinha um aspecto sujo, enlameado, com grandes espaços malcuidados. Já no período seco, a marca era a poeira nas ruas, a fumaça das serrarias e as queimadas do campo e da mata. O que era pior?, perguntavam-se as pessoas perplexas. Ficava tão perto da abundância, “da riqueza do Mato Grosso”, e na ausência das benesses de conforto e “melhor vida para a família” (Marta, 1999^a, p. 79).

Com o tempo, uma nova ordem foi sendo estabelecida.

A permeabilidade do solo e os lençóis freáticos eram limitação suficiente para justificar a cidade suja e enlameada. Por isso, deveriam ser feitos serviços de drenagem que permitissem não só asfaltar as avenidas e ruas, mas também manter intactos os mortos e seus caixões, expulsos de suas covas pela força do lençol freático (Marta, 1999^a, p. 80).

Na década de 80, a cidade ainda era escura à noite, não se via a fumaça, havia apenas a percepção sensitiva estabelecida pelo ar seco, a irritação das vias respiratórias, os olhos lacrimejantes, a cidade lembrava mesmo as descrições feitas por Engels em “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra,” cem anos antes: “... as fábricas ficam fora da cidade, propriamente dita, [...] lançando pelas chaminés espessa fumaça”. Essa descrição de Ashton não diferia na essência da SINOP de outrora e, a rigor, na de hoje, cosmeticamente modernizada. Também não difere de outras cidades inglesas, descritas por Engels, ou de algumas cidades da Amazônia (Marta, 1999^a, p. 80).

Neste contexto, foram sendo construídos no imaginário social dos migrantes a disciplina, a ordem e o trabalho como salvação da pátria.

Desde a década de 70, o que mais impressionava os visitantes de Sinop era o ritmo de trabalho imprimido por aqueles que acreditavam no futuro e, portanto, no progresso. Outra marca impressionante era a fumaça que pairava como um halo opaco e cinzento sobre o espaço em constituição.

Esse amálgama de fumaça e progresso se plasmava no imaginário representado pela formalização científica de um economicismo liberal que a tudo justifica em nome de uma certa ciência (Marta, 1999^a, p. 80).

Marta, em seu texto “o sonho alcançando o progresso real”, chama atenção para a forma de construção da idéia de progresso no Estado de Mato Grosso, dentro de uma conjuntura de Segurança e Desenvolvimento Nacional, que se apresentava como uma necessidade de governo. A partir de 1983, assumiu o governo do Estado o Sr. Júlio Campos, com o slogan “Progresso Para Todos,” tendo como prioridade de seu governo a construção de obras, investimento em infra-estrutura, principalmente asfaltamento e construção de rodovias.

Assim, para aquela população, seria possível concretizar no presente o que se ansiava para o futuro. O asfaltamento da rodovia pretendida, como um marco definitivo do progresso e um certo e alternativo desenvolvimento, se tornava realidade. Mas a cidade pagaria um dízimo importante ao ídolo criado com a implantação do ícone progressista, a estrada: substituiria o padrão de nomes em todas as vias públicas da cidade: árvores nas avenidas e flores nas ruas. Assim, a avenida dos Mognos, principal artéria no centro da cidade, teria seu nome trocado pelo nome do ídolo progressista construído, que atendeu aos “reclamos da população”: a Av. dos Mognos passou a se chamar Av. Júlio Campos (Marta, 1999^a, p. 81).

Lylia Galetti faz uma reflexão sobre o significado real do “Progresso Para Todos”, marca registrada do Sr. Júlio Campos que governou Mato Grosso de 1983 a 1986:

[...] assistimos hoje em Mato Grosso a uma febre generalizada em direção ao progresso. [...] É preciso ir além da euforia dos números e descobrir, por trás de cifras tão alvissareiras, os custos e benefícios sociais das taxas de crescimento econômico. Como os números se expressam em termos das condições de vida, saúde, educação, trabalho etc. da população - especialmente a trabalhadora? (Galetti, 1992, p. 9).

Os custos das políticas de desenvolvimento desempenhadas pelo ex-governador Júlio Campos são questionados pela professora Lylia Galetti, quando se refere ao processo de colonização pública e privada nas áreas da região norte do Estado, diante dos resultados obtidos com o processo de colonização.

Ora, basta ler os jornais e conhecer minimamente a literatura sobre a questão agrária no Brasil, para constatar que o processo de colonização sustenta-se fundamentalmente na exploração selvagem dos trabalhadores rurais e na expropriação pela força ou pelo engodo das terras dos camponeses e dos índios. A mais crua expressão dessa realidade são os violentos conflitos de terra entre posseiros e índios e os grandes proprietários (Galetti, 1992, p. 9).

Conforme Marta, até meados da década de 80 a cidade de Sinop ainda mantinha seu aspecto triste, pobre e fumarento. Isto refletia na higiene doméstica, onde consideravam o ambiente sempre cheio de pó, “a casa vivia suja”. Aos poucos o ideário burguês estava se construindo, a partir do momento em que a classe empresarial se modernizava em termos industriais e definiam-se novos espaços políticos entre as lideranças, anteriormente preocupadas com questões econômicas (Marta, 1999^a, p. 81). No final da década de 80, as ruas e avenidas foram asfaltadas na maior parte da área central, provocando nos moradores estímulos para construções e investimentos imobiliários.

4.9 - Saúde e meio ambiente numa cidade de fronteira

Nos últimos trinta anos o Estado de Mato Grosso se apresentou como espaço de progresso e de desenvolvimento, visando atrair investidores, especialmente para a região norte do Estado onde os recursos naturais são o principal fator de produção. Marta diz que, através de slogans publicitários,

[...] os diversos governantes se apresentaram, ao longo dos anos, como transformadores da realidade social e como resultado, ao fim desse período, constitui-se um quadro que remete, ainda uma vez, para o mito de um crescimento econômico que pretende ser chamado de desenvolvimento, e agora qualificado como sustentável, mas que estampa uma realidade de subemprego, níveis de renda baixíssimos, péssima perspectiva de vida e saúde para a população (Fonseca, 1995, p. 121).

O que se percebe nessas políticas governamentais dos empresários e mesmo dos “trabalhadores é uma improvisação e portanto se constitui no alicerce da sociedade com um certo empirismo voluntário e aventureiro, que acaba se refletindo no produto social” (Fonseca, 1995, p. 121).

Para os donos do poder, o planejamento com metas claras, planos articulados a programas e projetos da sociedade não são prioridades. A reflexão das reais necessidades da população, baseada em estudos, que podem se constituir em políticas que tenham claras prioridades definidas, não tem sido na região peça importante de ação dos governos, e quando são, tem a ingerência do populismo facilitado, reducionista e eleitoreiro, como sua marca (Fonseca, 1995, p. 121).

Marta faz uma discussão sobre as práticas comerciais de grande parte do empresariado local, “onde buscam o lucro fácil e a curto prazo, a oportunidade sem trabalho e sempre que possível a sonegação e a corrupção têm sido a opção. Já para a população resta trabalhar, tentando uma melhor qualidade de vida para si e seus familiares” (Fonseca, 1995, p. 121) que acreditaram no *Leviatã Dourado*, baseados na crença do progresso como solução para os problemas regionais, permitindo ao cidadão construir uma vida digna e confortável.

Sinop é um exemplo de colonização numa área de fronteira de ocupação recente na Amazônia, estabelecida sob o manto do autoritarismo militar e da expansão do capitalismo hegemônico do Centro-Sul do país. Seguindo as reflexões de José M. Marta, economista que estudou essa problemática na cidade de Sinop, não queremos aqui fazer a história econômica regional, apenas levantar alguns pontos fundamentais que venham sustentar a nossa reflexão sobre a formação histórica desse município. Para ele, algumas características socioeconômicas podem ser percebidas no cenário econômico local como a informalidade, a verbalização de dados e informações e o desapego de valores da sociedade capitalista. Ou seja, pouca importância é dada a anotações formais, memórias de cálculos, contabilidade ou contratos registrados, por parecer pura perda de tempo, segundo os moradores dessas regiões (Marta, 1999b, p. 123).

Para a sociedade capitalista, os registros são instrumentos importantes que, por natureza, têm no estabelecimento de contratos a base de suas relações, necessitando de garantias escritas e palavras claras. Marta afirma ainda que:

[...] a sociedade capitalista só se ocupará da “fronteira” após algum tempo, quando o espaço já estiver organizado para a produção. Porém durante o processo de ocupação da região, em organização, será a maior parte do Produto Social apropriado finalisticamente pelo capital, que permanecerá hegemonicamente instalado em regiões anteriormente organizadas (Marta, 1999b, p. 123).

Segundo Marta, talvez a informalidade mais marcante esteja no trabalho dos pioneiros que se aventuraram na Amazônia Meridional⁸⁸, nos garimpos de Alta Floresta e na extração da madeira em Sinop, atividades precursoras, após naturalmente aqueles que tinham na terra o seu uso. Esses trabalhadores que vêm para a fronteira, chamados também de amansadores de terra (numa economia pré-capitalista), aventureiros, têm uma fé inabalável de que existirão dias melhores e, dessa forma, estão construindo o futuro. Como afirma Sérgio B. de Holanda, estão abrindo espaço para os que virão logo atrás, para a ocupação definitiva, formal, capitalista. As

⁸⁸ Segundo Marta, “a região que chamamos Amazônia Meridional pode ser caracterizada por um território no norte de Mato Grosso estabelecida principalmente na Bacia do Teles Pires, mas também no conhecimento do Arinos e do Juruena, em tudo semelhantes no essencial das relações de produção” (1999b, p. 127).

relações de trabalho estabelecidas nesta região são formas apenas permitidas na fronteira. Exemplo disso é o que ocorre no setor madeireiro:

A atividade extrativa vegetal tem como principal produto a matéria prima para a indústria da madeira, que por sua vez é o insumo básico para outros gêneros de indústrias como a do mobiliário e da construção civil. Como na atividade extrativa mineral garimpeira, muito raramente é feito um inventário florestal, manejo, ou extração racional das espécies, que considere a produção nas suas diversas etapas. Não se estabelecem custos, apropriação de despesas, ou margens de comercialização e lucro. Não se tem clareza da participação de fatores de produção e relações de trabalho no conjunto da produção ou registros. As consequências nos aspectos sanitários e previdenciários são inevitáveis - desamparo em doenças, acidentes de trabalho e aposentadoria. Evidentemente o volume de produção, número de mortes ou doentes dessa atividade permaneceram incógnitos durante muito tempo (MARTA, 1999b, p. 124)⁸⁹.

O norte mato-grossense experimentou, a partir da década de setenta, um grande fluxo migratório que para lá se dirigiu, como consequência de políticas governamentais de ocupação, razões econômicas ou estratégicas e da má qualidade de vida em suas regiões de origem. “Esta migração desordenada produziu, e vem produzindo, sérios impactos nos ecossistemas da região, com graves consequências para a saúde de seus habitantes” (Souza Jr, 1999, p. 157). Em decorrência do modelo adotado para a ocupação do Estado de Mato Grosso,

[...] a colonização predominantemente sulista redefiniu a paisagem com a implantação de um modelo agrícola bem sucedido economicamente e estabeleceu uma nova relação saúde e doença, colocando os primeiros colonos em contato com doenças transmissíveis típicas dos trópicos, que ao longo das últimas décadas vêm mantendo níveis estáveis de ocorrência (Guarim Neto, 1999, p. 62).

O desmatamento é muito visível em Sinop e região. Sem dúvida, é um dos problemas ambientais mais destacados, juntamente com a poluição do ar. Há extensas áreas desmatadas para diferentes fins, inicialmente para a extração de madeiras, atualmente para a agricultura e pecuária ” (Souza Jr, 1999, p. 137). No período de maior produção industrial, que combina com a “época da seca” em Sinop, a poluição do ar é significativa, principalmente no cotidiano da área urbana, produzida pela queimada dos restos de madeiras ao ar livre, nas áreas abertas das madeireiras, e da fumaça que emana dos fornos, pois as madeireiras estão implantadas no perímetro urbano da cidade. No ano de 1999, foi presenciada no município de Sinop, como nas demais região do norte do Estado, uma densa fumaça que encobria toda a cidade, praticamente o dia todo, provocando sérios problemas de saúde, como irritações das mucosas nasais e problemas respiratórios:

[...] essas doenças, causadas pela queima indiscriminada de resíduos, sem que haja responsabilização dos infratores, em decorrência de falta de alternativas para problemas ambientais, têm custos sociais importantes no contexto das políticas públicas (Fonseca, 1995, 133).

Esta situação social fica mais grave para a grande maioria da população sinopense que precisa de atendimento médico-hospitalar, principalmente porque o serviço público não atende à noite, e os hospitais existentes na cidade são todos privados, sendo necessário o deslocamento até o hospital regional de Sorriso a 80 km de distância; os pacientes com

⁸⁹ O autor usa três conceitos básicos para que seja entendida a sua reflexão: 1) “Os da Terra” - os primeiros a ocuparem a terra, que a receberam de seus pais, necessária para a sua sobrevivência; 2) “Os Ocupantes da Terra” - aventureiros, garimpeiros, madeireiros, que dão o valor à terra, pois sabem o seu valor capitalista; 3) “Amansadores da terra” - em geral são induzidos e permitirão o estabelecimento com um chamado desenvolvimento sustentável. (p. 126)

problemas mais graves são transportados para Cuiabá, em ônibus ou vans fornecidos pela prefeitura municipal. “Dessa forma, quando ocorre uma crise de asma durante a noite, as despesas para o tratamento ficam em torno da metade da renda de um trabalhador da indústria madeireira, que “é parcelado pela empresa diversas vezes” (Marta, 1999b, p. 86).

Para o poder público é mais “fácil” transportar do que curar. A problemática da saúde em Sinop é uma questão política, cercada de promessas em época de campanha eleitoral, com poucas ações efetivamente realizadas, pois o poder público está atrelado à classe médica.

Denise de Oliveira Alves, ao discutir a problemática social na América Latina, relaciona meio ambiente, cidadania e educação ambiental, onde a situação de pobreza da maioria da população distorce a concepção de cidadania, onde ações predatórias ao meio ambiente são camufladas com a desculpa de serem necessárias para a garantia de sobrevivência de alguns.

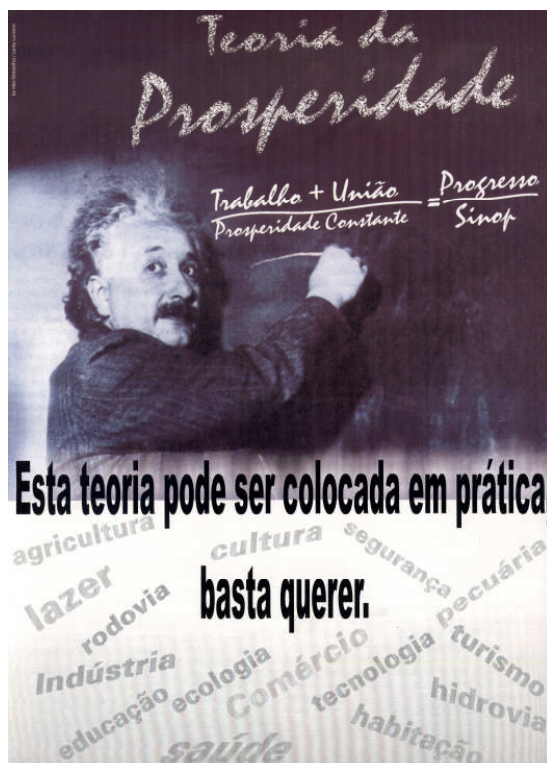
Como herança histórica da forma de colonização e da sucessão de regimes ditatoriais, o cidadão brasileiro estabelece limites rígidos entre o privado e o público, assumindo a existência de uma dicotomia entre as pessoas comuns e os detentores do poder. Não se sente responsável como agente social, minimizando sua responsabilidade no que tange à intervenção do que considera público. A exemplo disso o lixo é retirado de dentro das habitações e lançado nas ruas, cuja limpeza é “obrigação do governo”. Essa postura gera uma crença ingênua de que existem soluções ideais, sem riscos, que uma vez adotadas pelo poder público, resolverão os problemas da sociedade (Alves, D., 1998, p. 122).

Conforme Werle,

[...] as transformações na infra-estrutura do Centro-Oeste, efetuadas por organismos de Estado a partir da década de 1970, tais como: abertura de novas rodovias, a implantação de grandes projetos agropecuários, exploração mineral e madeireira, e ainda mais recentemente o turismo desordenado sem controle e sem preocupação ambiental abrem o debate para as grandes questões hoje postas. Um sério comprometimento ambiental ligado à degradação dos aspectos físicos, culturais e sociais (Werle, 1995, p. 147-48).

Nestes tempos de globalização, há que se lamentar o processo de perda da identidade e dos valores culturais e ambientais em nome do progresso. Progresso de quem? Para quem? Entendemos que a situação é tal que podemos aproveitar as palavras de Oliveira: “De um lado, um mundo capitalista industrializado cada vez mais fortemente integrado, alcançando níveis de bem-estar elevados; de outro, a maior parte da população mundial ainda não tendo resolvido seu problema biológico básico: a fome” (Werle, 1995, p. 148).

Em relação à questão ambiental no Estado de Mato Grosso, é necessário que se criem políticas públicas que venham ao encontro de um desenvolvimento sustentável, onde a maioria da população possa planejar o desenvolvimento para essa e as próximas gerações.



Representação social de Sinop em tempo de progresso.

Fonte: Revista - Sinop: O Futuro é Agora, p. 18.

4.10 - As falas e escritos das pessoas revelando a construção do mito do progresso

Nesta análise, procuramos discutir como se deu a construção do discurso do progresso, na fronteira norte mato-grossense, em meio às contradições que ele produziu, analisando os seus aspectos essenciais: se houve concretamente ou não progresso e como ele se apresenta.

É muito importante o estudo da realidade norte mato-grossense para se entender as particularidades regionais, a construção do mito de vencer pelo trabalho, típico das regiões de colonização recente, baseada na utopia liberal burguesa, civilizada e progressista, cultivando princípios positivistas de liberdade profissional e aí difundindo-se a idéia de progresso, de domínio do homem sobre a natureza.

Com o processo de colonização, os agentes sociais da ocupação afirmam que o “progresso começaria a chegar em Sinop, e Sinop começou a pagar pelo progresso”. As terras antes quase inexploradas passaram a ser devastadas para o povoamento e ocupação da frente pioneira, para a exploração capitalista, lavouras de café, pimenta, mandioca e guaraná, atividade madeireira e especulação imobiliária. O pensamento constituidor da sociedade sinopense está fundamentado no uso e exploração da propriedade privada. “A propriedade privada e o controle das instalações de produção, distribuição e vida são considerados essenciais à preservação da liberdade individual e do progresso” (Silva, J. 1996, p. 194-5). O progresso econômico e social de Sinop avançou através dos empreendimentos dirigidos por um grande

número de decisões e projetos individuais e públicos, utilizando-se nisso a habilidade, a inteligência, a experiência e o conhecimento de todo o povo sinopense.

Pretende-se fazer uma reflexão acerca do modelo de desenvolvimento político-econômico, onde os investimentos públicos e privados privilegiam o econômico em detrimento do ambiental e do social, com custos muito altos para os bens ambientais (urbano e rural).

A política de incentivos fiscais na década de 80 privilegiou a pecuária, provocando a substituição de florestas por pastagens. Na década de 70 a ocupação de vazios demográficos induziu a construção de rodovias e projetos de colonização que não vigoraram. O vazio a ocupar gerou, nos tempos atuais, o vazio a preservar.

[...] Como conciliar interesses da economia capitalista com equilíbrio ecológico? Com equidade social? Com saúde para todos? (Silva, A., 1999, p. 172-3.)

Sendo a indústria madeireira predominante em Sinop e utilizando-se do manancial madeireiro regional, as consequências do uso inadequado com técnicas impróprias têm resultado em problemas ambientais e de saúde pública.

Os excedentes e restos das madeireiras são tratados em fornos para combustão, tornando-se um problema ambiental característico da região que, no período da seca, apresenta problemas sérios de poluição do ar, com formação de nevoeiros que dificultam a visibilidade e contribuem para os problemas de saúde, como respiratório e circulatório (Guarim Neto, 1999, p. 5).

Um dos problemas sérios que se verificam também em Sinop na estação da seca é a elevada temperatura e a baixa umidade do ar, sendo características climáticas nesta época do ano, com baixa visibilidade, notadamente pela parte da manhã,

[...] resultante da concentração de fumaça vinda principalmente de queimadas para práticas agrícolas e favorecidas pelas condições de estabilidade do tempo. As consequências desta fumaça aliada às condições do tempo sobre a população local são muitas: aumento na incidência de doenças respiratórias, irritação dos olhos, dificuldade para respirar, desconforto térmico e outros transtornos relacionados à visibilidade (Rosa, G., 1999, p. 34).

Ao problematizar as contradições reais que se explicitam pelos ideais de progresso na construção social da cidade, entre pessoas e a natureza, uma grande quantidade de imagens é elaborada pelos partidários dessa idéia, sempre apresentando posições simples com relação aos obstáculos a serem vencidos, tendo em vista um futuro que se anuncia com abundantes melhorias econômicas e sociais.

Neste contexto, desenvolvemos uma reflexão sobre a mensagem ideológica da colonização, através das propagandas e falas feitas por empresários e políticos locais sobre o ideal de progresso e desenvolvimento para a cidade de Sinop, tendo por objetivo entender a maneira como a cidade e a região são percebidas, divulgadas e “vendidas”; como estes agentes sociais ajudam a construir uma identidade local e regional que, segundo Pierre Bourdieu, sufoca e oculta a realidade, “com a violência invisível, calada, e a dimensão da dominação inserida tanto nas práticas culturais quanto na economia dos bens simbólicos” (Bourdieu, 2000, p. 7).

As cidades do nortão, principalmente Sinop e Alta Floresta, impõem-se no contexto norte mato-grossense, sob o signo do progresso, como “modelos” de desenvolvimento bem-sucedidos, pilotados pela iniciativa privada. O que devemos procurar entender é sob que

condições históricas esta representação foi construída? Em que condições estas “cidades novas” de Mato Grosso vão surgir, crescer ou desaparecer? Construiu-se um discurso ufanista sobre o “Nortão”, o mito da terra prometida, do progresso, do futuro, da prosperidade, do sonho, da terra das realizações. Porque as pessoas acreditaram nos discursos, nos mitos, nas verdades construídas nestas cidades de fronteira. O progresso passa a ser uma fonte inspiradora para estas pessoas: “vamos trabalhar ordeiramente, respeitando o Pai, o Padre, o político e o Herói Colonizador”⁹⁰.

Nossa concepção moderna de progresso é muito visual (algo grandioso) e auditiva: realizações materiais, desenvolvimento, tecnologia, obras, asfalto, construções, carros, movimentação. Todas as construções materiais se justificam pelo rápido crescimento da população das cidades, isto é, um acelerado movimento de ocupação em direção a esse progresso técnico-material.

A cidade é um núcleo moderno, é o símbolo da modernidade⁹¹. Ali está o progresso, nós o identificamos desta forma como local de desenvolvimento. Por isso nos passa uma imagem de modelo bem-sucedido de desenvolvimento e progresso social.

Procuraremos analisar as justificativas e os argumentos utilizados que se articulam, por um lado, com a ideologia de progresso e os ideais de civilização e, por outro, com as imagens elaboradas sobre a região por seus dirigentes políticos e empresariais, reforçando sempre que na região norte de Mato Grosso ocorre um desenvolvimento ordenado e acelera-do.

O desenvolvimento acelerado do norte de Mato Grosso é o resultado da força de vontade, fé e esperança de cada um que para cá veio em busca de dias melhores para si e sua família. É uma revolução diária, que na maioria das vezes fica esquecida, sem história, sem memória, sem valorização (Revista Nortão, n. 1, ano 1, fev./1997, p. 5)..

Nesta fala do editor da revista fica explícita a necessidade de reconhecimento da sociedade brasileira pelo que se fez ou está se fazendo em termos de fronteira agrícola norte mato-grossense.

Vários discursos destacando a idéia de progresso foram proferidos por algumas Instituições e pelo Poder Público Municipal de Sinop em comemoração aos 20 anos de Emancipação Político-Administrativa, em 14 de setembro de 1999. No convite distribuído pela Prefeitura Municipal de Sinop para as “comemorações” do aniversário da cidade, lê-se:

SINOP: PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

SINOP 20 ANOS - A FORÇA DE UMA GERAÇÃO

De cidade unicamente industrial para um grande pólo comercial, educacional e agrícola. Assim se pode resumir o progresso que faz de Sinop uma das mais importantes cidades do Estado.

⁹⁰ A propósito deste tema, consultar a obra: *Psicologia de massas do fascismo*. Wilhem Reich. Martins Fontes. Principalmente o Cap. II: “A ideologia autoritária da família na psicologia de massas do fascismo”.

⁹¹ Para uma discussão mais exaustiva sobre os conceitos de “Progresso e Modernidade”, consultar a obra de Cristovam Buarque: *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Paz e Terra. 4ª. ed., 1993.

Situada a 500km ao norte de Cuiabá, Região sul da Bacia Amazônica, com aproximadamente 90.000 habitantes, a cidade ASPIRA e TRANSPIRA PROGRESSO desde sua fundação em 14 de setembro de 1974. Tem sua economia solidificada por suas 711 indústrias, sendo 460 madeireiras, 03 frigoríficos, 27 fábricas de móveis, entre outras; 1.643 comércios e a agricultura com agroindústria emergente, que caminha a passos largos.

CONHEÇA NOSSA TERRA, NOSSA GENTE. SINOP TE ESPERA

Fonte: Prefeitura Municipal de Sinop. Convite de aniversário do Município, 1999.

Desde a fundação de Sinop em 1974, as Escolas Públicas em desfiles comemorativos se fazem presentes. É interessante observarmos as mensagens de duas destas escolas pela passagem do “aniversário de Sinop”:

PAZ. Como que num campo de batalha onde ao ser alvejado o comandante, toda sua tropa se desorienta. Parece-nos que o mesmo acontece com a “Paz”, responsável pela equidade, pelo equilíbrio e pela vida no mundo. Contudo, temos a certeza de que “Ela” não foi mortalmente atingida e que dia após dia se restabelecerá e passará a conviver conosco como membro atuante em nossa sociedade (Escola Municipal Vereador Rodolfo Valter Kunze. Id.).

Temos como objetivo proporcionar aos Educandos condições favoráveis para que desenvolvam suas reais potencialidades, desenvolvendo o senso crítico, dentro de um contexto econômico, social, político e religioso com cidadania, possibilitando a sua integração na sociedade (Escola Estadual Nossa Sra. de Lourdes. Id.).

Os Centros de Tradições Gaúchas em Sinop são um centro de difusão do tradicionalismo gaúcho no espaço da fronteira pioneira, os quais, através da “patronagem”, manifestaram a sua homenagem pela data festiva:

Sinop e o Gaúcho! Aonde quer que vá, desbravando novos rincões e trazendo o progresso à terra ainda virgem, o Gaúcho leva consigo os usos e costumes de sua querência nativa.

O CTG “Estância da Amizade”, fundado em 1991, é uma entidade do tradicionalismo gaúcho que tem como objetivo cultivar a história que criou as fronteiras do Sul do Brasil.

O Gauchismo é uma miscigenação de raças, religiões, usos e costumes e que hoje não é só Riograndense, mas, sim, tornou-se um estado de espírito de Brasileiros, Argentinos e Uruguaios, inclusive foi um dos fatores decisivos para a formação do MERCOSUL, o que muitos ainda ignoram.

O CTG “Estância da Amizade” vem **com muito orgulho, de BOTA e BOMBACHA**, cumprimentar SINOP e SUA GENTE! (CTG - Centro de Tradições Gaúchas de Sinop. Id.).



Foto 7 - Práticas culturais marcantes da sociedade sinopense.

CTG: “Estância da Amizade”. Ano:1996.

Fonte: Acervo particular do autor.

A cidade de Sinop é percebida, inicialmente, como um lugar de fartura e de liberdade, uma “terra prometida”, na expressão de João Mariano de Oliveira, onde um “herói civilizador” tem o nome guardado, freqüentemente, na memória do povo sinopense, como sinônimo de conquista de uma área, na qual instala com sua equipe de colonização uma gleba, explorando-a comercialmente, loteando os espaços para camponeses sulistas que vinham em busca de melhores condições de vida e trabalho para as suas famílias. Algumas falas exemplificam essa concepção.

SINOP! Demos, todos nós, o título de “Bandeirantes do Século XX” ao Comendador Enio Pipino, pelo conjunto de sua obra.

Merece o título e muito mais! Graças aos inúmeros benefícios na infra-estrutura de nossa cidade, foi possível que a indústria madeireira e os demais setores da economia oferecessem ao numeroso grupo de pioneiros todas as oportunidades de prosperar, tarefa que logrou êxito e que resultou em nossa querida cidade! Estamos todos de parabéns, desejando que Sinop continue progredindo com esse espírito de trabalho árduo dos sinopenses⁹².

Chamam muito a atenção as notícias em matérias de jornais e revistas locais que, no mesmo estilo daquelas propagandas dirigidas pela empresa Colonizadora Sinop, fortalecem a idéia de que a nova cidade oferece a melhor oportunidade para o investimento futuro.

Como é bom conviver com o progresso. Com o passar do tempo, tornam-se visíveis as transformações políticas, sociais e econômicas. Afinal são poucos lugares que convivem com essa realidade.

Sinop, é isto, o sonho real, onde as oportunidades tornam-se possíveis para aqueles que a procuram. Acreditando neste parâmetro, aqui chegamos e investimos e, afinal, somos cidadãos (Revista Estilo, 1994, p. 26).

⁹² Segundo Ofício Extrajudicial. Mensagem divulgada pela passagem do aniversário de Sinop. 1999.

Mais à frente, encontra-se uma entrevista com o ex-prefeito Antônio Contini enaltecendo as idéias “progressistas” relativas ao município de Sinop.

O FUTURO É GARANTIDO - O Prefeito Antônio Contini lembra que Sinop é uma das poucas cidades com garantia absoluta de crescimento. Administrador e político resolutivo, Contini avança com os mais ambiciosos projetos, no sentido de colocar Sinop entre as maiores potências da Região Amazônica.

Para ele, o que ressalta acima de tudo, nesse contexto, é o fato de Sinop ter sido bem planejada para a colonização, esse planejamento ter sido obedecido estritamente, isso faz com que, hoje, possamos ter Sinop como modelo para Mato Grosso e o Brasil. Quando se planejou colonizar a Gleba Celeste, todos os aspectos foram levados em conta, e as correções necessárias foram sendo prontamente feitas. É modelo de Reforma Agrária e de cidade organizada.

SINOP CORRE PARA O FUTURO: Com solo plano, clima tropical e absorvendo 60% de migrantes da Região Sul do País, o município avança com garantias estruturais. “Cidade que mais cresce no Estado” - é o que dizem as pessoas que conhecem Sinop. Uma das principais filosofias de trabalho está baseada na união dos munícipes em apoiar os projetos do Executivo municipal (Revista Estilo, 1994, p. 26).

Os agentes da colonização buscam apoio para essa crença no exemplo de outras cidades, tanto paranaenses quanto brasileiras. Através desses exemplos, pretendem demonstrar a veracidade de suas afirmações e proclamar a necessidade de Sinop se colocar à frente do processo de expansão progressista no norte de Mato Grosso, para ocupar o lugar que “naturalmente” lhe é conferido.

SINOP: 25 ANOS (1974-1999) 20 ANOS DE EMANCIPAÇÃO

Resultado fantástico, síntese de um trabalho planejado, árduo, feito com carinho. Esforço e dedicação dos colonizadores, dos pioneiros, dos administradores públicos, de seu povo e de gente que chega a cada dia para somar, fazer parcerias, progredir, vencer. SINOP, cidade detentora de uma memória histórica maravilhosa, como visitas de Presidentes, Ministros, Governadores, secretários de Estado e Empresários de todo país, ao longo deste um quarto de século⁹³.

Voltada aos interesses da Empresa Colonizadora, a Revista “Fatos & Imagens” informa em tom heróico o “sucesso da colonização” desenvolvida pelo Grupo Sinop:

SINOP: A Força do Progresso de “OLHO” no Futuro. Principal centro comercial, industrial e de serviços no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, quarto município em expressão econômica no estado de Mato Grosso e maior pólo madeireiro do país, Sinop tem crescido cerca de quinze por cento ao ano.

O início dos anos 70 marcou o desbravamento da Amazônia, entre erros e acertos, aventuras e desventuras para os seus protagonistas, alguns vitoriosos, quase sempre aqueles que lideram projetos de colonização da iniciativa privada. Enquanto os projetos oficiais, mais onerosos, paternalistas, na maioria dos casos, acabaram fracassando, o rigor no planejamento e na execução, exigidos pela iniciativa privada, resultaram em sucesso. Entre eles, o exemplo concreto de Sinop. Após 23 anos da fundação de Sinop e 18 anos de emancipação político-administrativa, a cidade explode em crescimento. Vencidos inúmeros obstáculos, Sinop se apresenta como a terra das oportunidades. A cada dia surgem novas opções no mercado de trabalho (Revista Fatos & Imagens dos Municípios. nº 1, s/d, p. 5).

⁹³ Fala do Sr. Alfredo C. de Oliveira Neto, Diretor Executivo da Colonizadora Sinop S.A.

Esse tipo de comparação é reforçada a partir da elaboração de imagens belas da cidade e da região norte mato-grossense. Terra onde abundam os recursos naturais e com um enorme potencial. Era fundamental povoar e explorar essa área, trazendo riquezas para todos aqueles que viessem investir na região. Porém, em nome do progresso⁹⁴, o meio ambiente paga um preço muito caro, e as relações comerciais e institucionais são realizadas de uma forma improvisada e ilegal. E dessa forma:

Compõem os adereços deste cenário, portanto, a impunidade, o desmatamento, a clandestinidade, a pilhagem, o corte, o transporte ilegal de madeiras, o desperdício, a lavagem de dinheiro, a corrupção dos fiscais que compartilham destas políticas de cunho “global” para transformar a Amazônia no maior exportador de madeiras nobres do mundo, bem como no maior celeiro produtor de grãos e num pasto infinito para criação de gado. Esses são alguns fragmentos do verso e do reverso da moeda chamada Amazônia (Pasuch, 2000, p. 43).

Da mesma forma, a situação do trabalhador sinopense também é desafiante, pois para chegar ao seu trabalho tem que enfrentar várias dificuldades que vão desde o transporte, através de bicicletas ou de ônibus coletivo urbano da única empresa que possui concessão para atuar na cidade, a “Transinop”, fundada em 1986, cujo slogan é: “Transportando o Progresso e colaborando com o desenvolvimento de Sinop” - onde se paga a mais alta tarifa urbana do Estado -, até o problema da poeira, barro ou fumaça.

Os pés que trilham ora no barro e na lama, ora na poeira, os olhos que enxergam com as fumaças do mês de agosto, aquelas que deixam o sol transparecer como se fosse apenas uma enorme bola vermelha, tudo isso compõe o enredo dos relatos dos chegantes, das dificuldades encontradas desde o princípio da cidade fabricada, que tem hoje vinte anos, mas onde a luz elétrica, por exemplo, só se fez realidade há cerca de seis anos (Pasuch, 2000, p. 49).

Como forma de precisar o cenário em torno de Sinop, é importante descrever como as pessoas constroem suas vidas nesse lugar. Quando finda o período de chuvas - maio a outubro -, uma grande circulação de pessoas, máquinas, caminhões e carretas, dia e noite, percorrem a região. Segundo os “donos do poder”, é o barulho do progresso.

Desde a viagem de qualquer lugar da região para este município, parece estranho acompanhar como, de buraco em buraco, cria-se o balé das carretas, cheias de toras, embalado pelo ar contaminado pelas fumaças que, desde Sorriso (cidade vizinha) pode-se encontrar. Quilômetros e quilômetros de queimadas, de um lado e de outro das estradas, preparam a terra para o plantio do capim e para receber as patas do gado, no lugar do plantio de árvores. Isso faz a marca do progresso, devastar para gerar as grandes fazendas de gado, as plantações de soja e de algodão. A viagem dos viajantes prossegue; mais próximo da Cidade Fabricada, mais fumaça, agora misturada à poeira que é resultado do acúmulo do pó de serra e da seca (Pasuch, 2000, p. 51).

⁹⁴ O conceito de progresso é a noção burguesa: produção, empregos, salários, lucros e investimentos. Administração eficiente, séria, para um povo ordeiro, pacífico e trabalhador.

Foto 8 - Caminhão de madeira em desfile cívico.
Fonte: Acervo particular do autor.



É necessário assinalar um acontecimento altamente significativo para o município de Sinop: a instalação provisória do Instituto Universitário do Norte Mato-Grossense, em 12 de setembro de 1992. No discurso inaugural, o colonizador Enio Pipino assim se pronuncia:

É com muita alegria e emocionado que vejo o campus da Universidade Federal, instalado aqui em Sinop, coroado de êxito. Pensamento este que tivemos em 1982. Naquela época era um atrevimento, pensando na extensão da Universidade Federal para esta terra em desbravamento. Nós precisávamos de uma instituição forte para o desbravamento do Estado de Mato Grosso, algo grande e magnífico, que viesse nos orientar a abertura do sertão, que viesse nos criar confiança maior naqueles que vieram, derramaram aqui o seu suor e o seu sangue, pela criação de suas famílias no norte do Estado⁹⁵.

No discurso inaugural de abertura da “semana do município” em 1999, o Prefeito Municipal de Sinop, Adenir Alves Barbosa, clama pelo “sentimento de patriotismo” e pela importância da ocupação da Amazônia Mato-Grossense, atendendo ao “convite” dos governos militares de “Integrar para não Entregar”. Em 1996, o Prefeito de Sinop Antônio Contini divulgou um informativo municipal intitulado “Sinop - A Capital do Nortão”, seguido de uma lista de realizações de seu governo. Este documento singular é uma excelente lista das idéias “progressistas,” um hino ao progresso industrial e material.

⁹⁵ Depoimento do Colonizador Enio Pipino. Revista do IUNMAT - Instituto Universitário Norte Mato-Grossense, p. 9.

SINOP: A MARCA DO TRABALHO. Sinop tem o maior parque industrial madeireiro do Brasil. São mais de 500 madeireiras que, além de madeira simplesmente serrada e beneficiada, produzem portas e outros derivados da madeira.... [...] no ramo de compensados, por exemplo, Sinop está se tornando o maior centro produtor do país. O setor produz em torno de 6.500m³ cúbicos/dia, gerando 15.000 empregos diretos, com média salarial superior ao piso oficial. Os empresários proporcionam aos funcionários casa, água e luz gratuitamente, áreas de recreação e assistência médico-odontológica. As casas dos funcionários somam mais de 4.000 unidades (Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. 1993p. 4).

O que chama a atenção neste comunicado oficial é a forma como o poder público e os empresários camuflam a real situação social de seus funcionários. Na visão empresarial dos “empreendedores modernos da fronteira” capitalista, para produzir, o trabalhador precisa apenas de três “pês”. “Assim como os escravos durante o Império brasileiro, ou seja, pão, pano e pau. Pão, apenas para mantê-lo de pé. Pano, para cobri-lo apenas o suficiente, e pau, para trabalhar mais. O pau hoje podemos interpretar como sendo as relações sociais de vigilância, coerção, submissão e despotismo pelas quais passa o trabalhador” (Picoli, 1998, p. 23).

Esta situação do trabalhador no setor madeireiro possui uma conotação política e social extremamente comprometedora. Politicamente, mantém o trabalhador atrelado aos interesses do patrão, pois depende das colônias das madeireiras para morar, controlada principalmente em época de eleição através do voto de cabresto, elegendo os candidatos “indicados”. Socialmente, empregam-se menores que muitas vezes acabam sofrendo acidentes na grande maioria causados pela queima de resíduos de madeira.

Porém, para o SITICOM, os menores de 14 anos que trabalham nas indústrias madeireiras, não passam de 1% do total de trabalhadores, eles são acobertados pelos patrões e pelos próprios pais, sendo difícil o sindicato localizá-los, pois estão bem camuflados.

Que o patrão camufle os menores, não é de se espantar, pois a ganância pelo lucro e ainda por um custo menor, isto é próprio do seu feitio. Que os pais também acobertem seus filhos menores que trabalham, não podemos achar absurdo, pois é aí também que se evidencia a total alienação e subserviência dos mesmos em relação ao patrão e à empresa onde trabalham ⁹⁶.

Chama a atenção o fato de que o jogo partidário e eleitoral, ao invés de servir de apoio à sociedade, acaba se transformando no canal preferencial por meio de seus grupos econômicos (e políticos), convertendo em riqueza própria aquilo que era de direito da população. Em matéria intitulada “Trabalho que Marca”, lemos o seguinte:

Sinop está de parabéns. O povo soube eleger seus governantes, mostrando que governos sérios e competentes são o caminho para a moralização do serviço público. Ex-secretário de obras, eleito por 69% dos votos, o prefeito montou uma equipe de pessoas voltadas ao interesse da coletividade. Assim, fornecedores recebem em dia, o pagamento dos servidores é feito impreterivelmente até o último dia útil de cada mês, e o município experimenta novo ciclo de progresso e desenvolvimento em todas as áreas.

⁹⁶ Depoimento do Colonizador Enio Pipino. Revista do IUNMAT - Instituto Universitário Norte Mato-Grossense, p. 26.

A taxa de investimento da Prefeitura chegou a 30,40% do orçamento, uma das mais altas do país. O resultado foi um ano de um verdadeiro canteiro de obras tanto públicas quanto privadas, fazendo jus ao slogan do município: Sinop, a marca do trabalho (Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop, 1994, p. 13).

Os colonizadores modernos percebem lucros sobre as terras que pagaram, dividiram e demarcaram para fins especulativos. Justificam suas estratégias empresárias como sendo uma contribuição à economia brasileira, como uma grande “missão patriótica”. Em matéria informativa, a empresa justifica a sua presença na região Norte de Mato Grosso:

Em 1948, Enio Pipino fundou a “Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda.”, hoje “Sinop Terras Ltda.”, a mais antiga empresa de Colonização, ainda em funcionamento no País. Em 1970, fundou a “Colonizadora Sinop S/A.”, pois entendeu necessário identificar sua experiência de colonização ao fenômeno da presença brasileira nas imensidões da Amazônia e encontrou, surpreendentemente, enorme resposta positiva de nossos patrícios, numa saga de pioneirismo que se está fazendo de Mato Grosso Norte (sic), sempre com a preocupação de criar condições para o homem fixar-se, trabalhar a terra, construir cidades e marcar, pela prosperidade, uma contribuição à economia brasileira. [...] no desafiante sentido de buscar soluções para auxiliar o espírito de conquista e de pioneirismo, inatona (sic) condição humana, tinha, diante de si, dois fatos concretos: sua experiência e o desejo nacional da ocupação amazônica (Informativo da Colonizadora Sinop S.A. s/d, p. 1).

O ex-gerente geral da Colonizadora Sinop S.A., Sr. Ulrich Grabert, relata-nos os objetivos pelos quais uma Empresa do Sul do País transfere seus trabalhos colonizatórios para o norte de Mato Grosso:

[...] a confiança no próprio projeto e no futuro do país. A Gleba Celeste nasceu a partir da constatação de que um novo pólo de desenvolvimento agropecuário sucederia o já saturado sul do país e, para que fosse viável, precisaria estar localizado em uma região de terras férteis e muito espaço, que permitissem um largo avanço da fronteira agrícola.

[...] duas décadas de experiência em colonização no norte do Paraná nos mostraram a importância do pioneirismo e da força do trabalho do homem, quando debruçado por sobre a mesma associação de interesses, nestas aventuras de brasilidade que marcaram e ainda marcam a caminhada da civilização na direção do Oeste (Revista Sinop Especial, 1996, p. 15).

Mais à frente, a mesma revista traz a seguinte matéria: “Os Pioneiros apostaram no Progresso. E acertaram”.

Muitos desistiram logo no início, outros tombaram vítimas de acidentes, da malária, de outras doenças; alguns não souberam lutar ou não tiveram sorte, mas os que conseguiram vencer estão felizes e já têm algumas “estórias” para contar aos netos.

Estamos falando dos pioneiros que ajudaram na conquista desta parte da amazônia mato-grossense, “plantando” em plena floresta uma cidade que cresceu impulsionada pela força do trabalho dos seus desbravadores e que se transformou, em menos de uma década, num dos principais pólos de desenvolvimento do Estado, gerando riquezas e atraindo investimentos (Revista Sinop Especial, 1996, p. 15).

Os parâmetros do progresso que se desejava atingir em Sinop eram dados pelas realizações paranaenses, principalmente Maringá, cidade de origem da empresa colonizadora e de muitos cidadãos sinopenses. A classe dirigente do município pronuncia falas, discursos

ufanistas, onde evoca a vocação de Sinop para o progresso, considerando-a um excelente exemplo de manutenção das tradições de povo trabalhador, cristão, ordeiro e progressista:

Em Sinop se pode constatar que brota espontaneamente e sem esforço a prosperidade tanto pública como particular, isto ao se considerarem práticas para o progresso da indústria e comércio, da agricultura florescente, e a fonte fecunda disso tudo é o trabalho de forma geral que não é disperso e isolado e, menos ainda, oposto por razões de prestígio e poder (Pereira, S., 1996, p. 9).

Muitas pessoas, enquanto representantes da Câmara de Vereadores de Sinop, produziam falas extremamente ricas em significações atribuídas à cidade e ao norte de Mato Grosso.

PARABÉNS SINOP. Nesta data de grande alegria para o povo sinopense, que serve para lembrar de todos os dias de luta, dos tempos de semeadura e de colheita, enfim, dos tempos bons e dos tempos difíceis.

É hora de refletirmos sobre tudo que foi feito no passado por essa maravilhosa cidade e tudo que conseguimos conquistar hoje, para olharmos confiantes e apostarmos com certeza em dias melhores que estão por vir⁹⁷.

SINOP ! Apenas 20 anos, mas muita História e Progresso, graças ao dinamismo de sua gente. Parabéns!

SINOP, 20 ANOS! A grandeza de sua gente torna esta terra a Capital de uma vasta e pujante região. A Câmara Municipal como parte integrante desta história de sucesso, parabeniza toda a comunidade sinopense (Câmara Municipal de Sinop. Id.).

Outros depoimentos de representantes políticos exprimem novos aspectos da idéia de progresso e desenvolvimento. Eis a fala do ex-prefeito Adenir Alves Barbosa, chamado de “o homem do progresso de Sinop”:

Sinop luta e progride. Tanto quanto todos aqueles que mantêm esse espírito de luta, eu gosto disso.

[...] Nos últimos tempos, após o novo ritmo que conseguimos imprimir à administração municipal, vimos coroados de êxito o esforço de toda a comunidade pelo ensino superior, pela energia com a linha que estará pronta em dezembro de 1993, enfim pela consolidação de Sinop como centro comercial e industrial, como centro real do Nortão, “Capital do Nortão” (Revista Sinop 13 anos. Edição Especial. 1996, p. 8).

Em matéria intitulada “Sinop. Uma cidade em franco desenvolvimento”, divulgada pela Revista “Imagens da Amazônia”, lê-se:

A partir de 1989, a confiança e a credibilidade foram restabelecidas. Gradualmente, Sinop se transformou num grande canteiro de obras. Os investimentos tomaram força, e o município passou a viver em tempo de progresso. Vendo que o poder público investia, a população começou a realizar seus projetos e deu um novo perfil para a cidade. Para o atual prefeito, Adenir Barbosa, foi muito gratificante reativar a renovação e esperança do povo: “Quando começamos parecia um sonho, hoje é realidade” (Revista Imagens da Amazônia, s/d, p. 58).

Em outra fala, o empresário e ex-vice-prefeito de Sinop, Irineu Martins, manifesta a “mentalidade empresarial” de alguns empreendedores sinopenses nos primeiros anos da colonização: “o povo daqui era muito explorado. Lugar novo, distante, as pessoas à mercê de aproveitadores que sempre aparecem (Revista Imagens da Amazônia, s/d, p. 58). Alguns

⁹⁷ Vereador José Carlos Ramalho. Mensagem pelo aniversário de Sinop, 1999.

comerciantes vendiam vários tipos de produtos de primeiras necessidades. Compravam por atacado na estação da seca e vendiam no varejo na época das chuvas, auferindo lucros espantosos.

Obras como ruas asfaltadas, construção de escolas, creches, foram projetadas e levadas a cabo pelo poder público municipal, graças ao enorme impulso e movimentação de capital aplicado neste setor. Em vários bairros da cidade foram feitas construções. Elas demonstravam o anseio da classe dirigente por imprimir marcas duradouras e profundas na sociedade sinopense. Neste contexto, caberia ao poder público municipal o trabalho de fomentar o desenvolvimento, manter sob domínio as forças produtivas e controlar os interesses políticos.

Além de capital público e particular, tais obras tiveram a contribuição fundamental de milhares de trabalhadores que, nos quatro cantos da cidade, se movimentavam diuturnamente numa intensidade de trabalho que atingiu enormes proporções, com a maioria das indústrias madeireiras que “tocavam” 24 horas de trabalho, visando aumentar a produção, principalmente no período da seca.

Para os empresários e políticos ascendentes, o progresso se identifica com o aspecto material: expansão de lucros e investimentos, ampliação de oportunidades para as novas empresas que aqui se instalam e a consolidação de relações sociais dominadas pelo capital. Muitos operários tiveram sérios problemas de saúde neste processo, principalmente os funcionários das indústrias madeireiras, ficando abandonados e excluídos da marcha do progresso.

É importante observar as estratégias de convencimento à opinião pública, para fazê-la aceitar plenamente o fato de se viver em uma época dominada pelo progresso, recorrendo-se a argumentos que remetem à criação de um mundo melhor, ampliando o seu significado, além do aspecto material, “beneficiando indistintamente a ricos e pobres, aperfeiçoando os costumes, a moral e os valores, em suma, atuando em todos os aspectos da vida humana” (Castro, 1993, p. 22).

Os artigos de revistas e jornais que circularam em Sinop desde o início de sua colonização, valorizam a ideologia dos grupos de poder e dirigentes do período pós-64, enfatizando a “euforia nacional” pela ocupação da Amazônia e, conseqüentemente, o norte de Mato Grosso. Palavras como progresso, prosperidade, trabalho, união, eram repetidas seguidamente, marcando fundo na mente da população. Logo tornou-se comum associar o nome da cidade ao progresso constante, mola propulsora de sua história. O progresso alcançado com as obras públicas e privadas ultrapassa o aspecto material, pois estas exercem influências positivas sobre o “conjunto das atividades humanas, como os costumes, a moral, a cultura, a instrução e a política” (Castro, 1993, p. 22).

Exaltava-se o espírito prático dos administradores municipais, principalmente com o slogan do município do período 93-96, Sinop - a marca do trabalho. Em uma publicação oficial denominada “Trabalho que Marca”, encontramos a seguinte afirmação:

Sinop está de parabéns. O povo soube eleger seus governantes, mostrando que governos sérios e competentes são o caminho para a moralização do serviço público. [...] assim o município experimenta um novo ciclo de desenvolvimento em todas as áreas (Revista Sinop, 1993, p. 12).

É fundamental para qualquer sociedade o respeito ao meio ambiente. Isso passa pela formação cultural e educacional de nosso povo, obrigação dos governos constituídos e direito

da população, para superarmos a tradição histórica conservadora que ainda mantém uma grande parte da sociedade excluída do conhecimento, da riqueza e do poder.

Neste contexto, é necessário que os governos nacionais criem uma política ambiental global, para que se possa lutar contra os valores, os conceitos e os padrões apresentados pela ideologia da globalização, “evitando que se reserve para nós um papel semelhante ao da África que, conforme Samir Amin, estaria “sem verdadeira função” no mundo contemporâneo, relegada a total segundo plano dentro da “nova ordem?” (Revista Sinop, 1993, p. 12).

Essa euforia do progresso em Sinop era ainda confirmada pelas realidades visíveis da urbanização planejada e controlada, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de migrantes de outras partes do país que chegavam ao município, reconfigurando o padrão demográfico e cultural da cidade, onde populações pobres escapam aos seus planos intrincados, ocupando áreas reservadas para a especulação imobiliária futura, captando recursos clandestinamente para poderem sobreviver (lixão), aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando o uso dos espaços, segundo as suas necessidades específicas.



Foto 9 - Bairro “Habitar Brasil”.
Despejo de famílias pela Prefeitura Municipal de Sinop, 1996.
Fonte: acervo do autor.

O projeto de colonização particular da empresa colonizadora incorporou ao imaginário popular da população sinopense a idéia de progresso geral que passava historicamente desde o movimento da “Marcha para o Oeste” até a década de setenta.

Novas regiões onde “o homem chega e faz transformações”, onde se realiza “o espírito pioneiro”; pioneiro que inclui os antepassados, como os “Bandeirantes” da época colonial e a “Fundação Brasil Central” dos anos 40. [...] a verdade é que o espírito pioneiro se realiza por um trajeto que vai do “trabalho árduo”, “tenaz”, “difícil” à “sorte” e à “felicidade”, um trajeto que pode resumir-se no sacrifício do recomeço (Santos, J., 1993, p. 87).

Um rápido “progresso material” tem-se observado na região norte de Mato Grosso, em ritmo acelerado, principalmente por se tratar de uma área que possui grandes extensões, caracterizada por seus latifúndios e monoculturas. Conforme José Vicente T. dos Santos:

O empreendimento se processa em “ritmo acelerado”, com um “rápido progresso e desenvolvimento econômico”, um “progresso devido à utilização de máquinas”: a máquina, a companheira inseparável das conquistas do colonizador moderno. Fala-se continuamente de tratores, da “serraria moderna”, da “energia elétrica”, dos “aeroportos”. A colonização é divulgada sob o signo da modernidade, para lembrar em seguida que, em bem pouco tempo, se dará “a valorização da terra nua (Santos, J., 1993, p. 87).

O envolvimento de Instituições na difusão da Doutrina de Segurança Nacional se deu em vários aspectos da sociedade brasileira: educação, trabalho e igreja.

4.11 - As contradições do progresso

Nos primeiros anos da colonização de Sinop, havia uma certa dúvida em relação ao seu desenvolvimento. Porém, a defesa deste projeto colonizatório sempre se pautou pela utilização de expressões com forte conotação social como progresso, riqueza, prosperidade e trabalho. A partir de 1983, os discursos políticos enfatizavam esta idéia de grandeza da população sinopense:

[...] povo este que transformou a floresta indomável em uma linda cidade, que transformou a região muitas vezes inabitável em uma linda casa onde florescem as esperanças, onde brotam as certezas de que num amanhã não muito distante todos os sonhos serão realidade.

Assim quero dizer, sem medo de errar, que Sinop galgará o último degrau e, do podium do progresso, dos louros do futuro promissor, haverá de como centro polarizador (sic) do norte de Mato Grosso governar soberano, com humildade, passos lentos e certos os destinos do nortão (Revista do Município de Sinop. s/d.)

De qualquer modo, a idéia de transformar Sinop numa cidade próspera, espacial, cultural, social, econômica e intelectual mostrou, igualmente, uma face diversa daquela que apregoava sua construção como fator de desenvolvimento e crescimento sem par. É verdade que a presença de pessoas de outros Estados do país possibilitou grandes transformações não só na paisagem urbana e rural, como também na dinâmica regional. Porém, o que se observou foi uma estreita vinculação entre crescimento espacial e empobrecimento social para grande parte dos que chegaram à cidade com um sonho de realização e melhores condições de vida. A perspectiva deste estudo é revelar estas evidências, entre outras, da vinculação progresso e desenvolvimento numa região de fronteira, onde os discursos são criados, as pessoas são selecionadas e a cidade é controlada.

Grande parte dos documentos que estão sendo trabalhados, expressa a convicção de que a sociedade ordeira e trabalhadora seria capaz de construir uma cidade com riqueza, prestígio e poder, sonhando sempre com a divisão do Estado e a sede da nova Capital, como um artigo intitulado “Da Mata à Cidade”. Assim:

No princípio era a floresta. Um dia vieram os homens, abriram uma clareira no meio da mata e plantaram a semente de uma cidade que nasceu com o destino de ser capital: Sinop. Foi no ano de 1974, no dia 14 de setembro, logo após a derrubada, que surgiu a cidade idealizada no projeto da Gleba Celeste, devido a sua localização à margem da principal rodovia - a BR-163 -, para ser o centro de convergência da produção e pólo irradiador do desenvolvimento (Pereira, S. 1996, p. 5).

Mais à frente, fazendo uma projeção do crescimento material do município, o editor da revista faz um comentário sobre o entusiasmo do povo sinopense:

Do momento em que o primeiro colono ergueu a primeira barraca de lona na clareira aberta na floresta em 1974, até o momento atual, os migrantes que fizeram opção por Sinop mostraram a que vieram - apostaram no progresso e acertaram. É certo que muitos desistiram logo no início, mas os que ficaram, viram a cidade crescer impulsionada pela força do trabalho de seus desbravadores (Pereira, S. 1996, p. 17).

Contudo, a esta visão idealista do “progresso e desenvolvimento”, contrapunham-se outras falas emitidas por aqueles que “não têm expressão social”, mas que são os responsáveis pela construção de Sinop, a classe trabalhadora, mostrando as contradições sociais de uma cidade que não respeita o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida de sua população, pois, na ausência de um sistema de saúde pública, as pessoas mais necessitadas, que são a maioria, ficam à mercê dos donos de hospitais ou dos interesses políticos. Souza Martins, discutindo as relações sociais e de produção no sistema capitalista, afirma que as forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais:

[...] no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica e social (Martins, J. 1975, p. 94).



Foto 10 - Lixo industrial jogado no perímetro urbano de Sinop.
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 1996.

De fato, a colonização de Sinop se deu num contexto sociopolítico nacional da Ditadura Militar, do ufanismo dos planos econômicos, como o “Milagre Brasileiro” e o I e II PND. Face de uma mesma moeda, faz parte desta história a sua exaltação constante, o discurso sendo transmitido através de escolas, igrejas, meios de comunicação, levando a idéia de progresso para além dos limites municipais. Em nome daquilo que se qualifica de progresso para todos, a imagem do progresso futuro justificava a degradação ambiental, as negociações políticas, o controle e disciplina das instituições sociais, a exclusão de pensamento e o baixo desenvolvimento da qualidade de vida da população. Entretanto, a maior parte do material publicado e anunciado pelos meios de comunicação sobre o tema destaca, justamente, a vinculação do progresso ao cidadão ordeiro e trabalhador (para os militares, a ordem, o progresso e o desenvolvimento necessitam de paz, harmonia, acordo e consenso), usando frases de forte impacto emocional: “tempo é dinheiro”, “Sinop em tempo de progresso” e outras. Esta articulação, posta como um dado da realidade sinopense, vincula a expansão econômica ao crescimento social para todos.

Os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e o sobrenatural. Esse procedimento, no entanto, tende a esconder dos homens o modo real como suas relações foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política; é esse ocultamento que permite legitimar a exploração e a dominação exercidas, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (Vidigal, 1992, p. 60).

Como Guimarães Neto salientou em seu trabalho, é impossível analisar o processo de colonização do norte de Mato Grosso apenas em seus aspectos econômicos. O que motivou o trabalho de tanta gente a deixar a sua terra natal em busca da terra prometida foi uma série complexa de fatores, visíveis somente quando se aborda a problemática sobre outra ótica.

O discurso colore as imagens com os tons preferidos de quem o elabora. Para Ariosto da Riva e Enio Pipino, as novas cidades que surgiram de sua obra colonizadora possuíam a cor da explosão do progresso das cidades paranaenses, também fruto da colonização. Plantar na Amazônia, mais precisamente no norte mato-grossense, o modelo das cidades paranaenses era a projeção mais fantástica desses empresários (Guimarães Neto, 1986, p. 85).

Neste contexto, a ocupação do espaço norte mato-grossense era uma questão estratégica e de controle social do migrante, por parte da empresa colonizadora numa área de fronteira amazônica. Conforme Guimarães Neto:

Instalar aceleradamente uma cidade moderna em plena mata amazônica, com pistas para jatos, hotéis, bancos, empresas que controlam o comércio da região, órgãos do governo que determinam o que plantar e como plantar, cinemas, clubes, restaurantes, residências de luxo etc., a isso tudo não correspondia apenas um investimento econômico. Projetavam e construíam muito mais que isto: um domínio político da região. Estabeleciam, desta maneira, através de um projeto de cunho civilizador, o nexos real com a política do governo militar, ou seja, plantar nas terras amazônicas um núcleo urbano/rural saído pelas mãos do capital privado, impedindo a livre ocupação daquela terra (Guimarães Neto, 1986, p. 85).

Podemos perceber nos discursos que o norte de Mato Grosso é uma região que está destinada ao progresso. E a “imagem de homem e de mulher de sucesso é do branco e do sulista, sabedor e aproveitador das oportunidades oferecidas pela terra do progresso, como é

representada a cidade pelos ideólogos da elite dominante” (Zart, 1998, p. 17). Mas, ao nível da estratégia do discurso do colonizador, qual o papel, nesse sentido da iniciativa privada?

Do ponto de vista do colonizador há uma inevitável coincidência entre o desenvolvimento e o progresso da Amazônia com o desempenho do capital privado na região. E mais: a Amazônia só pode ser ocupada racional e produtivamente se dirigida pela empresa privada comprometida com o desenvolvimento social; caso contrário, não há outra possibilidade histórica para o progresso dessa região ou mesmo outra forma “para tornar” os pequenos agricultores produtivos e disciplinados. Para essa retórica não existe outra conclusão: à empresa privada está reservada a missão histórica de conquistar e promover o progresso da Amazônia (Guimarães Neto, 1986, p. 96).



Foto 11 - Bairro Jardim Maringá. “Área Nobre” de Sinop, 1999.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Deste modo, o que mais chama a atenção nos discursos, nas matérias publicadas pelos diversos meios de comunicação local e regional, é o “sinal do progresso”, destacado na velocidade dos acontecimentos, sem levar em consideração o seu custo social e ambiental. A ideologia do progresso foi uma forma possível de se implantar a estratégia de dominação política e econômica em Sinop – cidade de fronteira.

Na realidade, pouco importa o custo social da nova ocupação para os setores dominantes. O discurso está voltado para conferir primazia à produtividade agrícola, à extensão das áreas agricultáveis, à aceleração da construção das cidades etc. A exploração do trabalho na constituição mesma desse novo espaço social sempre acaba sendo omitida para que se possa exaltar o mito da terra que tudo dá.

E assim, as cidades foram recebendo toda ordem de estímulos para transformarem-se rapidamente em centros de desenvolvimento econômico e social. De acordo com esse discurso o que importava realmente era fazer do norte de Mato Grosso um novo Norte do Paraná, isto é, enfatizava-se a necessidade de se criarem mecanismos que fossem capazes de acelerar o crescimento das cidades e garantir, conseqüentemente, a utilização eficiente de modernas tecnologias para que um grande salto pudesse ser dado (Guimarães Neto, 1986, p. 149).



Foto 12 - Bairro Jardim Maringá. “Área Nobre” de Sinop, 1999.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Sinop é um município que foi colonizado sob a ordem da colonização privada, beneficiado com os incentivos fiscais federais da SUDAM,

[...] atraiu além do capital das empresas privadas (agentes preferidos), pequenos agricultores e milhares de trabalhadores que fluíram para o norte mato-grossense, “embalados” pela propaganda do progresso e ganho fácil de riquezas. Sinop, como outras cidades colonizadas nos anos do Estado-Militar brasileiro, foi e é estruturada com base no discurso dos vencedores, do pioneirismo e dos conquistadores (Zart, 2000, p. 14).

Ao concluirmos a nossa reflexão sobre a idéia de progresso analisada historicamente por vários autores, e como esta idéia foi desenvolvida numa cidade de fronteira, através do pensamento de Le Goff, podemos apresentar algumas questões. Precisamos pensar um projeto de desenvolvimento sustentável, equilibrado, para que não nos desiludamos quanto ao progresso econômico, *apenas considerando muitas vezes os seus limites: o frenesi, a mecanização, a poluição* (Le Goff, 1996, p. 270). Le Goff afirma que o termo progresso cede muitas vezes lugar ao termo crescimento. Certos economistas adquiriram uma noção estreita do progresso. Outros distinguiram o crescimento do desenvolvimento:

[...] o crescimento é o aumento durável do rendimento real “per capita”, enquanto que desenvolvimento inclui a “diversificação da estrutura econômica que se afasta da atividade primária para os setores industrial e de serviços, talvez também por um processo de substituição de importações e de uma redução da dependência em relação ao comércio internacional. Não há verdadeiro progresso - mesmo econômico - se não houver crescimento e desenvolvimento (Zart, 2000, p. 14).

O modelo de desenvolvimento aplicado pelos países do Terceiro Mundo muitas vezes é questionado por economistas como Amin (1973) e Siné (1975).

Lembram que não há desenvolvimento sem transformações das relações sociais (o que coloca inevitavelmente um problema político), que nos países em vias de desenvolvimento o arranque econômico é muitas vezes inicialmente agrícola; e finalmente, que a oposição tradição/modernidade para a qual são muitas vezes remetidos os países do Terceiro Mundo é uma falsa dialética, também ela tipicamente ocidental (Zart, 2000, p. 14).

É importante sublinhar que um projeto de justiça social é fundamental para realizar um crescimento fulgurante e um máximo de igualdade social, aliado ao respeito aos direitos elementares da pessoa humana e ao meio ambiente, visando a uma melhor qualidade de vida para todos. Segundo Le Goff,

Constata-se em primeiro lugar que já quase não se fala de progresso em geral, mas de progressos setoriais. Desintegrada a noção de processo, é necessário não esquecer que cada tipo de progresso apela para outras formas complementares de progresso.

[...] Talvez haja mais importante ainda a necessidade de termos de reconhecer, hoje, não só uma diversidade de domínio de progresso, mas também uma diversidade de processo de progresso (Le Goff, 1996, p. 274).

À medida que nos envolvemos criticamente com o tema do progresso no processo da expansão da fronteira, os contrastes sociais são analisados e observados. Com esse propósito,

[...] é necessário apontar o processo de “expansão da fronteira” passando pela órbita da velocidade das realizações, voltada para edificar um mundo em que material e imaginariamente as condições sociais já aparecem definidas a priori pelos grandes proprietários de terra e de capital. A tecnologia, como meio moderno dessa conquista, produz a todo momento uma penetração, um saber, um controle. E mais, busca o instante e a superação. Tem portanto, nesse sentido, sua lógica voltada para a velocidade. Este é o ponto crucial da questão (Guimarães Neto, 1986, p. 154).

Nesta velocidade de “realizações” que observamos na expansão do espaço urbano de Sinop, os contrastes sociais se expressam através dos bairros pobres que surgiram nos últimos anos, onde os moradores sofrem um duplo processo de expropriação:

[...] uma vez que são excluídos do processo espacial e sofrem o estigma de constituírem e pertencerem a um território com baixa condição de infra-estrutura, são considerados pela “cidade legal” como marginais.

Os trabalhadores desses bairros, embora considerados no imaginário social como “marginais”, fazem parte do circuito da economia local como prestadores de serviços de uma mão-de-obra não qualificada, atendendo ao mercado urbano (construção civil, domésticas, guardas, funileiro etc.), bem como aqueles que atendem à exploração rural (extrativismo da madeira) como laminador de madeira, motoristas etc. (Arruda, Z., 1997, p. 171).

A constituição desses bairros, na área periférica de Sinop, evidencia que a linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade é entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panótico, onde passam, no interior desse espaço urbano, a existirem práticas que vencem o jogo disciplinar (Certeau, M. 1994, p. 28).. A subversão da ordem concebida por:

[...] esses segmentos que, através de táticas espaciais, fazem uso do espaço urbano, territorializando e revertendo o espaço configurado pelo planejamento racional e autoritário, reconstruindo, na escala local, quotidiana, e num espaço vivido, a luta pela cidadania e pelo direito à cidade (Arruda, Z. 1997, p. 173).

Nestes bairros periféricos de Sinop, vivem o nordestino e o sulista “fracassado”, que são prestadores de serviços, única alternativa para manterem-se no sistema social e econômico.

Estes grupos sociais de menos renda localizam-se nos mesmos bairros, nos quais são geradas condições para a aquisição de lotes e a progressiva construção de suas casas, que em muitas oportunidades iniciam com um barraco de lona. Estes bairros que recebem os excluídos, estão sempre localizados em regiões mais distantes do centro, do setor industrial e dos bairros residenciais (Zart, 2000, p. 18).

Estes últimos espaços são a manifestação da ideologia do progresso, enquanto os outros são a sua negação. Esta situação se mostra ainda no desenho estrutural da cidade.

Cortada pela BR-163 no sentido norte-sul, malha viária que simboliza o duto do progresso, representa ainda a distribuição do capital em torno e ao longo do corte por ela feita. Neste sentido, o maior fluxo de mercadorias, de pessoas (passagem de ônibus e viajantes) ocorre nesta direção. Mas a cidade está projetada de leste-oeste, onde estão os bairros residenciais “nobres”. O viajante alcança, quando não rompe deliberadamente a lógica que a arquitetura urbana propõe, somente este espaço, que está em termos de infraestrutura urbana melhor cuidada, com praças e ruas iluminadas, áreas verdes bem desenhadas, lixo recolhido, ruas limpas e pintadas. É uma imagem que condiz com o discurso e a ideologia do grupo social dominante. Os bairros pobres estão deslocados para o “fundo” da cidade, na direção oeste, onde a visão não alcança e que por isso não incomoda aos ideólogos tardios do progressismo amazônico (Zart, 2000, p. 18).

Estes bairros são: Jardim das Nações, Jardim Europa e principalmente o Boa Esperança, bairro mais pobre de Sinop, formado por pessoas que vieram do extremo norte de Mato Grosso, como Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte e Alta Floresta, onde foram expulsos pela decadência na atividade garimpeira. (Ver mapa de Sinop)



Foto 13 - Bairro Habitar Brasil. Sinop: 1998.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Neste ínterim, concluímos nossa análise com o pensamento final de Le Goff. Para o autor,

não há progresso que não seja também moral, a principal tarefa dos nossos dias, no final do século, na via de um progresso ridicularizado e duvidoso, mas pelo qual se deve mais do que nunca combater, é o combate pelo progresso dos direitos humanos (Le Goff, 1996, p. 274).

No entanto, é necessário que se defina, democraticamente, o conteúdo, a direção, os custos sociais e ambientais. É preciso que se discuta a situação social das pessoas, a sua cidadania. Apesar de existir um controle social e político de certos setores privilegiados, com seus redutos eleitorais, a população cria outras formas de resistência, fugindo das tramas do poder. Precisamos quebrar essas barreiras ideológicas, dar visibilidade à realidade. Entretanto, a luta dos colonos que contribuíram para o desenvolvimento desta cidade, foi mais forte do que todas as estratégias do poder. Ele continua pulsando forte, renovando-se, através de seus descendentes, independentemente do espaço em que se encontre, lutando pelo seu pedaço de terra. Aos que vieram depois fica o desafio de lutar por mais cidadania, e que seus direitos sejam também de fato para que “Sinop em tempo de progresso” não se torne uma falácia, uma farsa.

Queremos encerrar essa nossa reflexão sobre a cidade de Sinop, concebendo-a como sendo uma cidade racionalista, proibitiva, onde seus espaços são controlados e as pessoas são vigiadas, através de um poder invisível, disfarçado através dos discursos e da prática política.

A urbanização, oficialmente estimulada como estratégia de ocupação e controle da fronteira, incorpora-se nesse espaço, constituindo uma nova dinâmica espacial. O espaço não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usado como para a construção de núcleos urbanos. Nesse contexto, os espaços são simulados, e os territórios apropriados e transformados; viabilizados pela técnica e poder, as cidades são inventadas, fabricadas e os seus espaços comercializados (Arruda, Z. 1997, p. 180).

Para Matos, *a cidade superficial é a “cidade racionalista” que liquida as referências individuais e coletivas*. O “individual, o qualitativo, o heterogêneo são excluídos do espaço urbano (como do campo científico)” (Matos, O. 1997). Portanto, essas reflexões apontam pistas para futuras análises sobre a problemática do progresso para quem, e que tipo de progresso se pretende para uma cidade de fronteira emergente no cenário regional, cidade considerada nova. Porém, como afirma Martins,

o aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza (Martins, J., 1975, 1997).

4.12 - Mato Grosso do Norte, um novo Estado?

Diante dos projetos e especulações existentes acerca da criação de um “Novo Estado”, convém considerar a “divisão de um território. Forma de repartir o poder, onde os valores, pontos de vista, determinações, interesses, potencialidades e desenvolvimento buscam nas coxias os cochilos e cochichos dos protagonistas”. (SILVA, Jovam: 1996)

Propomos neste item fazer uma reflexão sobre os aspectos políticos, sociais e econômicos regionais, para que tenhamos uma visão um pouco mais ampla das razões que fizeram surgir a ideia separatista do norte mato-grossense.

Quais os objetivos das lideranças políticas e empresariais em apoiar e pretender a divisão territorial de Mato Grosso?

Para que se esbochem algumas considerações a este respeito, tomamos como referência a década de 60, pois nessa época a Amazônia passa a ser um pólo de interesse do capital internacional. O que se pretende aqui é demonstrar a interferência do Governo Federal na política de ocupação da Amazônia brasileira, vinculada às razões econômicas, políticas, estratégicas e sociais, sustentadas na idéia de integração nacional.

Segundo Jovam Vilela da Silva,

por volta de 1966, o Marechal Castelo Branco iniciou uma política de valorização do espaço virgem desconhecido da Amazônia, procurando defendê-la dos interesses das multinacionais, através do slogan “Operação Amazônica”, justificando tal medida sob os aspectos de “Integração, Desenvolvimento e Segurança Nacional”.

Neste contexto, se o objetivo era a defesa de uma política de valorização da região, por outro lado, criou mecanismos econômicos, políticos e ideológicos de penetração de grande soma de capital, em grande parte internacional. Para tanto,

[...] neste mesmo período, o BASA e a SUDAM já se constituíam em realidade e atuantes para dar segurança ao investidor. Dentro dessa mesma ideologia, o Governo Médici, procurando “integrar para não entregar”, buscou canais de penetração através da criação de estradas de rodagem como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, etc. (Silva, J., 1996, p. 168)⁹⁸.

Neste ínterim, a Amazônia Mato-Grossense estava sendo incorporada a esse processo de ocupação capitalista, numa tentativa de agilizar a sua ocupação e desenvolvimento, porém gerando conflitos pela posse da terra, onde de um lado estava o capitalista, que desejava fugir da onda inflacionária por que atravessava o país, investindo em terra como reserva de valor, e de outro, uma classe produtora que já existia na região.

A despeito das ambigüidades da forma pela qual os governos brasileiros encaminharam a questão agrária nos anos 1964-78, o que ocorreu foi uma espécie de contra-reforma agrária. Tudo o que se realizou, em termos de colonização dirigida - oficial e particular - e de criação e expansão da empresa privada de agropecuária e outras atividades, tem redundado numa ampla e intensa ocupação e apropriação de terra por grandes empresas e latifúndios, nacionais e estrangeiros. As terras devolutas, indígenas ou ocupadas por posseiros da Amazônia - nos anos 1964-78 - tornaram-se alvo do interesse e da apropriação de empresas e latifúndios. Apenas pequenas parcelas dessas terras foram ou estão sendo entregues a indígenas e posseiros (Ianni, 1979, p. 127).

É importante observar que a partir dos governos Jaime Campos e Dante de Oliveira, quando o tema pró-divisão foi construído, aparecem manifestos e representações oficiais, tanto em escala municipal, estadual, quanto federal, abordados não apenas em Mato Grosso. O tema da redivisão territorial do Brasil chega ao Congresso Nacional através de um Projeto de Decreto Legislativo nº. 55 de 1995, assinado pelo Deputado Federal/MT Welinton Fagundes, dispondo sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Mato Grosso do Norte. O parlamentar mato-grossense assim justificava à Comissão de Constituição, Justiça e Redação do Congresso Nacional o seu Projeto de Decreto Legislativo:

⁹⁸ Esse autor afirma que, mais tarde, criou-se o PIN, PROTERRA, e ao INCRA deu-se a incumbência de gerir as terras ao longo das rodovias, objetivando a colonização numa faixa de 100 km., ao mesmo tempo em que se criou o projeto RADAM - Radar da Amazônia, responsável pelo levantamento topográfico e mineralógico da região.

O Estado de Mato Grosso, remanescente da divisão e criação do Estado de Mato Grosso do Sul, conta, hoje, com sólida estrutura, 2.635.000 hab., 07 regiões-pólo, 117 municípios, 1.300.000 eleitores, com uma produção superior a 5,7 milhões de toneladas de grãos e 8,5 milhões de bovinos.

As reivindicações dos municípios, lideranças e setores produtivos se concentram na área de saúde pública, energia elétrica, saneamento, estradas e pontes, armazenamento, educação, segurança e assistência técnica. O Governo do Estado de Mato Grosso se sente impotente pelo alto custo dos investimentos nesses setores, apesar do esforço e interesse que tem manifestado.

Dentro desse princípio, o anseio da população norte mato-grossense é plenamente favorável à divisão e criação do Novo Estado de Mato Grosso do Norte⁹⁹.

Este movimento está sendo liderado pelos sulistas, representantes da população migrante que ocupa esta região e que pretende a divisão. Assim:

Fato este identificado pelo surgimento de movimentos regionalistas para a divisão do Estado que se consolida no norte mato-grossense. A articulação de todo o movimento é realizada por representantes do poder público local (Sinop) e regional que através das formulações discursivas procura legitimar o poder político e econômico que a cidade exerce. Esse movimento está vinculado a uma possível construção de uma identidade ligado aos traços sócio-culturais com os quais esses sujeitos identificam-se como membro do grupo (Arruda, Z., 1994, p. 85).

No período que se estendeu de 1994 a 1996, a “Sociedade para o Desenvolvimento, Integração e Emancipação do Estado de Mato Grosso do Norte”, pró-divisão, criou mapas, organizou seminários, palestras em várias cidades da região norte de Mato Grosso, procurando divulgar, conscientizar e promover a criação do novo Estado.

Em 17 de setembro de 1994, favorável à idéia divisionista, a “Sociedade para o Desenvolvimento, Integração e Emancipação do Estado de Mato Grosso do Norte” foi constituída por um grupo de políticos, empresários e entidades civis dos municípios de Sinop, Sorriso, Santa Carmem, Cláudia e Terra Nova do Norte, sob a coordenação do Vereador Waldemar Brandão. Nesta data, foi discutido o “Estatuto da Sociedade”, aprovado em assembléia realizada na Câmara Municipal de Sinop; também foi realizada eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. No Art. 2º. do “Estatuto da Sociedade” consta que:

A Sociedade tem por finalidade o desenvolvimento social, cultural e econômico da Região conhecida por “Nortão do Mato Grosso” e lutar pela sua emancipação, visando formar pacificamente o Estado de Mato Grosso do Norte, divulgando e promovendo idéias perante a opinião Pública, reunir os dados e elementos comprovadores das reais possibilidades materiais, jurídicas e sócio-econômicas da área emancipada e encaminhar às autoridades competentes e no Congresso Nacional o processo devidamente instruído, onde se requer a criação desta Nova Unidade Federativa (Ata de Constituição da Sociedade para o desenvolvimento, integração e emancipação do Estado de Mato Grosso do Norte. Câmara Municipal de Sinop - MT. 17/9/94, p. 2).

O “Estatuto da Sociedade” pró-divisão de Mato Grosso também assegura que ela não terá caráter político-partidário nem religioso, podendo instalar, nas “sedes municipais, tantos escritórios quanto forem necessários, com o fim de auxiliar na coleta de dados estatísticos para as atividades desta sociedade” (Ata de Constituição da Sociedade para o desenvolvimento,

⁹⁹ Projeto de Decreto Legislativo n. 55, de 1995. Deputado Federal/MT, Sr. Welinton Fagundes. Câmara dos Deputados - Brasília/DF, 1995, p. 2-3.

integração e emancipação do Estado de Mato Grosso do Norte. Câmara Municipal de Sinop - MT. 17/9/94, p. 3).

O norte mato-grossense precisa de uma maior infra-estrutura, de políticas públicas que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e de um centro de estudos e pesquisas (IBGE) para que incremente o seu desenvolvimento, fundamentando as bases para a autonomia do Novo Estado. No entanto, a divisão, em médio ou longo prazos, seria um bom início de discussão com a sociedade e uma experiência a ser comprovada tanto nas atividades político-administrativas, quanto nas econômico-socioeducacionais.

As justificativas para a criação do Estado de Mato Grosso do Norte, com a capital em Sinop, são: maior arrecadação de impostos, administração mais voltada para a população, como estradas, saúde, educação, incentivo à agricultura e conclusão da BR-163 até Santarém/PA, desenvolvendo desta forma toda a região norte de Mato Grosso e o sul do Pará até a cidade de Novo Progresso.

Este movimento divisionista já instituiu uma “bandeira de luta”, nas cores azul e branca, tendo num canto uma estrela, possui memorial descritivo e forte argumento junto à população regional pró-divisão. Criou-se um mapa com a delimitação geográfica e os respectivos municípios formadores dessa nova (?) unidade da federação. Destacam-se na propaganda do novo Estado suas riquezas naturais e humanas. Faz divisas com Pará e Amazonas ao norte; a leste com o Vale do Araguaia/MT; ao sul com a baixada cuiabana; e a leste com Rondônia.

Se na área estadual, os representantes da região, principalmente o ex-deputado Jorge Abreu, manifestavam-se favoráveis à divisão, o mesmo acontecia com os políticos locais, como é o caso do ex-vereador de Sinop Valdemar Brandão, que não escondia a sua euforia a favor do processo divisório em andamento.

O ex-deputado estadual Jorge Abreu, ao manifestar-se favorável à divisão do Estado de Mato Grosso, assim se pronunciava:

[...] Somos a fronteira do futuro e vamos defender essa bandeira e cooptar novos adeptos para que isso se torne uma realidade.

[...] A tendência é pela nova divisão, até porque Mato Grosso está inviável da maneira em que se encontra. Temos municípios com mais de mil quilômetros de distância e onde a cidade e a comunidade trabalham em conjunto para realizarem suas necessidades, ou não há desenvolvimento, pois as autoridades estaduais e federais pouco têm contribuído para mudar essa realidade (Jornal Diário de Cuiabá, 2/5/95, p. A5)..

As afirmações desses políticos vêm confirmar, de certo modo, a pluralidade cultural existente na região em estudo: as disputas políticas de certos grupos e a manutenção do “status quo”. O que pretendem os líderes do movimento divisionista, no transcorrer do tempo, é transformar uma situação de fato, em situação de direito?.

Após estes considerandos, todos esses aspectos nos levam a refletir sobre os reais benefícios da divisão territorial de Mato Grosso para a maioria da população deste Estado. Na História do Brasil, divisão político-administrativa de unidades da federação nem sempre representou melhoria nas condições sociais da maior parte da população, com melhor distribuição de renda e geração de empregos. A redivisão de Mato Grosso, de forma alguma, pode ser considerada condição suficiente para estimular o progresso, mas vem corroborar a idéia de manutenção do *status quo* da política da situação, em face dos interesses da sobrevivência de grupos e, por que não dizer, das oligarquias locais.

A realidade norte mato-grossense precisa ser pesquisada e melhor trabalhada, para que, realmente, possa se inteirar de sua problemática. Precisa-se analisar e avaliar a gênese histórica e a formação sociocultural desta região dentro do contexto nacional e internacional e, através dela, buscar para o presente mecanismos que possam projetar perspectivas para um futuro mais promissor, para evitar de se criar na “fronteira agrícola” uma fronteira de excluídos da produção e da riqueza nacional. Este é o desafio!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização de Sinop fez parte de uma política de ocupação de áreas da Amazônia Brasileira na qual o Estado agiu mais ativamente em benefício dos comerciantes de terra. Os colonos tiveram o papel de proporcionar os maiores lucros e assegurar o “sucesso” do projeto aos empregadores deste negócio. O projeto se desenvolveu a partir da década de setenta no contexto das “políticas nacionais de ocupação dos novos espaços”. Esta política de colonização, fundamentada no Estatuto da Terra, atraiu o “interesse” de grandes grupos nacionais e internacionais, principalmente pelos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Governo Brasileiro para “viabilizar” a ocupação da Amazônia. Vários órgãos federais foram criados ou reformulados para dar sustentação a essa política de expansão da fronteira agrícola nacional.

Neste contexto, empresas colonizadoras se deslocaram para o Estado de Mato Grosso, como foi o caso da Colonizadora Sinop vinda de Maringá, Estado do Paraná, sendo que o seu Presidente Enio Pipino tinha grande experiência neste ramo imobiliário. De maneira semelhante às frentes pioneiras do café no norte do Paraná, centenas de migrantes, pequenos agricultores, foram “atraídos” para as fronteiras de Mato Grosso. Os fracassos constatados tanto na lavoura de café quanto na de mandioca demonstraram o desconhecimento do manejo agrícola dos empreendedores do projeto, pois, na região de destino, aproveitaram a experiência em comercializar a terra, mas não em cultivá-la, ou seja, é possível que não se visasse o produto ou a produção agrícola, mas apenas a venda de terras e o lucro imobiliário. Isto talvez possa se comprovar pelo fato de grandes áreas da Gleba Celeste ainda estarem desocupadas, esperando a valorização, enquanto que o pequeno produtor teve que vender parte de sua propriedade para continuar produzindo, ou vender toda ela e seguir em frente em busca da terra prometida.

Portanto, comprar terras em grande quantidade na fronteira econômica só é um bom negócio para quem as compra barato e subsidiadas e tem o intuito de revendê-las a preços elevados, depois de receber os favores do governo. Para o pequeno, os desafios são grandes, correndo sérios riscos de empobrecimento e ter de voltar-se para outros trabalhos, como o do setor madeireiro ou outras atividades que a cidade oferece. Desta forma, a cidade se torna ponto importante para a consolidação do projeto da empresa colonizadora e para os interesses estratégicos do Estado, enquanto pólo regional às margens da Cuiabá-Santarém, contribuindo para o seu crescimento e valorização de seus lotes urbanos, a maioria ainda pertencentes à Colonizadora.

O que se discute para o futuro das atividades econômicas de Sinop é a ameaça da monocultura da soja, provocando um efeito despovoador, como o ocorrido no norte do Paraná, quando a substituição do café pela soja provocou uma intensa migração para Rondônia e norte de Mato Grosso. Porém, segundo alguns economistas, isto não deve ocorrer enquanto existirem terras para ser vendidas.

As áreas de colonização implantadas por empresas particulares no norte de Mato Grosso têm como natureza política e ideológica o projeto político do Estado Brasileiro pós-64. O principal objetivo não foi realizar uma verdadeira reforma agrária para o povo carente do Nordeste do Brasil, mas, sim, através da colonização agrícola, construir uma frente para a implantação de pólos urbanos, visando assegurar o desenvolvimento econômico e político dos grandes grupos nacionais e internacionais. Esta questão ficou muito clara no momento em que não foram priorizadas as pequenas propriedades através de projetos econômicos de crescimento e sustentação. Neste sentido, a colonização não veio para ser a “mola propulsora” de desenvolvimento agrícola, ela foi uma fonte disciplinadora de pólos agroquímicos, agropecuários, madeireiros e urbanos, ligados ao projeto político do Governo Brasileiro, com o discurso ideológico de modernização da sociedade brasileira. Assim, Sinop passa a ser um pólo de sustentação para este projeto político nacional, com os seus órgãos públicos burocrático-administrativos e de controle e disciplinarização social.

Um outro fator importante a ser analisado é a mensagem ideológica da colonização transmitida para os migrantes que se deslocaram para Sinop, principalmente no que se refere à ascensão social. Com a re-territorialização dessas pessoas, haverá a recriação do espaço social e novos esforços para constituírem a forma das ocupações urbanas numa cidade de fronteira: cidade-bairros operários-campo. Assim, justifica-se a “necessidade” de ter pressa para “Fazer Sinop”, pois no imaginário coletivo ninguém queria migrar novamente.

Este trabalho se fundamentou teórico-metodologicamente nos estudos de historiadores, sociólogos e geógrafos a respeito do processo de colonização de Sinop, uma cidade de fronteira, procurando refletir e compreender as suas particularidades. Como em outras realidades históricas, esta problemática tem como base o acesso à terra e a forma de sua utilização num processo de colonização e sociabilidade. O acesso à terra foi aqui seletivo e comercializável, o que resultou, para a historiografia analisada, nas características principais de sua formação: a pobreza dos colonos, o isolamento, a produção centrada na subsistência e a mobilidade social.

A construção teórico-metodológica deu visibilidade a um cenário de discursos e construções culturais em que foi possível, através de fontes orais, escritas e iconográficas, discutir a problemática da colonização nas chamadas “cidades de fronteira”. A atração promovida pelo poder público através da iniciativa privada, com promessas de novos “eldorados”, alimentou sonhos, esperanças e perspectivas. Este diálogo com os autores e com as fontes possibilitou compreender as diversas histórias vividas no contexto da construção de Sinop, sigla que traz consigo a marca de seu colonizador como um símbolo de controle, dominação e poder, pois seu idealizador, o “plantador de cidades” que, a exemplo de suas realizações empresariais no Estado do Paraná, desejou escrever seu nome e sua marca numa cidade de fronteira no norte mato-grossense. Porém, fica o questionamento de como isto foi construído. A classe trabalhadora, explorada desde as lavouras de café, mandioca, pimenta-do-reino e setor madeireiro, é cúmplice inconsciente da própria exploração que sofre, pois através do voto de cabresto que lhe é imposto, legítima e acredita nos discursos ufanistas que todos irão ganhar com o progresso que é dividido entre poucos privilegiados. O discurso do progresso oculta muitos objetivos e significações de vidas que foram lapidadas seja no mato extraindo madeira, seja nas próprias indústrias através dos seguidos acidentes de trabalho, pela falta de vontade política da maior parte dos empresários que é omissa em relação à saúde de seus trabalhadores. O imediatismo é a marca desse setor, seja em relação ao meio ambiente, relações sociais, seja comprando “notas frias” para facilitar seu ganho e sua ganância por poder

e riqueza. Contudo, as vozes que se calam projetam resistências e outras formas de luta para construir suas vidas, desmascarando os discursos dos heróis e observando as próprias contradições sociais em que vivem. Porém, é necessário responsabilizar politicamente as elites conservadoras e detentoras do poder que, através de seus mecanismos de persuasão, estendem e aprofundam, muitas vezes, a pobreza; além disso, há o peso da tradição política e a desinformação.

Entretanto, é oportuno finalizar este trabalho afirmando que a realidade é mais rica e complexa que as nossas teorias. Neste sentido, o que foi apresentado, no decorrer desta obra, constitui-se em uma simplificação que não dá conta da realidade, isto é, as diferentes singularidades através das quais a totalidade se manifesta. À guisa de conclusão, apresentam-se algumas proposições que derivam do que foi apresentado no decorrer deste estudo. Os estudos teórico-metodológicos e empíricos foram realizados a partir destas proposições e, assim, plenamente justificadas.

É importante questionar as delimitações, pensar que a cultura e a sociedade são mais complexas; e o ponto de vista da pluralidade, multiplicação, põe por terra o binário popular/erudito. A história de hoje mantém um pensamento político, filosófico e ético, e não devemos estudá-la apenas sob o ponto de vista do vencedor. A cultura circula, as pessoas participam, partilham de formas múltiplas e diferenciadas, apropriam-se de formas diferentes. É necessário estudar os lugares sociais que as pessoas ocupam na sociedade, entender suas práticas e suas representações, seus *hábitus* – *estilo de vida*. Como se elaboram e distribuem os discursos, a partir do outro lado, aquele dos receptores, consumidores. Precisamos fazer leituras diferenciadas para captarmos as formas de poder, disciplina, isto é, de controle social.

Ao concluir este estudo, afirmamos que nossos limites e nossas escolhas ilustram apenas algumas indicações das muitas e ricas possibilidades abertas para a escritura de uma história regional, a partir da década de 70 no contexto da historiografia brasileira que, evidentemente, não se esgota com o trabalho aqui apresentado. Esperamos que este possa instigar novas questões e outras pesquisas e, se isso ocorrer, terá cumprido seu papel. Assim, fica a expectativa de ter contribuído para a compreensão, num contexto mais amplo, do processo de colonização e do avanço do capital nas chamadas fronteiras agrícolas da Amazônia Mato-Grossense, especificamente no município de Sinop, suas estratégias de poder, de controle social, mascaradas pelo discurso do progresso.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Denise de Oliveira. [et al.]. Percepção Ambiental e Cidadania: Uma Experiência no Pantanal de Mato Grosso. In: Revista Mato-Grossense de Geografia. Depto. de Geografia [do] Instituto de Ciências Humanas e Sociais [da] Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 2, n. 1 e 2, dez. 1996/97. Cuiabá/MT: EdUFMT, 1998.

Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis/SC. História - Fronteiras. Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, polarização & desenvolvimento. Uma introdução à economia regional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANDREAZZA, Mário David. Ministério do Interior: a SUDECO em Mato Grosso. **Coordenadoria de Comunicação Social**. Brasília-DF, 1981.

ARNT, Ricardo et. Al. Panará: a volta dos índios gigantes. **Ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

ARRUDA, Gilmar. Fotografias de cidades de fronteira: a vitória sobre a natureza. Painel: fronteiras e populações. **Maringá, 8-10 de nov. de 2000. Programa Associado de Pós-Graduação UEM-UEL. Mestrado - História Social**.

ARRUDA, Zuleika Alves. **Sinop: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões**. Dissertação de Mestrado – UFP/Recife-PE, 1997.

ASSIS, Edvaldo de. **Estrutura do trabalho acadêmico e normas de apresentação**. Cuiabá: Ed. Barros, 1999.

Ata de Constituição da **Sociedade para o desenvolvimento, integração e emancipação do Estado de Mato Grosso do Norte**. Câmara Municipal de Sinop – MT, 17/9/94. (Mimeo)

AUBERTIN, Catherine; BERTONE, Leonor; OLIVEIRA, Marília Peluso. Relatório de viagem em Sinop - maio de 1984. **Departamento de Geografia - UnB. Brasília/DF**.

_____. **Industrializar as fronteiras?** In: **Fronteiras**. **AUBERTIN, Catherine**. (Org.); **BECHER, Bertha K. et al**. Brasília; Paris: ORSTOM, 1988a.

AUBERTIN, Catherine. Apresentação. In: **Fronteiras**. **AUBERTIN, Catherine**. (Org.); **BECKER, Bertha et al**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988b.

AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito de. **Alterações espaço-temporais da agropecuária de Mato Grosso e seus reflexos na regionalização do uso da terra no período: 1970-1985**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá/MT, 1996.

BARBOSA, Neurozito F. A produção do espaço mato-grossense. **Departamento de Geografia. UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, 1988. (Mimeo)**

BARROS, Ana Cristina e VERÍSSIMO, Adalberto. (editores). A expansão da atividade madeireira na Amazônia: impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará. **Belém: IMAZON, 1996**.

BARROZO, João Carlos. Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia Mato-Grossense. **Campinas/SP. UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1992**.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil S.A., 1993.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: **Fronteiras**. **AUBERTIN, Catherine**. (Org.). **BECKER, Bertha et al**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988c.

_____. Prefácio. **Fronteiras**. In: **AUBERTIN, Catherine**. (Org.); **BECKER, Bertha et al**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988d.

BECKER, Bertha K. Amazônia. **São Paulo: Ática, 1990**.

BORGES, Ana Maria Barreto. Educação, sociedade e cultura: Centro de Tradições Gaúchas em Mato Grosso e sua dimensão educativa. **Cuiabá/MT: UFMT - Instituto de Educação. Dissertação de Mestrado, 1995**.

- BOURDIEU, Pierre.** O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas-SP: Papirus, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stella M.** Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no Século XIX). In: Revista Brasileira de História, v. 5, n. 819, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1984/abr. 1985.
- BUARQUE, Cristovam.** A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 ed., 1993.
- BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUSATTO, Zenaide T. Somavilla. **O processo de ocupação na região Centro-Oeste, pós 1970 - Mato Grosso e o Projeto Querência - colonização e impacto ambiental.** Nova Xavantina/MT, 1996. (Mimeo)
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Fausto Vieira. **Retrato de Mato Grosso.** 2 ed. São Paulo: 1960.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense, 1900/1970.** Curitiba: GRAFIPAR, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARVALHO, Cathia M. C.; COSTA, Lourenço; SIQUEIRA, Elizabeth M. **O processo histórico de Mato Grosso.** Cuiabá-MT: UFMT, 1990.
- CASAGRANDE, Roberto Antônio. Oeste do Paraná - Uma Região de Fronteiras. In: **Painel: fronteiras e populações.** Maringá, 8-10 de nov. de 2000. Programa Associado de Pós-Graduação UEM-UEL. Mestrado - História Social.
- CASTRO, Maria Ines Malta.** O preço do progresso: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914). São Paulo: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1993.
- CASTRO, Sueli Pereira et al.** A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade. Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- CAVALCANTI, Maria da Graça Lisboa.** O cerrado em Mato Grosso: Uma realidade social. Porto Alegre: Edições EST, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CLAIRAY, M.** 1999. Transformações dos espaços naturais versus os espaços antrópicos: exemplos de Mato Grosso/Brasil. In: ROSA, Deocleciano Bittencourt. (Org.). Um estudo geoambiental comparativo das características morfoestruturais e morfoescultu-rais nas áreas das bacias do Alto Rio Paraguai e do Rio Teles Pires no Estado de Mato Grosso. **Relatório Bibliográfico - Projeto de Pesquisa.** FAPEMAT, CNPq- UFMT, Cuiabá/MT, 2000.
- Colonização. **Cadernos do NERU** - Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFMT. Cuiabá, 1993.

CORREIA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. Ática, São Paulo, 1990.

COSTA e SILVA, Paulo P. **Breve história de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá/MT, 1994.

COVEZZI, M. & PRETI, O. **Diagnóstico Educacional da Bacia do Alto Rio Paraguai**. In: ROSA, Deocleciano Bittencourt. (Org.). Um estudo geoambiental comparativo das características morfoestruturais e morfoesculturais nas áreas das Bacias do Alto Rio Paraguai e do Rio Teles Pires no Estado de Mato Grosso. **Relatório Bibliográfico - Projeto de Pesquisa**. FAPEMAT, CNPq-UFMT, Cuiabá/MT, 2000.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia Amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteiras”: O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília; Universidade de Brasília, Paris; Orstom, 1988.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DOS PASSOS, M. P. **Aspectos da ocupação do território mato-grossense: a urbanização**. In: ROSA, Deocleciano Bittencourt. (Org.). Um estudo geoambiental comparativo das características morfoestruturais e morfoesculturais nas áreas das Bacias do Alto Rio Paraguai e do Rio Teles Pires no Estado de Mato Grosso. **Relatório Bibliográfico - Projeto de Pesquisa**. FAPEMAT, CNPq-UFMT. Cuiabá/MT, 2000.

DOS PASSOS, Messias Modesto. **Amazônia: teledetecção e colonização**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DUARTE, Élcio Garcia. Da luta pela terra à luta pela Reforma Agrária em Goiás. In: **Anais do XX Simpósio Nacional de História**. V. I. Florianópolis/SC. História. Fronteiras. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: ANPUH, 1999.

_____. A ‘Marcha para o Oeste’ e conflitos fundiários em Goiás. **Comunicação livre “Fronteiras, Culturas e Políticas”, apresentada no XX Simpósio Nacional de História**. Florianópolis/SC. 1999. (Mimeo)

DUARTE, Luis Sérgio. **Fronteira: Nacionalismo e Modernismo**. In: **Painel: Fronteiras e populações**. Maringá, 8-10 de novembro de 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ESTÉRCI, Neide. O mito da democracia no país das bandeiras. Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo. **Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado**. Museu Nacional – UFRJ, 1972.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia. 1992, p. 219-220. In: SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso - Uma análise da estrutura de mercado. **UFP – Belém, 1999, Dissertação de Mestrado**.

FERRARI, Onorina Fátima. **Indústria**. In: Geografia do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro, 1988.

FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas/SP. **Dissertação de Mestrado, 1984**. In: Universidade Federal de Mato Grosso. Catálogo de Dissertações e Teses: 1970-1996. Cuiabá: PROPEP, 1996.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Ceres e Rio Verde: Dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola**. In: Fronteiras. AUBERTIN, Catherine. (Org.); BECKER, Bertha et al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris; ORSTOM, 1988.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FERREIRA, Leila da Costa. Ambiente e políticas públicas: em direção a uma nova agenda. In: **PIGNATTI, Marta Gislene; MARTINS, Domingos T. de Oliveira.** Saúde e ambiente na Região Amazônica. Cuiabá: EdUFMT, 1999.

FERREIRA, Maria Saleti Ferraz Dias. Mato Grosso: impacto ambiental na área de abrangência da BR-364. Brasília: CNPq, AED, 1989.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. 19 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FOWEAKER, Joe. A luta pela terra. (A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Rio de Janeiro: J. Olympio, Ed. MEC, 1974.

FRÖHLICH, Dom Henrique S. J. O bispo da floresta – Autobiografia. Ceilândia-DF: Idéia Editora, 1999.

GALETTI, Lylia da S. Guedes. Do sertão à fronteira: as representações sobre o território de Mato Grosso nos Séculos XIX e XX. UFMT, 1992. (Mimeo)

_____. A falácia do progresso para todos. In: Boletim da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, n. 12, novembro de 1984. (Mimeo)

GANCHÓ, Cândida Vilares e outros. A posse da terra. São Paulo: Ática, 1991.

GATTAZ, André Castanheira. Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.

Geografia do Brasil / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro, 1988.

GONÇALVES JR. A. J. et al. O que é urbanismo? São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1991.

GUARIM NETO, Germano. (Org.). Estudo florístico, faunístico e da relação sociedade-natureza na Amazônia Mato-Grossense. Relatório Final. Cuiabá/MT, UFMT, 1999.

GUERREIRO, Gonçalo. Mato Grosso, meu Estado. Editora Adriana. s/l, 1998.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde. Campinas/SP: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1986.

_____. Artes da Memória, Fontes Oraís e Relatos Históricos. In: **Memória e imagens da conquista no movimento de re-territorialização da Amazônia - Mato Grosso.** Texto que tem como referência o Projeto Integrado de Pesquisa “Movimentos Populacionais, culturas e cidades na Amazônia Mato-Grossense”, 1999-2000a. (Mimeo)

_____. Cidades de fronteira. In: SILVA, Luiz Sergio Duarte da. (Org.) **Relações cidade-campo: fronteiras.** Goiânia: Ed. UFG, 2000b.

História da imigração no Brasil: as famílias. Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro. 8 ed. São Paulo, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. Era dos extremos – O breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. A era dos impérios: 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HÜBNER, Maria Martha. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. São Paulo: Pioneira: Mackenzie, 1998.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Informativo da Colonizadora Sinop S.A. **Enio Pipino: presidente do Grupo Sinop**, s/d.

Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. **Sinop - MT: a Capital do Nortão**. 1994.

INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso. Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF. **Mapa Político-Administrativo e Rodoviário, 2000**.

Jornal Diário de Cuiabá. **Novo Mato Grosso: movimento divisionista vai ter escritório inaugurado em Cuiabá**. Cuiabá/MT, 22/5/95.

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília/DF: SPI, 1994.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922) - Infância e educação infantil. Uma abordagem histórica**. Porto Alegre/RS: Mediação, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão et al., 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrum. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LÉNA, Philippe. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: Fronteiras. AUBERTIN, Catherine. (Org.); BECKER, Bertha et al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Paris: ORSTOM, 1988, p. 93.

LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986.

_____. Em nome do progresso: a colonização em Mato Grosso nos anos 40 e 50. São Paulo: Relatório de pesquisa, julho de 1983. (Mimeo)

_____. A Terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. In: Revista Brasileira de História. *Terra e Poder*. V. 6, n. 12, março/agosto de 1986. ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

LÉVÊQUE, François. Os processos de formação e as dinâmicas das regiões pioneiras: o caso da Costa Atlântica Nicaraguense e da Amazônia Brasileira. In: BECKER, Bertha et al. Fronteira.

LIMA, Flávia P. Nogueira. Ordenação do espaço no MT. As relações entre o complexo da soja, urbanização e as unidades geográficas. Rio de Janeiro, set., 1995.

LINHARES, Maria Yeda Leite & DA SILVA, Francisco C. Teixeira. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LISBÔA, Maria da Graça Cavalcanti. **O cerrado em Mato Grosso: uma realidade social**. Porto Alegre: Edições EST, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Fronteiras étnicas na América Latina: fronteiras móveis. In: **Anais do XX Simpósio Nacional de História**. V. II. Florianópolis/SC. História. Fronteiras. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP: ANPUH, 1999.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e migração na Amazônia Legal; sugestões para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Bertha et al. **Fronteira Amazônia: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UnB, Rio de Janeiro, 1990.

MAITELLI, Gilda T. **Ecossistemas naturais e ocupação do solo na Amazônia Mato-Grossense: uma caracterização regional**. In: **Ecossistemas e organização do espaço na Amazônia Mato-Grossense (resumo)**. UFMT, 1998.

MALHADO, Wilton. **Geomat. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia**. UFMT, 1998.

MARTA, José Manuel de Carvalho. **Fumaça e progresso, um drama de treva e luz**. In: **Revista de Estudos Sociais**. Universidade Federal de Mato Grosso, FAECC. Ano 1, n. 1. Cuiabá/MT: EdUFMT, 1999a.

_____. **A política ambiental inconclusa dos anos 70 em Mato Grosso. Paineis Apresentados na 2ª. Reunião Anual da SBPC**. Cuiabá, 1995. (Mimeo)

_____. **Sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia Meridional**. In: PIGNATTI, Marta G. & MARTINS, Domingos T. de Oliveira. (Orgs.). **Simpósio sobre saúde e ambiente na Região Amazônica**. Cuiabá: EdUFMT, 1999b.

MARTINS, Dora e VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MATOS, Olgária C. F. **Os arcanos do inteiramente outro. A escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução**. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Mimeo: 64-123)

MENDES, Ana Gláucia. **A experiência de planejamento econômico no Brasil**. In: CINTRA, A C. e ADDAD, P. R. **Problemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Ministério do Interior. SUDECO. **Coordenadoria de Comunicação Social**. **A SUDECO em Mato Grosso**. Brasília, 1981.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Leonice. **Mato Grosso: Atlas Geográfico**. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MIRANDA, Mariana. **A Colonização em Sinop. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia**. In: BECKER, Bertha K. et al. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC - POLIS, 2 ed., 1998.

MORENO, Gislaene. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. São Paulo, Tese de Doutorado. Depto. de Geografia - FFLCH/USP, 1994. In: **Universidade Federal de Mato Grosso. Catálogo de Dissertações e Teses: 1970-1996**. Cuiabá: PROPEP, 1996

_____. **A colonização agrícola na Amazônia Mato-Grossense: os exemplos de Sinop e Lucas do Rio Verde**. In: **Ecossistemas e organização do espaço na Amazônia Mato-Grossense (resumo)**, UFMT: 1998a.

_____. Terra, poder e corrupção: a política fundiária em Mato Grosso - 1970/1990. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**. Departamento de Geografia [do]. Instituto de Ciências Humanas e Sociais [da] Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 2, n. 1 e 2, dez. 1996/1997. Cuiabá: Editora Universitária, 1998b.

MOTTA, M. M. Mendes. Fronteiras em disputa: conflito e delimitação territorial na segunda metade do século XIX. In: **Anais do XX Simpósio Nacional de História**. V. II. Florianópolis/SC. História. Fronteiras. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

MÜLLER, G. & CARDOSO, Fernando H. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense. CEBRAP. São Paulo, 1977.

Normas para publicações da UNESP/Coordenadoria Geral de Bibliotecas e Editora UNESP. V. I, II, III, IV. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

O Semeador de Cidades. **Revista de Sinop - Especial**. Ano 2, n. 2. Sinop/MT, 1996, p.23.

OLIVEIRA, Américo Barbosa. In: WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: Coment, IBGE, 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop**. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, Léia de Souza. **Tempo de esperança. A imagem do Estado Novo na Imprensa Matogrossense**. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado, 1995.

PASUCH, Jaqueline. **Entrelaçamento de vozes num mundo analfabetizado: O contexto da Amazônia**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado.

PAULA, Zuleide Casagrande de. Maringá, o coração verde do Brasil? In: **Pós-História – Revista de Pós-Graduação em História**. Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 1999.

PERARO, Maria Adenir. **Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná de 1940 a 1970**. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado, 1978.

PEREIRA, Salvador. Sinop: O futuro a cada dia. **Revista Sinop: o futuro é agora**, s/d.

_____. Da mata à Cidade. **Revista de Sinop Especial**. Sinop-MT: Ano 2, n. 2, 1996.

PEREIRA, Benedito Dias. **Industrialização da agricultura em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 2 ed. rev. atual. Cuiabá: EdUNIC, 1999.

PICOLI, Fiorelo; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Educação para a segurança no trabalho**. Relatório final. UNEMAT - Sinop/MT, 1998.

PINTO, Luiz Renato de Souza. **Matrinchã do Teles Pires**. Cuiabá: Entrelinhas, 1998.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **Lei de Zoneamento Urbano** n. 018/83.

Projeto de Decreto Legislativo n. 55, de 1995. Deputado Federal/MT, Sr. Welinton Fagundes. Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 1995, p. 2-3.

RACIONERO, 1978, apud BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (Org.); BECKER, Bertha et al. **Fronteiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

RAMIO, D. L. Desenvolvimento e meio ambiente. A ocupação de Mato Grosso e suas conseqüências ao meio ambiente. In: Encontro nacional de estudos sobre meio ambiente, 4, Cuiabá/MT. **Anais do...**, v. 2.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 1988.

RELATÓRIO. **Perfil do município de Sinop**. Parceria para o desenvolvimento. Ago/99. Caixa Econômica Federal do Município de Sinop/MT. Escritório de Negócios Institucional, Cuiabá.

RELATÓRIO: **Cuiabá-Santarém: a solução**. Associação de desenvolvimento regional para conclusão da BR-163. Estudo de viabilidade econômica, corredor de integração Cuiabá-Santarém. PAM - Planejamento, Assessoria e Marketing Ltda. Alta Floresta/MT, 22/4/1998.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

REVISTA DE SINOP Especial. **Enio Pipino - O bandeirante do Século XX**. Ano 2. n. 2, 1996.

Revista de Sinop-Especial. **O semeador de cidades**. Ano 2, n. 2 Sinop/MT, 1996, p. 23.

REVISTA DEBATE - CESE: Coordenadoria ecumênica de serviço. **Amazônia: mito e desencanto**, n. 4, ano V, jan. de 1995.

REVISTA DO IUNMAT - Instituto Universitário Norte Mato-Grossense. UFMT: Cuiabá. Ano I, n. 1, setembro de 1993.

REVISTA do Município de Sinop. **Sinop ... uma realidade!** Adm. Geraldino Dal'Maso. Sinop/MT, s/d.

REVISTA ESTILO. **Grafpel** - Editora Estilo Marketing Ltda. Ano I, dezembro de 1994.

REVISTA FATOS & FOTOS dos Municípios. Sinop/MT. Ano 1. n. 1, s/d.

REVISTA FATOS & IMAGENS dos Municípios. **Sinop: a força do progresso de "OLHO" no futuro**. Sinop, s/d.

REVISTA IMAGENS da Amazônia. **Sinop. Uma cidade em franco desenvolvimento**. Ji-Paraná-RO, n. 3, s/d.

REVISTA NORTÃO. Edição Especial. **O desafio dos novos prefeitos**. Edição n. 1, ano 1, 1997.

REVISTA SINOP - **A capital do nortão**. 1993.

REVISTA SINOP 13 anos. **A metrópole do nortão**. Edição Especial. Gráfica Genus, Cuiabá/MT, setembro de 1992.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **A reprodução ampliada no processo de colonização: o projeto Canarana - pioneiros gaúchos no norte mato-grossense**. Dissertação de Mestrado. IFCH – UNICAMP, 1986.

RIBEIRO, Luís Salgado. Norte do Mato Grosso, o novo Paraná. In: IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste: a influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil**. 4ª. ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

- ROSA, Gerson Ribeiro da, apud MAITELLI et al., 1991. **Clima urbano e uso do solo na Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop**. Cuiabá, UFMT, 1999. (Mimeo)
- ROSA, Gerson Ribeiro da, apud MORENO, Gislaene 1998. **Clima urbano e uso do solo na Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop**. Cuiabá, UFMT, 1999.
- ROSA, Rosane Duarte. A escola-igreja: um ambiente sagrado e/ou profano na formação dos colonos da Amazônia Mato-Grossense. In: **Anais do Seminário Educação 2000**. Educação, Poder e Cidadania. Cuiabá, UFMT: Instituto de Educação, 2000.
- SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de Economia**. Círculo do Livro, São Paulo: Editora Best Seler, 1994.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- _____. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.
- SCHMIDT, R. J. Memória e a construção de um herói colonizador. In: **TodaVia**, revista de pós-graduação em História Social. Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. V.1, n. 1. Londrina: Ed. UEL, março de 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da Coleção); SEVCENKO, N. (Org. do V.). **História da vida privada no Brasil**. V. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- SHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Loyola, 1985.
- SILVA, Antônio Rafael da. A cooperação interinstitucional para avaliação de impactos sobre saúde e ambiente na Amazônia. In: PIGNATTI, Marta G. & MARTINS, Domingos T. de Oliveira. (Orgs.). **Simpósio sobre saúde e ambiente na Região Amazônica**. Cuiabá: EdUFMT, 1999.
- SILVA, Henrique M. Fronteira e identidade nacional na historiografia americana. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso. Uma visão histórica: 1892-1977**. Cuiabá: EdUFMT, 1996.
- SILVA, Marilene Corrêa. **Processo de globalização da Amazônia**. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual de ANPOCS, Caxambu/MG, 23-27 de novembro de 1994. GT: Sociologia da Cultura Brasileira.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOUSA JR., Paulo T. de. Projeto EISA: A cooperação interinstitucional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: PIGNATTI, Marta G. & MARTINS, Domingos T. de Oliveira. (Orgs.). **Simpósio sobre saúde e ambiente na Região Amazônica**. Cuiabá: EdUFMT, 1999.
- SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. **A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso - uma análise da estrutura de mercado**. UFP – Belém, 1999. Dissertação de Mestrado.
- STADNIKY, Hilda Pívaro. Trabalho e expropriação em uma área de colonização recente. Os discursos da diferença de gênero no cotidiano. In: **UNICIÊNCIAS**. Cuiabá, UNIC, v. 2, 1998.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteira do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN Catherine. (Org.); BECKER Bertha et al. **Fronteiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

TEICH, Daniel Hessel. De maloca à cidade fantasma. In: O povo das águas. **Revista Veja**. Editora Abril, edição 1652, ano 33, n. 23, 7 de junho de 2000.

Universidade Federal de Mato Grosso. ICHS, Departamento de Geografia. **Anais do colóquio: ecossistemas e organização do espaço na Amazônia Mato-Grossense**. Cooperação Universitária Franco-Brasileira. CAPES/COFECUB. Cuiabá/MT, junho de 1999.

Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. **Anais do Seminário Educação 2000: educação, poder e cidadania**. Cuiabá/MT, novembro de 2000.

VELHO, Octávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo-Rio: Difel, 2 ed., 1979.

VERÍSSIMO et al, apud ARIMA et al., 1999. In: SOUZA, Ernani L. P. de. **A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso - uma análise da estrutura de mercado**. UFP – Belém, 1999. Dissertação de Mestrado.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. **Sinop: a terra prometida. Geopolítica de ocupação da Amazônia**. Dissertação de Mestrado – São Paulo: USP, 1992.

VILLAS BÔAS, Orlando & Cláudio. A marcha para o oeste. A epopéia da Expedição Roncador - Xingu. 5 ed. São Paulo: Globo. 1994.

WAGNER, Alfredo. Movimentos sociais na Amazônia. In: **Amazônia: mito e desencanto**. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço. Debate. Belém/PA, n. 4, ano V, 1995.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu- MG, outubro de 1996. (Mimeo)

WERLE, H. S. Meio ambiente e recursos naturais na globalização. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**. UFMT. Departamento de Geografia. Cuiabá, ano 1, EdUFMT, 1995.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na nova terra. Assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT, na década de 80**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1998.

_____. **A configuração sócio-econômica e cultural dos habitantes na cidade de Sinop: entre a experiência vivida e a utopia projetada**. UNEMAT - Sinop/MT, 2000. (Mimeo)

